



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DA CONVÊNCIA AO DESPERTAR MILITANTE:
O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB
(1964 – 1968)**

ERICA LINS RAMOS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – PB
Julho de 2013

**DA CONIVÊNCIA AO DESPERTAR MILITANTE:
O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB
(1964 – 1968)**

ERICA LINS RAMOS

Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – PB
Julho de 2013

**DA CONVIVÊNCIA AO DESPERTAR MILITANTE:
O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB
(1964 – 1968)**

Erica Lins Ramos avaliada em ____ / ____ / ____ Com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Orientador

Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Examinadora Externa

Prof. Dr. Damião de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Examinador Interno

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa – UFPB
Convidado

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Suplente Externo

Prof. Dr. Monique Cittadino
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Suplente Interno

DEDICATÓRIA

À minha mãe que, mesmo sem muitos estudos,
direcionou-me para o conhecimento, com sua
sabedoria suprema;
Ao meu pai, homem do campo, de poucas
palavras, mas que, no silêncio, sempre soube
me dar força e coragem;
As minhas irmãs, que me ajudaram a vencer
mais uma fase da minha vida;
A Ramon, pela paciência, pelo apoio, pelo
incentivo e por tudo o que representa para
mim;
A todos os que militam por um mundo livre de
opressão.

AGRADECIMENTOS

É melhor ser sábio que ser forte, e o conhecimento vale mais do que a força. É com estratégias que se faz a guerra, e a vitória depende do número de conselheiros. (Provérbios 24, 5).

Esse é um momento muito especial da minha vida, do qual fizeram parte muitas pessoas importantes. Por isso, não é demais expressar os meus sentimentos e dizer que, enquanto um *feedback* passa como imagens vivenciadas no percurso desta pesquisa pela minha memória, lágrimas de felicidade rolam no meu rosto, pois venci essa etapa da minha vida com muito esforço, dedicação, coragem e, sobretudo, fé em Deus, a quem primeiro agradeço por sempre se fazer presença, pois, quando tudo parecia que ia dar errado, aqui estava Ele me reerguendo. Sem minha fé em Deus, certamente, não seria hoje vitoriosa. Mas Ele não agiu sozinho em minha vida e permitiu que Maria Santíssima me cobrisse com o seu manto, me protegendo das tempestades que enfrentei ao longo dessa caminhada. Sem a proteção divina de minha Mãezinha do céu, minha vitória não existiria. Por isso, agradeço a Ela que, de tão maravilhosa que é, me deu Ivone, minha amável mãe da terra, que, apesar de eu já ser adulta, casada, ela não deixa de cuidar dos meus estudos, sempre disposta a me proteger, a me incentivar, a me defender e, sobretudo, a me amar com as minhas imperfeições. Agradeço-lhe, mãezinha, pela presença constante em minha vida e pela educação que me deu;

Agradeço ao meu pai, que sempre me ouviu, me acolheu e, em seu silêncio, chorou comigo diante das dificuldades. Obrigada, pai, pela sabedoria e pela companhia, pois sempre está pronto para me compreender. Pai e mãe, vocês foram instrumentos de Deus em minha vida, mas Deus ainda tinha muito para me oferecer. Por isso, agradeço a Elida, irmã querida, que, mesmo a distância, me fortalecia com suas orações e com seus conselhos. Agradeço pela irmã que és em minha vida;

A Elaine, minha irmã também muito querida, que, além das orações, me presenteou com dois encantadores sobrinhos (Weydson e Welvis José), cujos abraços pareciam levar todas as angústias, quando a tristeza batia. Obrigada pelo apoio, pela irmã que você é em minha vida;

A Wesley, meu querido cunhado, pela atenção dispensada a mim quando necessitei;

Ao meu avô, pela força, pelo incentivo e pelo apoio, sempre que necessitei;

A Analice, mulher simples, paciente, agradeço, pois, apesar do incômodo que causei, em nenhum momento permitiu que eu me sentisse invadindo o seu espaço;

Ao meu amável esposo (Ramon), agradeço pela companhia, pela atenção, pela paciência, pelo apoio e pelo carinho. Quantas coisas tivemos que renunciar juntos, mas você sempre com um sorriso na face, dizendo “tá tudo bem”. Hoje eis aqui a nossa vitória, só nós sabemos o quanto lutamos por ela. Obrigada por existir em minha vida!

Ao meu Pitbull que, ao contrário da imagem negativa sobre a sua raça, foi meu fiel companheiro nas intermináveis horas de estudo. Meu amigo Apollo.

Deus, ao projetar a minha trilha, colocou esses anjos no meu caminho, mas, em sua infinita bondade, sabia que a caminhada era árdua, que eu necessitaria de muitos anjos, por isso colocou no meu caminho Maria de Lourdes Lopo Ramos (Baby), que me incentivou a participar da seleção do PPGH-UFPB e a cursar a disciplina como aluna especial com os Professores Damião Lima e Paulo Giovani Antonino Nunes, este último, orientador desta importante pesquisa. A ela agradeço pelo estímulo;

Ao Professor Dr. Damião de Lima agradeço pelas contribuições remetidas a esta pesquisa ainda como projeto;

Ao meu orientador, o Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, anjo maior desse estudo, pela paciência com que orientou esta pesquisa, pela dedicação, pela disponibilidade de tempo destinada às leituras deste texto e pela preocupação em disponibilizar documentos;

À Professora Dra. Maria Lucinete Fortunato, pela dedicação e pelo carinho. Ela foi a primeira orientadora do projeto que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa, antes de ter ingressado no Mestrado. Hoje se vê o fruto daquele projeto;

Ao Professor Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, pelos “pitacos”, que foram de suma importância para o desenvolvimento do presente texto;

Ao Professor Dr. José Jonas Duarte, pela preocupação em localizar as pessoas cujos nomes lhe informei, mas não sabia como localizá-las, e pela indicação de militantes que contribuíram com suas memórias para nossa pesquisa;

Agradeço, ainda, aos Professores, Raimundo Barroso, Cláudia Cury e Telma, que muito contribuíram com essa caminhada com as indicações de leituras;

Ao Professor Dr. José Souza, pelos diálogos que tivemos e pela contribuição com o título desta pesquisa.

Ao grupo de pesquisa do PIBIC/PIVIC, do Professor Dr. Paulo Giovani, Juliana Dantas Rabelo; Amanda Pereira de Siqueira Machado; Luiza Paiva Duarte de Andrade Carneiro; Jivago Meira Gomes; Dmitri da Silva Bichara Sobreira e Amanda Martins Fagundes;

Em especial, agradeço aos entrevistados, que nos receberam de portas abertas, pois, sem a colaboração de cada um deles, esta pesquisa não teria sido possível;

À Capes, pela bolsa de estudos nos últimos doze meses desta pesquisa;

Aos responsáveis, de modo geral, pelo Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba;

Aos funcionários dos arquivos do Jornal Diário da Borborema, Átila Almeida, e do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), pela receptividade com que fomos recebidos;

Aos amigos de turma que, de forma direta ou indireta, contribuíram com seus “pitacos” para a pesquisa. Em especial, a Simoni, com quem dividi as angústias e as vitórias dessa caminhada, a Jean, grande amigo, com quem compartilhei ansiedades, dúvidas e alegrias, e a você, Júlio, companheiro de viagem, quantos momentos compartilhados! Cresci com nossos diálogos;

Ao grupo do ECC, pela preocupação e pelas preces dedicadas quando as angústias se faziam presentes.

Enquanto durar a terra, jamais faltarão
semeadura e colheita, frio e calor, verão e
inverno, dia e noite. (Gênesis 8, 22).

RESUMO

A presente pesquisa aborda a atuação do movimento universitário na cidade de Campina Grande – PB, durante a primeira fase da ditadura militar (1964/1968). O tema se insere na Linha de Pesquisa História Regional do Programa de Pós-graduação em História da UFPB, na área de concentração História e Cultura Histórica. O estudo trata das influências apropriadas pelos militantes campinenses, que os levaram, em tempos de repressão, a enfrentar o Governo e das bandeiras defendidas por eles. Como o Governo não desistia do seu intento de inibir as mobilizações estudantis, que se fortaleciam com o apoio de populares, os estudantes campinenses também enveredaram nessa luta. Assim, analisamos o movimento universitário campinense do mediato-1968 até a publicação do Ato Institucional número cinco, destacando as correlações de força entre a Polícia Militar e os universitários campinenses. Como fundamentação teórica, utilizamos o conceito de cultura política, da nova história política e conceitos da nova história cultural, como representação, táticas, entre outros. As fontes utilizadas foram extraídas de pesquisa em jornais, relatos orais, documentos oficiais e obras da historiografia brasileira e paraibana.

Palavras-chave: Cultura política; Movimento universitário campinense; Ditadura militar.

ABSTRACT

This research addresses the role of the university movement in the city of Campina Grande - PB, during the first phase of the military dictatorship (1964/1968). The theme relates to the Research Line Regional History Program Undergraduate History UFPB in concentration area History and Historical Culture. The study addresses the influences campinenses appropriated by militants, who led them in times of repression, to confront the government and the ideas advocated by them. As the Government did not give up his attempt to inhibit the student demonstrations, which were strengthened with the support of popular students campinenses also embarked on this fight. Thus, we analyze the university of Campina Grande mediate-1968 until the publication of the Institutional Act Number Five, highlighting the strength of correlations between the military police and university campinenses. As a theoretical basis, we use the concept of political culture, political history and the new concepts of the new cultural history, as representation, tactics, among others. The sources used were extracted from research papers, oral reports, official documents and works of historiography and Brazilian Paraíba.

Keywords: Political culture, Motion university Campina Grande; military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Imagem do trote realizado pelos estudantes em abril de 1965.....p. 125
2. Trote realizado pelos universitários de Campina Grande em abril de 1967.....p. 136
3. Imagem da missa de sétimo dia do estudante Edson Luís de Lima Souto, realizada na Catedral de Campina Grande.....p. 164
4. Imagens de um comício que os estudantes pretendiam realizar.....p. 165
5. Discurso do Governador João Agripino.....p. 173
6. Interferência do deputado Vital do Rêgo, em prol dos estudantes durante cerco policial, para evitar as manifestações estudantis.....p. 179
7. Foto de Cacilda Filomena de Castro e sua ficha, produzida pelo DOPS, quando foi apreendida em Ibiúna.....p. 186
8. Manifestação estudantil em repúdio a prisões de estudantes em Ibiúna e João Pessoa..p. 192
9. Concentração popular, realizada no Largo da Flórida por Ronaldo Cunha Lima.....p.195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC: Ação Católica

AI: Ato Institucional

AP: Ação Popular

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia

CC: Comitê Central

CEC: Centro Estudantil Campinense

Celam: Conferência Episcopal Latino-Americana

CEU: Clube dos Estudantes Universitários

CG: Campina Grande

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE: Confederação Nacional dos Estudantes

CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CONTEC: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

CPC: Centro Popular de Cultura

CRB: Conferência dos Religiosos do Brasil

DA: Diretório Acadêmico

DB: Diário da Borborema

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DEES: Diretórios Estaduais de Estudantes

DNE: Diretório Nacional dos Estudantes

DOPS: Departamento de Ordem Policial e Social

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

EPUP: Escola Politécnica da Universidade da Paraíba

ESG: Escola Superior de Guerra

FACE: Faculdade de Ciências Econômicas

FAFI: Faculdade de Filosofia

FDM: Frente Democrática da Mocidade

FJD: Frente da Juventude Democrática

FMP: Frente de Mobilização Popular

FSS: Faculdade de Serviço Social
FUNDAT: Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia
FUMINGRA: Fundo Municipal de Industrialização
FURNE: Fundação Universidade Regional do Nordeste
GDSCS: Grupo de Documentação de Ciências Sociais
GTRU: Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC: Juventude Agrária Católica
JC: Juventude Comunista
JEC: Juventude Estudantil Católica
JI: Juventude Integralista
JIC: Juventude Independente Católica
JOC: Juventude Operária Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
LSN: Lei de Segurança Nacional
ME: Movimento Estudantil
MAFEP: Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MG: Minas Gerais
MSD: Movimento Sindical Democrático
MU: Movimento Universitário
NCDH: Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PM: Polícia Militar
POLI: Politécnica
POLOP - Política Operária
POR: Partido Operário Revolucionário
PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP: Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores
SCDP: Serviço de Censura de Diversões Públicas
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNRU: Seminário Nacional de Reforma Universitária
SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TPE: Teatro Paulista do Estudante
UB: Universidade do Brasil
UCF: União Cívica Feminista
UDN: União Democrática Nacional
UEE: União Estadual dos Estudantes
UEEP: União dos Estudantes da Paraíba
UME: União Metropolitana dos Estudantes
UNE: União Nacional dos Estudantes
UFPB: Universidade Federal da Paraíba
UNB: Universidade Nacional de Brasília
UP: Universidade da Paraíba
URNE: Universidade Regional do Nordeste
USAID: United States Agency for International Development
UUC: União Universitária Campinense

SUMÁRIO

I – “EU QUERIA MUDANÇA”: UM ESTUDO ACERCA DAS INFLUÊNCIAS APROPRIADAS PELOS JOVENS MILITANTES	16
1.1 – Nas Trilhas da História um Caminho a Seguir.....	16
1.1.1 – A teoria nas tramas da escritura.....	16
1.1.2 – Aspectos metodológicos e corpus documental.....	26
1.2 – Governo, Militares e Estudantes: Um Encontro com os Personagens da Nossa História.....	31
1.2.1 – Brasil - Praça dos três poderes: Exército, Marinha e Aeronáutica.....	31
1.2.2 – O movimento estudantil: breve olhar histórico.....	43
1.2.3 – Filhos de uma geração ou gerações?.....	51
1.3 – Os Filhos Campinenses no Mundo Universitário em Tempos de Ditadura....	61
1.3.1 – Campina Grande (1964/1968): para uma reflexão sobre o político.....	61
1.3.2 – “Então naquele momento... nós estávamos ligadas diretamente a movimentos estudantis de ordem nacional”: adentrando a história de nossos militantes.....	75
II – ENTRE AS BANDEIRAS DE LUTA E A DITADURA MILITAR: O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO EM CAMPINA GRANDE – PB (1964/1967).....	87
2.1 – Luz e Esperança: As Becas Chegam a Campina Grande.....	87
2.2 – As Aspirações Universitárias em Tempos de Horizontes Fechados.....	98
2.3 – Radicalização: Das Becas às Passeatas.....	118
III – 1968 – A UNIVERSIDADE EM XEQUE E A DITADURA NO CAMINHO: OS ESTUDANTES ESTÃO NAS RUAS.....	149
3.1 – Avançando o Sinal.....	149
3.2 – As Frustrações dos Sonhos e as Lutas Intramuros: “A Gente Quer Ter Voz Ativa”.....	165
3.3 – O Sinal Fechou.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS E FONTES.....	212
ANEXOS.....	224

I – “EU QUERIA MUDANÇA”: UM ESTUDO ACERCA DAS INFLUÊNCIAS APROPRIADAS PELOS JOVENS MILITANTES

“A relação com a política ela se dava aqui de casa, na influência de casa”.

Simão de Almeida Neto

“Não, não, pelo contrário, eu sou de uma família de ruralistas, de Queimadas, ultraconservadora, toda a minha família, meus ascendentes, irmãos, pais, em fim..., minha família condenava tudo..., então, eu não tive apoio da família, pelo contrário, eles condenavam quem era contra a ditadura”.

Jorge de Aguiar Leite

1.1 – Nas trilhas da História um caminho a seguir

1.1.1 – A teoria nas tramas da escritura

Na manhã de ontem, as autoridades policiais de Campina Grande tomaram conhecimento de que, apesar da proibição, os estudantes pretendiam realizar manifestações de protestos na cidade. A hora prevista era para as 11 horas e em vista disso, às 10:30, vários pelotões da Polícia Militar começaram a se deslocar para as ruas principais da cidade, principalmente em frente ao edifício Margarida Palomo, na Rua Maciel Pinheiro, onde a aglomeração dos estudantes era maior desde, as primeiras horas da manhã.

Os soldados dos Serviços de Transitos¹ também passaram a patrulhar as ruas trocando seus apitos por cassetetes.

¹ Em busca de uma unidade intercontinental da ortografia portuguesa, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras vêm desde 1971 tentando diminuir as diferenças entre a ortografia portuguesa e a brasileira. Para mais informações consultar, Acordo Ortográfico de 1990. http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990. Partindo desse pressuposto, a ortografia brasileira encontra-se em constante processo de modificação, o que nos leva a diferentes formas de escrever, conforme o período de uma escrita. Nesse âmbito, a grafia da década de 1960 não corresponde à mesma que temos hoje. Todavia, isso não quer dizer que ela não seja correta, pois é apenas diferente da atual, já que passou por modificações ao longo dos anos. Nesse viés, justificamos as diferenças ortográficas presentes nas citações de jornais a que fazemos menção ao longo de nossa escrita.

Às 11:15 horas, a Maciel Pinheiro se encontrava transformada numa verdadeira “praça de guerra”, com os soldados do II Batalhão da Polícia Militar guarnecendo aquela artéria de baionetas caladas.

Tática do despistamento.

Em vista disso os estudantes desistiram do intento de fazer uma manifestação na Rua Maciel Pinheiro e passaram a adotar a tática do despistamento, fazendo comícios relâmpagos em diversos pontos que eram logo dissolvidos com a chegada da Polícia.

Inicialmente estiveram nas proximidades da Praça da Bandeira, indo depois para a Maternidade Municipal.

Em seguida fizeram um comício relâmpago na Estação Rodoviária Cristiano Lauritze, que foi dissolvido pelos estudantes, depois de ligeiras escaramuças entre eles e os soldados.

Fotografias foram proibidas.

Nêsse local, a reportagem fotográfica foi novamente mal recebida pelos estudantes, que depois de cercarem dois repórteres “associados” ameaçaram quebrar a máquina.

Êsse ligeiro incidente foi, no entanto, contornado por alguns estudantes mais calmos, que, reconhecendo o fato dos Jornalistas estarem no desempenho de sua missão solicitaram que não fôsse tiradas fotografias dos oradores.

Os repórteres, na ocasião, fizeram ver que a função da imprensa não era prejudicar a ninguém, e, devido a pressão desistiram do intento, de tirar fotografias daquela manifestação, pelo menos até o momento da chegada da polícia.

Minutos depois os soldados chegaram, e os estudantes como das outras vezes, desapareceram rapidamente do local.

Polícia resolveu colocar um ponto final.

Os jovens foram então para frente do Teatro Municipal, sempre dando continuidade aos comícios relâmpagos.

Cêrca de dez minutos depois chega a Polícia Militar, e, dessa vez, os Delegados Joaquim Sinfrônio da Silva e João Valdevino da Silva, que a comandavam, resolveram colocar um ponto final na pratica de despistamento, adotada pelos estudantes para realizarem os comícios relâmpagos.

Para isso prenderam três jovens, que ali se encontravam, enquanto os outros saíram em desabalada carreira.

Nêsse momento, houve um rápido desentendimento entre um estudante e o capitão Valdevino, e várias senhoras e môças que se encontravam nas imediações.

O Delegado solicitou ao jovem que se retirasse daquele local e fôsse para a sua casa, tendo o mesmo se recusado a atender as determinações da autoridade, recrutando que o que êle estava fazendo, com seus colegas “era uma covardia”.

Em vista disso, o próprio Delegado efetuou a prisão do jovem, fato êsse, que serviu para uma serie de protestos de algumas môças e uma senhora que se encontravam nas proximidades e ao que parece familiares do estudante detido.

O capitão João Valdevino, no entanto, se recusou a chegar a qualquer entendimento na via pública, dizendo que resolveria o caso posteriormente, na Delegacia de Polícia.

Soltos.

Os três jovens detidos foram levados para a Delegacia de Polícia e dez minutos depois já se encontravam em liberdade.

Enquanto isso, os seus colegas, se reunião no interior do Restaurante Universitário e os soldados se recolhiam à Delegacia de Polícia, onde

permaneceram de prontidão. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, ESTUDANTES ADOTAM TÁTICA PARA DRIPLAR A POLÍCIA, 07/04/1968, p. 03).

O evento ocorrido nas ruas de Campina Grande marca o início do enfrentamento entre o movimento² universitário campinense e a Polícia Militar (PM), visto que, até o ano de 1968, outros comícios e passeatas tinham sido realizados pelos universitários. Todavia, somente no ano de 1968, encontramos registro de prisões de universitários campinenses por terem enfrentado, em vias públicas, a PM.

Nosso interesse em pesquisar o movimento universitário campinense é fruto de uma caminhada que começou durante a graduação. Nas literaturas que nos foram apresentadas acerca do período da ditadura militar, na disciplina Brasil IV, muito se falava do contexto e dos movimentos ocorridos nesse período, porém, sentimos falta de discussões sobre os movimentos estudantis, em especial, do movimento universitário campinense. Nessa perspectiva, fizemos uma garimpagem bibliográfica sobre o movimento estudantil campinense, e como não encontramos produções bibliográficas sobre essa temática, foi realizado o nosso primeiro passo com o trabalho de conclusão do Curso de História, na Universidade Estadual da Paraíba, em 2008³.

Nesse primeiro momento, procuramos analisar se, em Campina Grande, entre os anos de 1964 a 1968, houve a participação de movimentos estudantis contra a política vigente. Durante a pesquisa da monografia, não especificamos se o movimento estudantil seria dos estudantes universitários ou dos secundaristas, apenas nos preocupamos em identificar a existência ou não de um movimento. Portanto, detivemo-nos nessa temática e, por perceber que os estudantes campinenses atuaram de maneira ativa na cidade, várias interrogações foram surgindo, fazendo com que a pesquisa continuasse no Curso de Especialização, em que produzimos um artigo⁴ que apresenta uma análise da maneira como eram propagados⁵ os movimentos estudantis campinenses pelo Jornal Diário da Borborema⁶ (DB), entre os anos de

² Em nossa pesquisa, entendemos por movimento as ações dos universitários campinenses não institucionalizadas, visto que “‘Movimento’ se distingue, especificamente, de partido e indica a não institucionalização de uma ideia, um grupo, uma atividade.” (BOBBIO, 1998, 786).

³ LINS, Erica da Silva. **1964-1968: Teriam os estudantes campinenses feito parte dessa história?.** Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2008.

⁴ LINS, Erica da Silva. O Jornal Diário da Borborema na (des)caracterização do movimento estudantil campinense. Artigo (Curso de Especialização em História do Brasil/Paraíba). Fundação Francisco Mascarenhas – Faculdades Integradas de Patos. 2009.

⁵ O termo propagado aqui é entendido no sentido de propagar que, para Burke (1994), é a: “Tentativa de transmitir valores sociais e políticos”. (p. 16).

⁶ O Jornal Diário da Borborema foi fundado em 02 de outubro de 1957, por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Em nossa pesquisa, esse será o Jornal mais trabalhado, por ser um Jornal da cidade. Nesse sentido, os seus noticiários estão diretamente vinculados aos acontecimentos que se deflagravam em Campina Grande. No

1964/1968. Contudo, levando em consideração as limitações de um trabalho de monografia e de especialização, novas lacunas foram abertas, e sabendo que nenhum trabalho esgota suas temáticas, continuamos a nossa pesquisa na dissertação, porém, com novas problemáticas.

Ressaltamos que, mesmo em uma pesquisa de dissertação, pesquisar sobre os acontecimentos que se deflagraram durante a ditadura militar seria uma proposta muito ampla, uma vez que os brasileiros vivenciaram experiências múltiplas, conforme as posições adotadas, portanto, não conseguiríamos mapear, em um trabalho de Mestrado, os vários grupos atuantes durante a ditadura militar. Partindo desse pressuposto, continuamos o nosso estudo acerca do movimento estudantil, mas, agora, direcionando a pesquisa para o movimento estudantil universitário, porque, nas décadas de 1950 e 1960, Campina Grande viu surgirem suas primeiras Faculdades.

O fato de delimitarmos um território⁷ e grupo a ser estudado ainda não nos permite analisar os vinte e um anos de ditadura militar, tendo em vista que ela é dividida por vários autores em três fases: a que vai do golpe até o Ato Institucional número cinco (AI-5); a que se inicia depois dele e vai até a liberalização política iniciada no Governo Geisel; e a que segue dessa liberalização política até o Governo de João Figueiredo. (BORGES, N., 2007, p. 22). Nesse âmbito, como toda e qualquer escrita faz parte de uma escolha, optamos pela primeira fase da ditadura militar, já que, depois de ter feito uma pesquisa sobre as produções bibliográficas desse período e nossa temática, não encontramos produções similares à atividade que aqui desenvolvemos, com exceção da dissertação de Mestrado do Professor Gilbergues Santos Soares, intitulada “Heróis de uma Revolução Anunciada ou Aventureiros de um Tempo Perdido? A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande –

entanto, não nos cabe definir se esse Jornal está do lado do Governo ou contra ele, porque essa problemática não faz parte dos nossos objetivos, mas nos convém ressaltar a ambivalência dos seus noticiários, pois, na medida em que publicava informações acerca da “revolução”, também publicava as manifestações estudantis contra o Governo e até as prisões efetuadas por eles. Contudo, sempre evitava expor sua opinião de forma declarada, e sempre que o fazia, expunha por meio de noticiários jornalísticos. (MELLO, 2007, p. 39). Buscar mais informações no próprio Jornal, em matéria publicada no dia 02 de outubro de 2007 pelos seus cinquenta anos de circulação. O Jornal cessou suas publicações em janeiro de 2012. Ressaltamos ainda que, entre as décadas de 1950 e 1960, o Jornal Diário da Borborema não era o único a circular em Campina Grande. Também havia os jornais: Evolução (1958), Gazeta Campinense (1960), o periódico Revolução Democrática (1960) e a Tribuna de Campina (1966). Todavia, diferentemente do Diário da Borborema, esses não acompanharam o nosso recorte histórico, deixando, muitas vezes, de circular por questões financeiras. Outro problema é que eles não eram diários, então, muitos registros foram perdidos sobre as correlações de forças entre o movimento universitário e a Polícia Militar. Por fim, visitamos o Museu Histórico de Campina Grande, acervo onde esses jornais foram arquivados - grande parte deles foi perdida. Sobre nossa temática, nada foi encontrado.

⁷ Segundo Santos, M., (2002), o território: “Antes, era a base, o fundamento do Estado-nação que, ao mesmo tempo, o moldava”. (p. 15). Todavia, aos poucos, o conceito de território foi sendo moldado, e hoje, segundo Santos, M., (2002): “O território são formas, mas o território usado são objeto e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. (p. 16). Dessa forma, ao adotarmos o território de Campina Grande – PB, o compreendemos como espaço em ação, uma vez que nele são praticadas tanto ações advindas do movimento estudantil universitário quanto das Forças Armadas.

1968/1972”. No entanto, seu recorte temporal não condiz com o nosso, e ainda nos diferenciamos no objeto de estudo, pois Soares (2000) abrange as organizações de esquerda, em Campina Grande, enquanto nós focamos o movimento universitário durante a primeira fase da ditadura militar. Ainda sobre o movimento universitário, encontramos o livro de Waldir Porfírio, “Anos de luta: da intervenção do DCE da URNE à estadualização da Universidade – 1981 a 1987”. Todavia, como o próprio título informa, embora seu enfoque seja os universitários campinenses, seu recorte temporal é da década de 1980.

Na historiografia brasileira, o movimento estudantil não é uma temática desenvolvida frequentemente pelos historiadores, razão por que selecionamos como objeto de estudo o movimento universitário campinense, entre inúmeros outros que se destacaram no recorte temporal entre 1964 a 1968, interessados nas discussões sobre como, aos poucos, foi se construindo uma resistência estudantil universitária à ditadura militar. Nosso trabalho se coloca no campo da Nova História Política⁸, sobretudo com discussões sobre o conceito de

⁸ Ao empregar a terminologia Nova História Política, entendemos que ela foi antecédida pela história política tradicional, que estava sempre centrada na pequena elite política, seja dos reis, nas monarquias do Antigo Regime, ou, posteriormente, dos líderes das revoluções que os derrubaram, e nos grandes acontecimentos políticos. Partindo desse pressuposto, para Julliard (1995): “A história política [...] é elitista, talvez biográfica e ignora a sociedade global e as massas que compõem; o seu objeto é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise [...]”. (p. 180). A metodologia dessa produção historiográfica estava voltada para a narrativa de fatos passados e adotava como fontes documentos governamentais. Ao historiador cabia ordená-los cronologicamente e narrá-los sem interpretá-los. Uma História voltada para a neutralidade dos fatos, em que cada acontecimento é único e deve ser reconstruído com base na objetividade e na veracidade. Seu objeto de estudo estava sempre voltado para a elite e os grandes acontecimentos que, para eles, marcavam a História. No entanto, esse método utilizado para a produção historiográfica nem sempre foi aceito por todos os historiadores, porquanto sempre havia aqueles que contestavam, principalmente, essa neutralidade e objetividade conduzida aos fatos históricos, levando assim, a partir do Século XX, ao surgimento de novas correntes historiográficas, pela recém-fundada *Escola dos Annales* (1929/30), e por outras correntes teóricas, como o Estruturalismo e o Marxismo. Segundo Rémond (1996), essa nova corrente historiográfica que se insurgiu “Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse”. (p. 15). Assim, a partir de então, a história passa a privilegiar elementos considerados mais estruturais, como o econômico e o social, e se fez uma crítica ao Estado, um dos principais lugares onde se organiza a política, considerando que ele representa os interesses da classe dominante e que se ater ao seu estudo é apreender-se na aparência das coisas e continuar a excluir as massas, que há tempos foram “esquecidos pela história”. A nova história política também se abriu à interdisciplinaridade, estimulada pelo contato com as ciências sociais e outras disciplinas, como a Matemática, a Informática, a Linguística, o Direito Público, a Psicologia Social, a Psicanálise, a Cartografia e outras. Porém, segundo Rémond (1996): “É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que precisa para respirar”. (p. 29). Assim, atualmente, a nova história política, como foi chamada pela maioria dos historiadores, diferencia-se da história tradicional, não pela sua definição, mas pela grande massa documental, em que ela procura integrar nos seus estudos todos os atores do jogo político, mesmo os mais modestos, ao valorizar a experiência humana. Para outras elucidações sobre essa temática, consultar BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 12, n. 23/24, set., 1991/ago., 1992, p. 7-18. FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89. ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

cultura política⁹, pois, segundo Motta (2009, p. 14), a cultura nos permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas políticas, daí o caráter sedutor da cultura política e da Nova História Cultural, de cujos conceitos como representação, tática, dentre outros, nós nos apropriaremos.

Não podemos, no entanto, pensar os conceitos de maneira cristalizada¹⁰, mas atentar para a sua polissemia, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, uma vez que, como significado das palavras¹¹, pode existir mais de um conceito. Assim, pensar em um conceito de cultura política não é fácil para um historiador, levando em consideração os inúmeros conceitos apresentados à historiografia. No entanto, entre as variadas possibilidades de se pensar a cultura política, segundo Bernstein (1998):

⁹ O termo cultura política foi construído no Século XX, mas seus formuladores retiraram inspirações de autores que escreveram em períodos anteriores. Diversos teóricos, entre os Séculos XIX e XX, debateram sobre o conceito mais adequado para se pensar a cultura política. Entre eles, podemos destacar: Aléxis de Tocqueville, pensador francês do Século XIX, que se dedicou a um estudo sobre a sociedade norte-americana, desenvolvendo a ideia de que a força da organização política da sociedade derivava não somente das instituições, mas tinha relações dos hábitos e dos costumes daquele povo. Ainda nesse mesmo período, teremos o olhar dos pensadores da Alemanha que desenvolveram o conceito de Kultur. Para eles, cada povo tinha a sua cultura, todavia, algumas sociedades tinham culturas superiores a outras, ou seja, o conceito implicava uma hierarquização, em que os povos que tinham cultura política eram mais avançados do que os que ainda não tinham, ou a tinham de forma incompleta. No Século XX, o conceito de cultura política foi pensado pelos americanos Gabriel Amond e Sidney Verba. Esses dois autores desenvolveram três tipos básicos para se analisar a política, que se resume na cultura política paroquial, típica das sociedades simples e pouca diferença entre instituições religiosas e política; cultura política de sujeição, presente nas sociedades autoritárias; e a cultura política de participação, característica das sociedades democráticas. Porém, Gomes (2005) nos chama a atenção para as críticas a essa metodologia que não tardaram em ver essas posições como simplistas voltadas para etapas. No entanto, os autores franceses Serge Bernstein e Jean François Sirinelli, já na última década do Século XX, levantaram possibilidades de se pensar sobre a existência de diferentes culturas políticas que interagem e disputam um mesmo espaço nacional. (MOTTA, 2009, p. 20).

¹⁰ Nem mesmo nas ciências exatas os conceitos são cristalizados. Nesse sentido segundo Rossi (2001): “A história da física, a partir das elaborações escolásticas tardias da teoria do impetus até as páginas cristalizadas dos *principia* de Newton é a história de uma profunda revolução conceitual que leva a modificar em profundidade as noções não só de movimento, mas também de massa, peso, inércia, gravidade, força e aceleração. Trata-se, ao mesmo tempo, de um novo método e de uma nova concepção geral do universo físico. Trata-se, além disso, de novas formas de determinar as finalidades, os papéis e os objetivos do conhecimento da natureza”. (p. 31). Assim, os sujeitos, em diferentes momentos da história, reconstróem as suas diversas maneiras de perceber, compreender e sentir os signos, atribuindo novos significados ao significante para que a necessidade contemporânea ao homem possa encontrar respostas no universo de seus questionamentos.

¹¹ Sobre essa problemática, baseando-nos em Koselleck (2006), podemos observar que algumas palavras transcendem ao tempo, mas que o seu significado é transformado. Assim, podemos adotar como exemplo a palavra “democracia” que, segundo Koselleck, pode ser identificada nesses três aspectos: “Antiga democracia como forma constitucional e possível da polis. [...] No Século XVIII, o conceito de democracia foi atualizado para designar novas formas de organização dos grandes Estados Modernos. [...] Finalmente, democracia se torna um arquilema, um conceito generalizante, que daqui por diante, tomando o lugar de “republica” (= politeia), impele todos os outros tipos de constituição para a ilegalidade como forma de Governo”. (p. 107). Assim, podemos perceber que a palavra democracia, surgida na antiguidade clássica, permanece a mesma, no entanto, sobre o conceito de democracia foram atribuídos novos significados a partir das necessidades do homem contemporâneo, porque o conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica em cujos vocábulos se concentra uma multiplicidade de significados não cristalizados

Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. Dessa definição, reteremos dois factos fundamentais: por um lado a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter (sic) plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. (p. 350).

O conceito de cultura política apresentado por Sirinelli e Bernstein nos dá possibilidades de identificarmos que, nos anos de 1964 a 1968, houve várias culturas políticas interagindo em um mesmo espaço e difundidas por grupos diferentes, dentre elas, podemos destacar uma cultura política de direita¹², da qual parte das Forças Armadas se apropriou e outra cultura política de esquerda, que não aceitava a política adotada pelas Forças Armadas, praticada por um grupo de estudantes¹³. Nesse sentido, a cultura política difundida pela direita e a defendida pela esquerda foram se desenvolvendo conforme a necessidade de articulação que ambos os grupos julgavam necessário para defender projetos que se delineavam.

Segundo Bernstein (2009, p. 32-39), a cultura política ainda apresenta acepção bem diversa. Em um dado momento da história, vários sistemas de representação coerentes ou rivais entre si determinavam a visão que os homens que deles participavam tinham da sociedade. As culturas políticas variam em função dos lugares, da época e dos tipos de civilização e sempre surgem em resposta a um problema da sociedade. Ela só se torna operacional quando suscita a adesão de grupos importantes da sociedade. Portanto, as culturas políticas estão para além de uma adesão partidária, pagamento de uma contribuição, ou ação militante. É ela que constitui a base do pertencimento político e leva os sujeitos a se identificarem com determinados grupos que oferecem apoio por compreender facilmente os seus discursos.

Ora, a cultura política pode ser transmitida aos indivíduos por meio das diversas relações sociais e políticas, e os sujeitos, ao se apropriar dos ensinamentos, pode dar-lhes um

¹² Atentando para a polissemia das palavras, conforme o momento histórico, o termo “direita”, em nossa pesquisa, refere-se aos partidos e aos políticos que não assumem uma postura defensiva diante do conceito de igualdade, e “esquerda”, às organizações que, com o apoio de políticos ou não, lutam para garantir os seus direitos, já que as organizações são “um conjunto dos instrumentos (órgãos) escolhidos, predispostos e oportunamente coordenados por um indivíduo ou grupo, com vistas à consecução de determinados fins” (BOBBIO, 1998, p. 852). Quando enfatizamos o movimento estudantil universitário (para ficar apenas no objeto de nosso estudo) nas correlações de forças com o Governo, caracterizamo-lo como uma organização de esquerda, pois eles estavam engajados em uma luta; e quando nos referirmos à política das Forças Armadas e ao movimento estudantil que mantém articulações com ela, como enfatizaremos em nossa escrita, serão identificados como um movimento de direita.

¹³ É de nosso conhecimento que outros grupos militaram contra a ditadura militar, todavia nos restringiremos a problematizar o movimento estudantil.

novo significado, que determina as motivações do ato político e (a cultura política) passa a existir a partir do momento em que é partilhada por grupos, de forma coletiva, que viveram as mesmas experiências e que se reclamam dos mesmos postulados. Todavia, não estamos generalizando as culturas políticas adotadas pelas Forças Armadas e pelos estudantes, uma vez que, no interior dessas entidades, existiam opiniões que divergiam. De acordo com Sirinelli (1998): “Uma cultura política irriga um grupo por meio de canais de expressão que podem variar ao mesmo tempo com as épocas e com os grupos respectivos”. (p. 415). Partindo desse pressuposto, as culturas políticas não são imóveis, o que permite a fluidez dos sujeitos nos grupos. Dessa forma, os estudantes podem assumir posições políticas voltadas ora para a direita, ora para a esquerda.

Na condição de a cultura política transmitir valores aos sujeitos pelos instrumentos mais variáveis, ela não passa à margem da nova história cultural, favorecendo-se dela, na medida em que abre novos horizontes para analisar os comportamentos coletivos e seus efeitos, por meio dos fenômenos da transmissão de crenças, normas e valores, a fim de apreender as percepções e as sensibilidades dos sujeitos.

Nesse ponto, cabe mostrar que a História Cultural não exclui a política de suas análises, como apontam alguns de seus críticos. Pelo contrário, o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, com o que se pode mesmo afirmar que a História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos. Não seria demais falar em uma verdadeira renovação do político, trazida pela História Cultural. (PESAVENTO, 2005, p. 75).

Nesse sentido, não teríamos como passar à margem da nova história cultural, já que o nosso objeto de estudo está diretamente ligado a ações e atos políticos, sejam eles praticados pelas Forças Armadas ou pelos estudantes universitários. Todavia, assim como a nova história política passou por um processo de crítica ao longo da sua metodologia, até se abrir para os novos campos, o mesmo ocorreu com a nova história cultural que, até a década de 1980, era vista como história das mentalidades.

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto, de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Nessa perspectiva, Prost (1998) enfatiza: “Observar-se-á, em primeiro lugar, que toda a cultura é cultura de um grupo. A história cultural é indissociavelmente social, dado que está ligada ao que diferencia um grupo do outro”. (p. 134). Nesse viés, a nova história cultural nos permite pensar o indivíduo a partir de suas experiências¹⁴, enfocadas em suas representações, visto que de acordo com Pesavento (2005): “Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença”. (p. 40). Partindo do que foi aludido acima, esse conceito de representação será importante para entendermos, com base nos depoimentos, as diferentes apropriações dos nossos militantes, posto que, as narrativas que são aqui mencionados fazem parte de uma representação individual sobre o coletivo.

Assim, partindo do princípio de que tanto a nova história política quanto a nova história cultural trabalham com as relações mediadas pelos sujeitos ao longo da história, cada uma contribuindo com visões de mundo desenvolvidas a partir de suas necessidades, ambas contribuirão para que a escrita desta pesquisa seja viável com os usos dos conceitos apresentados por elas e que serão diluídos ao longo de nossas discussões viabilizando-nos a trabalhar com as fontes e as problemáticas que se colocarão ao longo da pesquisa. Portanto, nos apropriarmos das teorias aqui apresentadas não é uma opção, mas uma necessidade, para a realização desse ofício como historiadores.

Ainda neste subitem, justificamos a opção por denominar o movimento de 31 de março de 1964 como ditadura militar, uma vez que outras denominações, como “revolução” e “golpe-civil-militar” também identificam esse movimento das Forças Armadas. Assim, em nossa escrita, optamos por denominar esse período como ditadura militar, por várias razões que aqui compartilharemos.

A primeira razão está diretamente relacionada ao que entendemos por revolução, compartilhando com as discussões propostas por Bobbio (1998), que concebe a revolução como o desencadeamento de uma ação violenta levada adiante por setores da sociedade que

¹⁴ A experiência está para o passado presente, que se concretiza no presente por meio da memória, dos vestígios, dos monumentos, das fontes históricas, dentre outros. “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional, quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”. (KOSELLECK, 2006, p. 309-310). Dessa forma, a experiência que se reflete no “passado presente”, por representar um espaço de coisas já conhecidas, termina por se fazer presente na memória dos sujeitos, seja por vivência ou por conhecimento dos fatos ocorridos no processo histórico.

não fazem parte das elites¹⁵ dirigentes e que pretendem realizar mudanças profundas na política, na sociedade e na economia, como a Revolução Francesa de 1789. Para Fernandes (2010):

A palavra revolução tem sentido empregado de modo a provocar confusões. Por exemplo, quando se fala de “revolução institucional”, com referência ao golpe de Estado de 1964. É patente que aí se pretendia acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar para impedir a continuidade da revolução democrática. (p. 349).

A partir das leituras realizadas, e nos apropriando das ideias defendidas por Bobbio (1998) e Fernandes (2010), passamos a entender os acontecimentos que se deflagraram a partir do 31 de março de 1964, sob articulação das Forças Armadas, como um golpe por estar relacionado “às mudanças no Governo feitas na base da violação da constituição legal do Estado normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político”. (BOBBIO, 1998, p. 545). Assim, de acordo com Bobbio (1998): “O golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado”. (p. 545). Essa é uma decisão geralmente adotada de surpresa para evitar reações daqueles que sofrerão as consequências, como podemos perceber no 31 de março de 1964.

Incorporando a denominação de golpe para os acontecimentos aqui trabalhados, teremos a complementação pela historiografia de “civil-militar”. Embora defendamos a nomenclatura ditadura¹⁶ militar, não estamos excluindo a colaboração dos civis na cunhagem do golpe:

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente sobressaiu o papel dos militares. Além das motivações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo Governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para Presidente. [...]. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe-civil-militar, trata-se, contudo da

¹⁵ O conceito de elite é pensado, aqui, para designar o conjunto de classes e suas frações hegemônicas política, econômica e culturalmente, na comunidade campinense. Elite é, pois, “o conjunto dos grupos que dominam a sociedade mediante sua influência, seu prestígio, suas riquezas, seu poder econômico, cultural, político”. (BURGUIÈRE, 1993, p. 283).

¹⁶ “Como a palavra Ditadura, tende-se a designar toda classe dos regimes não-democráticos especificamente modernos, isto é, dos regimes não-democráticos existentes nos países modernos ou em vias de modernização”. (BOBBIO, 1998, p. 372).

implantação de um regime militar - em duas palavras: de uma ditadura militar. (FICO, 2004a, p. 38).

Compreendemos que, apesar de parte dos civis ter corroborado com a introdução do golpe, por razões que discorreremos ao longo de nossa escrita, a presidência da República sempre esteve sob o domínio das Forças Armadas, o que nos leva a considerar o golpe como civil-militar, mas a defender a ideia de que nele se sobressaiu a política dos militares. Portanto, utilizaremos a nomenclatura ditadura militar, quando estivermos nos referindo à administração política das Forças Armadas, e golpe-civil-militar, quando estivermos aludindo à articulação e apoio ao golpe pelos civis, já que a adesão deles foi sobremaneira importante para a concretização do golpe.

Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho foi de analisar a atuação do movimento universitário em Campina Grande, a partir de mudanças na conjuntura política brasileira com a ascensão das Forças Armadas ao poder. Nossa hipótese é de que o movimento universitário campinense não esteve totalmente à margem das bandeiras defendidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), durante a primeira fase da ditadura militar, porquanto também articulavam a luta por bandeiras de nível nacional com as suas próprias bandeiras.

Para sustentar tal hipótese, é necessário proceder a uma garimpagem acerca do movimento estudantil, a qual foi possível devido ao nosso encontro com fontes em suas mais diversas faces. Esse encontro será compartilhado a partir de agora.

1.1.2 – Aspectos metodológicos e corpus documental

Levando em consideração os novos campos abertos a partir da década de 1970, em relação às fontes de estudo e ao seu uso pelo historiador, nossa pesquisa caminha entre esses novos horizontes, sem deixar para trás os antigos métodos. Dessa forma, o trabalho que nos propusemos a desenvolver, a partir de agora, buscou subsídios tanto nas fontes consideradas “oficiais”, como, por exemplo, os documentos oficiais do Departamento de Ordem Policial e Social (DOPS) de Âmbito Estadual, de literaturas acerca do nosso objeto de estudo, como também e, principalmente, de fontes ponderadas por alguns historiadores como não “oficiais”, a exemplo das matérias jornalísticas e os relatos orais.

Nesse sentido, a pesquisa realizada nos arquivos do DOPS, localizado na Universidade Federal da Paraíba, no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), foi imprescindível

devido às fichas que existem em seu arquivo, estas nos trouxeram importantes informações sobre os estudantes, por conterem seus nomes completos e algumas com o(s) pseudônimo(s) usado pelo militante, e por informarem a filiação, a faculdade em que estudou, a entidade onde militou, a razão da apreensão ou da punição, entre outros itens.

Pesquisar no DOPS também foi importante por nos possibilitar analisar os bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas consideradas subversivas e/ou perigosas. As fichas e os prontuários desses arquivos, por indivíduo, permitiram-nos traçar um perfil dos sujeitos estudados na pesquisa e suas bandeiras de luta, uma vez que, nelas, ficou registrado o cotidiano acadêmico de muitos dos nossos militantes. Por outro lado, as literaturas existentes que discutem a ditadura militar e o movimento estudantil nos foram significativas por transmitirem conhecimentos sobre o contexto geral, do período em que as Forças Armadas governaram o Brasil e a ocorrência dos movimentos estudantis que se deflagravam no país. Essas leituras ainda nos foram importantes porque, a partir do conhecimento adquirido, direcionamos as nossas pesquisas nos periódicos e viabilizamos as nossas entrevistas, pois, de acordo com Alberti (1989):

Na História Oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial e peculiar, uma vez que é realizando uma pesquisa em arquivos, bibliotecas, etc., e com base em um projeto que se pode produzir entrevistas que se transformarão em documentos, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com os arquivos e demais instituições, de consulta e documentos é, portanto bilateral: enquanto se obtém das fontes já existentes material para a pesquisa e a realização de entrevistas, essas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início. (p. 45).

No Brasil, o trabalho com a história oral¹⁷ realizado por historiadores destacou-se a partir da década de 1970, mais precisamente, em 1975 quando, segundo Alberti (2010, p.

¹⁷ O uso da história oral como fonte e método vem desde Heródoto, que construiu a sua escrita a partir dos relatos de pessoas que conhecia em suas viagens em torno do Mediterrâneo. Todavia, o seu método na escrita da história foi contestado por Tucídides, que, “achando impossível definir à ‘verdade’ simplesmente pela observação e pelos depoimentos colhidos diretamente, preferia não confiar na memória, que achava ‘falível’, e em muitos casos, dependendo das simpatias dos depoentes, ‘partidárias’. O método tucidiano consistia em proceder a exames que combinavam testemunhos com outras fontes. [...] O império romano, dada à vastidão territorial e a complexidade das culturas dominadas, exigiu uma burocratização que implicava, para o melhor controle e domínio, conhecimentos históricos. A história feita então não poderia ser mais apenas testemunhal. (MEYHI, 1998, p. 20)”. Nessa perspectiva, no século XIX, a História, em sua busca implacável pelo status de cientificidade, decide negar a história oral como fonte, direcionando-se apenas para os documentos escritos. Mas, a partir do século XX, após os novos olhares para as fontes historiográficas, a história oral entra em cena novamente. “O termo História Oral começou a ser difundido nos Estados Unidos, país pioneiro, no século XX, no registro das fontes orais visando estudos históricos em sociedades com escrita. É atribuído a Allan Nevins, da Universidade de Columbia (Nova York), que na década de 1920, ao fazer uma pesquisa sobre o Presidente

160), o Brasil realizou o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), e que contou com representantes de quatro instituições: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e documentação.

Paralelamente a esse evento, ocorreu o I Curso Nacional de História Oral, do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, ministrado pelo Professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Porém, essa metodologia somente se aprimorou no Brasil na década de 1980, quando o país vivenciava certa abertura política e caminhava para o fim da ditadura militar, pois, até então, devido às constantes e intensas repressões, qualquer discurso poderia levar o sujeito a ser mal entendido e considerado “subversivo”. No entanto, apenas optar por fazer uso do método da história oral não basta para se entrar em campo, é preciso, ainda, definir que estilo de entrevista vamos trabalhar com os nossos depoentes. Essa definição deve estar relacionada diretamente com o nosso projeto de pesquisa. Neste sentido, a partir de nossas leituras, nos foram apresentados três tipos: as entrevistas temáticas, a história de vida e a tradição oral.

As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto a história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou ou de que se inteirou. (ALBERTI, 2010, p. 175).

Já a entrevista de tradição oral, como o próprio nome informa, de acordo com Meyhi (1998): “Trabalha com a permanência dos mitos e com a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto, a tradição oral percebe o individuo diferentemente da história oral de vida e temática”. (p. 45).

Após algumas reflexões por meio das leituras que realizamos e com o nosso orientador, e levando em consideração o objetivo do estudo - analisar a atuação do movimento universitário em Campina Grande, entre 1964 a 1968 - logo descartamos a entrevista de tradição oral, por não se enquadrar em nossa temática, e pensamos em optar pela entrevista temática ou a de história de vida. A princípio, pensamos em fazer uso da entrevista do tipo história de vida, que se interessa pelas trajetórias de vida dos sujeitos e passa pelos diversos

Groover Cleveland, resolveu anotar os depoimentos de pessoas que tinham convivido com o Presidente. Na década de 40 esse historiador criou o Oral History Research Office (programa de história oral, fundado no mesmo ano da invenção do gravador a fita, em 1948). Nessa época, a recente invenção do gravador facilitava o registro mais fiel das fontes orais, pois tornou possível gravar os depoimentos sem praticamente nada perder, o que fatalmente ocorria quando eram apenas anotadas, mesmo que por taquigráficos. (FARIA, 2005, p. 03)”.

acontecimentos que esses sujeitos presenciaram, vivenciaram e/ou de que se inteiraram, desde a sua infância, até o momento da entrevista, fazendo as suas devidas (re)significações em relação ao movimento universitário. Todavia, nessa trajetória, não tínhamos como fugir de uma história temática, uma vez que a própria história de vida trata de várias histórias temáticas. Dessa forma, a nossa problemática nos leva a trabalhar, tanto com a entrevista temática, quanto com a entrevista de história de vida, conforme a disponibilidade dos nossos entrevistados.

Assim, decidimos pela entrevista semiestruturada, que é feita a partir de um esquema básico de questionamentos, que permite a flexibilidade dos temas abordados, na medida em que possibilita ao informante se expressar espontaneamente, e ao entrevistador, questioná-lo, ou solicitar acréscimos, para facilitar a ampliação e o aprofundamento das informações e enriquecer a investigação. Para nos beneficiarmos dos novos horizontes abertos pela historiografia ao ofício do historiador, também adotamos como fontes de estudo os periódicos.

Na produção historiográfica brasileira, segundo Luca (2006, p. 111-117), esse documento também foi um campo renegado pela História até, aproximadamente, 1970, devido à falta de neutralidade nas produções dessas fontes. Mas, hoje sabemos que até mesmo os documentos tidos como “oficiais” são produzidos por sujeitos que falam de lugares específicos. Assim, a mídia

é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consenso, educa a percepção, produz “realidades” parciais apresenta como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ABRAMO, 2003, p. 08).

Não estamos aqui introduzindo a mídia como um meio político. René Remond enuncia que: “Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”. (1996, p. 441). O autor nos leva a inferir que os impressos são um instrumento transformado em armas pelas Forças Armadas, com o propósito de exercer sobre os cidadãos um poder que disfarça a força bruta e opera por intermédio de símbolos para obter os seus objetivos. No entanto, embora tenhamos o conhecimento das subjetividades presentes nos periódicos, sejam elas dos jornalistas, das

empresas responsáveis pela edição/publicação ou de outros órgãos como o Estado, que podiam controlar as notícias a serem divulgadas mediante censura, os periódicos são importantes em nossa pesquisa por registrarem cotidianamente as correlações de força ocorridas entre o movimento universitário e o Governo em exercício.

Ainda como fonte, contamos com o Projeto Compartilhando Memórias, desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos, vinculado à Universidade Federal da Paraíba e organizado pela professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e o professor Carmélio Reynaldo Ferreira. Esse projeto realizou entrevistas com pessoas que militaram contra a ditadura militar e em movimentos sociais nas mais diversas instâncias. Outra fonte de pesquisa que também nos auxiliou foi o projeto de pesquisa desenvolvido pelo orientador desta pesquisa, o Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, “Golpe Civil-militar e Implantação da Ditadura Militar na Paraíba: adesão, repressão e resistência (1964-1968)”, cujos planos de trabalho foram: 1) a sociedade civil e a ditadura militar na Paraíba: trabalhadores, estudantes e mulheres; 2) a imprensa paraibana e a ditadura militar: adesão, resistência e “neutralidade”; e 3) partidos políticos e atuação parlamentar na Paraíba na época da ditadura militar (1964-1968). Como esse projeto objetiva fazer um banco de dados sobre o tema, suas informações nos foram sobremaneira importantes, porque as reportagens que mencionamos aqui e que não fazem parte do Jornal Diário da Borborema nem do Jornal Formação foram cedidas pela equipe do professor.

Em linhas gerais, no que se refere à organização e à análise dos dados sobre as influências, as bandeiras e a atuação do movimento universitário campinense, trabalharemos com acervos e com a história oral, tendo como base as pesquisas documentais, que se encontram nos arquivos do DOPS, nos acervos, nos projetos de pesquisa, e os depoimentos dos próprios estudantes. Como historiadores, buscamos, nessas fontes, problematizações que nos possibilitem, junto com as leituras teóricas, contribuir para a historiografia com novas leituras sobre o movimento universitário.

Nesse âmbito, os objetivos deste trabalho foram pensados de modo a nos dar subsídios para analisarmos a atuação do movimento universitário campinense entre os anos de 1964 a 1968. Assim, nossa¹⁸ caminhada optou pelo seguinte percurso:

¹⁸ É importante registrar que não considero este trabalho apenas meu, pois, sem a ajuda do orientador, da banca - de qualificação e de defesa - e daqueles que nos deram acesso aos arquivos e aos que contribuíram com suas pesquisas em nosso trabalho, esse não teria tal desenvolvimento, e diante dessas contribuições esse trabalho não é apenas um mérito meu, mas, de todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram com essa pesquisa, partindo desse pressuposto, optamos por fazer uso da primeira pessoa do plural “nós”. Porém, nas falas daqueles depoentes, que foram entrevistados por mim, farei uso da primeira pessoa do singular “eu”.

O primeiro caminho – *“Eu queria mudança”*: um estudo acerca das influências apropriadas pelos jovens militantes - foi dividido em três subtemas. O primeiro é composto desta introdução, que discorre como vimos, acerca do nosso embasamento teórico e metodológico; o segundo traz uma reflexão acerca dos grupos de sujeitos participantes da pesquisa, seguido de um estudo sobre o cenário político de Campina Grande, na década de 1960, abordando as influências apropriadas pelos estudantes campinenses.

O segundo caminho – *Entre as bandeiras de luta e a ditadura militar: o movimento universitário em Campina Grande – PB (1964-1967)* – é composto por três subtemas. No primeiro, apresentamos um estudo sobre o nascedouro do ensino superior em Campina Grande, problematizamos a receptividade da política introduzida no Brasil pelas Forças Armadas, por parte dos universitários campinenses no imediato pós-golpe, e tecemos considerações a respeito das bandeiras de luta, a partir do movimento universitário campinense até o ano de 1967.

O terceiro caminho – *1968 – A universidade em xeque e a ditadura no caminho: os estudantes estão nas ruas* – é dividido em três subtemas. No primeiro, analisamos o movimento universitário campinense no imediato-1968, até o assassinato do secundarista Edson Luís de Lima Souto; apresentamos uma pesquisa que vai do pós-assassinato do estudante Edson Luís, ao Congresso de Ibiúna; e discutimos sobre a radicalização da ditadura militar com o Ato Institucional Cinco e suas consequências para os universitários campinenses.

Nessa perspectiva, continuamos a compartilhar conhecimentos adquiridos em nossa pesquisa, a partir da escrita do segundo subtema desse caminho.

1.2 – Governo, militares e estudantes: um encontro com os personagens da nossa história

1.2.1 – Brasil - Praça dos três poderes: Exército, Marinha e Aeronáutica

O título que inicia este subitem não partiu de nós, mas dos cartazes exibidos durante a realização de um “Trote” dos universitários em 1967. Apropriamo-nos dele por representar a maneira como, a partir de agora, identificaremos a política brasileira no recorte temporal, que vai de 1964 a 1968. Assim, objetivamos analisar como se processaram a “queda” do Presidente João Goulart e a ascensão das Forças Armadas à Presidência da República e como estes acontecimentos foram recepcionados pela população brasileira e a campinense.

Julgamos necessária essa discussão, para contextualizar o momento histórico em que analisaremos a militância universitária campinense. No entanto, não pretendemos nos aprofundar nessa temática, porquanto já foi trabalhada por vários autores, que indicamos como opção de leitura ao dialogar com eles em nossa escrita.

João Goulart¹⁹ assumiu a Presidência da República no dia 07 de setembro de 1961, por meio de protestos de parte da “população”. Porém, as Forças Armadas²⁰ não queriam que ele assumisse a Presidência da República e fizeram oposição desde o primeiro momento em que ele assumiu o Poder:

Contudo, também nas semanas iniciais de seu Governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas. Os três ministros militares de Jânio Quadros, logo que entregaram os cargos, passaram a tramar a destituição de Goulart, sobretudo o marechal Odílio Denys, com o apoio, inclusive de um grupo de empresários cariocas. (FERREIRA, 2003, p. 349).

Como aqueles que não concordavam que Goulart assumisse a Presidência da República não conseguiram impedir sua posse, pois, tal anseio ia de contra aos princípios defendidos pela Constituição, impuseram obstáculos na administração, e o Congresso Nacional propôs que ele assumisse o Estado através de um parlamentarismo, o que foi aceito, mas, deixando claro, a convocação de um plebiscito, que foi realizado em janeiro de 1963, com vitória para o Presidente. No meio político, Goulart não era um homem sem experiência, muito pelo contrário, antes de chegar à Presidência da República, exercera cargos importantes na política brasileira, tais como: o de Ministro do Trabalho, no segundo mandato de Vargas, e

¹⁹ João Goulart era vice de Jânio Quadros, o primeiro eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o segundo pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Recebeu, ainda, o apoio da União Democrática Nacional (UDN), pois, pela Constituição da época, votava-se para Presidente e Vice-presidente, que podiam pertencer a quaisquer partidos políticos.

²⁰ Entretanto, não é toda a corporação das Forças Armadas que começa a tramar contra Goulart. Assim, o Terceiro Exército, localizado no Rio Grande do Sul, só aderiu à revolução no dia 02 de abril de 1964, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), que foi desenvolvida com fins de proteger a nação. Nesse caso, principalmente do comunismo, mas acaba favorecendo as políticas governamentais, como nos coloca Arns (1985, p. 76): “A LSN faculta à autoridade policial política um campo arbítrio incomensurável expondo o cidadão brasileiro a mais completa insegurança. Com ela, o regime manteve uma ferramenta para dissuasão e repressão a seus adversários e impingiu autoritariamente à nação uma ideologia que, além de importada, significa em última análise, uma tentativa de perpetuação de estruturas sociais injustas”. Ela garante, ainda, a legalidade de vários outros projetos, leis criadas pelo regime ditatorial, como a Doutrina de Segurança Nacional, que passa a adquirir novos significados. “Na Constituição de 1946, o conceito de Segurança Nacional era associado ao de *agressão externa* – defesa contra forças externa, com definição para adaptar-se à Doutrina de Segurança Interna, com sua teoria da guerra psicológica e do ‘inimigo interno’. A ameaça à segurança nacional era assim definida como uma ameaça antes a *fronteiras ideológicas* do que a *fronteiras territoriais*”. (ALVES, 1984, p. 108).

de Vice-presidente, no de Juscelino Kubitschek, pelo PTB. Todavia, essas experiências não foram o bastante para que governasse até o término do seu mandato.

Segundo Gaspari (2002, p. 68-81), Goulart se sentia protegido pelo Exército no qual ele havia feito nomeações e o trazia para perto de si, como o Comandante do II Exército, o General Amaury Kruel²¹. No entanto, procurar manter boas relações com os militares era uma estratégia de Goulart, já ensaiada por outros Presidentes da República desde Getúlio Vargas²², todavia, sem sucesso.

Apesar de ter algumas experiências negativas com os militares, Goulart não acreditava em uma traição. Na comemoração do aniversário da associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara, o Presidente abandonou o seu discurso escrito e se pronunciou oralmente, sem seguir orientações. Foi exatamente nesse pronunciamento que Goulart “denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita e afirmou que a tentativa de golpe contra seu Governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia associada”. (NUNES, 2011, p. 38). Neste pronunciamento, as Forças Armadas identificam ideais de valor comunista na fala do Presidente, e começaram a colocar em prática a ideia de um golpe com o apoio de vários setores da sociedade civil.

Esse apoio foi demonstrado por parte da igreja católica conservadora, na marcha da “Família com Deus pela Liberdade”, organizada pelas entidades de mulheres conservadoras, com o apoio de empresários, do IPES²³, etc., levando às ruas, segundo dados da Revista

²¹ Embora Castelo Branco tivesse sido amigo de Kruel na infância, as estradas da vida os separaram e, naquele momento, Kruel era “amigo” de Goulart, que acabara de nomear seu filho agente do Lóide Brasileiro, em Nova Orleans, e lhe conseguira financiamentos públicos para a compra de uma fazenda de café no Espírito Santo. A princípio, Kruel se nega a apoiar a “revolução”, mas termina aderindo a ela.

²² Segundo Prestes (1993): “A adoção de diversas formas de articulação entre os políticos civis [...] e os militares constituía, pois, uma prática corrente na história da Primeira República”. (p. 44). Getúlio Vargas foi o primeiro Presidente a romper com a política das Oligarquias com o apoio decisivo dos militares, representado pelo Tenente Góis Monteiro, exercendo seu primeiro mandato como Presidente da República de 1930 a 1945. Góis Monteiro desempenhou importante participação na política brasileira durante o Governo Vargas, até ser designado, em 1944, para integrar o Comitê para a Defesa do Continente, em Montevideu. Ao retornar ao Brasil no ano seguinte, manifestou-se contra o Estado Novo e teve participação ativa nos acontecimentos que culminaram com a deposição de Vargas. Sobre articulações mantidas entre civis, políticos e militares na história brasileira, consultar também. CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

²³ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi um projeto iniciado por intelectuais, empresários, militares e outros, que se concretizou, oficialmente, em 29 de novembro de 1961. Segundo Dreifuss (1981, p. 163-164), o IPES desenvolveu uma dupla vida política, sendo que a face pública se apresentava como uma organização de homens de negócios e intelectuais, que advogavam participação nos acontecimentos sociais e políticos, tinham como objetivo estudar as reformas propostas por Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecnopresário liberal. Já o outro lado coordenava uma campanha política, ideológica, militar e anticomunista. Sobre o IPES e o IBAD, ver. DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Caros Amigos²⁴, cerca de meio milhão de pessoas que percorriam as principais avenidas de São Paulo, com término na Praça da Sé. Mas, essa marcha não ficou restrita apenas aos grandes centros, tendo ocorrência, em outros territórios brasileiros, todavia, com exceção de algumas capitais brasileiras, essa marcha ocorreu depois do golpe, como na capital da Paraíba – João Pessoa – e em Campina Grande.

Quando o movimento de redemocratização do Brasil se sagrou vitorioso, banindo do país a ameaça de bolchevização, os ‘redatores do Diário da Borborema’ fizeram divulgar uma matéria em que se conclamava a população de Campina Grande para acompanhar os gestos das grandes capitais brasileiras, com a promoção, também aqui, de uma “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”. Marcamos o dia 17 do corrente para essa passeata cívica que tem atraído verdadeiras multidões em todas as cidades onde se tem realizado, inclusive na capital do Estado. O percurso escolhido sairia da frente do Teatro Municipal até a Catedral, à tarde da sexta - feira. (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE SERÁ REALIZADA, JORNAL DB, 21/04/1964, p. 08).

Ressaltamos que a marcha não ocorreu no dia 17 de abril de 1964, mas no dia 21, desse mesmo mês e ano. Na capital do Estado, como menciona a reportagem do Jornal Correio da Paraíba²⁵:

Todos os oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada ontem nessa cidade, foram unânimes em repudiar ideologias estranhas que maus brasileiros intentavam importar para o nosso País, para derrogar as nossas liberdades democráticas. Jamais João Pessoa havia assistido a espetáculo de tanta fé cristã e espírito de patriotismo como na Marcha da Família promovida ontem. Os discursos, aplaudidos pela unanimidade da incalculável multidão, foram vazados numa linguagem de vibração cívica, que, ao lado da confederação ao comunismo, saudava e exaltava a grande vitória da Revolução Democrática de 31 de Março. [...] A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma festa cívico-religiosa jamais registrada na Paraíba. (PASSEATA JÁ HAVIA SIDO REALIZADA, 09/04/1964).

Esse evento contou com a formação de grupos de apoio, como a União Cívica Feminista (UCF), do Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba (MAFEP), entre outros, cujos slogans eram: “1, 2, 3, Brizola no xadrez”, “Viva a democracia, abaixo o comunismo”, “Está chegando a hora de Jango ir embora”, além de outros que ratificavam, sumariamente, o inconformismo em relação à administração de Goulart, como enfoca Skidmore (1988):

²⁴ Essa informação foi divulgada no dia 19 de março de 2004. Sobre as marchas, ver também: SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985

²⁵ O Jornal Correio da Paraíba foi fundado por Teotônio Neto em 05 de agosto de 1953.

A revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o *Jornal do Brasil*, o *Globo*, *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do Governo Goulart [...] os advogados construíram outra força oposicionista através do seu órgão de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, cujo Conselho Federal bateu palmas à deposição de João Goulart [...] A hierarquia da igreja foi outra fonte de opinião de elite que apoiou à intervenção militar. [...] Quanto aos políticos, o golpe de 1964 apanhou muitos de surpresa. Os civis mais esclarecidos envolvidos na conspiração não perderam tempo, contudo, para usar a intervenção militar em proveito próprio. (p. 63-64).

Assim, a oposição contra Goulart estava organizada com órgãos que pudessem propagar uma imagem pejorativa sobre sua administração:

No campo oposto, cabe ressaltar a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização fundada em 1959, sob forte influência do clima da guerra fria, e que tinha como principal meta combater a propaganda do comunismo no Brasil. O IBAD, financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, possuía contabilidade própria e apoiou, nas eleições de 1962, candidatos que se opunham às reformas de base e a medidas governamentais de cunho nacionalista. Entre as organizações da sociedade civil que o apoiaram, destacaram-se Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); Frente da Juventude Democrática (FJD) e Movimento Sindical Democrático (MSD) (DELGADO, 2003, p. 148).

Esses grupos, formados por mulheres, jovens e outros, apresentavam-se a favor do discurso “revolucionário” propagado pelos militares. Essa ajuda comungou com a forte crise econômica vivenciada pelo Brasil e a ameaça da instauração de um comunismo advindo do Governo de Goulart. Mas, explicar o golpe a partir destes pressupostos ou da realização de um comício ou de um pronunciamento feito na festa dos sargentos tornaria tudo muito simples, e estaríamos nos esquecendo dos acontecimentos que envolveram Governos que o antecederam e a própria dinâmica que o Brasil vivenciava. Ainda, ao apropriarmo-nos de algumas das inúmeras teses levantadas por autores como Ferreira (2003)²⁶ e Fico (2004a) para tentar

²⁶ De acordo com Ferreira (2003), existem várias teses explicativas para o golpe. Numa versão estruturalista/economicista, temos as de Otávio Ianni, de que o golpe se justifica devido a uma crise agrário-exportadora e um desenvolvimento nacionalista que o Brasil vivenciava. (p. 346); para Guilherme O'Donnel, o golpe se justifica pelo processo de industrialização, sendo que, “[...] em um certo estágio, atinge um nível em que o crescimento econômico exige regimes autoritários na regulamentação dos conflitos”. (apud FERREIRA, 2003, p. 346); Fernando Henrique Cardoso entende que “[...] o processo de acumulação de capital necessita de formas autoritárias de gestão, desarmando as classes populares e reestruturando os mecanismos de acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas”. (apud FERREIRA, 2003, p. 346). Outro autor que também nos apresenta algumas teses de uma visão marxista menos ortodoxa, com base em alguns autores a respeito do golpe é Fico (2004a). Nesse âmbito, citamos René Armand Dreifuss, em cuja tese de Doutorado, defendida em 1980, na Universidade de Glasgow, “State class and organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brasil, 1961-1965”, transformada no livro “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe”, defende o golpe a partir de “[...] uma leitura marxista clássica, defendendo a existência de um longo processo de

justificar o golpe nos levaria a esquecer a força de ação de todas essas teses corroborando para a queda de Goulart, além de outras crises enfrentadas pelo seu Governo. Nessa perspectiva, não podemos deixar à margem a insatisfação de grupos sociais específicos, como os camponeses²⁷, que lutavam pela desapropriação de terras dos grandes latifundiários, mas eram contra a indenização delas, o que deixava Goulart “entre a cruz e a espada”. Porém, se ele apenas desapropriasse as terras entraria em conflito com os latifundiários, e se ele indenizasse os grandes proprietários de terras, entraria em desacordo com os camponeses; outro grupo de destaque era formado pela baixa patente das Forças Armadas, em que, os sargentos começaram a receber influências políticas. “Apresentando-se como o ‘povo em armas’, afinados com as demandas de democratização que se abriam para os ‘de baixo’ eles aprofundaram as suas reivindicações. Em seus clubes e associações passaram a indicar candidatos ao Congresso Nacional”. (FERREIRA, 2003, p. 353).

A partir dos espaços políticos que alguns setores da população reivindicavam os sargentos, buscando apoio e apoiando os marginalizados, também ambicionavam se inserir na política. Pois, na época, não estava clara a proibição ou aceitação deles nos cargos políticos pela Constituição, mas que era vedada sua candidatura pelas regras das Forças Armadas.

luta de um setor de classe, ou de um bloco, de poder, pela implementação de seus interesses, conscientemente defendidos”. (apud FICO, 2004a, p. 37). Ou seja, para Dreifuss, o golpe se articulou com o complexo Ipes/Ibad, que funcionava como um Estado-maior da burguesia multinacional-associada e “[...] o Estado teria sido diretamente reorganizado pela ‘elite orgânica’ capitaneada pelo Ipes”. (apud FICO, 2004a, p. 37). Ainda na linha marxista, temos a tese de Jacob Gorender, que “[...] consolidou, em traços gerais, duas das principais linhas de força interpretativas sobre as razões do golpe: o papel do estágio, em que, encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias providas da esquerda”. (apud FICO, 2004a, p. 35). Por fim, para não passarmos o texto inteiro justificando possíveis teses levantadas por intelectuais e ficarmos apenas nas que nos chamaram mais a atenção, existe a tese dos militares, segundo a qual o golpe foi justificável para se evitar um golpe comunista no país e pela quebra de hierarquia dentro da corporação. (FICO, 2004a, p. 41). “Dessa forma, o anticomunismo militar não diz respeito apenas à possibilidade de instauração de um Governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma desobediência paralela e concorrente”. (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004, p. 12). Essa desobediência não era admitida dentro da corporação, uma vez que a quebra dessa hierarquia para as Forças Armadas representava o fim da própria corporação.

²⁷ Segundo Montenegro (2003), em 1954, foi criada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores (SAPPP), com o objetivo de unir os trabalhadores rurais na luta por direitos trabalhistas, uma vez que, nessa época, esses direitos estavam direcionados apenas ao homem que trabalhasse na cidade. Na luta pelos direitos do trabalhador rural, a SAPPP realizou vários congressos, e foi no 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, realizado em 1955, que “A imprensa passou a denominar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de Ligas Camponesas, apontando nas mesmas um nítido caráter comunista”. (MONTENEGRO, 2003, p. 253). Assim, a partir de então, a SAPPP se apropriou da expressão Ligas Camponesas, criada pela imprensa, com a intenção de inculcar valores negativos sobre ela, como vínculos com a organização comunista da SAPPP, na opinião pública, e fez dessa expressão o nome de identificação de sua entidade. As Ligas Camponesas fundaram sua sede regional em Recife, que ficou responsável por coordenar as ações no interior, cujas sedes locais seriam denominadas de Delegacia. Na Paraíba, destacaram-se as delegacias de Mari, Sapé, Mamanguape, entre outras. Sobre a atuação das Ligas Camponesas na Paraíba, vide depoimento de Elizabeth Teixeira, in. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERREIRA, Carmélio Reynaldo. (Orgs.). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. João Pessoa: Editora da UFBP, 2011, sessão. 9, e MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira**: como o herói camponês. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

Outro grupo que também se destacou foi o dos estudantes²⁸, que se articulou com os camponeses e os subalternos das Forças Armadas, para lutar pelas reivindicações destes e por suas próprias causas, objetivando melhorias nas instituições de ensino, entre outros. Mas, os movimentos não se limitaram a esses grupos, porque a própria população civil, de modo geral, estava insatisfeita com a política administrativa de Goulart. De acordo com Ferreira (2003):

Para a direita civil-militar, que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado. Para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista – lenista, o Presidente era um líder burguês de massa, uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para atrair a classe trabalhadora. (p. 345).

A desconfiança em Goulart por parte da esquerda encontra respaldo não somente na sua origem “burguesa”, mas também nas incertezas de suas ações. No entanto, com ou sem o apoio de Goulart, a esquerda almejava uma mudança na conjuntura política brasileira, como enfatiza José Murilo de Carvalho²⁹: “O Presidente Goulart era visto com suspeita, mas acreditávamos que o movimento popular, os operários, os estudantes, os camponeses, operariam a mudança com ou sem ele”. (CARVALHO, 2005, p. 118). Nesse contexto, Leonel Brizola³⁰, cunhado do Presidente Goulart, assume a liderança de uma esquerda com visões radicais e rompe com Goulart por ele se mostrar moderado nas ações, ao priorizar uma política de conciliação entre os que o apoiavam e aqueles que o rejeitavam.

Embora Brizola fosse radical em sua posição sobre as atitudes que Goulart deveria colocar em prática, não podemos negar suas habilidades estratégicas, porquanto fora capaz de

²⁸ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos alguma bibliografia que discorresse sobre as articulações entre o movimento estudantil campinense com os camponeses, os operários e os subalternos das Forças Armadas, mas não registramos nenhuma. Porém, sabemos que ela existiu, pois, em nossa pesquisa nos IPMs, encontramos o IPM de Antonio Figueiredo Agra, estudante de Direito em Caruaru, mas residente em Campina Grande. Ele atuava nas Ligas Camponesas (IPM, 1426. Fls. 697, 17/05/1964). Ficamos tentados em direcionar a pesquisa para essas articulações, mas, devido às limitações de tempo que se colocam para uma pesquisa de Mestrado, não nos foi viável adentrar nessa discussão, para esse momento da pesquisa. Porém faz parte de uma escavação desvendar novos tesouros, embora não possamos de imediato nos apropriar deles, deixamos a trilha aberta para retomarmos ou para que outros garimpeiros possam conduzir esse tesouro à superfície da história do movimento estudantil campinense.

²⁹ Em 1964, José Murilo de Carvalho era aluno do Curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais e militava na Ação Popular.

³⁰ Leonel de Moura Brizola (22/01/1922 – 21/06/2004) foi batizado com o nome de Itagiba de Moura Brizola e, cedo, adotou o nome de um líder maragato da Revolução de 1923, Leonel Rocha. Brizola se casou com a irmã de Goulart – Nuesa Goulart. Quando do golpe das Forças Armadas, ele exercia o mandato de deputado federal (14/05/1963 à 14/05/1967) pela Guanabara, hoje, Rio de Janeiro.

reunir, se não todos, mas quase todos os seguimentos da esquerda sobre a sua liderança na Frente de Mobilização Popular (FMP)³¹.

Brizola unificava as esquerdas e daí sua ousadia no desafio. Seu nome passou a significar o que de mais a esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos heterogêneos e muitas vezes divergentes. No início de 1963, sob sua liderança, surgiu a Frente de Mobilização Popular. [...] A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores incluindo o PSD. [...] Na FMP estavam representados os estudantes, por meio da UNE; os operários urbanos, com o CGT, a CNTI, o PUA, e a CONTEC; os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais em suas associações; facções das ligas camponesas; grupos de esquerda revolucionários como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do grupo compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista, a exemplo de Sérgio Magalhães, Doutel de Andrade, Abguar Bastos, Oswaldo Lima Filho, Bocaiúva Filho, entre outros. (FERREIRA, 2003, p. 355).

Por ter conseguido unir grupos da esquerda nos seus mais diversos segmentos, Brizola acreditava ter unido força suficiente para apoiar Goulart e o incitava a dar um golpe antes que o seu Governo sofresse um. Todavia, Goulart não coloca em prática a ideia do golpe, mas, percebendo que a sua proposta de conciliação fora um fracasso, em dezembro de 1963, reatou sua relação com Brizola e passou a ter o apoio da FMP, com a promessa de colocar em prática as reformas de base³².

Nesse âmbito, iniciou-se uma luta política entre a esquerda, que apoiava Goulart, e a direita, que desejava depô-lo. Para tanto, as Forças Armadas, além de se beneficiar das turbulências que o Brasil vivenciava, contavam com o lugar social que ocupavam e que lhes garantia regalias, status, temor e, principalmente, “confiança” da população e de políticos.

³¹ A Frente de Mobilização Popular foi instalada em Campina Grande, no dia 27 de outubro de 1963. Informação In. Inquérito Policial Militar – 1427. Vol. 15. Fls. 1473 s/d.

³² Goulart não foi o único político a lançar bases de um plano que visasse modificar a conjuntura social brasileira, com o propósito de melhorar a vida dos marginalizados. Segundo Casalecchi (2002), o ex-governante Vargas propôs uma meta desenvolvimentista voltada para a proteção das estatais e do capital nacional e contra interesses imperialistas, além de uma política populista. Dutra faz uso do plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia), o qual conta com a ajuda de recursos financeiros favorecidos através de acordos com os Estados Unidos. Todavia, o capital não foi suficiente, o que inviabiliza a realização do plano. Dando continuidade à abertura do mercado nacional aos incentivos estrangeiros, processo iniciado com Dutra, em busca de resolver as crises financeiras, Juscelino Kubitschek faz uso do plano de Metas, que pretendia fazer o Brasil crescer 50 anos em 5. Seu objetivo era modernizar o Brasil, por meio de uma desnacionalização. Contraditoriamente, devido aos débitos adquiridos em sua gestão, o Brasil intensificou a crise financeira. Na sucessão, seguiu Jânio Quadros com uma política de contenção de gastos, atingindo tanto a elite quanto a população pobre com o congelamento parcial dos salários, além de um reatamento das relações diplomáticas com a China e a União Soviética.

Essa confiança foi conquistada no decorrer de alguns acontecimentos políticos³³ do Brasil. Outro fator que favoreceu as Forças Armadas foram os símbolos, muito utilizados por eles, para alcançar os seus objetivos, dentre eles, o da comunicação.

Contra todas as formas de erro <<interaccionista>> o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Foi através da mídia que os militares “venderam” os seus discursos, promovendo sobre o seu próprio vulto um imaginário de “bons agentes ativos” para aqueles “passivos”, aptos a comprarem o seu produto, na forma de voto ou de apoio político. Além do mais, esses discursos, vendidos por meio da mídia, precisam ser bem elaborados por seus agentes responsáveis para ser bem interpretados e convencer o público-alvo a quem são dirigidos. Bourdieu (1998) expõe que é possível, através do poder simbólico, conquistar, praticamente, os mesmos objetivos obtidos pela força.

Analizando as reportagens publicadas pelos jornais em circulação na Paraíba, da época, podemos afirmar que há uma elucidação proferida por Bourdieu na representação do poder simbólico, mediante a reportagem do Correio da Paraíba:

Agora podemos dizer que Deus é brasileiro de fato. Por um verdadeiro milagre, com as graças do Altíssimo e a intervenção rápida e enérgica das nossas Forças Armadas, não tivemos em nosso país uma autêntica revolução comunista, com massacres, fuzilamentos, roubos e de consequências imprevisíveis. Com apenas 24 horas de antecipação, o Exército de Caxias, sob o comando de seus bravos generais, liderou uma revolução democrática, sem derramamento de sangue, conseguindo libertar o Brasil dos impatriotas. Não estamos escrevendo demagogia, pois os falsos profetas, depois de

³³ Durante a fase do Brasil Império, os militares atuaram com a população brasileira em dois grandes eventos: a Guerra do Paraguai (1864/1870) e as causas abolicionistas, uma vez que grande número dos cidadãos que formavam o Exército vinha dos setores menos favorecidos financeiramente. Nesse sentido, os militares foram se constituindo como uma corporação que defende as causas sociais do país. Segundo Sodré: “Os militares sempre se haviam colocado ao lado das causas populares e democráticas, pois eram cidadãos fardados: Não há no nosso passado nem na nossa história uma página em que se registrem vitórias da liberdade contra a prepotência, na qual não figure ao lado do povo, levantado para a defesa de seus direitos, o exército que é o próprio povo, que é a agremiação de cidadãos unidos pelos laços da disciplina”. (apud CARVALHO, 1987, p. 50). Na visão de Stepan (apud FICO 2004a, p. 30-31), os militares tinham com os políticos civis um padrão de relacionamento, que Stepan chamou de “padrão moderador” que, quando necessário, intervinham e, se preciso, depunham Governos e, posteriormente, passavam o Poder aos civis. Todavia, para Fico, essa relação não era tão simples assim, já que, antes de 1964, os militares intervieram diretamente na política brasileira. Suas ações correspondem a uma variável, e eles podem estar próximos do povo ou de políticos, conforme os seus interesses. Outra crítica refere-se à heterogeneidade política dos militares.

desmascarados, é que estão confessando a trama sinistra, sendo que a imprensa tem divulgado apenas alguns fatos, ficando o grosso e inacreditável, mas verdadeiro, para depois de concluídos todos os interrogatórios. (10/04/64).

Como podemos observar, pela data da reportagem, ela fora publicada no imediato pós-golpe, deixando claro que, a certeza e a confiança na administração dos militares eram inquestionáveis, sendo esta inclusive associada a uma graça divina, não apenas no imediato pós-golpe, como aconteceu durante um extenso tempo, mesmo sem que a população que o apoiou identificassem resultados positivos. Nessa perspectiva, sobre a revolução leia-se a reportagem transcrita abaixo:

O Governador Carlos Lacerda declarou durante a homenagem que lhe foi prestada pelos udenistas fluminenses, que a convenção da UDN, vem de encontro aos melhores propósitos revolucionários, mesmo porque a revolução foi feita para restabelecer os direitos nesse país. Acentuou que se Castelo se considerou capaz de explicar a revolução ao exterior, porque agora ele não poderia explicar a revolução aos brasileiros. (REVOLUÇÃO FOI FEITA PARA RESTABELECEER DIREITOS NO PAÍS, JORNAL DB 29/10/1964, p. 01).

Na fala do governador Carlos Lacerda³⁴, fica clara sua posição a favor da “revolução”, justificável na restauração dos direitos dos brasileiros. Porém, não encontramos nenhuma crítica na fala de Lacerda pelo Jornal ou por algum crítico, o que nos leva a compreender que a mídia estava de acordo com o pensamento do governador, pois publicou a reportagem, que não era neutra, mas positivava um acontecimento deflagrado há quase sete meses. Segundo o próprio Lacerda, o Presidente Castelo Branco, embora tivesse explicado a “revolução” ao exterior, ainda não explicara à própria população brasileira. No entanto, todos os discursos propagados, criados para enaltecer ou ridicularizar determinado grupo, somente ganham força se existir alguma teia de Poder por traz, proferindo uma identidade formada para caracterizar como real e justificável determinado ponto de vista defendido por algum indivíduo sobre o elemento respaldado.

³⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (30/04/1914 – 21/05/1977) foi jornalista, político e membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador (1945), deputado federal (1947–55) e governador do estado da Guanabara (1960–65). Apoiou o golpe das Forças Armadas na pretensão de se candidatar a Presidente da República, no ano de 1965, quando pesquisas eleitorais de 1965 apontavam Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda como candidatos com reais chances de vitória. Todavia, depois do golpe, somente em 1985 foi eleito, ainda por voto indireto, um Presidente da República sem ser militar – Tancredo Neves – que, por ironia, morreu sem governar o país, e o mandato foi assumido pelo Vice-presidente, José Sarney – cujo nome de batismo é José Ribamar Ferreira de Araújo Costa –. Sarney, ao longo de sua carreira política, exerceu mandatos pela UDN e pela ARENA.

Logo percebemos a eficácia do Poder, ao ser capaz de transformar uma sociedade. Todavia, ele não tem vontades próprias, mas o homem o absorve em prol de satisfazer aos seus instintos, haja vista ser tomado por desejos e partir em busca de torná-los reais. Assim, o Poder, como Estado, é sempre representado por uma força maior, que determina uma relação de governantes e governados, em que o segundo deve obediência ao primeiro.

Gomes (2005), entretanto, chama-nos a atenção para essa complexa relação que envolve dominantes e dominados. Para ela, “[...] entre seres humanos, não há controles absolutos e ‘coisificação’ de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados”. (p. 24). Segundo Certeau (1994), esse processo de dominação não se estabelece por um todo sobre os dominados, devido às práticas de ressignificação desenvolvidas de forma astuciosa³⁵ no cotidiano dos “dominados”, o que, nesse caso, correspondia à parte da população, incluindo os estudantes, que não aceitavam passivamente a política instituída pelas Forças Armadas e não se deixavam levar pelas frágeis propagandas que defendiam a ação dos militares como um acontecimento benevolente.

Chartier (1990), ao analisar os discursos da escrita e suas publicações, leva-nos a perceber a existência de uma preocupação equivalente à forma como certo assunto será estruturado para alcançar a compreensão que o texto pretende transmitir aos seus leitores, de forma disfarçada.

A leitura é prática criadora, atividade produtora de sentimentos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros [...]. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. (p. 123).

Portanto, verificamos, na escrita ou em objetos (monumentos), um dualismo intrínseco, que propõe uma leitura aberta para a liberdade de interpretação, a qual resultara em olhares distintos, mas, de certa forma, condicionados a uma posição social, particular a cada leitor.

A leitura também exerce um papel manipulador, dependendo de quem esteja por trás da publicação e quais os seus interesses. Essa escrita será pensada minuciosamente, com fins de frear e controlar os pensamentos das pessoas, levando o leitor a compreender apenas o que ela quer mostrar. Segundo Chartier (2002), Paul Ricoeur nos chama a atenção para três fases

³⁵ Certeau (1994) direciona a estratégia para o poder, o institucional, para os órgãos de planejamento, enquanto a astúcia está para o homem ordinário.

pelas quais o texto passa. A primeira delas é a pré-figuração, momento em que nasce o texto pelo mundo da ação; a segunda é a configuração, que é o mundo do texto; e por fim, a reconfiguração, que é a interpretação do leitor sobre o texto, ou seja, a fusão de horizontes. A partir de então, o leitor não faz, necessariamente, uma leitura intencionada pelo autor, porque, ao se apropriar de um discurso, cada sujeito realiza singularmente sua leitura, o que permite diversas interpretações de determinada escrita, conforme o olhar do leitor.

Por isso, no regime militar, o controle sobre os meios de comunicação é necessário, com o propósito de inibir possíveis resistências, pois, segundo Toledo (2004): “Em toda a nossa história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constitui em ameaça permanente. Seu fantasma rondou, em particular, os Governos democráticos no pós-46, com maior intensidade a partir dos anos 60”. (p. 68). Assim, controlar os meios de comunicação era uma ação determinante para que os sujeitos, sem perceber, ficassem subordinados à formação do novo Estado, num cenário arquitetado pelas Forças Armadas, pois, “[...] todo poder político obtém finalmente a subordinação por meio da teatralidade”. (BALANDIER, 1982, p. 10). Portanto, acreditamos que não podemos justificar o golpe das Forças Armadas adotando apenas uma linha de pensamento, porque o Brasil, antes do Governo de Goulart, vivenciava uma crise política, econômica e social, que na administração de Goulart passou a cobrar soluções radicais, o que dificultava os planos do Presidente, já que ele não conseguiu uma política de conciliação entre os grupos reivindicatórios que se formaram ou ganharam espaço em seu Governo. Goulart trazia também uma identidade dúbia e, sendo “filho” da burguesia, trazia um passado político ligado às classes populares. Para agravar ainda mais a sua política, a mídia exerceu um importante papel, ao teatralizar de maneira benevolente à “Revolução” e, diante do cenário que o Brasil vivenciava, não foi difícil para os militares implantarem, na sociedade brasileira, uma ideologia³⁶ “democrática” representada em sua imagem, deixando à própria sorte aqueles que faziam oposição à política governamental. Todavia, não estamos criticando ou defendendo a posição adotada por Goulart

³⁶ No que se refere à ideologia, segundo SILVA, J. M., (1988): “Marx e Engels denunciam-na como falsa consciência ou inversão da realidade. Lukacs vê-a como uma mitologia conceptual. Karl Manheim olha-a como um conhecimento distraído da experiência concreta que serve para dissimular a situação real do indivíduo [...] Adorno e Horkheimer pensam que ‘a ideologia é uma cortina que se interpõe entre a realidade e a sua apreensão’”. (p. 149). Para Motta (2009), o conceito de ideologia tem duas acepções principais: “No primeiro caso, a ideologia como falsa consciência e implica o mascaramento da realidade. [...] Na segunda acepção, a ideologia significa um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder, e aí teríamos a ideologia fascista, a liberal, a socialista, etc., utilizando o conceito na segunda acepção, apontada, ideologia não apenas é compatível com cultura política, como enriquece a nossa compreensão do fenômeno. Pode-se dizer que as culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui seu cerne”. (p. 27-28). Atentando para a polissemia do conceito de ideologia, apropriar-nos-emos da segunda acepção defendida por Motta, por acreditar que as pessoas aderem a um grupo por se identificarem com as ideias representadas por eles.

em relação ao golpe, nem defendendo a ideia de que ele deveria ter adotado políticas radicais para tentar evitar o golpe, porquanto essa não é a proposta de nossa pesquisa, e para defendermos uma dessas teses, precisaríamos encaminhá-la para uma problemática que não é possível nesse momento. Portanto, levantamos esses questionamentos para contextualizar o nosso objeto de estudo em um dado tempo histórico. Nessa perspectiva, chegamos ao segundo subitem desse caminho, descortinando o movimento estudantil.

1.2.2 – O movimento estudantil: breve olhar histórico

Para compreender a participação do movimento estudantil campinense na primeira fase da ditadura militar, julgamos necessário mapear as primeiras articulações estudantis que antecedem a formação da União Nacional dos Estudantes (UNE), e pós esta. Por meio desta entidade, os estudantes adotaram metodologias diferentes das entidades que as antecederam. Porém, Segundo Pellicciotta:

É a partir de 1964 que vemos se desenvolver uma primeira etapa de conflitos decisiva tanto para os rumos do movimento estudantil quanto para o futuro da universidade. Momento em que um novo corpo de leis passa a intervir sobre a estrutura de gestão da Universidade e sobre a organização política da sociedade civil (em termos mais amplos) gerando uma outra qualidade de movimentações estudantis, mais radicais pelas rupturas que vêm forçadas a enfrentar. (p. 182-183).

Na década de 1960, o movimento estudantil passou por duas fases: a primeira influenciada pela fase histórica que o Brasil vivenciava. “Nesse clima geral, formou-se uma geração de estudantes imersos no nacionalismo e na preocupação com os problemas nacionais, principalmente com a questão do desenvolvimento e da responsabilidade das elites”. (MARTINS FILHO, 2007, p. 188). Todavia, diante dos conflitos sociais que o Brasil passou a vivenciar nessa década, “[...] já então desvinculado da hierarquia da Igreja Católica, a Ação Popular elegeu como prioridade de sua militância a atuação junto aos movimentos populares, principalmente o setor camponês”. (MARTINS FILHO, 2007, p. 188).

Para compreender as razões que levaram a maioria dos estudantes a adotarem valores políticos nos movimentos em prol dos trabalhadores, sentimos a necessidade de voltar na história do próprio movimento estudantil, pois “basta lembrar o episódio não muito conhecido dos acadêmicos de Direito da Faculdade paulista do Largo de São Francisco oferecendo-se para substituir os motoneiros, de bonde em greve, na história da paralisação operária de 1917

[...]”. (MARTINS FILHO, 2007, p. 186). Nesse âmbito, identificamos estudantes que eram contra a greve de trabalhadores, o que nos levou a questionar a célebre frase “Os estudantes sempre estiveram ao lado das classes trabalhadoras”.

Segundo Fávero (2009), a participação dos estudantes brasileiros em movimentos não muito articulados data do Século XVIII, “[...] quando o Rio de Janeiro foi invadido pelo corsário Duclerc, havendo também manifestações pela independência, contra a escravidão, pela república, e contra a ditadura”. (p. 23).

No Século XIX, a participação dos estudantes nos movimentos está vinculada aos cursos³⁷ jurídicos. Com as instalações de cursos superiores no Brasil, os estudantes brasileiros não precisavam sair do país para se capacitar em outros territórios. À medida que novas teorias sociais iam influenciando os sujeitos, elas poderiam ser aplicadas de imediato no contexto social e político do Brasil, sem que os estudantes tivessem que esperar o seu regresso ao país.

Julgamos necessário esclarecer que, nesse momento, assim, como na década de 1960, quase todos os estudantes que preenchiam as vagas nas universidades (para não generalizar) pertenciam a uma classe mais privilegiada da sociedade. Porém, não podemos identificá-los como formadores de uma classe social, uma vez que eles “[...] não constituem uma classe social, mas uma categoria social composta por frações de classes”. (FÁVERO, 2009, p. 24). Portanto, ratificamos que, os estudantes constituem um grupo contraditório e eclético. Eclético, por serem oriundos de distintas camadas sociais, e contraditórios, porque, em alguns momentos, defendiam orientações de posição elitista, e em outros, as necessidades mais amplas da sociedade.

³⁷ Segundo Silva, I. (1994), as primeiras universidades datam do Século XII na Europa. Quando de sua criação, a preocupação era de desvendar a verdade e unificar a cultura ocidental, seguindo essa metodologia até o Século XIV, quando “[...] foi notória a sua exaustão, tornando-se inevitável seu rumo à decadência. De tal sorte acentua-se o seu descaminho que praticamente sequer toma conhecimento da presença do Renascimento e muito menos da Reforma. O seu compromisso com o progresso leva-a, cada vez mais, ao isolamento dentro da sociedade, chegando ao Século XIX sem participar da renovação intelectual e da renovação científica que se operavam no mundo, desde o Século XVI”. (p. 20-21). No Brasil, segundo Cunha (1989b), os primeiros cursos de nível superior foram criados pelos jesuítas que, “no momento de sua expulsão do reino português e de suas colônias em 1759, haviam estabelecido seis cursos superiores de Artes (ou Filosofia) e de Teologia, em oito colégios, alguns operando em cooperação curricular: Bahia (o primeiro deles, com o curso superior aberto no ano de 1572), Rio de Janeiro, Olinda-Recife, Belém-São Luiz, São Paulo Mariana”. (p. 10). Depois que os jesuítas foram expulsos, o sistema de ensino superior passou por um período de desestabilização e só se organizou com a vinda da família Real ao Brasil (1808). Nesse mesmo ano, foram programadas aulas de anatomia e de cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro. Em 1810, a Academia Militar ambicionou o ensino de Engenharia, e em 1827, foram criados pelo Imperador dois cursos jurídicos, um em Olinda e outro em São Paulo. Esse sistema de ensino deu origem às Faculdades, uma vez que o colonizador português não permitia a existência de universidades em suas colônias. Sobre o sistema de ensino de nível superior, no Brasil, e de suas raízes no Estado Novo, ler CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã:** o ensino superior da colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

No Século XX, a partir de 1930, os registros acerca dos movimentos estudantis passaram a ser frequentes, até mesmo porque, no Brasil, o número de instituições com ensino superior era mais elevado do que as do Século passado. Assim, aos poucos, esses estudantes começavam a ter contato com literaturas que lhes permitiam vislumbrar horizontes para além das metodologias políticas aplicadas no Brasil.

Em contrapartida, à medida que o número de cursos de nível superior crescia no Brasil, o Governo Federal logo ia se encarregando de desenvolver instrumentos que lhe possibilitassem o controle sobre eles, e um desses instrumentos foi o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, criado em 1931, por Francisco Campos. “O estatuto consagrava a competência do Governo central em matéria de controle do ensino superior, tradição que se mantinha desde o ato adicional de 1834, reforçada pela criação, no mesmo de 1931, do Ministério da Educação, tendo Francisco Campos como primeiro titular”. (CUNHA, 1989a, p. 15). Nesse âmbito, o Estatuto apregoava ser a universidade o modelo padrão de ensino superior, porém admitia a existência de Faculdades isoladas, que estariam sob o controle do Governo.

Para que uma instituição de ensino de nível superior auferisse o status de universidade, ela teria que ter o Curso de Filosofia, segundo Cunha (1989a): “A Faculdade de Filosofia, conforme justificativa de Almeida Júnior, era considerada o centro da universidade”. (p. 113), e entre os Cursos de Direito, Engenharia e Medicina, contar com duas dessas. As Faculdades continuavam com o sistema de cátedra³⁸. Para ingressar nos cursos de nível superior, os alunos prestavam o vestibular, mas ocupavam as vagas aqueles cujas notas fossem mais elevadas. Mas, independentemente da posição ocupada no processo seletivo, pagavam anuidades.

Convém destacar que, embora a educação brasileira seguisse padrões impostos pelo Governo Federal, o sistema de ensino brasileiro estava se desenvolvendo, e isso, cada vez mais, ampliava o número de pessoas que tinham acesso à educação e permitia que os estudantes se inteirassem de questões de cunho político. Assim, em 1932, contamos com uma participação representativa dos estudantes na “Revolução Constitucionalista”, segundo Barros e Faria (1986), que resultou na morte de quatro estudantes - Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – que lutavam contra o Governo Federal (Getúlio Vargas), reivindicando,

³⁸ A cátedra corresponde ao cargo de professor universitário, titular em determinada disciplina. Esse cargo foi criado pela Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, por D. Pedro I. O sistema de cátedra funcionava como se o professor fosse o “dono” da disciplina que ministrava. Seu cargo era vitalício, e só foi pedido concurso para tal cargo em 1931, quando foi aprovada a Reforma do Ensino Superior, conhecida como Reforma Francisco Campos. No entanto, essa reforma também prevê a nomeação de professores sem concurso. (FÁVERO, Acesso em 28/08/2012 às 13: 30h).

principalmente, uma nova Constituição. O movimento recebeu a designação das iniciais dos respectivos nomes dos estudantes mortos – MMDC - e fez deles o símbolo do movimento revolucionário da época.

Nesse momento, também podemos identificar o surgimento de várias entidades formadas por estudantes, como a Juventude Comunista (JC), surgida em 1934. Em oposição a ela, foram criadas a Juventude Integralista (JI) e a Frente Democrática da Mocidade (FDM), liderada por Antônio Franca, cujo objetivo maior era apoiar a candidatura de José Américo à Presidência da República. Todavia essas organizações tiveram “vidas” efêmeras, por falta de uma solidificação, uma vez que, a divergência de interesses dividia os estudantes dentro de uma determinada entidade.

Finalmente, depois de tantos anos de militância estudantil, segundo Poerner (1979), formou-se uma entidade ideal e “legalmente reconhecida”, a União Nacional dos Estudantes (UNE), de caráter amplo, nacional e permanente, surgida em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, com a instalação do 1º Conselho Nacional de Estudantes na Escola de Belas-Artes. A data é considerada também como de fundação da UNE, embora o reconhecimento oficial e formal dessa entidade somente tenha ocorrido em dezembro do ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes.

A UNE nasceu na “Casa do Estudante do Brasil”, entidade simpática ao poder público, onde o Conselho Nacional de Estudantes, depois de instalado solenemente pelo Ministro da Educação – Gustavo Capanema – realizou, em 12 de agosto de 1937, sua primeira sessão ordinária, dirigida pela Presidente vitalícia e fundadora daquela casa, a Sra. Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça. A partir de então, verificamos que, como esboça Arns (1985), a UNE tendenciou sua luta para um bem comum à população.

A UNE – União Nacional dos Estudantes, que existiu a partir daí, como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino, quanto às guiadas por motivações políticas específicas: em defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos direitos humanos e contra as ditaduras. (p. 131).

A UNE lutou por melhores instalações nas universidades, desde a moradia para os estudantes nas instituições até a remuneração dos professores. No contexto social, os estudantes iriam lutar ao lado dos operários e das mulheres, em busca de conquistar os seus direitos, dos partidos de esquerda, entre outros. E para conseguir essa unificação, com fins de não permitir o desfalecimento da instituição, como as suas antecessoras, os estudantes

organizavam congressos, desde o primeiro instante de sua atuação, procurando reunir todas as entidades existentes em cada estado, fazendo com que todos opinassem sobre as reivindicações com diferentes discursos que eram analisados por seus componentes, cujos cargos eleitos por eleições diretas não deveriam passar mais de um ano sob a diligência de uma mesma pessoa³⁹.

Não demorou muito tempo para a entidade enfrentar a sua primeira grande dificuldade, ocasionada em 1939, quando rompeu com a Casa do Estudante por não concordar com as ideias da Presidente Ana Amélia, com pretensões de também ocupar a presidência da UNE, independentemente de eleições. Nesse momento, a UNE não era reconhecida de forma abrangente e dependia do capital financeiro da Casa do Estudante. Ficou até 1942 sem sede fixa, quando puderam ocupar, no Rio de Janeiro, o Clube Germânia, sede administrada antes por estrangeiros, simpatizantes da causa totalitária, que promoviam atividades e demonstrações de solidariedade ao nipo-nazi-fascismo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os estudantes exigiam do então Presidente da República, Getúlio Vargas, uma posição, como referem Barros e Faria (1986):

As pressões externas para o engajamento do Brasil no conflito mundial aumentavam, [...] conjugadas agora com débeis articulações internas partidas dos estudantes representados na União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa entidade, com anuência dos setores liberais do regime preparou uma grande “Passeata Estudantil Antitotalitária” para julho de 1942. O sucesso da passeata motivou outras manifestações de setores populares e inclusive de sindicatos. (p. 57-58).

A partir de então, embora a ação dos estudantes não fosse colocada por Barros e Faria como uma participação enfática, ela abre caminho para a organização de outras entidades, buscando trazer a público os acontecimentos que rodeavam o contexto social e político.

Durante o primeiro Governo de Vargas (1930-1945), houve oscilações na relação estabelecida entre o Governo e os estudantes, agravada quando Getúlio, percebendo as divergências dos ideais estudantis, resolveu, em 1943, criar a “Juventude Brasileira”, estabelecendo na UNE sua segunda grave crise. Na verdade, Vargas queria que essa nova

³⁹ A sua primeira diretoria, em 22 de dezembro de 1938, estava discriminada da seguinte forma: Presidente – o gaúcho Valmir Ramos Borges; vice-presidente – Armando Calil, pertencente ao Centro Acadêmico do Paraná; 2º vice-presidente – César Barbosa Filho, do Centro Acadêmico XI de Agosto; 3º vice-presidente – Newton Pimentel, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Recife; secretário-geral – Antônio Franca; 1º secretário de Relações Internacionais – Clotilde Cavalcante, da Casa do Estudante do Brasil; 2º secretário de Relações Nacionais – Américo Reis, do Diretório Acadêmico de Agronomia; e o tesoureiro – Wagner Cavalcanti, do Caco. (POERNER, 1979, p. 140).

entidade seguisse os moldes da juventude de Mussolini, cedendo a ele total domínio sobre a instituição. Contudo, sua duração foi efêmera - de 01 de abril de 1943 a maio do mesmo ano.

Ainda no Governo de Vargas, em 1943, houve a “passeata do silêncio”, realizada em São Paulo, devido à não ocorrência das eleições previstas para o referido ano, apresentada na carta por Getúlio em 1937. Essa manifestação ocasionou a morte do estudante Jaime da Silva Teles. Sem desfalecer da luta contra o Estado Novo, em 05 de março de 1945, ocorreu, em Recife, um grande comício, no qual os estudantes defenderam o candidato à presidência da República, o opositor a Vargas, Brigadeiro Eduardo Gomes. Como ainda vivíamos uma ditadura, o confronto entre os universitários e a polícia foi inevitável e resultou na morte do estudante Demócrito de Souza Filho, com um tiro na testa. Esse assassinato revoltou o meio estudantil e, segundo Fávero (2009): “Depois do incidente da morte do estudante em Pernambuco, a UNE convocou o povo do Rio de Janeiro para um comício monstro, realizado no dia 08 de março, nas escadarias do teatro municipal”. (p. 31). Todavia, não podemos deixar de vincular as tendências do movimento estudantil as suas lideranças. Assim, nesse período em que a UNE se apresentou como oposição ao Governo de Vargas, a entidade estava sob a administração do estudante udenista⁴⁰, José Bonifácio Coutinho Nogueira, que fazia da entidade um meio para conseguir destituir Vargas.

No Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), a UNE continuou sofrendo perseguições, e isso acarretou em uma aproximação ainda maior dos estudantes comunistas com os udenistas. Quando Vargas retornou ao poder, em 1950, para exercer o seu segundo mandato, a UNE novamente se opôs ao seu governo, influenciada pelos udenistas. Um importante movimento, na década de 1950, que contou com a participação da entidade foi a campanha “O petróleo é nosso”, levantada pelos estudantes progressistas, pois os que estavam sob a influência da UDN defendiam uma abertura de mercado. A UDN e os comunistas somente começaram a perder espaço na direção da UNE, no final da década de 1950, quando essa passou a contar, em sua administração, com Presidentes influenciados pelas doutrinas cristãs.

Até a primeira metade da década de 1950, os movimentos estudantis estavam mais vinculados ao meio social do que a questões que envolvem as instituições de ensino de nível superior. Esse posicionamento mudou no final dessa década, quando os estudantes começaram a participar de congressos internacionais, o que “[...] proporcionou-lhes a

⁴⁰ União Democrática Nacional (UDN), fundada para combater a ditadura de Vargas em 1945, e que logo se tornaria um partido conservador e aliado dos militares. Um dos seus principais porta-vozes foi Carlos Lacerda.

oportunidade de conhecer o movimento pela reforma universitária, originário da cidade argentina de Córdoba, até então pouco conhecido no país”. (CUNHA, 1989a, p. 23).

A partir do Congresso de Córdoba, os estudantes brasileiros começaram a militar por uma reforma universitária, e para compartilhar os novos horizontes defendidos pelos estudantes universitários, eles organizaram o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU)⁴¹, realizado no mês de maio de 1961, na Bahia, no qual, “[...] a presidência de Arantes iniciou-se no bojo de uma série de movimentos reivindicativos isolados, voltados basicamente para as questões da qualidade do ensino e da ausência de métodos democráticos na gestão da universidade”. (MARTINS FILHO, 1987, p. 53). Esse evento deu origem a uma carta chamada “Declaração da Bahia”, que continha as principais reivindicações dos universitários.

Como não obtiveram êxito em seus objetivos, os estudantes realizaram em março de 1962, em Curitiba, o II SNRU⁴², que deu continuidade ao realizado no ano anterior e originou a “Carta do Paraná”, cuja principal reivindicação centrava-se em torno da participação na política da universidade de 1/3 dos universitários. Segundo Fávero (2009): “A Lei de Diretrizes e Bases⁴³, promulgada em 20 de dezembro de 1961, prevê, em seu artigo 78, a representação do corpo discente, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores”. (p. 59). O projeto do 1/3 buscava equilibrar as forças dentro das universidades, ao almejar que a participação política ali fosse dividida em 1/3 de alunos, 1/3 de professores catedráticos e 1/3 de professores recentes. Essa era uma maneira de conter o domínio do professor catedrático, e para que os estudantes fossem ouvidos, iniciaram uma greve, à qual aderiu um grande número

⁴¹ Em 1957, a UNE realizou o I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, no Rio de Janeiro. Todavia, suas discussões não obtinham caráter político e se restringiam a conteúdos pedagógicos (CUNHA, 1989a, p.216).

⁴² Ver mais informações em CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989a.

⁴³ Segundo Cunha (1989a, p. 32), a ideia de uma Lei de Diretrizes de Base da Educação é de 1934, todavia não se concretizou, e a ideia de um projeto de Lei para a educação resurge em 1947. O Governo Dutra convoca o banqueiro baiano, Clemente Mariani, para elaborar um anteprojeto que seria a Lei de Diretrizes de Base (LDB). “O anteprojeto dizia ser a educação direito de todos, assegurado pela escola pública obrigatória e gratuita. [...] A gratuidade total das escolas oficiais seria, inicialmente, apenas no grau primário; no grau médio e no superior, o ensino seria gratuito para todos os que, revelando aptidão, provassem falta ou insuficiência de recursos”. (CUNHA, 1989a, p. 110-111). No entanto, combatendo o anteprojeto de Mariani, teremos o anteprojeto de Lacerda, que defende uma educação privatista. Nesse âmbito, segundo Cunha e Góes (1989): “A grande confrontação, na discussão da LDB, estabeleceu-se entre os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica”. (p. 13). A LDB vivenciara esse impasse até dezembro de 1961, quando o projeto de Lei 4.024 criou a LDB incorporando os dois anteprojetos. Todavia, embora os dois anteprojetos tenham sido incorporados na LDB, sobressaíram-se as tendências privatistas. O Governo passou a garantir subsídios públicos para estabelecimentos privados de ensino, a presença de seus dirigentes nos conselhos de educação e uma das primeiras medidas do Conselho Federal de Educação foi reter o processo de federalização das instituições privadas.

de universitários no Brasil, inclusive universitários campinenses, que também fizeram a sua parte, conforme informa o noticiário publicado no Jornal DB:

Mais uma greve de estudantes universitários acaba de ser deflagrada em todo o País.

Há greves parciais e particulares, como a dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio, ocasionada pela demissão de um professor que se declarou divorcista. Há uma greve de estudantes da Universidade de Mackenzie, de São Paulo, que exige a federalização daquela unidade.

Mas a greve que atingiu também a Paraíba, é de outra natureza. Ela tem por objetivo a conquista, por parte dos estudantes das Escolas Superiores, da representação de um terço de universitários nos órgãos diretivos das Escolas, como sejam, a Congregação, o Conselho Departamental e o Conselho Universitário.

[...]

Na Paraíba, foi a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande a primeira unidade que aceitou a inovação. Mas como a campanha é de caráter nacional e interessa a todos os estudantes universitários, foi decretada a greve geral pela UNE (União Nacional dos Estudantes), não se podendo prever a duração do movimento. (ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: GREVE EM TODO O PAÍS, 03/06/1962, p. 08).

Depois que a FACE aceitou as reivindicações de 1/3 de universitários nos órgãos da Faculdade, a Faculdade de Serviço Social também abriu suas “portas” para os universitários:

Por 9 votos contra 1, a Congregação de Professores da Faculdade de Serviço Social, de Campina Grande decidiu aceitar a participação dos estudantes em seus trabalhos e nos Conselho Técnico, e administrativo, na base de 1/3 da representação dos professores.

A decisão foi tomada ontem pela manhã, em reunião presidida pela Irmã Angela Beleza, Diretora da Faculdade, com a presença da quase totalidade do Corpo Docente, além da Presidente do Diretorio Academico, <<Luiza de Marilac>>. (ESTUDANTES PARTICIPARÃO DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DA FACULDADE DE S. SOCIAL, JORNAL DB, 13/06/1962, p. 08).

Como podemos perceber, a greve por 1/3⁴⁴, nas instituições de ensino superior de Campina Grande, obteve um saldo positivo, uma vez que registramos faculdades que aceitaram as reivindicações dos universitários, porém, no geral, a greve não obteve esse mesmo resultado, ou seja, a maioria das escolas superiores do Brasil não acataram as

⁴⁴ Segundo Arantes: “Depois de certo tempo, a greve foi suspensa, sem conquistar o objetivo fundamental para o qual se destinou - 1/3, mas com significativas vitórias parciais. Algumas universidades concederam 1/3 (se não me engano, a de Goiás e da Paraíba), e inúmeras outras concederam participação do movimento estudantil, ampliando o processo de democratização da universidade”. Depoimento de Aldo Arantes, Presidente da UNE de agosto de 1961 a julho de 1962. In. SANTOS, Nilton. **História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento. Vol. I, 1980, p. 19. Por outro lado, mesmo não tendo conquistado o seu real objetivo, o movimento estudantil percebeu a sua força de articulação.

reivindicações dos universitários, o que levou à realização, no ano seguinte, do III SNRU em Belo Horizonte.

Para Cunha (1989a), o propósito do III SNRU era de analisar o fracasso da greve de 1962, ao mesmo tempo em que ratificava a democratização nas universidades com a presença de um número maior de estudantes votando nas propostas de cunho político. Os estudantes também reivindicavam a democratização na contratação de professores, com o fim do modelo de cátedra, “[...] pois achavam que os catedráticos não se esforçavam para se atualizar com os avanços da ciência e da técnica. Além do mais, a cátedra impedia o trabalho em equipe, pois os professores ficavam separados por compartimentos estanques”. (CUNHA, 1989a, p. 144). Nessa perspectiva, a partir de então, os universitários também estavam em busca de modernizar as instituições de ensino de nível superior, porque identificavam no sistema a que pertenciam um campo de ensino obsoleto, em que o Governo garantia o seu domínio, e a maioria dos professores não procurava ampliar o seu horizonte de conhecimento, o que terminava por reter a modernização e o desenvolvimento do ensino superior.

Assim, chegamos a 1964, todavia, deixaremos para analisar sobre os movimentos universitários a partir desse ano, no próximo caminho. Passemos agora a refletir sobre as influências que levaram os universitários a levantarem as suas bandeiras diante de uma política repressiva.

1.2.3 – Filhos de uma geração ou gerações?

Nossa proposta, aqui, é de pesquisar a respeito das influências apropriadas pelos estudantes, as quais levaram esses militantes a lutarem pelo que acreditavam ser possível transformar.

Pesquisar sobre as influências apropriadas pelos estudantes não nos permite ficar presos apenas à década de 1960, uma vez que, nessa década, representou-se na prática o que já se vinha discutindo no meio estudantil na teoria. Essas teorias foram disseminadas entre os estudantes por viés religiosos⁴⁵, políticos e culturais. Na década de 1960, a Igreja exerceu uma forte influência sobre o movimento estudantil, direcionando-a para problemas sociais. No entanto, nem sempre, a Igreja seguiu essa tendência e, muito menos, esses valores eram homogêneos entre o clero.

⁴⁵ As influências religiosas sobre o movimento estudantil universitário não se limitaram às tendências do Catolicismo, mas, devido às limitações de tempo para uma pesquisa de Mestrado, escolhemos nos direcionar para as influências do Catolicismo sobre o movimento estudantil.

Até a primeira constituição republicana, os projetos desenvolvidos pela Igreja estavam vinculados a propostas lusitanas. “Nos três primeiros séculos da colonização, a religião católica estava vinculada ao projeto português. Fé católica e cultura lusitana identificavam-se e formavam uma unidade”. (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 98). Todavia, após a Proclamação da República, o Catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado, mas, na prática, continuava unido a ele, com o propósito de combater o liberalismo e o comunismo, deixando à margem o povo e o Catolicismo popular, assumindo um caráter conservador e desenvolvimentista, ancorada pelas oligarquias conservadoras e pelos proprietários rurais.

Outra doutrina difundida pela Igreja foi a obediência, não apenas dos fiéis para com a Igreja, como também de uma hierarquia dentro do próprio clero. “Há um fortalecimento do conceito de igreja-docente. Daí a ênfase dada ao magistério eclesiástico. A igreja discente é construída pelos leigos, que devem aprender e seguir os ensinamentos da hierarquia”. (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 99). Assim, a Igreja priorizava suas atenções na luta contra as doutrinas dos protestantes, dos comunistas, dos espíritas e da mentalidade laicizante, seguindo orientações do Papa Pio X, cujo lema era “Resgatar todas as coisas em Cristo” e, posteriormente, de Pio XI, com o lema “Expandir o Reino de Cristo”.

Direcionando sua preocupação para fatores econômicos, políticos e sociais, mascarando-se sob o discurso da paz, da união e da ordem, a Igreja até, o início da década de 30, encontrava-se, na prática, afastada do povo. Então, surgiram duas teorias que buscavam explicar as crises sociais: A primeira era defendida pela Igreja a partir de uma carta pastoral escrita por D. Leme em 1916, que identificava os males sociais à ignorância religiosa da população. A segunda teoria era defendida pelo Estado, que culpava o alto número de analfabetos no Brasil.

Diante da preocupação em cristianizar a população brasileira, D. Leme criou a Ação Católica (AC), que foi institucionalizada em 1935. Contudo, o padre Júlio Maria não concordava com o direcionamento desse projeto (AC) e pretendia desenvolver outro que articulasse um diálogo mais próximo com as classes populares. Porém, como a Igreja seguia uma orientação hierárquica, o projeto “vencedor” foi o de D. Leme. Assim, a AC “[...] era o braço da hierarquia estendido no campo social, político e cultural”. (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 101). Com esforço para reintroduzir os valores cristãos na sociedade brasileira, a AC desenvolveu algumas entidades visando envolver a juventude nas doutrinas cristãs, entre elas, podemos destacar: a Juventude Agrária Católica (JAC); a Juventude Estudantil Católica (JEC) para os estudantes secundaristas; a Juventude Independente Católica (JIC); a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Esta última foi criada na

década de 1950 e serviu de luz para, em 1962, criar a Ação Popular (AP). No entanto, Martins Filho (1987), enfatiza que: “No início da década de cinquenta, esse grupo se definia como ‘apolítico’ e alguns de seus setores orientavam-se por um acentuado anticomunismo e relações, ainda não de todo definidas, com o integralismo”. (p. 44).

Na década de 1950, as doutrinas da AC receberam novos significados por meio de influências externas vindas da Europa, por intermédio de pensadores como Maritain⁴⁶, Lubac⁴⁷, Congar⁴⁸, e do Movimento por um Mundo Melhor, criado na Itália e adaptado no Brasil pelo Padre José Marins, e internas, como de padres que assumiram o posto de bispo, como D. Hélder Câmara. Assim, a Igreja começava a se preocupar com a realidade brasileira, adotando como meta um maior compromisso social. Contudo, as tendências tradicionalistas da Igreja não desapareceram, posto que a maioria do clero que apoiava mudanças no olhar da Igreja para as crises sociais defendia uma reforma no campo do trabalho que deveria ocorrer de cima para baixo.

A Igreja, então, começou a criar unidades, com o sentido de expandir suas doutrinas e facilitar a comunicação entre o episcopado. Um exemplo disso foi a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), essas duas últimas, em 1955. Com esses dois órgãos, de acordo com Delgado e Passos (2007): “Um novo passo assinala a história do catolicismo, possibilitando novas aproximações, relações sociais diversas e formulações mais concretas”. (p. 107).

Em 1956, ocorreu, em Campina Grande, o I Encontro dos Bispos do Nordeste, cujos debates direcionavam-se ao desenvolvimento da região, visando às comunidades mais pobres. Em 1959, o II Encontro realizado em Natal – RN - propunha uma avaliação do I. Foram enfatizadas questões como a escassez de água e a concentração de terras na região. Ainda em 1959, houve a I Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada no Rio de Janeiro, mas, até esse momento, os debates estavam voltados para as questões internas da Igreja. Até a eleição de João XXIII, em 1958, a Igreja vivenciava um processo de reforma

⁴⁶ Jacques Maritain (*18/11/1882 +28/04/1973) foi um filósofo francês de orientação católica. Suas obras influenciaram a ideologia da Democracia cristã.

⁴⁷ Henri-Marie de Lubac (*20/02/1896 +04/09/1991) foi proclamado cardeal em 02/02/1983 por João Paulo II. Ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos de idade. Estudou Filosofia na Inglaterra e na França. Apresentou-se ao Exército durante a I Guerra Mundial. Foi ferido com gravidade, e suas sequelas foram permanentes. Durante a ocupação alemã na França, foi preso várias vezes.

⁴⁸ Yves Congar (*08/04/1904 +22/06/1995) Dominicano foi ordenado em 1930. Esteve preso de 1940 a 1945 nos campos de concentração de Golditz e Lubeck. Foi professor de Teologia na Faculdade de Le Saulchoir. Era aberto ao ecumenismo e à reforma da Igreja.

muito lenta, pois as propostas para aproxima-la dos problemas sociais surgiam sempre do “baixo” clero.

João XXIII renovou os propósitos do Catolicismo com a publicação de duas importantes encíclicas: a de 1961 – *Mater et magistra* – cuja preocupação era com os problemas dos países subdesenvolvidos e a questão social; e a de 1963 – *Pacem in terris* – que priorizava o direito à existência, à participação nos benefícios da cultura e a um padrão de vida digno. Outro passo dado pela Igreja, em direção às causas sociais, aconteceu no Concílio Vaticano II (1962 – 1965), em que o Papa assumiu, diante da igreja e do mundo, uma posição de articulação, diálogo e de abertura com as causas sociais, porque as dores e as alegrias da população também deveriam ser as da Igreja. Porém, embora a Igreja tivesse defendido uma renovação em suas doutrinas, alguns religiosos não se mostravam satisfeitos com esse seu novo olhar para as causas sociais, o que ocasionou uma resistência do clero tradicional. Essa assertiva pode ser refletida no fragmento abaixo, extraído do Jornal DB:

CIDADE DO VATICANO – O Papa Paulo VI, declarou ontem que as reformas introduzidas em certos círculos católicos, estão destruindo a doutrina e a disciplina da Igreja.

Numa audiência geral concedida aos peregrinos, o Papa realizou a mais firme tentativa até agora no sentido de moderar aqueles que conforme afirmou estão usando a atual renovação da igreja para fugir a sua disciplina e modificar a sua doutrina para atender a sua própria conveniência.

PREOCUPAÇÃO

Desde o encerramento do Concilio Vaticano de 1962-65, o Papa e os dirigentes conservadores do Vaticano se tem mostrado cada vez mais preocupados com as transformações que o mesmo provocou. Considerando que essas modificações desencadearam numerosas ideias não ortodoxas ou mesmo heréticas em alguns setores da igreja. (PAPA DECLARA QUE REFORMAS ESTÃO DESTRUINDO A IGREJA, 28/04/1969, p. 01).

Nesse sentido, a Igreja estava dividida entre aqueles que, mesmo tendo, a princípio, apoiado uma renovação em suas doutrinas, por temer o uso pelos viés dessa abertura, voltam a defender princípios ortodoxos da instituição. Esses princípios não foram mais aceitos por parte do clero que, em 1968, realizou a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellin – cuja proposta, defendia que a Igreja passasse, de fato, a priorizar temas como: educação libertadora; justiça social; promoção humana e paz. Assim, a Igreja começou a moldar novos espaços no horizonte dos direitos humanos e sociais, o que resultou na Teologia da Libertação, que se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional, que de acordo com Camurça (2007): “Os pobres deviam ser objeto da caridade, e não, agentes da própria libertação”. (p. 394). Com a Teologia da Libertação, a pobreza passou a ser um

problema social, e não, destino do homem. A partir de então, essa ala da Igreja passou a se aproximar das teorias marxistas com críticas ao sistema capitalista, ao individualismo e ao liberalismo econômico.

No Brasil, esse “espírito” divide a Igreja Católica em dois grupos: um, de tendência tradicional, direcionado para as questões doutrinárias e ortodoxas; e outro, sob a influência da Teologia da Libertação, que defendia o engajamento político da igreja e optava pelos pobres, com destaque para os episcopais, D. Hélder Câmara e D. Manuel Larrain, que assumiram, efetivamente, posturas que iam de contra as atrocidades cometidas pelos militares, pontuando um posicionamento no qual se radicalizava o nexo da Igreja, através de questões sociais enunciadas, pois, uma parte dela (igreja) entendia que sua missão estaria inserida socialmente, lutando, paralelamente, com outros movimentos, por direito de liberdade, justiça e igualdade social.

Embora a Teologia da Libertação tenha ganhado destaque na II Conferência de Medellín, suas raízes vêm do início da década, quando foi criado o primeiro documento da ‘esquerda cristã’, considerado o texto fundador do Cristianismo da Libertação no Brasil.

O cristianismo da libertação não se limita aos teólogos e a alguns bispos. Ele vai ser assumido, em maior ou menor medida, por setores do clero – em particular as ordens religiosas, tanto masculinas como femininas – e por boa parte daqueles intelectuais cristãos, agentes de pastoral, animadores de comunidades de base e militantes cristãos de vários movimentos sociais que constituem a ampla base do cristianismo da libertação brasileira (LÖWY, 2007, p. 316).

LÖWY (2007) concebe, todavia, que, apesar de a Teologia da Libertação ser “filha” do Cristianismo da Libertação, esta segunda tem suas manifestações mais amplas do que a primeira, além de estar vinculada a entidades como a JUC, que, no início da década de 1960, recebia influências tanto das doutrinas cristãs quanto das marxistas. Todavia, o propósito da JUC era de semear, na juventude universitária, doutrinas cristãs não politizadas. No entanto, o homem é livre para interpretar os ensinamentos que lhes são introduzidos, então, aos poucos a JUC vai se aproximando das teorias cristãs, semeadas pela ala da Igreja que procurava se aproximar dos problemas sociais vivenciados pela sociedade. No final da década de 1950, certa ala da JUC sente a necessidade de atuar de forma mais concreta, tanto nas universidades quanto na sociedade. Nessa perspectiva, segundo Martins Filho (1987):

Sua ala esquerda configura então um “ideal econômico” – opção “desenvolvimento”, com a perspectiva da superação do capitalismo –, e um

“ideal político” – defesa de um sistema partidário efetivamente comprometido com as “classes menos favorecidas”, democratização interna dos partidos, política externa independente, etc. (p. 46).

Porém, esses novos horizontes idealizados pela JUC, na visão dos clérigos mais tradicionais, não deveriam ser considerados como de interesse dos jovens, o que leva os estudantes a pensarem em uma entidade onde pudessem exercer sua militância.

Quando os bispos condenavam, em nome da ortodoxia católica, as opções da JUC, boa parte de seus quadros formou, em 1962, a Ação Popular (AP), movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo, que terá bastante sucesso – ganhando a hegemonia no movimento estudantil e suas entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – mas, depois de várias crises, dez anos mais tarde, uma boa parte de seus militantes acabará por aderir ao Partido Comunista do Brasil (maoista). (LÖWY, 2007, p. 308).

Até o momento, nenhuma das entidades a que nos referimos em nossos escritos - e acredito que nem as que ainda vamos refletir - teve pensamentos homogêneos. Com a JUC não foi diferente, e parte dessa entidade comungava com uma corrente que defendia mudanças lentas, que iam ocorrendo nas doutrinas cristãs. Porém, existia outra corrente baseada no princípio de que as mudanças políticas, sociais e econômicas não se faziam pela salvação das almas, mas pela ação dos sujeitos.

Essa corrente teve um papel muito importante para as lutas estudantis e para a UNE. Quando começaram a surgir sérias contradições entre as lideranças e a alta hierarquia da Igreja, esse setor da JUC terminou por se constituir um uma organização política que veio a ser a Ação Popular⁴⁹.

A Ação Popular (AP), embora seja de inspiração cristã, tentava demonstrar uma natureza eclética. Por isso, em 1963, aprovou um de seus primeiros documentos, que segundo Ciambarella (2007), “[...] inclui tendência católicas – com pensadores como Emmanuel Mounier e Teilhard de Chardin – protestante – representadas por um de seus líderes, Paulo Stuart Wright - e marxistas”. (apud JACOB GORENDER, p. 106). Nesse sentido, apesar da AP ser um movimento de militância estudantil, nela congregava outras categorias, como: setores das classes sociais, professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Assim, no momento de sua fundação, a AP direcionava-se para um socialismo humanista. Depois de 64, a AP começou a dar um novo significado à ação socialista humanista e inicia um debate

⁴⁹ Depoimento de Aldo Arantes. In. SANTOS, Nilton. **História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento. Vol. I, 1980, p. 14.

ideológico, com a pretensão de definir uma linha política a seguir, uma vez que a entidade se posicionou contra o golpe de 1964.

Dentre as tendências políticas a seguir, a AP encontrava-se dividida entre uma militância voltada para os métodos da revolução chinesa, considerados mais moderados, ou para o da revolução cubana, de tendência mais radical, por adotar o método da guerrilha. Assim, Ciambarella (2007), enfatiza que:

De um lado, a ala identificada por *corrente 1*, que se organizara em torno dos nomes de Jair Ferreira de Sá (que escrevia, ainda em 1967, o documento “Esquema dos seis pontos”, sobre suas impressões de viagem a China) e Aldo Arantes, sensíveis ao modelo maoísta de revolução. Outro grupo, intitulado de *corrente 2*, tinha a liderança de Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistentes à maoização da AP, e por isso identificados pelos adversários como “foquistas”. (p. 118).

O debate para definir uma ideologia para a AP seguiu até o ano de 1968, quando aqueles que formavam a corrente 2 iriam ser desvinculados da AP e prevaleceriam as ideologias da corrente 1. A corrente 2, juntamente com outros setores da esquerda, uniu-se e formou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), assumindo, em sua ideologia, uma posição contrária ao maoísmo ortodoxo seguido pela AP, e aderindo à luta armada. Contudo, de acordo com Arnes (1985): “O PRT chegou a executar algumas ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas, desestruturou-se em 1971, após ser atingido pela ação dos órgãos repressivos”. (p. 101).

Ainda em termos partidários, a AP sofreu forte influência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no entanto, os militares atribuíam ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵⁰ as influências voltadas para “ações subversivas” praticadas pelo movimento estudantil.

⁵⁰ O PCB “[...] foi fundado em março de 1922 durante um congresso operário promovido em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia”. (ARNES, 1985, p. 91). O nome Partido Comunista do Brasil deixa uma interpretação em associar o partido a uma organização internacional, ligado à potência estrangeira, o que leva o partido a adotar o nome de Partido Comunista Brasileiro em 1961. Em 1962, ocorreu uma cisão dentro do PCB, que deu origem a um partido que vai adotar como nome a antiga nomenclatura, o PCdoB. A partir de então, passam a ser o PCB e o PCdoB. Porém, mesmo diante de algumas discordâncias, entre o PCB e o PCdoB, existiam poucas diferenças ideológicas e programáticas entre os partidos, tanto é que o PCdoB somente se declarou a favor da luta armada de fato em 1969. Esse acontecimento intensifica as relações entre o PCdoB e a ala mais radical da AP. Sobre essa temática, ver SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao Governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia: 1964...**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007. Segundo Soares (2000): “Primeiro na capital do Estado e logo depois com um núcleo em Campina Grande, surge em maio de 1945 a União Socialista da Paraíba (USP), que menos de um ano depois passa a se denominar de Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB”. (p.79). A criação do Partido em Campina Grande se fez importante, visto que: “Com o Plano de Construção do Partido, visamos melhorar o trabalho de direção em todos os escalões, fortalecer as Organizações de Base, aumentar os efetivos do Partido, particularmente nos setores fundamentais, da classe operária, regularizar e melhorar o trabalho de finanças,

Atribui-se ao PCB a responsabilidade por tudo o que existiu de apoio ao Governo deposto: das Forças Armadas aos governadores estaduais progressistas; dos “Grupos de Onze” propostos por Leonel Brizola, às manifestações estudantis lideradas pela AP (Ação Popular); da Frente Parlamentar Nacionalista às atividades das Ligas Camponesas, de Francisco Julião. (ARNS, 1985, p. 92).

Todavia, embora os militares tenham atribuído a responsabilidade dos movimentos contra a “revolução” (para fazer uso da terminologia utilizada pelos militares) ao PCB, segundo Ciambarella (2007, p. 123), somente a partir de 1969 foi que houve a fusão entre a AP e o PCdoB. Quanto ao PCB e à AP, esta última criticava algumas ações do PCB, inclusive a falta de resistência ao golpe.

Para além das influências políticas e religiosas, os estudantes também eram influenciados por manifestações culturais, representadas por variadas expressões, dentre elas, temos o teatro, responsável por levar mensagens de resistência à ditadura militar por intermédio de suas peças. Em 1955, surgiu o Teatro Paulista do Estudante (TPE), formado por um grupo de jovens paulistas, quase todos filhos de militantes comunistas. Esse grupo de artistas tinha por finalidade fazer do teatro um meio de politizar os seus colegas. Em 1956, esses jovens se juntaram ao Teatro de Arena, que funcionava desde 1953. No início dos anos sessenta, o Teatro de Arena procurou a UNE para atividades conjuntas e nasceu o Centro Popular de Cultura (CPC),

[...] iniciado em dezembro de 1961, no Rio de Janeiro, expandindo-se por mais de 12 estados, tinha como meta formar no trabalhador brasileiro uma consciência revolucionária, através de atividades ligadas não só à música, mas também ao teatro, ao cinema e à literatura. Criada pela União Nacional dos Estudantes, objetivava desenvolver uma produção artística de ação política à esquerda e de ideologia nacionalista. (CARMO, 2001, p. 64).

Embora fosse um centro cultural criado pela UNE, de acordo com Ortiz (1985):

O que é interessante na experiência do CPC é que ele está teoricamente vinculado à filosofia isebiana, muito embora seja uma radicalização à esquerda dessa perspectiva. [...] Para o ISEB os intelectuais tem um papel fundamental na elaboração e na concretização de uma ideologia do desenvolvimento; são eles que devem explicitar o processo de tomada de consciência, e, por conseguinte, viabilizar o projeto de transformação do país. (p. 68)

Dessa forma, há uma aproximação entre o ISEB⁵¹ e o CPC na defesa de que os intelectuais têm como missão conscientizar politicamente a população brasileira. Todavia, essa influência do ISEB sobre o CPC não acontece por acaso, pois o CPC surge “[...] a partir da iniciativa e da liderança de Vianinha, Leon Hirszman, e Carlos Estevam – sociólogo originário do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)”. (RIDENTI, 2007, p. 140).

Ao ser constituído por maioria de intelectuais universitários, o CPC ambicionava politizar a população por intermédio da cultura popular. Ao se lançar no universo da cultura popular, pretendia apropriar-se dela, mas criticou a cultura popular folclorista. Então, segundo Ortiz (1985): “Enquanto o folclore é interpretado como sendo as manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de cultura popular é definida em termos exclusivos de transformação”. (p. 71). Portanto, a cultura popular, sob o olhar do CPC, deveria ser uma cultura desalienada, ou seja, em contraposição à cultura alienada das classes dominantes. Nessa perspectiva, as mudanças na cultura popular são expressas em vários campos, como na música, por exemplo, em que de acordo com Carmo (2001): “As letras, mais politizadas e intencionais, serviam diretamente aos objetivos do CPC. Qualquer produção musical que se afastasse desses conteúdos era considerada alienada, reacionária, e antinacionalista”. (p. 65). Ainda em relação às músicas, “[...] houve até a passeata contra a guitarra elétrica, ou a frente ampla da MPB, com o objetivo de conter o avanço ideológico da música estrangeira”. (CARMO, 2001. p. 66). Portanto, o CPC delineava um estilo de cultura que deveria ser introduzida pelos e para os jovens brasileiros, ao mesmo instante que rejeitavam possíveis influências advindas de culturas não nacionais, ou tidas como apolíticas.

No entanto, as novas metodologias impressas sobre a cultura pelo CPC não se limitaram à música, porque os poetas também inovaram em suas letras, Ridenti (2007) enfatiza que: “Quase todos os poemas expressavam a recusa da ordem social instituída por latifundiários, imperialistas e – no limite, em alguns textos – pelo capitalismo”. (p. 141). Os poetas engajados denunciavam a pobreza dos seres humanos, fazendo referência tanto aos operários quanto, e principalmente, aos trabalhadores rurais.

Outro caminho encontrado para politizar a população brasileira pelo CPC foi o cinema, que “[...] estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, em busca de sua revolução”. (RIDENTI, 2007, p. 142). Como a música e os poemas, o cinema propunha

⁵¹ O ISEB foi criado no Governo de Café Filho, pelo Decreto nº 37.608, de julho de 1955, no entanto, somente iniciou suas atividades no Governo de Juscelino Kubitschek. Seus objetivos estavam voltados para o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais.

denunciar a realidade social e politizar os homens. Porém, por talvez desejar muito alcançar os seus objetivos, o CPC tenha cometido alguns equívocos, o que lhe ocasionou algumas críticas, dentre elas, o radicalismo com que identificavam uma produção cultural engajada. “Se, por exemplo, uma obra expressasse problemas puramente individuais do artista, ela seria considerada alienada e julgava-se que ela desviaria o povo da tomada de consciência dos seus interesses sociais, dificultando sua participação revolucionária”. (CARMO, p. 64).

Devido a essa radicalização por uma arte engajada, outras críticas foram feitas ao CPC. “Basta analisar-se algumas peças teatrais para se convencer de que elas operam no fundo como estereótipos que banalizam a vida social: o estudante, o sacerdote, o operário, o burguês, etc.” (ORTIZ, 1985, p. 73). O CPC ainda é criticado por: “Estar ligado [...] a um exemplo expressivo do romantismo revolucionário do pré-64”. (RIDENTI, 2007, p. 140). Contudo, mesmo tendo pecado pela radicalização com que se impunha, e por ser um centro composto por intelectuais, quase todos estudantes, as críticas direcionadas ao CPC não excluem nem podem negar que ele “[...] estava interessado em ‘salvar’ as classes trabalhadoras da condição oprimida, através de um projeto cultural que influenciaria profundamente toda uma geração, que na época se constituía basicamente do público estudantil universitário e secundário do país”. (CARMO, 2001, p. 64).

Assim, o projeto do CPC, além de ter uma meta, desenvolvia meios para colocá-lo na prática, ao organizar a UNE-volante em 1962. Segundo José Serra:

A UNE-volante era um fator muito importante de unificação, democratização, debate e mobilização do movimento estudantil. Ela consistia no deslocamento de parte da diretoria da UNE, juntamente com o Centro Popular de Cultura, o CPC, para todos os estados do país, onde se cumpria uma programação que incluía comícios, entrevistas no rádio e nos jornais, apresentações de teatro, discussões nas assembleias das faculdades⁵².

Dessa forma, a UNE-volante se tornou responsável por propagar os objetivos do CPC, levando a sua mensagem por meio da cultura para diversas regiões brasileiras. Portanto, ao refletir sobre as principais influências que levaram a construir ideologias para o movimento estudantil universitário, podemos ressaltar que essas influências eram apropriadas pelos estudantes por meio de um amplo universo, que se divide entre o religioso, o político e o cultural. Essas instituições influenciavam os estudantes a adotarem posições políticas, pois de acordo com Bersteins (2009): “A força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo

⁵² Depoimento in. SANTOS, Nilton. **História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento. Vol. I, 1980. José Serra foi Presidente da UNE de julho de 1963 a julho de 1964.

por meios que, sem serem claramente políticos, conduzem, no entanto, a uma impregnação política”. (p. 39). Embora a cultura e a religião não sejam claramente identificadas como partidos políticos, elas disseminam cultura política a partir do momento em que influenciam os estudantes a adotarem posições políticas dentro do sistema em que estão inseridos. Por outro lado, ao direcionar esta pesquisa para a geração dos anos 60, adotando como objeto de estudo os discentes que militaram contra a política das Forças Armadas, não podemos esquecer que essa geração é fruto de gerações que as antecederam, que foram aprendendo com os erros e, é claro, construindo novos caminhos a partir dos sonhos que julgavam ser possível realizar, pois, segundo Mudrovcic (2009): “[...] é mais apropriado falar de sobreposição sucessiva de gerações que de sucessão de gerações para indicar a especificidade de um encadeamento de transmissão de experiências, visto que sempre há duas gerações atuando no mesmo presente”. (p. 106). Nesse contexto, uma geração complementava a outra a partir de suas experiências e influências apropriadas ao longo da caminhada. Mas, antes de compartilhar as influências apropriadas por alguns militantes campinenses, julgamos necessário conhecer um pouco do cenário político em que esses estudantes estavam inseridos. Essa será a nossa próxima reflexão.

1.3 – Os filhos campinenses no mundo universitário em tempos de ditadura

1.3.1 – Campina Grande (1964/1968): para uma reflexão sobre o político

Após uma breve reflexão sobre o momento histórico a que dedicamos a nossa pesquisa na perspectiva de analisar o contexto em que o movimento estudantil se desenvolveu e as influências institucionais ou não que visavam incorporar o maior número possível de estudantes, e antes de convidar os nossos depoentes a compartilharem com a nossa pesquisa acerca das influências apropriadas por eles, julgamos necessário contextualizar o cenário político e econômico⁵³ que estão inseridos os militantes da cidade de Campina Grande⁵⁴, na década de 1960. Nesse viés, para refletir sobre Campina Grande, na década de 1960, foi necessário uma concisa retrospectiva. Segundo Lima, R. (2010):

⁵³ Abordaremos essa temática de forma sucinta. Para aprofundá-la mais, indicamos a dissertação de Mestrado de: MARQUES, Thiago Trindade. **Do desenvolvimentismo ao alinhamento a conduta militar:** as peripécias da política campinense (1963-69). Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2012, além dos autores com quem dialogamos.

⁵⁴ Campina Grande tem uma área de, aproximadamente, 620 a 628 km², 42,92 km² de área urbanizada, com uma população de cerca de 387.643 hab., segundo o IBGE 2011. Localizada no agreste paraibano, entre o litoral e o sertão, fica, aproximadamente, a 130km da capital João Pessoa.

Desde a sua fundação, Campina Grande tem-se constituído em um polo regional, de certa relevância. Primeiramente, edificando-se em um cruzamento de caminhos, constitui-se em florescente feira de gado. Depois, sob os influxos dos tropeiros, em importante centro comercial. Nos anos 40, em virtude da cultura do algodão e a eclosão da Segunda Grande Guerra, vem a ser a terceira praça algodoeira do mundo. (p. 78-79).

Com a comercialização do algodão, Campina Grande, entre as décadas de 1940 e 1950, obteve um considerável crescimento econômico e conseguiu superar, em alguns aspectos, a capital, João Pessoa:

De 1940 a 1960, ocorre na cidade um crescimento considerável no número de estabelecimentos industriais, como também no número de operários, chegando a superar, nesses dois aspectos, a capital João Pessoa, que em 1940 tinha número superior, porém não consegue manter a mesma taxa de crescimento alcançada por Campina Grande, principalmente entre os anos cinquenta. (LIMA, D., 2004, p. 124).

Esse destaque econômico obtido pela cidade não estava relacionado apenas à comercialização do algodão, mas também a instalações de indústrias e a projetos governamentais que visavam desenvolver a cidade. Entretanto, esse processo industrial, a princípio, estava “associado” ao comércio do algodão.

Nessa perspectiva, a cidade começou a ser favorecida com a criação de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁵⁵, que aprova projetos que visavam industrializar Campina Grande; “É grande a efervescência na cidade e a esperança é de que, com o fim dos desequilíbrios regionais, a cidade seja uma das mais beneficiadas devido a sua importância”. (LIMA, D., 2004, p. 125).

Ao concentra viabilidades para receber projetos industriais impulsionados pela SUDENE, por meio de iniciativas privadas, um grupo de intelectuais, liderados por Edvaldo do Ó⁵⁶ e por José Lopes de Andrade, criou a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (FUNDAT)⁵⁷, que seria a responsável por demonstrar aos empresários locais e de outras localidades as condições oferecidas pela cidade para as instalações de indústrias, demonstrando que o desenvolvimento havia conquistado espaços na mente dos campinenses.

⁵⁵ A SUDENE foi criada em 1959, pela Lei 3.692. O órgão foi idealizado no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado. Seu principal objetivo era encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geoeconômicas do Brasil.

⁵⁶ Edvaldo de Souza do Ó, foi um homem que contribuiu significativamente para o desenvolvimento industrial e intelectual, dentre outros setores desenvolvidos em Campina Grande. Entretanto, discorre em uma nota de rodapé sobre a importância de sua contribuição nestes campos, correríamos o risco de deixar muitas lacunas, assim, optamos por mencionar alguns dos seus feitos ao longo da nossa escrita.

⁵⁷ A FUNDAT foi criada pela Lei Municipal nº 48, de 28 de dezembro de 1957.

A FUNDAT também contribuiu com a indústria no aspecto da qualificação da mão de obra e na formação de novos intelectuais ao manter a Faculdade de Filosofia de Campina Grande e criar a Escola Industrial de Campina Grande:

Durante o período em que esteve em funcionamento, a Fundação desenvolveu um papel de suma importância na orientação aos empresários do município, bem como servia de cartão de visita da cidade aos novos industriais que desejassem instalar suas fábricas no município e no Estado. (LIMA, D., 2004, p. 126).

Em clima de euforia, devido à industrialização, Campina Grande não deixou de ter problemas sociais como desemprego, visto que as indústrias não absorveram todos os que estavam sem trabalho, e grande parte dos indivíduos ficou desempregada. Percebe-se que a falta de investimentos nas empresas locais, diferentemente do que ocorria em outros Estados da federação, dificultou a expansão de postos de trabalho. Por isso, segundo Lima, D. (2004):

O tão sonhado desenvolvimento industrial não foi suficiente para resolver problemas como o desemprego. Ao contrário, tornando-se pólo de desenvolvimento através da industrialização, a cidade torna-se também pólo de atração de levas de pessoas da zona rural, que sonham com uma oportunidade de emprego. (p. 128).

Ao se tornar ponto de convergência para os migrantes que vinham de várias partes da Região Nordeste e do estado, Campina Grande sofreu com a falta de condição para abrigar o grande contingente que chegara à cidade. Nesse contexto, configurava-se uma contradição do processo de desenvolvimento, que excluía os indivíduos que habitavam no campo, que, para sobreviver, fugiam para as cidades, o que fazia com que a população e as desigualdades sociais aumentassem. Esses problemas atingiam a sociedade campinense, que viu suas ruas abrigando mendigos, deficientes, indigentes, menores abandonados, camponeses sem terra e sem teto, aprofundando diferenças sociais já existentes.

Por aqueles dias Campina Grande já conhecia, e se ressentia muito com isto, uma sensível participação, no cenário das ruas, de migrantes desempregados e subempregados. Esses, sem função de inserção no mercado de trabalho, eram tematizados ora como um auxílio ora um empecilho para o desenvolvimento de Campina Grande. (AGRA DO Ó, 2006, p. 45).

A crise de desenvolvimento⁵⁸ que atingiu Campina Grande, a partir da segunda metade da década de 1960, fez com que a capital do Estado obtivesse um papel de liderança na organização regional. Esse acontecimento foi consolidado com a estagnação da economia campinense, que foi aprofundada com a falta de desenvolvimento da indústria que continuava no nível da manufatura e de transformação de matéria-prima, dependendo do comércio da capital para obter lucro. Essa situação, na expectativa dos campinenses, seria transformada com a atuação da SUDENE, fato que não ocorreu, pois, na capital, os incentivos para a instalações de novas indústrias eram maiores devido à proximidade com o porto e a cidade de Recife, o que contribuía para a estagnação da economia de Campina Grande, que se agravou ainda mais com a política tributária adotada pela ditadura militar, que “[...] passou a adotar uma política centralizadora, privilegiando as capitais em detrimento das cidades de porte médio como Campina Grande”. (LIMA, D., 2004, p. 128).

No campo político, Campina Grande, assim como outros municípios, estados e o país, sofreu as perseguições instituídas pelo golpe dos militares e amargurou a nova conjuntura política instituída no país, porquanto a cidade e o estado foram atingidos em seu corpo político, tanto de forma direta quanto indireta, e das cassações não escaparam nem mesmo os reitores das universidades, como foi o caso do da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor Mário Moacyr Porto, que “[...] foi afastado do cargo e, em seu lugar, foi nomeado como interventor o Professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guilardo Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, onde exerceu mandatos sucessivos até o ano de 1971”. (NUNES, 2011, p. 49).

Para adentrar o cenário político às vésperas do golpe dos militares e depois dele, julgamos necessário retroceder até as eleições de 1959, da qual participou o prefeito Newton Rique. Dessa forma, no palco da política campinense, a eleição de 1959 para prefeito da cidade, de Campina Grande, tem por candidatos Newton Rique e Severino Cabral.

Nessa disputa, os dois lados ganharam logomarcas que os identificavam. O candidato Newton Rique representava a classe média. Sua candidatura visava continuar a modernização, através da industrialização, uma vez que ele representava o setor da cidade que fazia empreendimentos; o segundo candidato, Severino Cabral, era apoiado pelas classes populares, como ressalta Araújo (2000): “No decorrer da campanha política, a alusão à falta de cultura

⁵⁸ Acerca dos setores atingidos pela crise a partir da segunda metade da década de 1960, consultar MARQUES, Thiago Trindade. **Do desenvolvimentismo ao alinhamento a conduta militar:** as peripécias da política campinense (1963-69). Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 37-38.

do candidato de ‘punhos de renda’ da classe rica e Cabral, o ‘pé de chumbo’, ‘gente simples como nós’ o candidato das classes pobres”. (p. 91).

Iniciada a campanha dos candidatos a prefeito da cidade, eles começaram a pedir votos, buscando, cada um com seu discurso, convencer os eleitores de que era o melhor para a cidade. Contudo, eles não faziam campanha apenas com seus respectivos discursos, mas também distribuindo seus programas de Governo para a população, que poderia escolher o candidato não só pelo discurso, mas também por um projeto que parecia ser concreto. Essa estratégia para obter voto visava alcançar o apoio de todas as classes sociais da cidade e inaugurar outro modo de fazer política.

A campanha eleitoral de 1959 foi um marco inicial desse novo modelo de conquistar eleitores. No plano de Governo do candidato Newton Rique, percebe-se o viés do desenvolvimento que atingia o Brasil, não apenas pelo conteúdo, mas também pelo que contém o plano do governo ao começar pelo próprio título. “Esse documento intitulado de Revolução da Prosperidade promoveu a canalização de todo um debate existente na cidade e articulou nos termos de um projeto desenvolvimentista”. (AGRA DO Ó, 2006, p. 91), demonstrando que caminhos pretendia seguir o candidato Newton Rique, caso chegasse à prefeitura municipal. A educação era um dos setores que seria privilegiada em sua administração.

O programa de Governo de Severino Cabral, que ganhou o pleito municipal, caracterizou-se por ser um plano sem as bases concretas da realidade campinense, visto que não atendia às reais necessidades da cidade, de acordo com Sylvestre (1988):

O programa de Severino Cabral, ao que tudo indica, foi escrito fora de Campina por alguém de razoável formação cultural, talvez um economista ou um administrador de empresas, mas sem nenhuma identificação com a comunidade capaz de proporcionar a elaboração de um plano de para Campina Grande. (p. 241).

As eleições para prefeito influenciaram também a população a escolher os novos membros do Legislativo Municipal, visto que o chefe do Executivo Municipal buscava governar com maioria na Câmara, a fim de que sua administração fosse viabilizada. Dessa forma, os candidatos à “Casa Feliz Araújo⁵⁹” deveriam mostrar de que lado estavam e defender um dos nomes ao cargo do Executivo municipal. Essa escolha seria decisiva.

⁵⁹ A Câmara Municipal recebeu o nome de “Casa de Félix Araújo”, em homenagem ao ex-vereador que foi assassinado na década de 1950.

Na Câmara de Vereadores, os lugares estariam garantidos com o apoio que os candidatos recebiam do chefe do Executivo. Nessa eleição, as coligações PSD, PRT, e PSB, que apoiaram Severino Cabral, elegeram oito vereadores, e as coligações PTB e PSP, que apoiaram Newton Rique, elegeram sete vereadores. Contudo, mesmo com uma disputa acirrada, o Executivo conseguiu eleger um número maior de vereadores.

Com a vitória de Severino Cabral, os planos de Newton Rique tiveram que ser adiados. Em seu Governo, Cabral não deixou de fazer política pelos modos paternalistas e realizou suas ações com base no assistencialismo. Essa política aumentou com a máquina municipal em suas mãos, pois buscou beneficiar as classes mais baixas com a redução de certos impostos e o apoio e a criação de novas associações que buscavam lutar pelos direitos dos cidadãos.

Ao se constituir como um lugar de disputas, o campo político tornou-se um espaço onde os agentes ativos buscaram conquistar o poder, utilizando-se da venda de produtos políticos que produziam, enquanto que os agentes “passivos” foram convertidos em “consumidores⁶⁰” desses bens:

O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição actuais (sic) e, sobretudo, potenciais ou, melhor do principio dessas tomadas de posição a saber, o espaço das posições objetivas no campo e das atitudes dos seus ocupantes. (BOURDIEU, 1998. p. 172).

Dentro dessa lógica, o Governo municipal buscou obter o apoio das classes trabalhadoras com a distribuição de benesses que serviam para que o Executivo municipal obtivesse o controle sobre essas classes e evitasse que elas se rebelassem contra as ações desencadeadas pelo Prefeito.

Seu Cabral, como era mais conhecido, aprofundou a política paternalista com a distribuição de terrenos municipais tanto para associações e indústrias quanto para os trabalhadores que não possuíam moradia, principalmente atendendo às pessoas que eram procedentes das zonas rurais e que contribuíram para o inchaço da cidade. Nesse período, o número de favelas sem nenhuma estrutura adequada para residir aumentou.

⁶⁰ Colocamos a palavra “consumidores” entre aspas, por defender o princípio de que nem todos os consumidores são agentes passivos. “No caso do consumo, poder-se-ia quase afirmar que a produção fornece o capital e os usuários, como locatários, adquirem o direito de efetuar operações sobre esse fundo sem serem os seus proprietários”. (CERTEAU, 1994, p. 96). Portanto, ao consumir, os usuários podem produzir um novo significado aos produtos vendidos/oferecidos pelos agentes ativos e consumidos pelos “agentes passivos”.

Em Campina Grande, o prefeito Severino Cabral continua utilizando a política assistencialista, que lhe tinha sido favorável, quando candidato (doação de terrenos às classes mais pobres, dispensa de impostos, etc.). Na sua administração, procurou apoiar as várias associações existentes e ajudou, por outro lado na fundação de novas. Procurava controlá-las através de relações paternalistas. (ARAÚJO, 1985, p. 205).

Nessa perspectiva, foram criadas as Sociedades de Amigos do Bairro, que procuravam aproximar a administração municipal da população que, por sua vez, reivindicava melhoramentos estruturais para a cidade.

O Prefeito Severino Cabral não somente buscou se aproximar das camadas mais pobres da cidade, mas também constituir para o município projetos que se alinhavam à política desenvolvimentista que tomava conta do Brasil e da Paraíba. Nesse sentido, o Governo municipal cria o Fundo Municipal de Industrialização (FUMINGRA), que se destinava a intensificar o processo de industrialização na cidade.

A chegada de novos industriais na cidade começou a modificar algumas relações, como a de patrão e empregado, que deixou de ser paternalista, e abriu espaço para que os sindicatos pudessem atuar em nome dos trabalhadores sem comprometer seus empregados:

A introdução da semana inglesa, que determinou o fechamento do comércio aos sábados, a partir das treze horas, é indicativa do processo de transformação das práticas comerciais. Firms que operam, nacionalmente, começam a se instalar na cidade. As relações entre patrões e empregados tornam-se cada vez mais impessoais, perdendo o seu caráter paternalista e sendo suas relações de eficiência do trabalho. (ARAÚJO, 1985, p. 209).

Assim, à medida que o município ia se industrializando, também ia se modernizando, e novos horizontes de expectativas iam sendo traçados entre os trabalhadores, a partir da ampliação do seu campo de visão, dentro das novas relações de trabalho, visto que os sindicatos tinham a função de agir em prol dos trabalhadores. Mas, nem sempre, os sindicatos alcançavam os seus objetivos, e devido ao tratamento recebido por parte dos patrões, inúmeros trabalhadores preferiam trabalhar de forma autônoma no setor de serviços, pois de acordo com Araújo (2004): “As péssimas condições de trabalho e a grande exploração a que estavam submetidos obrigavam os trabalhadores a procurarem atividades autônomas como forma de sobreviverem. As pequenas atividades econômicas eram uma tradição do Estado”. (p. 116).

Para dar continuidade à sua política e não correr o risco de perder o Governo, Severino Cabral e outros políticos da gestão optaram por uma política de conciliação entre o Governo e

seu inimigo do pleito eleitoral de 1959, como, ressalta Araújo (2000): “Argemiro e Cabral políticos que militaram em partidos diferentes, de 1947 a 1959, esqueceram as antigas divergências e, depois de tentativas frustradas de se conseguir um candidato apolítico, lançam como candidatos Newton Rique (PTB) e William Arruda (PSD)”. (p. 95).

Com o fim do mandato de Severino Cabral à frente da gestão municipal, novamente a sociedade campinense foi convocada para escolher seu novo gestor. Nas eleições de 1963, Newton Rique tentou novamente chegar ao cargo de prefeito e obteve força quase que máxima para conquistar o pleito, que só foi interrompido por sua cassação devido ao golpe dos militares de 1964. Seu nome foi acordado entre o então Prefeito Cabral e Argemiro de Figueiredo, que viram a possibilidade de continuar a defender seus interesses na cidade com esse novo administrador.

O programa de Governo elaborado por Newton Rique para administrar Campina Grande enquadrava-se nas perspectivas das elites econômicas e políticas e em ações que beneficiavam a população em geral. Pois, ele procurava agradar tanto às elites quanto às classes populares.

Acompanhado de secretários e assessores, Newton Rique visitava pessoalmente os bairros da cidade, reunia-se com lideranças locais, ouvia as reivindicações e autorizava a execução imediata das providências, quando isso era possível. Em certas ocasiões, antes que a reunião terminasse, ações específicas já estavam sendo levadas a efeito para alegria da população. (SYLVESTRE, 1993, p. 254).

Com a visão progressista de industrializar a cidade, Newton Rique baseava suas ações numa lógica racional e efetiva de propiciar-lhe um novo desenvolvimento, vencendo a estagnação pela qual passava a economia local. Porém, para essa conquista, era essencial fazer um planejamento:

Cada área de responsabilidade da administração municipal teve os problemas enfocados sob três itens distintos: “metas”, “meios” e “objetivos”. Nas “metas” estavam alinhados as propostas de trabalho; nos “meios” a fonte de recursos ou a origem das providências; nos “objetivos” enumeravam-se os recursos que se pretendia agir. (SYLVESTRE, 1993, p. 241).

Assim, observamos que os governantes que assumiram as administrações políticas de Campina Grande nas duas últimas eleições que antecederam o golpe-civil-militar, pretendiam modernizá-la em termos industriais, porém, faziam de tudo para manter o conservadorismo na forma de fazer política na cidade, como afirma Araújo (2000): “Apesar da dificuldade de, na

prática, introduzir modificações na viciada política municipal, é inegável que Newton Rique objetivava impor a prática burguesa de encobrir o processo de dominação sob a aparência formal de atendimento aos interesses de todos”. (p. 98).

Às vésperas do golpe, para além dos problemas econômicos vivenciados por Campina Grande, essa cidade ainda vivenciava uma divisão política, na medida em que alguns políticos defendiam o golpe, e outros, não.

Em Campina Grande os aliados do Presidente da República na Câmara buscavam demonstrar que apoiavam a atuação de Goulart, conforme requerimento nº 231 de 20 de março de 1964, de autoria do vereador Manoel Barbosa (PSB), que pedia o envio de aplausos e solidariedade ao Presidente da República. Porém, tal requerimento não recebeu aprovação da maioria, sendo rejeitado pelos membros da casa, que procuravam se distanciar da política adotada no âmbito federal, conforme ficou expressado no pronunciamento do vereador Augusto Ferreira Ramos quando declarou que “o maior responsável pelo que estava acontecendo no país, era o Exmo. Sr. Presidente da República que não sabia governar” (Ata da sessão do dia 20 de março de 1964), obtendo apoio de outros vereadores, ficando clara a posição da câmara municipal em relação às ações do Governo federal, que estaria tentando implantar no país uma República comunista. (AMORIM, 2007, p. 30).

Há que se ressaltar a insatisfação da maioria dos vereadores da Casa de Félix Araújo com a administração de Goulart. Assim, a partir do golpe, logo na primeira sessão realizada no dia 03 de abril de 1964, pelos vereadores na Casa de Félix Araújo, eles se colocaram a favor da “democracia”, da legalidade, da liberdade contra o comunismo. Isso levou os vereadores a apoiarem as ações das Forças Armadas para interferir na vida política do país e a caçar mandatos de políticos que não estivessem de comum acordo com a “revolução”. Nesse quadro de cassação a todos aqueles que a “revolução” considerasse subversivo, o Prefeito da cidade, Newton Rique, também foi visto como um político que era contra a “revolução” devido a um telegrama enviado a João Goulart:

Políticos equilibristas, desfibrados, aventureiros e analistas apressados do cenário político ou do comportamento dos verdadeiros homens públicos, criticaram Newton Rique pelo telegrama de solidariedade remetido ao Presidente João Goulart, achando que o prefeito foi precipitado ou inexperiente. Ficasse indiferente, quieto, calado, e não teria sofrido punição do comando revolucionário. (SYLVESTRE, 1988, p. 514).

A Câmara Municipal ainda não havia se conscientizado da natureza antidemocrática do golpe de Estado do mês de março, ou os vereadores preferiram não colocar suas cabeças a

prêmio, pois, desde o dia 31 de março, o Executivo Municipal não desenvolvia suas ações com o mesmo fôlego de antes, porque, em consequência da denúncia, o Prefeito gastava seu tempo em produzir documentos que possibilitassem sua defesa no comando da “revolução”. A Câmara Municipal ficou alheia a tal situação. De acordo com Sylvestre (1988): “De 1º de abril, data da vitória plena do Movimento de março até 14 de junho, quando Newton Rique foi cassado, embora o prefeito e seus auxiliares se esforçassem, não foi mais possível imprimir à administração o mesmo ritmo”. (p. 479).

Destarte, os militares representantes da nação e defensores da ordem dita democrática utilizaram-se do Ato Institucional nº I (AI-I), assinado logo após o golpe, em 09 de abril de 1964, para realizar o que chamaram de “Operação Limpeza”, já que o documento previa a suspensão dos direitos constitucionais, perda dos direitos políticos e cassação de mandatos, caso o indivíduo ameaçasse a ordem e o regime “democrático”. Nesse âmbito, segundo Alves (1989): “O ato limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional. Os poderes legislativos eram em grande parte transferidos ao Executivo”. (p. 54).

Em junho de 1964, Campina Grande foi atingida pelo AI-I, quando o Prefeito Newton Rique foi incluído na lista dos políticos cassados e se tornou o primeiro prefeito da cidade cassado pela ditadura militar. Conforme enfatiza Sylvestre (1988): “O último listão de cassações tinha prazo fatal: 14 de junho. Em Campina ele foi ansiosamente esperado por amigos de Newton Rique, na expectativa de que seu nome não constasse e pelos seus inimigos na esperança que ele fosse um dos integrantes da lista dos punidos”. (p. 523).

Parte da Câmara Municipal e da sociedade campinense perceberam que a “revolução democrática” de março não era o que apregoava, pois cassava o mandato legítimo do prefeito sem motivos, baseando-se apenas em denunciamentos políticos realizados pelos opositores de Newton Rique, cuja cassação não ficou apenas nos bastidores da política campinense, mas foi comentada também por outros políticos da Paraíba conforme informa a matéria publicada pelo Jornal DB:

O deputado Inácio Feitosa recebeu uma serie de apartes de representantes de diversos partidos políticos, principalmente do Partido Social Democrático, salientando-se aos senhores Aloísio Pereira e Nivaldo Brito.

Em um dos apartes, o representante de Princesa Isabel, declarou que a notícia da cassação do mandato do Sr. Newton Rique sinceramente surpreendeu toda a Paraíba e indagou: que comunista é esse que o comércio e a indústria campinense fecharam as portas, como uma forma de protesto pela medida que veio atingi-lo? E, noutra intervenção, revelou que todo o Secretariado que servia ao Governo do Sr. Newton Rique, permaneceu nos postos, por sugestão do próprio coronel Artur Canda. Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa.

Também o Sr. Luiz Ribeiro Coutinho, ofereceu aparte ao deputado Inácio Feitosa, para acentuar que o chefe do seu partido, a União Democrática Nacional - manifestou-se no senado contra a cassação do mandato do prefeito de Campina Grande salientando que um jovem idealista como Newton Rique, não podia ter sido atingido pela medida. E concluiu o Sr. Luiz Ribeiro, desejando que antes dos dez anos de prazo de suspensão dos direitos políticos no país, haja uma anistia geral, para que o senhor Newton Rique, possa voltar à atividade política. (CASSAÇÃO DOS DIREITOS DE NEWTON RIQUE É O ASSUNTO DO DIA NA ASSEMBLÉIA, 17/06/1964, p. 03).

É importante registrar que Newton Rique não contou apenas com o apoio de políticos paraibanos, mas também dos partidos políticos que, no imediato pós-golpe, apoiaram as Forças Armadas, como o PSD e a UDN.

Ainda que tenhamos encontrado registros nos jornais, que repudiavam a atitude dos militares sobre a cassação de Newton Rique por parte dos políticos, não encontramos nenhum registro de movimentos universitários ocorridos na cidade em repúdio a essa ação dos militares. Todavia, quando perguntei a Djalma⁶¹ a sua opinião acerca da cassação de Newton Rique, ele expressou assim sua opinião:

Eu achei um absurdo. [...]. A perda de Newton Rique como prefeito de Campina Grande e que seria o futuro governador da Paraíba é uma perda incomensurável. Newton era um homem de mente areja progressista. [...] Então, foi lastimável aquilo, a serviço de que? De matar uma luta nacionalista. Daí eu passei a ser contra, contra entre aspas aos militares porque eles estavam fazendo muito pelo Brasil, mas cedendo a condição internacional de destruir as lideranças emergentes no Brasil, a serviço dos interesses internacionais. Foi o grande pecado dos militares, eu vou repetir o grande pecado⁶².

Quando perguntei a Cacilda⁶³ se ela se recordava de algum movimento em repúdio à cassação de Newton Rique, ela respondeu:

⁶¹ Djalma de Souza do Ó nasceu em 24 de março de 1941, em Campina Grande. Iniciou seus estudos no Colégio Alfredo Dantas. Depois, o pai mandou-o para o Colégio interno Diocesano de Patos, ao qual não se adaptou, e voltou para Campina Grande, onde iniciou o Curso Técnico em Contabilidade. Em 1967, ingressou no Curso de Administração da FURNE. Hoje tem uma destilaria de água localizada em Campina Grande, na Rua Major Manoel Jovino do Ó. Interessamo-nos em entrevistá-lo quando o seu nome foi mencionado por nossos depoentes como um estudante que não militou. Foi o Professor Jonas da UFPB quem nos informou o seu endereço. A entrevista foi realizada em sua destilaria, em Campina Grande.

⁶² Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

⁶³ Cacilda Filomena Castro Cavalcante nasceu em 11 de janeiro de 1945, em Alcantil. Iniciou os estudos em Areia, com a pretensão de ser freira, mas desistiu. Veio para Campina Grande em 1960, onde concluiu os estudos no Colégio Estadual da Prata. Ingressou na Faculdade de Serviço Social em 1965 e concluiu o curso em 1970, por ter tido a matrícula cassada durante um ano em 1969. Hoje é aposentada pelo INSS. Chegamos a Cacilda com a ajuda de Waldir Porfírio, que me informou o seu número de telefone e endereço. O nosso

Não. Não teve nada, vários políticos foram cassados, mas não houve mobilização estudantil. Ficou foi todo mundo com medo nessa época, porque eles invadiam as casas e diziam que colocavam escutas, e a gente tinha até medo de falar dentro de casa, ficamos com medo que tivesse alguma escuta dentro de casa. Era assim nesse tempo⁶⁴.

Na primeira fala, temos o posicionamento de um estudante que, embora não fosse contra os militares, foi contra a cassação de Newton Rique, por descobrir que os militares seguiam uma tendência à política internacional, ao castrar direitos políticos de homens que não estavam ligados à política comunista, mas defendiam um nacionalismo brasileiro. No segundo discurso, temos uma depoente que não apoia a política das Forças Armadas, mas que não se manifestou contra a cassação de Newton Rique, por temer as punições que poderiam sofrer as pessoas que se manifestassem contra o regime militar e levando ainda em consideração que o golpe obteve apoio de civis, a mobilização estudantil universitária campinense não realiza atos públicos em protesto a esta cassação.

Entretanto, a omissão de movimentos em repúdio à cassação de Newton Rique não aludia apoio dos estudantes a essa ação. Isso foi constatado quando o ex-prefeito foi convidado a ser patrono da primeira turma de economistas da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. Essa decisão foi acolhida por todos os membros, como ressalta esta reportagem: “A decisão dos novos economistas campinenses encontrou a mais franca receptividade em todos os setores da comunidade, dado o alto grau de estima que Campina Grande devota ao seu filho hoje distante”. (NEWTON RIQUE SERÁ PATRONO: ECONOMIA, JORNAL DB, 04/08/1964, p. 05). A partir dessa reportagem, fica evidente que boa parte dos universitários campinenses não foi favorável à cassação do ex-prefeito Newton Rique.

Vale ressaltar que, mesmo o Governo buscando inculcar sobre a imagem de Newton Rique uma identidade subversiva, ela não foi apropriada por todos os políticos e universitários campinenses, porque de acordo com Chartier (1990): “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. (p.17). Portanto, considerando-se o AI-I, para o Governo, era justificável a cassação de Newton Rique que, no entanto, não conseguiu fazer com que sua mensagem fosse apropriada por toda a população campinense, uma vez que para Pesavento (2005): “A representação envolve processos de

interesse por entrevistá-la partiu por sabermos, por meio do Jornal Diário da Borborema, que ela havia participado do Congresso de Ibiúna. A entrevista foi realizada em sua residência, em Campina Grande.

⁶⁴ Entrevista concedida por, CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012 a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”. (p. 40). Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que uma representação criada por alguma instituição sobre algo ou alguém pode ser legitimada ou excluída do campo de visão de sujeitos que “deveriam” se apropriar dela, tal como foi pensada por grupos que a forjaram. Desta forma, se, para as Forças Armadas, Newton Rique era um subversivo, para muitos campinenses e políticos, ele era um nacionalista. Neste contexto, Newton Rique é julgado ou defendido por grupos que cunham uma determinada representação sobre a sua imagem. Segundo Woodward (2000):

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. [...] É claro, pois, que a produção de significados e a produção das identidades que são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação estão estreitamente vinculada. O deslocamento, aqui, para uma ênfase na identidade é um deslocamento de ênfase – um deslocamento que muda o foco: da representação para as identidades. (p.18).

Neste sentido, os grupos de sujeitos ao tentar disseminar uma determinada representação sobre a imagem de Newton Rique, também inculcavam sobre ele uma determinada identidade, ao julgar o seu posicionamento político, podendo esta ser considerada subversiva ou nacionalista. Ressaltamos, porém, que não defendemos a tese de que todos os campinenses e políticos paraibanos viam em Newton Rique um homem de identidade nacionalista, pois, quando foi cassado, no dia seguinte, a Câmara Municipal foi convocada para fazer a “democracia” acontecer. Na madrugada do dia 15 de junho, os membros do legislativo se reuniram a fim de votar o impedimento do vice-prefeito e declarar vagos os cargos de prefeito e vice-prefeito. Assim, após a cassação de Williams Arruda, a Câmara Municipal elegeu, como prefeito, o Presidente do Legislativo Municipal e vereador, João Jerônimo da Costa, que exerceu o mandato até setembro de 1964. Segundo Sylvestre (1993), o impedimento de Williams Arruda teve influência dos adversários políticos da ala argemirista, contrários à sua posse, em resposta à cassação de Newton Rique.

A reação imediata do grupo do prefeito foi articular junto à câmara de vereadores o impedimento do vice-prefeito Williams Arruda, àquela altura já em rota de colisão com o prefeito, em decorrência de divergências de ordem administrativa e de estilos diferentes de atuação. (SYLVESTRE, 1988, p. 523).

Com o objetivo de garantir seus direitos de vice-prefeito, Williams Arruda entrou na justiça com um mandato de segurança para que fosse restabelecido no cargo. Esse, mandato de segurança era composto de quatro questionamentos com o seguinte teor:

A Câmara municipal não tem competência para decretar impedimento;
A cassação foi atitude de cunho político, e não referente alguma provável arbitrariedade cometida pelo vice-prefeito;
Não houve cassação advinda do Governo revolucionário;
Não existe impedimento para o cargo de vice-prefeito, quando seu ocupante não está exercendo o cargo de prefeito. (MARQUES, 2006, p. 21).

Williams Arruda foi reconduzido ao cargo em setembro do mesmo ano, dando início a uma nova administração em Campina Grande. Contudo, apesar de Williams Arruda ter conseguido ser restituído ao cargo de prefeito de Campina Grande, não escapou da vigilância do Governo Federal durante sua gestão, como enfoca esta reportagem:

Para responder a interrogatório sigiloso no Quartel General do IV Exército, estão sendo chamados a Recife semanalmente todos os vereadores campinenses que compõem a Casa de Félix Araújo. De cada vez seguem dois membros, e segundo apurou a reportagem “associada” em fontes extra-oficiais, esse interrogatório faz parte de um inquérito instaurado sobre o prefeito Williams Arruda. Diversos oficiais do IV Exército inclusive, estiveram nessa cidade coletando documentos no cartório da cidade. (VEREADORES CAMPINENSES: DEPONDO NO IV EXÉRCITO, JORNAL DB, 17/10/1964 p. 05).

Destarte o prefeito da cidade em pauta ser acusado de subversivo, desde o início de sua gestão, passou esse período tentando provar que não estava envolvido em ações subversivas. No final de sua gestão, até o governador João Agripino⁶⁵ depôs a seu favor, conforme elucida o artigo de J. Soares Madrugá:

O governador Agripino compareceu ontem pela manhã à justiça federal para depor como testemunha do prefeito Williams Arruda em Inquérito sobre subversão. O sr. João Agripino foi ouvido pelo juiz Genival Matias e disse ignorar atividades subversivas do atual prefeito campinense bem como sua filiação a qualquer partido fora da legalidade. (DIÁRIO DE NOTÍCIA, JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 24/01/1968, p. 03).

⁶⁵ João Agripino se inseriu na política em 1945, no cargo de Deputado Federal pela UDN; elegeu-se sucessivamente até o ano de 1962, quando foi eleito para o cargo de Senador. Não concluiu o mandato em virtude de candidatar-se para Governador da Paraíba em 1966; foi eleito o último Governador da Paraíba por eleições diretas e exerceu seu mandato até 1971. (CITTADINO, 2007). Sua carreira política obtinha vários destaques, dentre eles, havia sido um dos fundadores da UDN e, posteriormente, da ARENA, além de ter sido cotado para Vice-presidente de Costa e Silva, mas recusou o convite. Contudo, mesmo estando sempre como um representante da direita, procurou, segundo Maia (2000, p. 59-75), agir com coerência em suas atitudes.

Durante a administração de Williams Arruda, a Câmara Municipal funcionou de forma lenta, com a aprovação de escassos projetos que gerassem benefícios para a cidade. As sessões resumiram-se em aprovarem requerimentos para melhorias estruturais na parte de iluminação pública, pavimentação de ruas, fornecimento de água, construção de escolas e contratação de professores. Porém muitos desses pedidos não foram realizados pelo Executivo.

Portanto, a partir das reflexões propostas neste subitem, podemos perceber que Campina Grande foi alvo de intensas repressões, que foram logo imprimidas, nos primeiros Atos Institucionais, que justificavam a cassação de quaisquer cargos políticos, inclusive daqueles em que as acusações eram baseadas em frágeis provas, como no caso do ex-prefeito Newton Rique, pois, a designação de subversivo atingia um universo amplo e não se limitava aos sujeitos que militavam nas entidades estudantis ou nos partidos ligados aos comunistas, mas a todos aqueles que a “revolução” julgasse suspeitos, cujo lema se constituía em “prender primeiro e perguntar depois”. Por outro lado, a política não se faz presente apenas entre os políticos, mas também na sociedade e nas instituições, em especial, nas de ensino, foco de nossos estudos. Partindo desse pressuposto, chegamos ao segundo subitem deste subtema, em que refletiremos sobre as influências apropriadas por aqueles que militaram nos movimentos ocorridos em Campina Grande entre os anos de 1964 a 1968.

1.3.2 – “Então naquele momento... nós estávamos ligadas diretamente a movimentos estudantis de ordem nacional”: adentrando a história de nossos militantes

Arquitetar a escrita deste subitem não é uma atividade fácil, não minimizando a importância da nossa escrita até este momento. Mas, o que torna esse subitem um desafio para a nossa escrita, como historiadores, é o fato de estarmos trabalhando com memórias. Assim, pensamos em outras possibilidades para desenvolvê-la, até chegamos a rascunhá-la, diluída nos subitens anteriores, mas se não dedicássemos um espaço especial para as influências apropriadas pelos nossos entrevistados, corríamos o risco de perder pérolas que talvez não fossem mais recuperadas. Partindo desse pressuposto, a discussão seguinte traz uma reflexão acerca das influências apropriadas pelos nossos depoentes, os quais militaram como estudantes universitários nos movimentos estudantis ocorridos em Campina Grande.

Para esse momento, trabalharemos com quatro depoentes⁶⁶ – Ana Rita de Castro Almeida⁶⁷, Cacilda Filomena Castro Cavalcante, Jorge de Aguiar Leite⁶⁸ e Simão de Almeida Neto⁶⁹ – que fizeram a gentileza de compartilhar momentos em que viveram e apreenderam ensinamentos a partir do seu meio social e que foram significativos na formação da militância que exerceram durante a ditadura militar.

Quando perguntei a Simão sobre o seu engajamento político, ele expressou:

A relação com a política ela se dava aqui de casa, na influência de casa. Os meus irmãos mais velhos que tinham algum contato com movimentos políticos. A partir de meu pai que sempre demonstrava muita simpatia pelos movimentos. Meu pai apoiava a revolução cubana de 1959, eu tinha aí meus 15 anos. Influenciou-me muito antes disso o livro “Está com você pelo petróleo”, esse livro falava dos Estados Unidos, e tentava mostrar que no Brasil tinha petróleo e não o contrário como eles diziam, como um cidadão americano fez um relatório dizendo que no Brasil não existia petróleo. E a partir daí, é, vamos dizer, eu me projetei assim como liderança estudantil, a partir do futebol. Por influência do Grêmio fui organizando campeonatos estudantis de futebol. O campeonato estudantil de futebol do Estadual da Prata, e assim, eu me salientei no viés dessa programação, e a partir daí comecei também a participar do grêmio que naquele tempo se chamava Diretório Estudantil.

Ai foi quando eu conheci a JEC (Juventude Estudantil Católica). Eu já tinha algum sopro do partido comunista, através dos meus irmãos que tinham

⁶⁶ Na trajetória de nossa pesquisa, existiu um processo recíproco entre nós e os depoentes aqui mencionados, pois, não fomos apenas nós que os escolhemos, eles também optaram por nos falar. Durante o desenvolvimento da pesquisa, encontramos os nomes de vários estudantes que militaram no movimento universitário campinense, citados no Jornal Diário da Borborema (vide lista em anexo) ou mencionados pelos próprios depoentes. Porém, com uns não conseguimos contato (o telefone não existia, haviam se mudado etc...), com outros, não foi possível encontrar um meio de contato, e outros ainda optaram por não falar sobre o assunto devido às feridas ainda não cicatrizadas. Sobre os traumas da memória, ver POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. Revista de Estudos Históricos. Nº 3, 1989, v. 02, p. 3-15.

⁶⁷ Ana Rita de Castro Almeida nasceu em 16 de agosto de 1945 em Campina Grande. Estudou o primeiro e o segundo grau no Colégio Estadual da Prata (Campina Grande), ingressou no Curso de Serviço Social, em 1965, e o concluiu em 1971, por ter sido presa e, posteriormente, ter se ausentado da cidade com medo de ser presa novamente. Hoje é aposentada como professora, pela Faculdade de Serviço Social. Chegamos a Ana Rita por indicação da Professora M^a de Lourdes Lopo, que conhecia a sua história de militância. A entrevista com Ana Rita foi realizada no prédio da Faculdade de Serviço Social, em Campina Grande. Nosso interesse por ela partiu por identificarmos o seu nome no Jornal Diário da Borborema.

⁶⁸ Jorge de Aguiar Leite nasceu em 04 de Abril de 1940, em Campina Grande, iniciou os estudos no Colégio Marista, em Recife, mas não se adaptou e voltou para Campina Grande, onde concluiu os estudos no Colégio Pio XI. Ingressou no Curso de Economia na FACE em 1968 e concluiu os estudos em 1972, devido ao fato de ter a matrícula cassada por um ano. Hoje está aposentado. O nosso interesse por entrevistá-lo veio de indicação do Professor Jonas, que conhecia a história de sua militância. Por pouco, não ficamos sem a sua contribuição em nossa pesquisa, visto que o telefone que nos foi cedido não atendia. Então, em contato com Waldir Porfírio, conseguimos o seu endereço. A entrevista foi realizada em sua residência, em Campina Grande.

⁶⁹ Simão de Almeida Neto nasceu em 09 de janeiro de 1944 em Cabaceiras. Veio com a família morar em Campina Grande em 1952. Estudou o científico no Colégio Estadual da Prata. Ingressou no Curso de Engenharia Elétrica na Politécnica em 1964 e o concluiu em 1968, mas não colou grau por não se encontrar mais na cidade com medo de ser preso. Concluiu o curso, de fato, em 1980, quando recebeu o certificado de conclusão. O desejo de entrevistá-lo surgiu porque encontramos o seu nome citado nas páginas do Jornal Diário da Borborema e por alguns militantes já entrevistados, inclusive por Ana Rita, que nos cedeu o telefone e o endereço de Simão. A entrevista foi realizada em seu gabinete em João Pessoa.

contato e eu tinha vontade de conhecer, mas terminei descobrindo a Juventude Estudantil Católica (risos), que era uma transação de militância política, mas também com a sua parte espiritual, é tinha prática católica, até intensas, para a juventude⁷⁰.

Simão nos apresenta uma militância desenvolvida a partir do núcleo familiar, em que seus irmãos e o pai demonstravam simpatia por movimentos de sentido mais radicais, como era caracterizada a revolução cubana. Também contribuiu na sua formação como militante a atuação nos grêmios estudantis, onde lhe cabia a responsabilidade de organiza-los. Essa experiência lhe foi favorável quando precisou organizar os movimentos estudantis. Contudo, as experiências que adquiriu não vieram apenas da atuação em eventos estudantis, mas também de instituições religiosas, por intermédio da JEC, quando, de fato, começou a praticar sua militância ainda como aluno secundarista. Em relação às leituras, ainda adolescente, começava a nascer nele uma aversão aos Estados Unidos, na luta pelo petróleo.

Outra questão que ainda podemos observar, no depoimento acima, refere-se à preocupação da igreja em plantar suas sementes não apenas nos grandes centros regionais e nas capitais, mas também nas cidades interioranas, como foi o caso de Campina Grande.

Não muito diferente do nosso primeiro depoente, Ana Rita nos deu essa resposta, quando lhe fiz a mesma pergunta:

Eu acho que eu também tinha uma influência dos meus pais, porque minha mãe era uma pessoa muito voltada para esse lado assim humanitário. Ela era assim, católica ferrenha, sabe? Ela já nos chamava atenção para a gente, ajudar as outras pessoas que viviam em dificuldades, a gente devia ajudar. E meu pai ele tinha estudado, ou melhor, ele estudou no Rio de Janeiro, ele vivenciou a fase exatamente de quando terminou a segunda guerra mundial, ele fazia engenharia, participou de movimentos da resistência de esquerda. Eu acho que juntando essas coisas todas é, deu na minha cabeça tá certo, e também o seguinte, quando eu vim para cá (Campina Grande), eu tinha um namorado, e esse meu namorado ele era envolvido demais em movimento estudantil, ainda secundarista⁷¹.

Nas palavras de Ana Rita, são muito marcantes a presença e a importância da família em sua formação como militante, em que ela se vê cercada por três tendências: a da mãe, que demonstrava uma tendência ao catolicismo humanista; a do pai, que apresentava uma resistência de esquerda; e a do namorado, que era engajado na militância estudantil secundarista.

⁷⁰ Entrevista concedida por ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

⁷¹ Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

Cacilda, assim como Simão e Ana Rita, também obteve, em sua militância, uma significativa influência familiar. Quando perguntei sobre o seu engajamento político, ela respondeu:

A minha influência militante veio dos movimentos da igreja. A igreja tinha a JEC, a JUC e outras. A JUC era Juventude Universitária Católica. E a gente se encontrava uma vez por semana para estudar o evangelho, então, essas questões do social que a igreja defendia me influenciou muito. E também pelos meus irmãos. Tinha um que morava em Recife, estudava lá, então, primeiro veio essa influência, porque até então eu não entendia disto. Ele trazia os livros sobre Reforma Agrária, e outros, ele trazia uns folhetos, inclusive eu tinha muitos, mas, quando começou aquela pressão a gente teve que queimar todos, aquelas músicas de Geraldo Vandré e outras, tudo que a gente tinha então a minha influência veio primeiro daí, eu ainda não era universitária, mas já tinha vindo morar aqui em Campina Grande com meus pais⁷².

Cacilda menciona a importância das entidades criadas pela igreja, o que foi sobremaneira importante para que ela militasse pelas causas sociais. Todavia, antes de se engajar nas entidades religiosas, o irmão a direcionava para os problemas que alguns grupos vinham militando, como a Reforma Agrária, por exemplo, por meio de folhetos que trazia de Recife. Dessa forma, ela começou a trilhar um caminho que a aproximava dos problemas sociais, desde o convívio familiar. Posteriormente, engajou-se em entidades religiosas, razão porque passou a cursar a Faculdade de Serviço Social, com o objetivo de fazer algo por aqueles que eram menos favorecidos na sociedade. Como ela justifica a sua opção pelo curso.

Eu queria mudança, porque o povo era muito reprimido, existia muita desigualdade social e eu me sensibilizei. Meu pai queria que eu fizesse o curso de direito, mas eu não quis fazer, ele queria ter um advogado na família, dos filhos dele, porque eram dez filhos. Mas, eu não queria e acabei fazendo Serviço Social, e ele me perguntou, e o que é isto? Porque ninguém sabia para que servia o curso de Serviço Social. E até eu mesma não sabia em que área o curso atuava, diziam que era nas políticas públicas, enfim, eu queria fazer, porque acreditava que o curso me daria oportunidade de trabalhar pelo social. E quando cheguei lá, o curso me dava oportunidade para fazer tudo o que eu queria fazer. Identifiquei-me de imediato com o curso. Eu fiquei muito realizada com o meu curso⁷³.

⁷² Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

⁷³ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Para o pai de Cacilda, um curso superior⁷⁴, não teria que ser escolhido por realização pessoal, mas pelo valor que incutiria no sujeito diante da sociedade, pois, para algumas pessoas, “[...] as instituições [...] passam a decidir sobre o destino dos indivíduos, encaminhando seus infortúnios ou glórias, sua salvação ou condenação, condicionando seu futuro e traçando seus desejos e aspirações”. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 30). Entretanto, sob o ponto de vista de Cacilda, um curso superior teria que lhe trazer uma realização pessoal. Por outro lado, embora Cacilda não se deixasse influenciar em algumas decisões diretamente ligadas a sua vida, as influências familiares não se anulavam nela, visto que o irmão a influenciava a militar pelas causas sociais.

Ao refletir sobre as falas de Simão, de Ana Rita e de Cacilda, logo identificamos uma relação de manutenção deles com seus familiares. Para Foracchi (1977): “As relações de manutenção destacam-se como uma modalidade peculiar de relações interpessoais, geradas no âmbito de um grupo social específico: a família”. (p. 18). No entanto, essa interação não ocorre por acaso, mas por meio de uma relação existente entre o jovem e o adulto, que adota este último como um exemplo a seguir. E ainda que essa relação exista, ela não é uma regra que não possa ser burlada. Assim, quando perguntei a Jorge se sua família o influenciou em sua militância, ele respondeu:

Não, não, pelo contrário, eu sou de uma família de ruralistas, de Queimadas, ultraconservadora, toda a minha família, meus ascendentes, irmãos, pais, enfim, todos, isto era uma regra, e dentro dessa militância eu aderi a uma regra diferente da família, minha família condenava tudo, então eu via o preconceito dentro da minha própria família, então eu não tive apoio da família, pelo contrário eles condenavam quem era contra a ditadura⁷⁵.

Em sua fala, a família está presente, mas de maneira diferente dos depoimentos até aqui apresentados. Ela apoia a ação dos militares, e Jorge vai de contra a uma política defendida pelo pai, que ele denomina de “ultraconservador”, em um momento em que muitos jovens defendiam mudanças, como a da Reforma de Base. Outra contenda no depoimento de Jorge se faz com relação a influências religiosas em sua militância, pois, embora ele tenha participado da JEC, esse momento de sua vida não é enfatizado com a mesma veemência em

⁷⁴ De acordo com Castelo Branco (2005), durante muito tempo a educação foi pensada como um dos principais meios para se conquistar uma ascensão social. Entretanto, Castelo Branco, ressalta mudanças neste modo de pensar, ao realizar um estudo acerca desta temática e constatar que muitos brasileiros não mais veem na educação uma relação direta com uma ascensão social. Para um debate sobre esta temática, ver: CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. **A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB – Editora Universitária, 2005.

⁷⁵ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

sua narrativa como o fez Ana Rita, Simão e Cacilda. No entanto, estar engajado em entidades religiosas não significa dizer que outras influências não sopravam sobre os estudantes, deixando poeira pelos caminhos que percorriam. Quando questionada sobre quais as literaturas que a influenciavam, Ana Rita se expressou assim:

Olhe, veja só, é a minha influência era o seguinte, naquele momento a gente tinha aqui a Ação Católica, aí tinha a Juventude Universitária Católica (JUC), então essa JUC, era uma ala progressista da igreja certo, a gente trabalhava. O meu namorado tinha já uma ligação mais com a esquerda. Em Serviço Social eu também me aproximei da teoria Marxista, é até interessante, me deixa dizer, hora, mas, aqui era escola de freiras, o currículo da gente era muito interessante eu tive como aluna de curso superior aula de cultura religiosa, eu estudei doutrina social da igreja, mas, mesmo assim, eu tive um professor de economia que a gente estudou, estudou O Capital. Então naquele momento a gente tinha essas e outras coisas nós não éramos isoladas não, nós estávamos ligadas diretamente a movimentos estudantis de ordem nacional, a gente tinha ligação direta com a UNE, a gente se ligou aqui a João Pessoa nós formamos a o UEE, era a União Estadual dos Estudantes, que congregava todos os diretórios do estado, então a gente era muito articulado, vivia com tudo⁷⁶.

No depoimento de nossa entrevistada, percebemos a abertura de setores administrados por membros da Igreja a teorias marxistas que, no momento, eram rejeitadas pelo alto Clero, mas apoiado pelos leigos. Esse depoimento também denota que, nos movimentos em Campina Grande, as entidades estavam ligadas a entidades nacionais, como a UNE, e às estaduais, como a UEE. Ainda em sua fala, ela deixa clara a heterogeneidade existente dentro do movimento estudantil, ao se identificar em uma entidade criada pela Igreja e ao namorado, que pertence a outra entidade.

Nesse âmbito, segundo Certeau (1982), como sujeitos, seguimos uma tendência que está vinculada ao lugar social em que nos inserimos. Assim, devido ao vínculo com as doutrinas cristãs, Ana Rita segue, a princípio, uma militância que está vinculada às linhas teóricas da igreja, aberta às literaturas marxistas, o que, para ela, era um avanço, ao levar em consideração o contexto político da época, e que estudava em uma Faculdade administrada por freiras.

Ana Rita e seu namorado, mesmo sendo militantes universitários, atuavam com metodologias diferenciadas. Ana Rita apresentava uma militância mais moderada, por estar seguindo diretamente os princípios defendidos pela Igreja, enquanto o namorado, de forma mais radical, devido ao seu lugar social.

⁷⁶ Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

Adotando como ponto de partida a fala dos depoentes aqui apresentadas, podemos perceber que suas identidades transitam entre ser estudante, militante, subversivo etc. Mas, como entender essa multiplicidade de identidades em apenas um sujeito? Segundo Hall (2006), a modernidade trouxe um novo sujeito, capaz de assumir identidades no lugar de identidade. Dessa forma, nas Faculdades, os universitários eram estudantes, nas ruas, eram militantes, em casa, eram filhos, e para os militares, eram subversivos. Assim, embora os estudantes universitários fossem identificados, de maneira geral, como universitários, assumiam identidades diferentes, conforme o espaço praticado, a partir das múltiplas influências que lhes eram apresentadas. Porém, somente se apropriavam daquelas que se identificavam com as causas que defendiam. Portanto, o estudante universitário poderia estar vinculado a uma entidade que lhe conduzisse a determinada influência, e a partir do momento em que discordasse dela, poderia se vincular a outra entidade, na qual defendessem princípios mais próximos aos defendidos pelo militante, como enfatiza Simão:

Eu era um dirigente de Ação Popular, nesse momento por ter uma visão estratégica muito diferenciada, já tinha uma influência do marxismo, mas, uma influência de fruto, é fruto de algumas leituras e aí as interpretações vinham de acordo com os saberes das circunstâncias, essas passagens nossas de JUC, para AP, se da exatamente a partir de 64, é, há uma grande pressão sobre como a gente dizia a cúpula da igreja católica e a igreja resolve extinguir os movimentos de ação católica, e aí o pessoal que fazia os movimentos resolveu organizar com influência de alguns padres, também resolveu organizar, esse movimento de Ação Popular, nos mesmos moldes da Ação Popular da França, era um movimento de esquerda, revolucionário, e não era anti-marxista, e também não era marxista. E a gente entrou nesse movimento aí a partir de 66⁷⁷.

Nesse depoimento, podemos perceber que, como militante, Simão não se limitava às influências transmitidas pela igreja, mesmo tendo iniciado sua militância quando ainda estudante secundarista pela JEC e passado pela JUC, quando se tornou universitário. Mas, por não aceitar os limites impostos à JUC pela Igreja que, posteriormente, extinguiu as entidades sob sua diligência, vinculou-se à AP⁷⁸. No entanto, apesar de Ana Rita, Cacilda e Simão terem passado pela JUC como militantes, trilhar esse caminho de JEC, para JUC, e depois, para a

⁷⁷ Entrevista concedida por ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

⁷⁸ Quando do Congresso da UNE, que instituiu a AP em 1962, Campina Grande foi representada pela militante e advogada Ofélia Amorim, visto que ela “[...] integrava o Movimento de Ação Popular no Estado, sendo uma das iniciadoras desse Movimento”. (Inquérito Policial Militar – 1426. Vol. 1.18. Fls. 1-2, 31/05/1965), e pela assistente social, Maria Auxiliadora Bezerra. Esse fato foi ratificado no depoimento de José Aires Leite – estudante de Engenharia da Politécnica – quando foi perguntado sobre quem iniciou a AP em Campina Grande, e ele “[...] respondeu que foram iniciadores do movimento a depoente Ophelia Amorim e Maria Auxiliadora Bezerra”. (Inquérito Policial Militar – 1427. Vol. 15. Fls. 1459, 18/06/1964).

AP, não era uma regra, por isso nem todos os estudantes universitários passaram por essa trilha ou participaram ativamente das entidades. Todavia, isso não quer dizer que sua militância era mais ou menos importante do que aqueles que participavam das entidades. Quando perguntei a Jorge se ele participara da JUC como estudante universitário, ele expressou:

Não. Eu apenas participei da JEC, antes da ditadura, militando no Centro Estudantil Campinense, e depois na AP. Não fui muito engajado em entidades, apenas cumpria a minha tarefa que era abrigar as pessoas perseguidas. Não participava de reuniões e nada, eles nem queriam que eu participasse, apenas era para eu dar abrigo às pessoas perseguidas⁷⁹.

Jorge, apesar de não participar assiduamente das reuniões, por orientação da entidade - uma tática do movimento estudantil - desenvolveu um papel de suma importância na militância, ao dar abrigo aos perseguidos pelo regime militar. Sobre essa atividade, ele nos esclareceu:

Como militante eu tinha uma função específica. As pessoas que vinham de fora perseguidas, eu arranjava lugar para elas ficarem aqui, seja na minha casa, na casa de um conhecido, ou em qualquer lugar, eu escondia essas pessoas, então essa era a minha função. Eu não tinha vínculos diretos com a AP. Muitas das pessoas que eu abriguei foram posteriormente presas e outras assassinadas. Teve um que se chamava Comprido, ele apareceu morto, preso em Vitoria de Santo Antônio, foi levado para o DOPS do Rio de Janeiro, e ele apareceu morto por lá. Teve outra militante que eu abriguei e morreu no DOPS, a mídia publicou uma foto dela enforcada com um cinto que ela usava, no banheiro, como se ela tivesse cometido o ato, ela era de Natal. Teve também um chamado Jeremias, que sumiu, deve ter sido assassinado. Então morreram muitas pessoas que a imprensa não divulgou, porque ela era manipulada⁸⁰.

A atividade desenvolvida por Jorge, ao abrigar pessoas estranhas em sua residência ou pedir abrigo a outros para proteger outras cujos nomes ele sequer sabia, fez a diferença entre a vida e a morte, a liberdade e a prisão, para alguns militantes, embora muitos dos que ele abrigara, posteriormente, “caíram”, foram presos ou mortos pelas causas que defendiam. No entanto, os casos mencionados por Jorge e tantos outros que resultaram no desaparecimento de militantes eram ofuscados, ou sequer mencionados pela mídia, porque a política das Forças

⁷⁹ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

⁸⁰ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

Armadas procurava deter todo e qualquer instrumento ou ação que fosse contra os seus princípios, por isso a mídia era como um instrumento que o Governo precisa manipular.

Porém, ainda que a maior parte da mídia estivesse de acordo com a política governamental das Forças Armadas, manipulada pelo Governo, ou se omitisse a ir contra a ele, os estudantes não deixaram de propagar as suas bandeiras, e dentre os instrumentos utilizados por eles, no propósito de articular e influenciar a militância estudantil, o teatro foi uma das formas culturais encontrada pelos militantes para politizar os estudantes, visto que, a mídia institucionalizada não lhes sedia espaço. Segundo Aldo Arantes:

Através do teatro realizávamos ainda um trabalho de propaganda. As peças eram levadas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) e faziam críticas às universidades brasileiras, levando as bandeiras dos seminários. As peças de teatro (o “Auto dos 99%”, “Revolução na América Latina” e muitas outras), tinham como eixo a reforma universitária, mas não deixavam de tratar de questões como luta anti-imperialista, o problema da reforma Agrária, etc.⁸¹.

Todavia, nos materiais pesquisados e nas nossas entrevistas, o teatro não foi mencionado, e diante dessa lacuna, perguntei aos nossos entrevistados sobre a atuação do teatro na cidade, e Simão, que referiu:

Tinha até uma peça famosa que os estudantes ensaiaram em Belo Horizonte: - era uma sala de aula, então chegava um estudante vestido de professor e dizia para a turma blá, blá, blá, aí a turma respondia blá, blá, blá, aí o professor blá, blá, blá, e a turma blá, blá, blá, aí se levantava um aluno e dizia blé, blé, blé, aí a turma se levantava e ia em cima, subversivo, e coisas e tal – foram todos presos porque inventaram esse teatro na escola. Isto foi no termino de 68, após o Ato 5, já no regime terrorista⁸².

Nessa perspectiva, o teatro⁸³ é lembrado, mas não, as peças teatrais apresentadas em Campina Grande, pois a peça que denunciava a repressão sofrida pelos estudantes fazia

⁸¹ Depoimento in. SANTOS, Nilton. **História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento. Vol. I, 1980.

⁸² Entrevista concedida por ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

⁸³ A história do teatro, em Campina Grande, tem início em 1925, quando foi fundado o "Cine Teatro Apolo", o que acarretou no surgimento do primeiro grupo teatral campinense, "O Corpo Cênico do Grêmio Renascença". A década de 1940 não ofereceu novidades para as artes cênicas em Campina. Na década de 1950, foi implantado o "Rádio-teatro Borborema", por Fernando Silveira. Ainda nos anos 1950, o pernambucano Raul Prhyston criou o grupo teatral "Os Comediantes", cujas principais peças foram "A mulher que veio de Londres" e "A vida tem três andares". Atualmente, existe um teatro com o nome desse pernambucano, o Teatro Raul Prhyston. (Teatro. Disponível - http://pt.wikipedia.org/wiki/Campina_Grande acesso, 19/07/2012, 15:20h). Em 30 de novembro de 1963, foi inaugurado o Teatro Severino Cabral. Severino Cabal foi prefeito de Campina Grande entre 30/11/1959 e 03/11/1963. A primeira apresentação oficial a ser realizada pelo Grupo de Teatro Campinense no Teatro

menção a um estudante que, por não concordar com o diálogo em sala de aula – metáfora usada pelos estudantes – foi visto como subversivo. Isso ocorreu em Belo Horizonte, e não, em Campina Grande.

Quando perguntei a Cacilda se sabia de alguma peça de teatro apresentada em Campina Grande, que contestava o regime dos militares, sua resposta foi negativa: “Na minha época de estudante não. Fazíamos festas, mas não me recordo de nenhuma peça de teatro apresentada aqui em Campina Grande que contestava os militares⁸⁴”. Quando fiz essa mesma pergunta a Jorge, ele respondeu: “Não sei lhe informar sobre esse assunto, porque eu não me envolvi nesse lado cultural, minha militância foi para o lado político mesmo⁸⁵”. Partindo desse pressuposto, não identificamos, nas peças de teatro apresentadas em Campina Grande, durante os anos de 1964 a 1968, uma linha política de resistência à ditadura militar, como a desenvolvida pelo CPC, conforme podemos identificar com o desconhecimento de nossos militantes para essa militância via modos culturais. Mas, o fato de os estudantes universitários não adotarem como prática de lazer e fazer política o teatro, não significa dizer que eles não se divertiam e praticavam política concomitantemente. Assim, os estudantes universitários campinenses tinham o Clube dos Estudantes Universitários⁸⁶ (CEU), local em que realizavam suas festas, e se discutia sobre os assuntos que imperavam na época, a exemplo da política, como nos informa a nossa depoente Cacilda, quando lhe perguntei se frequentava o CEU:

Sim, claro, o CEU era um local em que se reuniam muitos estudantes. Ah, as festas do CEU era um céu mesmo (risos), até mesmo porque as festas do CEU não eram quaisquer festas, eram festas programadas, planejadas. Fazíamos as festas dos ferias, e tudo era muito participativo⁸⁷.

A depoente, ao falar do CEU, apresenta-o como um espaço onde os estudantes se reuniam para práticas de lazer, mas de maneira organizada. Seu entusiasmo é tanto que ela chega a comparar o CEU com o céu, fazendo menção ao paraíso, e sua face demonstra um

Severino Cabral data de 15 de outubro de 1964, sob o patrocínio do Governador Pedro Gondim, em homenagem ao dia dos professores, com a peça “Os Rebeldes”, de direção de Luiz Maranhão Filho. Esse grupo era composto por artistas diversos, de cujo núcleo fazia parte a universitária Naldinha. Segundo a matéria publicada no Jornal DB: “A história se passa dentro de um velho forte abandonado, com dois irmãos – Eduardo e Luciano – revolucionários, cercados e esperando a chegada a qualquer momento dos soldados vitoriosos na vila próxima”. (OS REBELDES, 17/10/1964, p. 05).

⁸⁴ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

⁸⁵ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

⁸⁶ O Clube dos Estudantes Universitários (CEU) era localizado na Rua Paulo de Frontim, s/n – Centro – Campina Grande - Paraíba.

⁸⁷ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

rememorar de felicidade. Bosi (2003) assevera que, quando um sujeito evoca, diz novamente um momento de sua vivência, “[...] ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”. (p. 44), pois os fatos não se repetem com a mesma veemência nem mesmo em nossas lembranças. Mas, não era somente ela que considerava o CEU como um céu, o nosso entrevistado Jorge também fez essa mesma comparação, quando lhe perguntei se frequentava o Clube: “Frequentei, ah o CEU, era um céu mesmo, as festas eram boas, dançávamos muito⁸⁸.” Com base no pressuposto acima, podemos inferir que, embora os militantes aqui mencionados fossem engajados em uma luta política, as práticas de lazer não eram abandonadas.

Considerando as falas dos nossos depoentes, podemos perceber que a militância universitária campinense não ocorria de forma homogênea, como também não eram homogêneas as influências apropriadas pelos militantes, visto que alterava conforme o lugar social do sujeito e os princípios que lhes foram inculcados como corretos. Assim, neste subitem, apresentamos os depoimentos de quatros militantes universitários. Porém, até 1968, eles militaram por entidades diferentes. Ana Rita, devido a sua formação familiar e acadêmica, iniciou a militância universitária na JUC e, depois, passou a ser uma militante de AP. Cacilda, apesar de ser a secretária do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social, restringiu sua militância à JUC. Jorge militou pela JEC, quando ainda estudante secundarista, não militou pela JUC e se vinculou diretamente à AP. Todavia, mesmo pertencendo à AP, não participa assiduamente das reuniões, porém, desenvolve um papel fundamental em sua militância, ao abrigar pessoas perseguidas pelo regime, colocando em risco a sua própria vida e as de pessoas que o ajudavam. Por fim, Simão que, mesmo iniciando a sua militância sob a influência de entidades cristãs, logo passa a ser um militante de AP.

Portanto, as falas dos nossos entrevistados denotam a defesa de uma cultura política transmitida pelas mais diversas instituições, já que as culturas políticas “[...] têm igualmente algumas instituições – chave – como família, partidos, sindicatos, igrejas, escolas etc. – fundamentais para sua transmissão e recepção”. (GOMES, 2005, p. 32). Nesse sentido, a luta contra a política instaurada no Brasil com a gestão das Forças Armadas não se fez pelos universitários aleatoriamente, mas a partir de um propósito que foi ganhando forças entre os universitários, cujo ponto de partida foram as experiências vivenciadas por eles ou por sujeitos próximos a eles. Essas experiências foram se socializando por intermédio do universo

⁸⁸ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

acadêmico, a partir de valores políticos introduzidos nos sujeitos que por eles são interiorizados e colocados em práticas conforme suas necessidades. Dessa forma, a cultura política de acordo com Bernstein (1998): “É, no conjunto, um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos”. (p. 359-360).

Em nossos militantes, identificamos um desejo de mudança que partia da instituição de ensino em que estavam inseridos, até as causas sociais. Todavia, embora esse desejo nasça do individual, ele é compartilhado no coletivo, mas, nem sempre, era compartilhado no meio familiar, como expôs o nosso depoente Jorge, mas entre outros vínculos, como, por exemplo, os companheiros de militância. Dessa forma, chegamos ao nosso segundo caminho.

II – ENTRE AS BANDEIRAS DE LUTA E A DITADURA MILITAR: O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO EM CAMPINA GRANDE – PB (1964/1967)

“Mas quando a gente é jovem a gente tem uma proposta, você, não vê limites, e você quer avançar, então é isso, era esse o ar que pairava aqui no ambiente estudantil”.

Ana Rita de Castro Almeida

2.1 – Luz e esperança: as becas chegam a Campina Grande

Campina Grande é uma cidade que conseguia atrair para o seu território indústrias, o que promovia o desenvolvimento e a modernização da cidade. Outros campos passavam a ser visualizados pelos industriais e por seus filhos, como o da Educação. Nesse sentido, a nossa proposta aqui é de problematizar a instauração das Faculdades na cidade.

Convém salientar que em finais da década de 1940, Campina Grande contava somente com três colégios que ministravam o ensino secundário (Colégio Diocesano Pio XI, Ginásio Alfredo Dantas e o Colégio Imaculada Conceição). O Colégio Estadual foi criado e construído no início da década de 1950. (LIMA, R., 2010, p. 123).

Contando apenas com essas três instituições de ensino que, inclusive, eram particulares, até o início da década de 1950, os filhos daqueles que tinham poder aquisitivo para cursar o nível superior eram obrigados a se deslocar da cidade para outros municípios, e o principal destino eram as faculdades de Recife. Mas, mesmo para essas pessoas, o deslocamento era cansativo por diversos motivos: por enfrentarem uma viagem que, devido às péssimas condições de viabilidades, chegava a durar um dia inteiro, por estarem longe da família e de sua cidade, entre outros fatores, como enfatiza Edvaldo do Ó:

Um dia, na hora do almoço – eu já estava estudando as primeiras letras – meu pai disse que iria colocar a mim e a meu irmão, Edson, para estudar na cidade do Recife. Isto, nos idos de 1939. No ano seguinte, eu, com 10 anos de idade, e meu irmão Edson, fomos matriculados no Colégio Marista,

internos, para começarmos nossos estudos de primeiro grau. [...]. Me lembro como se fosse hoje, a crise de choro que, em nenhum momento me deixava, quando nem meu pai nem minha mãe tiveram condições psicológicas de nos acompanhar até aquela localidade⁸⁹.

A angústia vivenciada por Edvaldo do Ó fez com que, anos depois, nascesse o desejo de que outros estudantes não tivessem que passar pelas angústias as quais ele passou, sobretudo porque nem todos os estudantes campinenses tinham condições financeiras⁹⁰ de estudar em outras cidades. Por isso, junto com outros universitários que compartilhavam com ele o desejo de ver Campina Grande se desenvolver intelectualmente, Edvaldo sentiu que era preciso formar um órgão que representasse os estudantes. Daí, nasceu a União Universitária Campinense (UUC)⁹¹, esta representava os estudantes que faziam seus cursos em outros municípios, porém, residiam em Campina Grande. A primeira diretoria eleita era provisória, em 06 de julho de 1952, foi realizada uma nova eleição, na sede do Centro Estudantil Campinense⁹², para a escolha dos membros que a representariam. (LIMA, R., 2010, p. 124-125).

Essa diretoria, composta dos mais favorecidos economicamente da cidade, logo versou em se articular com o atual governador (José Américo de Almeida), que tinha certa simpatia por Campina Grande, que o favorecera na última eleição, e articulando para a próxima, não esperaram muito para entrar em ação. Assim, o atual Presidente do UUC, filho de um dos principais líderes da Federação das Indústrias de Campina Grande – Izaías de Sousa do Ó - iniciou a luta para a instalação de escolas com ensino superior na cidade.

Como Presidente da União Universitária Campinense, órgão criado para congregar todos universitários residentes em Campina Grande, estudando em Escolas Superiores na cidade do Recife ou em outras cidades, como primeira iniciativa foi levada a ideia de fazermos uma campanha para a criação de Escolas Superiores em nossa cidade, pois o Governador José Américo vinha criando já algumas em João Pessoa. (DO Ó, [1991], p. 17).

⁸⁹ Depoimento in. DO Ó, Edvaldo de Souza. **História da Universidade Regional do Nordeste**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Educação e Cultura, vol. II, 1994, p. 17.

⁹⁰ Edvaldo do Ó não conseguiu se adaptar ao Colégio Marista, e seu pai o transferiu para o Colégio Nóbrega, também localizado em Recife, de onde só saiu quando concluiu o Curso de Economia. “Foi nesse momento que comecei a sentir que não eram todos os meus amigos que tinham condições de estudar em Recife: era a elite empresarial de Campina, eram os filhos dos João Rique, dos Severino Cabral, dos Portos, e outros que não recorde; não éramos ao todo mais de vinte estudantes de Campina Grande em Recife”. (DO Ó, 1994, p. 18).

⁹¹ A UUC foi fundada em 22 de abril de 1952, “[...] foi eleita por aclamação a seguinte diretoria provisória: Edvaldo de Souza do Ó – Presidente; William Ramos Tejo – Secretário; Edvaldo Cruz – Tesoureiro. Assumiram a ata de fundação os estudantes: Edvaldo Souza do Ó, William Ramos Tejo, Edvaldo Cavalcante Cruz, Antônio Carlos Escorel de Almeida, Aníbal Agra Porto e Raimundo Asfóra”. (DO Ó, [1991], p. 47).

⁹² A diretoria eleita foi a seguinte: Presidente – Edvaldo de Souza do Ó; 1º Vice – Newton Viera Rique; 2º Vice – Antônio Lucena; Conselho Consultivo: William Tejo; Francisco Siqueira; Aníbal Porto; Antônio Carlos Escorel; Edvaldo Cavalcanti Cruz.

A partir de então, dar-se-ia início a uma campanha para que os órgãos públicos criassem uma instituição de nível superior na cidade. Porém, os estudantes não se prenderam apenas ao apoio dessa classe mais favorecida economicamente dos estudantes e/ou dos políticos e partiram em busca de sensibilizar toda a população campinense, “[...] pois, até os cinemas Capitólio e Babilônia aquiesceram em cobrar uma taxa em cada ingresso, para as despesas de movimentação”. (DO Ó, [1991], p. 17). Em 1952, essa luta também contou com o apoio do Presidente da UNE – João Pessoa de Albuquerque – natural de Campina Grande, mas que, há alguns anos, morava em Minas Gerais e cursava Direito em Belo Horizonte. Ele não se esquivou em contribuir com a militância para a instalação de cursos de nível superior na cidade de Campina Grande. Os estudantes pediram a criação do Curso de Economia, Química Industrial e Filosofia. Todavia, sob a influência do chefe da Casa Civil do Governador, o Professor José Lopes de Andrade, surgiu a ideia de uma Escola Politécnica, com o propósito de congregar todos os Cursos de Engenharia e o de Química Industrial, uma vez que, nesse período, a cidade dispunha de um laboratório do Departamento de Produção Mineral. No entanto, sobressaiu a opção pelo Curso de Engenharia Civil.

Como a Politécnica não era um desejo exclusivamente dos estudantes, mas também dos industriais e intelectuais que habitavam a cidade, eles não ficaram apenas na sombra dos estudantes e fundaram um clube para representa-los. Assim, fundaram o Clube Politécnico. A ideia do clube foi apresentada em uma reunião, no dia 06 de setembro de 1952, e tinha como principais formuladores os técnicos: Antônio Moraes, José Marques de Almeida Júnior e Giuseppe Gióia. Todavia, “[...] o projeto foi votado e aprovado na sessão de 06 de junho de 1955, na Câmara de Vereadores de Campina Grande, transformando-se na Lei nº 500, de 16 de junho de 1955”. (LIMA, R., 2010, p. 131).

Diante de toda uma mobilização articulada por estudantes, intelectuais, industriais, da própria população, da formação da UUC e da criação da Escola Politécnica⁹³, podemos dizer que Campina Grande conseguiu vencer rapidamente a burocracia para instalar a primeira instituição de nível superior da cidade. Segundo Silva e Montenegro:

Em 06 de outubro de 1952, em reunião presidida pelo General Oliveira Leite com técnicos, realizada na Associação Comercial de Campina Grande, foi criada a Escola Politécnica de Campina Grande, sob a Lei nº 792, no Governo de José Américo de Almeida, com o curso de Engenharia Civil.

⁹³ A Politécnica teve como primeiro diretor o Professor Antônio da Silva Morais, que renunciou ao seu posto em 1963, mas suas razões não foram registradas em ata. Assumiu o cargo Lynaldo Cavalcanti, que convocou eleições e conseguiu articular para que o seu nome estivesse na lista tríplice. Foi escolhido pelo Presidente da República ainda em 1963 e tomou posse em janeiro de 1964. (ROCHA NETO, 2010, p. 71-72).

Todavia, seu funcionamento só foi autorizado em 14 de julho de 1953, através do Decreto Federal de número 33.286, aprovado pelo Presidente Getúlio Vargas. O primeiro vestibular da Politécnica ocorreu em 1954, e o reconhecimento do curso em outubro de 1958, ainda nesse último ano, se formou a primeira turma de engenheiros dessa escola. (p. 47-48).

As primeiras aulas do Curso de Engenharia Civil foram ministradas para onze alunos⁹⁴, no Colégio José Américo de Almeida – mais conhecido como Estadual da Prata – localizado no Bairro da Prata. Com o aumento do número de alunos, as aulas passaram a ser ministradas na sede do Grupo Escolar Solon de Lucena, na Avenida Floriano Peixoto. Por fim, de acordo com Edvaldo do Ó [1991]:

Com o crescimento de suas atividades, principalmente do ensino prático para o exercício da profissão de Engenharia Civil, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT, que me⁹⁵ tinha à frente de sua presidência fez uma permuta 10 ha que possuía no bairro de Bodocongó pelo prédio na Rua Floriano Peixoto, onde iria ser construída a sua sede definitiva. (p. 14).

Mesmo com um único curso, a Politécnica enfrentou problemas na qualificação de seus docentes, muitos dos quais vieram de Recife ou foram se qualificar lá, uma vez que era explícita a rivalidade entre João Pessoa e Campina Grande.

Campina Grande, sede de inúmeras empresas industriais, assim como bancos privados, tem uma florescente elite comercial e financeira capaz de perceber a necessidade de assimilar os avanços científicos e tecnológicos como forma de aquisição e exercício do poder.

João Pessoa conhece uma elite política formada por grandes proprietários fundiários, funcionários públicos graduados e uma classe média formada por profissionais liberais associados à elite rural, que constituía a burocracia estatal.

Por outro lado, para Campina Grande, a Universidade e o ensino superior têm outra função social: servir à sociedade, produzindo conhecimento e fornecendo técnicos à administração. (LIMA, R., 2010, p. 114).

Nesse contexto, o ensino para Campina Grande deveria estar direcionado ao desenvolvimento científico e tecnológico, com o propósito de atender às necessidades de mercado do município, enquanto que o ensino da capital, no olhar dos campinenses, ainda

⁹⁴ Os primeiro alunos a cursarem o ensino superior em Campina Grande foram: Fernando Nóbrega Araújo, José Cavalcante de Figueirêdo, José Aristófaes Pereira, José Arioswaldo Pereira, João Celestino de Souza, Luís Timóteo de Moraes, Mário Cartaxo, Roberto Behrmenn Palomo, Sandoval de Sá, Ubiratan Freitas d'Avila Lins e João Ferreira Silva. Este último transferido da Escola de Engenharia da Universidade Católica de Pernambuco. (DO Ó, [1991], p. 71).

⁹⁵ Faz referência a Edvaldo do Ó.

estava preso a padrões ruralistas tradicionais. Portanto, os profissionais de Recife estavam mais próximos do ensino desejado pelos campinenses do que pelos profissionais de João Pessoa.

Em contrapartida, a preocupação dos campinenses em relação às instituições de ensino de nível superior não se restringia aos profissionais e à solidificação deles, pois, quando a universidade estivesse instalada na cidade, o próximo passo, com o apoio da população campinense, seria lutar para federalizá-la. Assim, foi “[...] institucionalizada no final de 1950, em uma festa, no Rio de Janeiro, a pedido do deputado Abelardo Jurema ao Presidente Juscelino Kubitschek, que estava presente na cerimônia e que decidiu imediatamente atendê-lo, sem solicitar um projeto”. (ROCHA NETO, 2010, p. 69). Em 13 de dezembro de 1960, a Politécnica, finalmente, foi federalizada por meio da Lei nº 3.835, com a Universidade da Paraíba⁹⁶. Todavia, a denominação “Federal” tanto para as escolas de nível superior da Capital quanto para as existentes em Campina Grande e para as de nível técnicos que estavam vinculadas à federação somente agregaram essa nomenclatura no ano de 1965, conforme matéria publicada pelo Jornal DB:

Com a vigência da nova Lei, todos os Estabelecimentos vinculados à Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério, da Educação e Cultura, passaram a incluir em sua denominação o termo “Federal”, acompanhadas do nome do respectivo Estado onde se encontram sediados, caracterizando-se como órgão do Governo Federal. Isso quando a Escola técnica for sediada na capital do Estado, quando o for em uma outra cidade como é o caso de Campina Grande, a escola será qualificada de Federal e terá a denominação da respectiva cidade, sendo esta Lei também extensiva as universidades. (ESCOLAS E FACULDADES TERÃO NOVA DENOMINAÇÃO: LEI 4.759⁹⁷, 16/11/1965, p. 08).

Contudo, a federalização não resolveu os problemas da Politécnica, assunto de que retomaremos no próximo subtema.

Como enfatizado, Campina aspirava ao desenvolvimento intelectual, e, na década de 1950, ainda seria contemplada com o Curso de Filosofia. Em 1960, foi implantado o Curso de Serviço Social.

⁹⁶ A Universidade Estadual da Paraíba foi criada no Governo de José Américo de Almeida, no dia 27 de setembro de 1954, pela Lei de nº 1.070. Incorporou a Faculdade de Filosofia da Paraíba, a Faculdade de Medicina da Paraíba, a Escola Politécnica da Paraíba e a Escola de Enfermagem da Paraíba. Agregou, ainda, a Faculdade de Direito da Paraíba, a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, a Escola de Engenharia da Paraíba e a Escola de Serviço Social. Sobre o processo de Federalização da Universidade Estadual da Paraíba, hoje Universidade Federal da Paraíba, e o diálogo entre Abelardo Jurema e o Presidente Juscelino Kubitschek, ver LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande: uma experiência de desenvolvimento tecnológico no Nordeste**. A União, João Pessoa. S/n.

⁹⁷ De 20 de agosto de 1965.

Lopes de Andrade não ficara parado, durante a gestão do Prefeito Elpídio de Almeida⁹⁸, em seu sonho de transformar Campina Grande num centro de escolas superiores. Deu sua ajuda, sempre lúcida e esclarecedora, ao Bispo D. Otávio Aguiar, para a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, e da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, está última sob o patrocínio das Irmãs de Caridade há muito instaladas em Campina Grande, com um Instituto de educação de menores no Bairro de Santo Antônio, e um Externato de primário e Asilo de Idosos numa das margens do Açude Velho. (LOPES, J., 1989, p. 64).

Aceita a proposta de se criar novos cursos de nível superior na cidade por membros da Igreja, estes não mantiveram relações/acordos financeiros com a Politécnica, ou outra instituição de ensino superior mantida com a ajuda de verbas do governo. Assim, as duas Faculdades, até a segunda metade da década de 1960, ficaram sob a incumbência de membros da Igreja e dos alunos em relação ao pagamento de mensalidades e foram incorporadas à Universidade Regional do Nordeste (URNE) em 1966.

Na década de 1950, foi introduzida, em Campina Grande, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)⁹⁹, que trouxe nova esperança para a população da cidade. Dez anos depois de sua instalação, o Jornal DB, publica a seguinte reportagem:

Instalada em 1955, por iniciativa municipal, a Faculdade de Ciências Econômicas¹⁰⁰ de Campina Grande estaria fadada a desenvolver um papel de relevante interesse, numa cidade que se define como empório comercial de franco desenvolvimento e ponto natural para a instalação de novas indústrias. (A FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPINA GRANDE, 19/12/1965).

Em 1960, Campina Grande contou com a instalação do curso de Engenharia Elétrica na Escola Politécnica e em 1966, da Universidade Regional do Nordeste (URNE).

A URNE foi um projeto que nasceu com o interesse de instruir os jovens da cidade a auxiliarem em sua economia, que vivenciava um momento de crise. Para isso, a instituição teve à frente o economista Edvaldo do Ó, que relata:

No fim de 1965, entregamos a Williams tudo ligado ao ensino superior em Campina Grande. E uma Mensagem para enviar à Câmara Municipal, que

⁹⁸ Elpídio José de Almeida nasceu em Areia, em 01/09/1893, e faleceu em Campina Grande em 26/03/1971, de onde foi prefeito de janeiro de 1947 até 1950. Retornou ao cargo em 1955 e atuou até 1959.

⁹⁹ A FACE foi criada em 1º de julho de 1955, pela lei municipal de nº 512. Seu Diretor era o Professor José Paulino Costa Filho.

¹⁰⁰ Os cursos mantidos pela Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande são: ECONOMIA – 4 séries. ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS – 1ª e 2ª séries. Foi criado pelo conselho universitário da UFP, em reunião de 27 de novembro de 1962. SOCIOLOGIA E POLÍTICA – 1ª e 2ª series. Foi criado pelo conselho universitário da UFP, em reunião de 27 de novembro de 1962 (19/12/1965).

ele só mandou no dia 15 de fevereiro de 1966. Encaminhamos a Mensagem ao Poder Legislativo, o Governador João Agripino Filho veio a Campina Grande convidou Williams para uma conversa, em seguida mandou me chamar na prefeitura, e afirmou: - “Edvaldo, o governador quis me convencer que eu não devia fazer uma Universidade Municipal”. Depois da conversa, a minha resposta foi a seguinte: - “já tomei a decisão. O projeto está na Câmara. Vou pedir pressa na organização dessa Universidade. Chame Lopes de Andrade e conte o que aconteceu. Tenho confiança em vocês”. Aí voltando mandei que Lopes viajasse a Brasília, e visse, de perto, e conversasse com os organizadores da Universidade Nacional de Brasília – UNB. (DO Ó, 1994, p. 34-35).

Assim, nasce a URNE, contrariando alguns políticos, mas com o apoio da comunidade campinense e do prefeito da cidade. Esse fato foi registrado no Jornal DB, na matéria abaixo transcrita:

O prefeito Williams Arruda, indo ao encontro de fortes aspirações culturais da Comunidade Campinense assinará hoje às 17 horas no Salão Nobre da Prefeitura, Mensagem e Projeto de Lei, propondo a Câmara Municipal a criação da UNIVERSIDADE REGIONAL DE CAMPINA GRANDE, integrada por seis faculdades, a saber: Faculdades de Filosofia e Serviço Social, já em funcionamento como unidades isoladas, Faculdade de Direito, que funcionara a partir do corrente ano (1966), e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de Ciências da administração e de Odontologia, dependentes de planejamento para funcionamento dentro dos próximos dois anos. (CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE¹⁰¹ REGIONAL DE CAMPINA GRANDE: PREFEITO ASSINA MENSAGEM, 15/02/1966, p. 08).

A Faculdade de Ciências da Administração, porém, não precisou esperar muito para que seu projeto, junto com o da Faculdade de Química, fosse aprovado, o que foi divulgado em agosto de 1966, pelo Jornal DB:

Terce última receptividade nos círculos intelectuais e culturais e sobretudo estudantil de Campina Grande, a aprovação do projeto de Lei 74.66, dispondo sobre a criação das Faculdades de Química e Ciências da Administração, na segunda e última discussão da sessão extraordinária, realizada à tarde de ontem, na Casa de Felix Araujo. (CÂMARA APROVA PROJETO PARA CRIAR ADMINISTRAÇÃO E QUÍMICA, 18/08/1966, p. 08).

¹⁰¹ A primeira universidade do Brasil foi instalada no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário de independência do Brasil, no Governo de Epitácio Pessoa. Transformou-se em Universidade do Brasil em 1937. “Quase nada, porém, mudou, considerando-se que a tradicional estrutura de escolas profissionais isoladas continuou a prevalecer no meio de um mero conglomerado de unidades sob uma autoridade comum, mais nominal e burocrática do que efetivamente administrativa e acadêmica”. (SILVA, I., 1994, p. 27). Nesse viés, foi instalada a Universidade Regional do Nordeste, com a junção de cursos que antes eram isolados.

A URNE articulou um projeto que pudesse congregiar as Faculdades já existentes que apoiaram a ideia, por enfrentar constantes problemas vinculados a questões financeiras, e ainda propôs novos cursos que, de forma direta ou indireta, beneficiariam a cidade, o estado e a região, que passariam a contar com profissionais qualificados, o que influenciaria a economia do município e da região. Portanto, o projeto da URNE foi ratificado desde sua proposta até os dias atuais.

Em 1966, quando a Universidade Regional do Nordeste (URNe) nasceu, a instituição desenvolveu o pensamento de que poderia ser um pólo de desenvolvimento não só para a Paraíba, mas para todo o Nordeste. Apesar de todas as crises ao longo dos 45 anos, ela nunca cerrou suas portas¹⁰².

Esse ano a Paraíba comemora os 45 anos de fundação de sua Universidade Estadual, e eu não poderia deixar passar a oportunidade, de render uma justa homenagem a essa instituição, de que muito nos orgulhamos e cuja importância para o desenvolvimento de nosso Estado e de toda a região Nordeste é evidente.

A vocação regional, aliás, está presente desde a origem da instituição, criada, em 15 de março de 1966, com o nome de Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande. A inserção regional é uma característica indissociável da instituição, presente em sua concepção e criação e mantida ao longo de toda a sua evolução¹⁰³.

Sob amplo euforismo, a URNE foi instituída pela Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966, sancionada pelo então Prefeito, Williams de Souza Arruda, e instalada no dia 30 de abril de 1966, com a presença de importantes “autoridades”:

Terá lugar hoje às vinte horas, com a presença de destacadas autoridades, inclusive reitores e professores de diversas universidades do país, a instalação solene da Fundação Universitária Regional do Nordeste, recentemente criada por Lei Municipal do Prefeito Williams Arruda.

PERSONALIDADES

A essas horas estão chegando a Campina Grande para participarem do ato, personalidades as mais destacadas na vida cultural e política do país, entre elas o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, que chegou ao Recife desde as 12 horas de ontem, e o Professor Everaldo Luna da Faculdade de Direito da Universidade do Recife. (INSTALA-SE HOJE EM CAMPINA GRANDE A UNIVERSIDADE REGIONAL DO NE, JORNAL DB, 30/04/1966, p. 08).

¹⁰² Discurso pronunciado pela ex-reitora, Marlene Alves. In. UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. UEPB promove lançamento de selo personalizado em comemoração aos 45 anos da Instituição. Disponível em: <www.uepb.edu.br>. Acesso: 01/11/11 18:33h.

¹⁰³ Discurso pronunciado pelo atual Senador Vital do Rego. In. UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. UEPB: 45 anos de História. Disponível em: <www.uepb.edu.br>. Acesso: 01/11/11 17:40h.

A aula inaugural da nova Instituição de ensino foi realizada em solenidade no Teatro Municipal Severino Cabral, pelo Professor Laerte Ramos de Carvalho, Reitor da Universidade de Brasília (UnB). No entanto, apesar das alegrias trazidas com a instalação da URNE, nem tudo eram flores. A partir de então, a URNE começou a enfrentar um árduo caminho, para solidificar a sua existência, já que, por parte dos Governos, a instituição de ensino só contava, de fato, com o prefeito da cidade, porquanto o seu projeto, a princípio, não foi aprovado pelo Governador, embora ele estivesse presente na solenidade de sua instalação. Outro ponto que nos leva a pensar no isolamento político da URNE por parte dos políticos foi o fato de sua solenidade de instalação ter ocorrido um dia antes da visita¹⁰⁴ do Presidente:

O Presidente Castelo Branco chegará ao aeroporto Castro Pinto, às 10 horas de hoje, e será recebido por distintas autoridades, civis, militares e eclesiásticas [...].

Em seguida o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, acompanhado do Governador João Agripino, e do Reitor Guilardo Martins, rumará para o Palácio da Redenção, devendo almoçar no Restaurante do Cabo Branco no Miramar.

Depois rumará a cidade de Campina Grande, onde fará um pronunciamento ansiosamente aguardado por todo o povo brasileiro na comemoração do Dia do Trabalho. (PRESIDENTE NÃO DESEJA EXTINGUIR ESTABILIDADE DE CAMPINA GRANDE, JORNAL DB, 01/05/1966, p. 01).

Sozinha e tornando-se realidade em plena ditadura militar, a URNE caminhava com limitações e não podia expressar-se contra a falta de apoio dos órgãos públicos. A solução foi valer-se daqueles que apoiavam e defendiam uma instituição de ensino superior na cidade, como os industriais e os comerciantes, pois, de acordo com Luiz (2010):

A Universidade funcionou inicialmente como uma autarquia municipal e foi comandada de maneira provisória pela FUNDACT, mas logo na primeira reunião do conselho universitário, em 11 de abril de 1966, foi criada a *Fundação Universidade Regional do Nordeste* (FURNE), que tinha como objetivo manter a URNE. (p. 20).

Sobre esse aspecto, veja-se a matéria publicada pelo Jornal DB:

¹⁰⁴ Durante a estadia de Castelo Branco em Campina Grande, não encontramos nenhum registro de contestação a sua presença. Isso porque, segundo Jorge: “O Exército agiu pelos bastidores, evitando a nossa movimentação”. (Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013). Entretanto, além de o Exército ter evitado movimentos estudantis, muitos trabalhadores campinenses apoiavam o regime. Sobre essa temática, ver DANTAS, Robson Diniz. **Bate papo no Calçadão:** representações dos velhos de Campina Grande – PB - sobre o regime militar brasileiro (1964-1985). Monografia. (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2008.

A FUNDACT (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica) instituída pela Prefeitura Municipal no segundo Governo Elpídio de Almeida depois de um período de vida de 10 anos, durante os quais assegurou a organização e início de funcionamento de duas Escolas Superiores (Faculdades de Ciências Econômicas e de Serviço Social), além de colaborar para início de funcionamento e manutenção de duas outras (Escola Politécnica e Faculdade de Filosofia), encerrou sua ação em Campina Grande, transferindo-se na última reunião de seu Conselho Diretor em uma nova Fundação, a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, que prosseguirá a obra de sua antecessora. (FUNDACT ENCERRA ATIVIDADES: AGORA É FUNDAÇÃO DA URN, 13/04/1966, p. 07).

Antes mesmo de ser instalada solenemente, a URNE contava com o apoio da FURNE que, por sua vez, traz os recursos da FUNDACT. Os primeiros cursos ministrados na URNE foram os de Filosofia, Serviço Social, Ciências e Letras, administrados pela FUNDACT.

Edvaldo do Ó pensou, para Campina Grande, uma Universidade nos moldes da UnB, e o primeiro estatuto da URNE foi inspirado na estrutura organizacional do seu estatuto, que propunha uma nova modalidade de ensino superior voltado para a pesquisa, à ciência e em estudar e buscar solucionar problemas inerentes à sociedade brasileira. Nessa perspectiva, procurava deixar de lado os moldes tradicionais até então vigentes. Porém, seu pensamento era contrário ao defendido por Lopes Andrade, que priorizava um ensino que atendesse às necessidades do Município, do Estado e da Região. Esse projeto foi o vencedor.

Por outro lado, como a pesquisa ficou somente no discurso e uma universidade sem professores em tempo integral, somente pode, quando muito formar bons profissionais, nunca produzir ciência, a Universidade Regional do Nordeste tornou-se responsável pela formação, sobretudo, de professores para atender à demanda regional. (LIMA, R., 2010, p. 196).

Como aludido, a URNE contou com dois principais expoentes: Williams Arruda e o economista Edvaldo de Souza do Ó. O primeiro foi homenageado pelos conselheiros universitários com a nomeação para o cargo de primeiro Presidente do Conselho da FURNE. Consequentemente, tornou-se o primeiro Reitor da Universidade, porém renunciou ao cargo, devido às dificuldades de conciliá-lo com as obrigações de prefeito, e foi substituído por Edvaldo do Ó, que havia sido nomeado Vice-reitor e se tornou o primeiro Reitor, de fato, do estabelecimento de ensino. Contudo, sua administração somente durou até 1969, ano da intervenção militar na URNE.

A intervenção militar de 09 de abril de 1969 desestabilizou as estruturas da recente universidade. Valendo-se de muitos decretos, o Comando Militar iniciou sua interferência na

URNE um pouco antes do dia 09 de abril, principalmente através do cancelamento de algumas matrículas e da punição de vários estudantes¹⁰⁵. Todavia, sabemos pouco acerca dos reais motivos que impulsionaram o Governo a intervir na URNE. Sobre esse assunto, Melo (2003) assevera:

É curioso que os documentos oficiais da FURNE (entre os quais os livros de Atas) são extremamente lacônicos e parcimoniosos quando tratam da intervenção: a reunião do Conselho Diretor da Fundação, realizada a 25 de março, tratava apenas de assuntos rotineiros, tais como a aprovação do Relatório do ano de 68 e a discussão sobre as dificuldades financeiras da Universidade. Tudo se passava, portanto, como se nada estivesse acontecendo. Entretanto, o processo de intervenção na própria Administração Superior estava em pleno andamento. Com efeito, entre o final de março e os primeiros dias de abril, o Comando Militar de João Pessoa envia um major a Campina Grande para descobrir os comunistas da Universidade. (p. 64).

Nesse âmbito, uma considerável parcela de professores foi igualmente perseguida e pressionada, como o então Reitor, Edvaldo do Ó, que renunciou ao cargo quando descobriu que seria afastado. Ele foi um dos mais prejudicados pela intervenção, pois foi, praticamente, expulso de uma casa que, com muito esforço, ajudou a construir. Portanto, não podemos negar que a luz do conhecimento desenvolvido a partir da educação deu esperanças à população campinense que vivenciava um momento de crise em sua economia. Todavia, nem tudo agradou a todos, segundo Lima, R. (2010):

A elite campinense, vislumbrando problemas para continuar explorando certa atividade econômica, busca outra para substituí-la. Ao longo da década de 1950, é o que acontece. De forma gradativa, a educação passa a ser o investimento que a cidade encontra para assegurar a reprodução econômica de suas elites. (p. 87).

Portanto, as becas chegam a Campina Grande patrocinadas mais por órgãos privados do que pelos públicos. Devido a isso, a Politécnica e a URNE, até a década de 1960, investiam em uma educação que priorizasse o mercado de trabalho, e não, a pesquisa e a ciência, já que a primeira era uma necessidade emergente para a elite patrocinadora da educação campinense. Todavia, mesmo sem uma educação voltada para a pesquisa e a ciência, as instituições de ensino de nível superior trouxeram para Campina Grande um desenvolvimento intelectual, que estimulou os alunos a pensarem em dias em que as instituições de ensino, centradas na cidade, chegassem a suprir as necessidades econômicas da

¹⁰⁵ Sobre as punições sofridas pelos estudantes, ver anexo.

região e as prioridades dos estudantes. Assim, em meio à ditadura militar, teve início, em Campina Grande, um movimento voltado para atender às necessidades de ensino dos universitários campinenses. Temática esta que continuaremos a abordar no segundo subtema desse caminho.

2.2 – As aspirações universitárias em tempos de horizontes fechados

Como analisado no subtema anterior, os cursos de nível superior, em Campina Grande, quando do golpe dos militares, ainda estavam se solidificando. Assim, apesar da Politécnica ter sido criada na década de 1950, somente foi federalizada em 1960, todavia, contando com uma parcela mínima de investimento pelos órgãos públicos. Por outro lado, a URNE surge depois do golpe, ou seja, sob a política autoritária das Forças Armadas, por meio de um projeto defendido, praticamente, pelos habitantes e políticos da cidade.

Partindo desse pressuposto, nesse subtema, nossa pesquisa visa apreender a receptividade da política introduzida no Brasil pós o dia 31 de março de 1964 pelos universitários campinenses, uma vez que a maioria deles eram filhos de homens que apoiavam o golpe, peregrinando nas bandeiras de luta a partir do movimento universitário campinense e as relações articuladas com a política das Forças Armadas durante o ano de 1964.

Ratificamos que, nas décadas de 1950 e 1960, Campina Grande se destacou em relação à criação de cursos superiores. Todavia, esses projetos nasceram em consonância com alunos, empresários, comerciantes e políticos campinenses. Abonando continuidade a essa parceria, o Jornal DB, propaga a notícia de um movimento iniciado pelos médicos de Campina Grande, em conjunto com os universitários e demais professores, para a criação do Curso de Medicina na cidade.

Um numeroso número de médicos da nossa cidade, essa tomando as ultimas providencias para a criação da Faculdade de Medicina de Campina Grande.
[...]

Acham-se a frente do movimento os médicos dr. Bezerra de Carvalho, Everaldo Lopes, Raul Dantas, Washington de Andrade, Murilo Coimbra, Firmino Brasileiro, Francisco Pinto, Carlos Tejo, Bonald Filho, Antonio Galdino, Helio Vilar, Arí Rodrigues, Souza Assis, Rubens Sobreira, José Santos, Ulisses Pinto e outros sujos nomes escaparam a nossa reportagem. (FACULDADE DE MEDICINA SERÁ CRIADA EM CAMPINA GRANDE, 26/01/1964, p. 03).

Considerando que o projeto da Faculdade de Medicina foi uma iniciativa, principalmente dos médicos da cidade, o Jornal DB, na matéria abaixo transcrita, propala a posição dos docentes e dos discentes da Escola Politécnica:

O Diretor da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, traduzindo o pensamento da Congregação de Professores, e do corpo discente, através de seus representantes, em reunião do dia 27 do corrente, vem a público manifestar o completo e ressoante apelo da EPUP a feliz oportuna iniciativa da classe médica de Campina Grande de criar nessa cidade a Faculdade de Medicina. (ESCOLA POLITÉCNICA APOIA A CRIAÇÃO DA F. DE MEDICINA, 29/01/1964, p. 08).

O corpo estudantil de Campina Grande foi sendo formado gradativamente. Enquanto uns lutavam pela instalação de novos cursos de nível superior na cidade, outros pleiteavam melhorias nos cursos. Nessa perspectiva, o Jornal DB, traz algumas das reivindicações dos universitários, como a que segue:

REIVINDICAÇÃO DO D. A.

A Faculdade poderá ser fechada pelos alunos se as novas contratações de professores, obedecerem a critérios políticos.

“As reivindicações básicas do Diretório Acadêmico para o ano de 1964, são três: 1) escritório de projeto; 2) construção da sede; 3) seleção rigorosa e contratação de professores”, assim acrescentou o jovem Francisco de Assis Nóbrega. (D. A. DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS HOMENAGEARÁ OS ‘FERAS’ DESSE ANO, 16/02/1964, p. 08).

Os estudantes da FACE estavam militando por sua modernização e contra a indicação de professores. Isso porque, como, na maioria das vezes, seguia critérios de afinidades, e não, de seleção, levava para as faculdades pessoas indicadas, e não, qualificadas. Porém, a luta pela contratação de professores não era apenas uma bandeira da FACE, mas também de outras Faculdades, principalmente depois do golpe das Forças Armadas. Assim, quando perguntei a Cacilda por que os estudantes militavam por contratação de professores, ela respondeu:

Porque era muito precária a situação dos professores, eles foram aproveitados do Estadual da Prata. Nós não tínhamos a estrutura que temos hoje, era muito precária a situação das universidades, e principalmente no período dos militares, eles não investiam nas universidades. Meus irmãos mesmo tiveram que estudar em Recife. Por que estudavam em Recife? Porque não tinha aqui. Depois quando se criou as universidades os

estudantes foram ficando por aqui e a cidade foi crescendo, por quê? Porque o saber é importante. É o saber que faz uma cidade crescer¹⁰⁶.

Cacilda caracteriza os professores das Faculdades de Campina Grande como detentores de uma qualificação insuficiente para lecionar em instituições de ensino de nível superior, além da falta deles, visto que muitos saíam do Ensino Fundamental ou médio para lecionar no ensino superior. Além disso, denuncia a omissão das Forças Armadas em investir na Educação, pois, para ela, é por meio da educação que a cidade se desenvolve. Cacilda compara, ainda, as universidades do tempo em que estudou com as de hoje e inferioriza as de seu tempo de estudante ao relacioná-las às do tempo presente. Para Delgado (2006), essa comparação se faz viável devido que,

entre os muitos desafios da história oral, destacam-se o da relação entre as múltiplas temporalidades, visto que, em uma entrevista ou depoimento, fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também lembranças a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre outro tempo. (p. 18).

Por intermédio de sua memória, Cacilda apresenta um passado que viveu, mas que não existe mais. Ao narrar sua memória, ela também a relaciona com o presente, julgando este último como melhor do que o seu passado. É importante ressaltar que, mesmo que as universidades da década de 1960 tivessem uma infraestrutura inferior às de hoje, elas estavam em busca de qualificar os seus discentes, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB:

Depois de permanecerem cêrca de dois meses no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Guanabara) onde foram realizar estágio como bolsistas, regressaram a Campina Grande os universitários Ronaldo Nunes Correia, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e Geraldo Gomes Albuquerque, aluno daquele estabelecimento, que preencheram as seguintes condições exigidas pelo BNDE: a) apresentar nota superior a 7; b) não ser repetente; c) não se encontrar sob dependência em qualquer das disciplinas do curso que frequenta. (ESTUDANTES CAMPINENSES REALIZARAM ESTÁGIO NO B. N. D. E. COMO BOLSISTA, 06/03/1964, p. 07).

Assim, ao mesmo tempo em que a FACE pleiteava melhorias para sua estrutura física, não se esquecia de tentar inserir os jovens universitários no mercado de trabalho e partia em busca de acordos com outros municípios e estados, com o propósito de formar jovens

¹⁰⁶ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

qualificados. Essa preocupação acompanha as instituições de ensino da cidade desde o momento em que foram idealizadas. Entretanto, como não havia bolsas para todos os discentes, para ser contemplado com uma delas, o aluno tinha que atender a critérios estabelecidos pelos órgãos financiadores. No entanto, o objetivo maior da universidade era de resolver seus problemas de estrutura física e burocráticos, e como nenhuma atitude foi iniciada pelos responsáveis da FACE, a greve anunciada para o mês de fevereiro por seus alunos se concretiza e contagia os demais funcionários, conforme nota publicada no Jornal DB:

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, decretou greve reivindicatória a partir de ontem.

[...]

O movimento paredista eclodiu com a aprovação dos acadêmicos que apresentaram o “slogan” “só encerraremos a greve quando o escritório estiver montado”.

Segundo se comenta, logo após decretada o termino da greve dos alunos, com a instalação do escritório, os funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, reivindicando paridade de salários, desencadearam também, movimento paredista, o que fará interromper novamente os trabalhos da escola. (FUNCIONÁRIOS DA FACE TAMBÉM ENTRAM EM GREVE, 24/03/1964, p. 01).

No noticiário acima, identificamos uma greve articulada pelos alunos da FACE, em qual não participaram universitários de outras faculdades. Também não há uma articulação entre o movimento grevista dos universitários da FACE e os funcionários dessa instituição, portanto, uma greve se inicia, enquanto outra termina.

Por outro lado, enquanto a FACE reivindicava melhorias em suas instalações, com o propósito de oferecer aos alunos uma educação de melhor qualidade, os alunos da Politécnica, também priorizando a qualidade da educação, criavam o seu próprio “Código de Honra”:

Em recente reunião dos Acadêmicos da Escola Politécnica de Campina Grande, realizada para o estudo de problemas inerentes a classe e a atuação do estudante em relação a escola, ficou deliberado, por unanimidade, a aprovação que, a partir desse ano todos adotarão o Código de Honra da Faculdade de Cambridge, que consiste em cada um observar religiosamente, às medidas honestas de prestação de exames, sem a “cola” ou outros expedientes vergonhoso. (ACADÊMICOS DA ESCOLA POLITÉCNICA CRIAM CÓDIGOS, JORNAL DB, 18/03/1964, p. 08).

Essa citação mostra a preocupação dos discentes com a qualidade do ensino e que parte dos próprios alunos o repúdio a instrumentos que possam banalizar a educação, como a

“cola”, por exemplo. No entanto, esses acontecimentos reivindicatórios datam os últimos que encontramos registrados no Jornal DB e que fazem menção ao movimento universitário na cidade antes do golpe das Forças Armadas. Contudo, até o momento, podemos perceber que o movimento universitário campinense não está articulado com outros movimentos reivindicatórios, que eclodem nos âmbitos sociais, voltando-se para os problemas que atingem suas respectivas instituições de ensino.

No imediato pós-golpe¹⁰⁷, o movimento universitário campinense não se contrapôs ao Governo militar, visto que, na pesquisa feita no Jornal, não encontramos nenhum registro das manifestações estudantis, e quando perguntei a Jorge se ele recordava de algum movimento estudantil universitário em repúdio ao golpe-civil-militar, esta foi sua resposta:

Não. Não, a repressão foi imediata, o Centro Estudantil Campinense foi invadido, e as pessoas tiveram que fugir, os estudantes não tiveram nem como oferecer uma reação. A repressão não foi tão forte no meio universitário, que era menos politizado, mas, o Centro Estudantil que era politizado, eles invadiram logo¹⁰⁸.

No depoimento de Jorge, podemos identificar a presença de dois fatores que contribuíram para que não houvesse mobilização estudantil em Campina Grande por parte dos universitários, no imediato golpe-civil-militar. O primeiro foi a falta de uma militância voltada para valores políticos por parte dos estudantes universitários, e o segundo, a imediata repressão sobre o Centro Estudantil Campinense (CEC), de onde os dirigentes tiveram que fugir para não serem presos, como podemos constatar neste fragmento sobre o abandono do Presidente ao CEC.

O Comitê Estudantil de Resistência Democrática, órgão que funcionava desde 1956, conseguiu, ontem, após entendimentos com o Comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, assumir a presidência do Centro Estudantil Campinense, face a ausência dos seus dirigentes, da entidade desaparecidos desde o dia 1º passado.

[...]

Em visita que fizeram, ontem, à noite a redação, do Diário, os novos dirigentes do CEC, adiantaram que o Presidente deposto, Jurandy

¹⁰⁷ Na pesquisa que fizemos no Jornal Diário da Borborema e com os nossos entrevistados, não registramos nenhuma resistência em Campina Grande por parte dos estudantes universitários contra a “revolução” de 31 de março de 1964. Entretanto, nos Inquéritos Policiais Militar, em que tivemos acesso, registramos os nomes de José Aires Leite, cearense que cursava Engenharia na Politécnica (IPM, 1427. Fls. 1459, 18/06/1964), de Geraldo de Oliveira, estudante da FACE. Ambos prestaram depoimentos por fazerem parte da AP. (IPM, Fls. 1496, 19/06/1964).

¹⁰⁸ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

Alcântara¹⁰⁹, estava cobrando 250 cruzeiros pela carteira de estudante, remetendo, desse dinheiro, a importância, de 100 cruzeiros para o Jornal comunista “Novos Rumos”, desviando, assim, vultosas somas para ajudar a subversão da ordem e aos agentes de Moscou que tentavam a sovietação do país. Jurandy de Alcântara também se encontra desaparecido.

[...]

Declararam, ainda, que retornarão a Casa do Estudante “Felix Araújo”, também nas mãos dos comunistas, para dar-lhe rumo certo, afim que passe a ser usada dentro dos princípios para que foi construída e não para abrigar apátridas e agitadores conhecidos que se aproveitaram da ocasião para usufruir benefícios do patrimônio estudantil. (JUNTA GOVERNATIVA ASSUMIU, ONTEM, COMITÊ ESTUDANTIL: DIRIGENTES FUGIRAM, JORNAL DB, 09/04/1964, p. 08).

Nesta pesquisa, trabalhamos o movimento universitário, ocorrido em Campina Grande, mas não podemos deixar, mesmo que de forma sucinta, de mencionar a importância do Centro Estudantil Campinense. Discorrer sobre esse Centro nos levaria a outra dissertação, pois, em nossa pesquisa, observamos que ele é constantemente mencionado nas entrevistas que realizamos e nos jornais onde pesquisamos, pela importância das atividades que desenvolvia entre os estudantes secundaristas e a sociedade.

Levando em consideração que o CEC necessita de uma pesquisa dedicada a ele, limitar-nos-emos a elucidar que o nome Centro Estudantil Campinense estava vinculado a uma tática dos estudantes para burlarem o sistema, uma vez que o comum desses Centros era serem chamados de estudantis. Porém, essa nomenclatura estava associada ao comunismo, conforme enfatiza Amilton de França¹¹⁰, quando perguntei por que Estudantal, e ele diz:

Porque o nome Estudantil estava vinculado na época que foi criado..., o Estudantal, não é novo, ele é uma das entidades mais antiga de Campina Grande e não tenho assim..., se não me falha a memória ele é de 1923, e nessa época, o nome estudantil estava ligado ao que eles chamavam de comunismo, então quando Campina Grande resolve criar o Centro, para evitar problema em seu registro resolve colocar o nome Estudantal é tanto que no processo da ditadura militar ele permaneceu com esse nome, e a princípio não teve sérios problemas.

O Centro atuava nas paralisações, em greves, nas questões da manutenção dos vales dos passageiros de transporte coletivo, o Estudantal teve uma influência muito grande durante essa manutenção, durante três anos e meio

¹⁰⁹ Jurandy Cardoso de Alcântara foi levado ao Quartel do Batalhão de Engenharia do Exército, situado na cidade de Campina Grande, onde passou um dia preso. Todavia, não desistiu de seus ideais, e quando entrou no Curso de Economia na FACE, continuou a sua militância, devido à qual teve a sua matrícula definitivamente impedida pelas forças repressivas, conforme prontuário do DOPS – 1032 – de 25/02/1969. E para não ser novamente preso, refugiou-se em Recife, lugar em que reside até os dias de hoje.

¹¹⁰ Nasceu em 17/10/1948, em Campina Grande. Foi tesoureiro do CEC entre 1966 e 1968. Terminou o científico em 1968. O seu nome foi mencionado por nossos entrevistados como um membro importante do CEC. O contato com ele nos foi transmitido por Ana Rita. Hoje Amilton é professor na Faculdade de Direito de Campina Grande, onde a entrevista foi realizada.

não houve aumento de transporte coletivo aqui em Campina Grande mais ou menos em março de 68, quando o Centro é fechado e até mais ou menos agosto, setembro de 66, não teve aumento de transporte aqui em Campina Grande, porque o Estudantal tinha um contato muito grande com as CHAVES, as Sociedades de Amigos de Bairro que também é algo interessante, porque, em todo canto temos as Associação de Moradores, e em Campina Grande, talvez por influência de Recife é a Sociedade de Amigos de Bairro. A Sociedade obteve uma facilidade muito grande de ter contato com essas pessoas e geralmente o movimento era conjunto, os estudantes paravam, e a população também¹¹¹.

O objetivo do CEC era de lutar pelas causas sociais e estudantis – contra o aumento de passagens; por livros didáticos para estudantes menos favorecidos financeiramente; fiscalização dos eventos e as carteiras de estudantes, entre outros. (NASCIMENTO, 1990). Nessa perspectiva, o CEC congregava os estudantes secundaristas, atuando para atender às suas necessidades, o que, de forma direta ou indireta, beneficiava a população, como enfatiza Amilton:

Aqui em Campina Grande tinha o Centro Estudantal Campinense. E no Centro Estudantal Campinense a maioria dos seus diretores estavam ligados na Ação Popular. Eu não vou falar muito porque não conversei com nenhum deles né?, eu por exemplo fui tesoureiro do CEC de 1966 até 1968 quando terminei o científico. Nesse período eu fui diretor CEC, a gente tinha um departamento, que era departamento de fiscalização dos cinemas, dos ônibus, de qualquer praça de recreação que fosse instalada aqui em Campina Grande, inclusive a fiscalização das carteiras de estudantes. E ainda patrocinávamos eventos como as Olimpíadas, os colégios paravam por uma semana sem o menor problema, porque isto já fazia parte do calendário escolar, e o próprio Centro se organizava de tal forma que não precisava da presença da polícia militar, a que sempre se fazia presente nos aglomerados de pessoas.

No Centro Estudantal Campinense, funcionava também um banco de troca de livros, ele tinha duas funções, incentivava o aluno a não destruir o livro e possibilitar que as classes menos favorecidas tivessem livros de qualidade para seus filhos. Então como era feito isto? Isto era feito a partir do segundo ano ginasial. Antes do primeiro ano ginasial tinha que ser feito por doação, mas a partir daí eles depositavam os livros no que era chamado Banco Municipal do Livro, eles depositavam o livro e recebia um carnezinho, como se você estivesse feito um depósito bancário, posteriormente você retornava lá e recebia os livros do seu filho da série seguinte, e assim até o terceiro científico. Quando chegava ao terceiro científico, quem terminava, a gente fazia uma campanha e eles doavam os livros, por que eles doavam os livros? Porque eles não tinham mais com quem trocar, então vinha o aluno que tinha terminado o segundo ano e comprava esse livro.

Como aqui em Campina Grande, a gente ainda não tinha esse acordo com o MEC, e o MEC, já estava promovendo alguns livros como Atlas, mas, esse material escolar complementar não tinha aqui em Campina Grande. Então

¹¹¹ Entrevista concedida por FRANÇA, Amilton de. Em 22/10/2007 a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

nós fomos a João Pessoa e fizemos um contrato direto com o MEC. Então a gente comprava do MEC pelo valor que ele oferecia, e passava para os estudantes pelo mesmo valor que a gente comprava, então tanto fazia o estudante ir a João Pessoa como comprar a gente, então a gente apenas mantinha o capital de giro. Tivemos alguns problemas com algumas livrarias aqui em Campina Grande, porque elas diminuíram a quantidade de venda de livros, mas, depois eles se acostumaram¹¹².

Desta forma, o CEC era reverenciado para Amilton como um lugar em que os estudantes lutavam pelos ideais, pois, desde a sua formação, direcionou as suas atividades na luta para garantir os direitos estudantis nos horizontes mais amplos, servindo de modelo para os estudantes universitários, como discutiremos ao longo desta escrita. Assim, o *Jornal Formação*¹¹³, torna público o que pensavam aqueles que compunham o CEC.

Reverenciamos sempre e sempre os nomes que em 1935, deram início a essa obra que ficará de pé por toda a vida, pois temos certeza que enquanto Campina Grande existir existirá sempre o seu Centro Estudantil. Campina não poderá jamais prescindir da presença do Centro, já que esse é uma célula, seu organismo de comuna. É ele o arauto indormido na defesa do ideal da mocidade que aqui luta, por um Brasil de amanhã. É ele o quartel-general das arrancadas, em busca do bem da classe estudiosa, que faz do livro seu escudo e de sua pena espada. É ele que pretende construir, nem que seja com lágrimas, a casa que abrigará todos aqueles que no futuro não tiverem uma pousada certa, mas que tenham boa vontade. (18 ANOS DE LUTAS E DE GLÓRIAS MAIS UMA ETAPA VENCIDA PELO CENTRO, 10/1953).

Como essa matéria era de 1953, e a entrevista foi realizada em 2007 sobre a década de 1960, percebemos que o ideário do Centro caminhou com os seus dirigentes até ser fechado com a edição do AI-5¹¹⁴. Esse acontecimento, na década de 1950, era pensado como impossível devido ao engajamento político do Centro perante a sociedade e em conjunto com os estudantes.

Outra observação que também julgamos necessária refere-se à memória, que não nos é sempre fiel. Apesar de conseguirmos guardar na memória acontecimentos, o tempo nos impossibilita de guardar detalhes e se encarrega de apagar algumas lembranças de nossa

¹¹² Entrevista concedida por FRANÇA, Amilton de. Em 22/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

¹¹³ O *Jornal* pertence ao Arquivo Átila de Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba, onde se encontrava anexado com outras folhas soltas de jornais, sem o número da página e o dia da matéria. Assim, ficamos apenas com as informações visualizadas na própria página da matéria. Acreditamos que o informe tenha sido publicado até o primeiro decêndio do mês, porque o CEC completou 18 anos no dia 06 de outubro de 1953, conforme informação de outras publicações. O *Jornal Formação* é um órgão do Centro Estudantil Campinense que, na época, encontrava-se sob a presidência de Ronaldo Cunha Lima. O jornal também comemorava no seu décimo oitavo aniversário.

¹¹⁴ Discorreremos sobre do AI-5 no terceiro capítulo.

memória, como aconteceu com Amilton, ao correr o risco de nos informar a data da fundação do Centro, isto por que segundo Ricouer (2007): “O esquecimento é deplorado da mesma forma que o envelhecimento ou a morte: é uma das faces do inelutável, do irremediável” (p. 435). Então, devido à distância que o separava dos acontecimentos vivenciados e do depoimento que concedeu, algumas informações não lhe são mais precisas, visto que, o esquecimento¹¹⁵ em alguns casos, ocorre de maneira natural, por causa da ação do tempo. Contudo, não podemos nos prender a pequenos deslizos da memória, pois sabemos que ela é falível¹¹⁶, uma vez que nossa preocupação é com o conhecimento que pode ser compartilhado pelos depoentes com a pesquisa.

Voltemos, agora, a discorrer sobre o movimento universitário.

Escolher o movimento universitário como objeto de estudo não significa dizer que ele ocorria isolado do movimento estudantil secundarista, tendo em vista que eles ora lutavam por causas distintas, ora lutavam unidos e, outras vezes, pela mesma causa, pois o estudo sobre o movimento estudantil universitário foi uma escolha, e não, por quaisquer outras razões.

Quando pensamos em movimento universitário em plena ditadura militar, somos levados a refletir que todos os universitários militaram contra o golpe, todavia, não queremos defender a tese de que ser estudante, na década de 1960, era ser militante contra a ditadura militar. Partindo desse pressuposto, quando perguntei a Djalma se ele pertencia a alguma entidade, quando estudante, ele respondeu: “A nenhuma das entidades. Nunca fiz parte dos diretórios, nunca fui companheiro de luta, nem prol, nem contra¹¹⁷”. Depois, perguntei-lhe se sua posição tinha influência de seus familiares, retorquiu:

Não.

Por ser nacionalista não. Meu pai era udenista entendeu?, e eu por formação deveria ser do lado da UDN e eu não fui, eu sempre tive uma tendência nacional, sempre fui a favor dos interesses brasileiros e nacionais, não me importa a riqueza dos Estados Unidos, nem da Europa e etc., eu achava desde muito jovem que o Brasil era um país muito rico para ser dependente de outros que não eram tão fortes em recursos naturais como o Brasil¹¹⁸.

¹¹⁵ Nem sempre, o esquecimento é causado apenas pela ação do tempo, pois algumas pessoas vivenciam acontecimentos que lhes trazem dores, e por não se sentirem confortáveis, procuram esquecer certos fatos. Como foi o caso de uma militante a que mantivemos contato, mas esta preferiu não relembrar o seu passado. Sobre essa temática, consultar RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

¹¹⁶ Acerca das alterações que uma memória pode sofrer, ler HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In. CUNHA, Maria Clementina Periera. (Org.). **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 157-160.

¹¹⁷ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹¹⁸ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Em sua fala, Djalma procura nos mostrar que não segue uma tendência de sua família, pois ele não é udenista, também não é de esquerda, porém, não tem simpatia pela política norte-americana. Ele se identifica como nacionalista por defender as riquezas do Brasil, entretanto, sua posição política foi ratificada dentro da universidade, ao se identificar com as aulas de um determinado professor, como nos informa ele mesmo: “[...] essa minha formação política, eu tive com o professor Granjeiro, que era um jesuíta, excelente professor de Ciências Políticas e essas minhas convicções de nacional foram reforçadas pelas aulas de Ciências Políticas desse eminente professor¹¹⁹”. Assim, como, no momento do golpe-civil-militar, Djalma identificou nas Forças Armadas princípios que ele defendia, apoiou a ação dos militares. Quando lhe perguntei sobre qual a sua visão sobre a ação das Forças Armadas, ele respondeu: “A favor. Eu estava sensibilizado pela mídia da época que João Goulart era um desastre. Hoje a minha visão é um pouco diferente disso. Por isso, que eu fui a favor dos militares e fui a favor dos militares por bastante tempo¹²⁰”.

Ora, Djalma não nega ter apoiado o golpe-civil-militar por acreditar que esses estavam defendendo os interesses nacionais. Todavia, passados mais de quatro décadas do golpe, sua opinião não é mais a mesma. Embora ele não possa alterar o passado, pode ressignificá-lo, pois de acordo com Delgado (2006): “Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do que foi vivido e a representação individual ou coletiva sobre o passado”. (p. 34). Para Pesavento (2005): “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. (p. 39). Nessa perspectiva, Djalma constrói para si uma representação do que para ele seria o propósito das Forças Armadas, ou seja, defender o capital nacional, todavia, com o passar dos anos, ele percebe a interferência norte-americana na política brasileira, o que hoje o leva a fazer uma nova reflexão acerca do seu posicionamento sobre o golpe-civil-militar, porém, ele pode até modificar a sua opinião, mas não pode alterar o seu passado.

Djalma não estava sozinho em ver benefícios para o Brasil na política das Forças Armadas. Isso pode ser confirmado na matéria publicada pelo Jornal DB, em que os novos membros do DA, da Faculdade de Filosofia, fazem um discurso a favor da “revolução”:

Solenidade simples marcou quarta – feira última, na Faculdade de Filosofia de Campina Grande, à posse da nova diretoria do Diretório Acadêmico daquele estabelecimento, de ensino superior de nossa cidade.

¹¹⁹ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹²⁰ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

[...]

Abrindo os trabalhos falou o padre Maia que teceu comentários sobre a situação a que foi relegada a Escola quando do seu afastamento, e acentuou a não participação na política dos diretorianos.

Logo em seguida foi empossada a nova diretoria que esta assim composta: Presidente, Violeta de Lourdes Castro Dantas; 1ª vice-Presidente para assuntos culturais, Amenaide Santos; 2ª vice para assuntos nacionais e estaduais, Wilma Ximenes; 3ª vice para assistência universitária, Helena Passos; 4ª vice para assuntos municipais, Rosélia Pachu; secretaria geral, Lúcia Maranhão; 1º secretário, Paulo Rocha; tesoureira, Nadja Rocha; vice tesoureira, Nadja Miranda.

Após a leitura da constituição do novo diretório, usou da palavra, a Presidente empossada, senhorinha Violeta de Lourdes de Castro Dantas.

Em seu pronunciamento declarou <<Aqui estamos reunidos para oficialmente, comemorar uma nova ordem, restaurar um clima de paz, trabalho, respeito, disciplina, cordialidade e incentivo.

[...]

As Forças Armadas, como última esperança, retonaram a Pátria ao seu verdadeiro caminho, da liberdade, ao caminho da democracia, pelo seu papel de vanguarda, reestabeleceram o clima de paz, trabalho, e as conquistas sociais.

[...]

Pretendemos homenagear as Forças Armadas pela sua atitude, reintegrando a Nação e sua austeridade administrativa e zelo à coisa pública>>. (EMPOSSADOS MEMBROS DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE CAMPINA, 10/05/1964, p. 03).

Sabemos que a Faculdade de Filosofia de Campina Grande era administrada pela Igreja, e como a maioria do clero estava a favor da “revolução” temendo o “comunismo”, ela influenciava diretamente o corpo discente. Assim, depois do golpe, o DA de Filosofia elegeu novos membros que comungavam com as limitações impostas pelo sistema, já que o padre Maia deixara clara a não participação dos discentes em assuntos políticos, ao mesmo tempo em que a Presidente do DA enaltecia as medidas adotadas pelas Forças Armadas. Todavia, não foi apenas a Faculdade de Filosofia de Campina Grande que, no imediato do golpe-civil-militar, apoiou a ação das Forças Armadas, como enfatiza a reportagem abaixo transcrita, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Politécnica, a princípio, também acreditaram nesse projeto:

Iniciando o ciclo de conferências, integrante do Plano de Ação Psicológica que esta sendo levado a efeito pela Universidade da Paraíba, visando a esclarecer o povo os objetivos da Revolução de março último, o coronel Otavio Queiros, comandante do Batalhão de Serviço de Engenharia, aqui aquartelado, proferirá, amanhã, às 19:30 horas no auditório da Associação Comercial, a primeira palestra do ciclo a ser feita nessa cidade.

[...]

Professores das diversas Faculdades locais também terão oportunidade de expor, em linhas gerais, os objetivos do movimento revolucionário vitorioso

a 31 de março e para tais conferências as diretorias da Faculdade de Ciências Econômicas e Escola Politécnica da Universidade da Paraíba estão distribuindo convites a entidades e autoridades campinenses. (CORONEL QUEIROZ, FALARÁ, AMANHÃ, SÔBRE OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO, JORNAL DB, 02/06/1964, p. 03).

Nesta mesma página, outra reportagem nos chamou a atenção, pois os estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas reivindicam ao Prefeito Newton Rique¹²¹ sede para a União dos Estudantes da Paraíba (UEEP):

Dentro do novo espírito de entendimento que norteia a classe estudantil em todo o Brasil, encontra-se a frente da União dos Estudantes da Paraíba, na sua sub-sede, localizada em Campina Grande, o universitário José Carneiro Júnior da Faculdade de Ciências Econômicas.

O interventor da entidade que foi indicado pelas autoridades federais, esteve no sábado último em João Pessoa, acompanhado do seu colega Oto Araujo, participando da reunião que o órgão estudantil realizou na capital do estado. Medidas de interesse foram tomadas, inclusive, a dinamização da entidade para a sub-sede dessa cidade, o estudante José C. Junior tenciona encontrar um local onde possa funcionar a entidade, uma vez que se encontra sob despejo da sua antiga sede. (SUB-SEDE DO ORGÃO SERÁ DINAMIZADA BREVEMENTE, 02/06/1964, p. 03).

No imediato golpe-civil-militar, as Faculdades de Campina Grande estavam mais preocupadas em garantir o seu funcionamento do que com os acontecimentos políticos. Nesse âmbito, acordos eram buscados, em prol de edificar os cursos superiores existentes na cidade e atender às necessidades dos estudantes a partir do apoio da política vigente. Esse fato é ilustrado na matéria abaixo:

O Presidente do Diretorio Academico da Escola Politécnica de Campina Grande, estudante João Edvaldo Alves dos Santos, telegrafou ao ministro Flávio Suplicy Lacerda, titular da pasta de Educação e Cultura, apelando para a compreensão do ministro para atribuir urgentemente recursos financeiros ao Restaurante Universitário. Adianta o despacho que o “déficit” acumulado é de quase três milhões de cruzeiros resultando daí as sérias dificuldades em fornecer refeição aos estudantes.

Apesar da boa vontade do Reitor da universidade da Paraíba, não há verbas para o serviço. A mocidade estudiosa de Campina Grande acredita que o ministro encontrará uma fórmula de prover o restaurante de meios necessários para alimentar, razoavelmente, os estudantes de cursos superiores.

No mesmo sentido o Presidente do Diretório telegrafou ao Presidente Castelo Branco, reforçando, assim, o seu apelo ao titular da pasta de Educação. (ESTUDANTES DIRIGEM APÊLO AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, JONAL DB, 14/06/1964, p. 03).

¹²¹ Newton Rique teve os seus direitos cassados em 14 de junho de 1964.

Percebemos, que o Diretório Acadêmico da Politécnica, naquele momento, mantinha boas relações com o Ministro Flávio Suplicy e com o Presidente da República, Castelo Branco, além de isentar o Reitor Guilardo Martins dos problemas pelos quais o Restaurante universitário vinha passando. Neste momento, os universitários campinenses optaram por um caminho diferente, em suas reivindicações, ou seja, enquanto muitos estudantes reivindicavam seus interesses por meio de passeatas e de outras manifestações públicas, os campinenses optavam pelo diálogo.

Continuando sua parceria de acordos, a FACE, contrária a um movimento desencadeado no país, que conta com o apoio de parte dos estudantes universitários, em repúdio ao convênio MEC\USAID¹²², convidou representantes da USAID para firmarem concordatas:

O ciclo de conferencias denominado <<Teoria e Desenvolvimento>> promoção do Diretorio Academico da Faculdade de Ciencias Economicas, terá prosseguimento, hoje as 9:30 horas no auditorio daquela escola superior com uma exposição do dr. Arthur Byrnes, educador e diretor, da USAID no Nordeste, subordinada ao tema <<A Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento Latino-Americano>>. (EDUCADOR DA <<USAID>> FALARÁ, HOJE, SÔBRE ALIANÇA PARA OS CAMPINENSES – JORNAL DB, 19/06/1964, p. 03).

A partir da denominação do ciclo de conferência “Teoria e Desenvolvimento” e o tema “Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento Latino-americano”, podemos perceber que os técnicos e educadores da USAID estavam propagando, nos âmbitos institucionais, uma aliança entre os países Latino-americanos, com o propósito de solucionar problemas inerentes às instituições de cada país. Todavia, a política adotada por eles seria determinada pelos Estados Unidos. Mas, mesmo sendo firmados acordos entre a FACE e a Politécnica¹²³, com

¹²² Os estudantes protestavam contra o acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), porque ele previa reformas no ensino brasileiro, inspiradas em modelos e aplicadas por técnicos dos Estados Unidos. (FÁVERO, 2009, p. 91-93). No entanto, o interesse dos Estados Unidos em inserir seus métodos em nossa educação segundo CUNHA e GÓES (1989): “[...] Camuflada de ‘assistência técnica’, já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. Esses interesses se manifestaram desde a Guerra Fria e cresceram no final dos Governos Dutra e JK. Todavia, foi no Governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas.” (p. 33). Nessa perspectiva, o convênio MEC/USAID foi, de fato, firmado em junho de 1965. A partir daí, a USAID soube usufruir da abertura de Castelo Branco à nossa educação, com projetos que abrangiam o ensino primário, o médio e o superior, além de se encarregar de capacitar os professores das nossas instituições de ensino, que também interferiam na produção e na veiculação de livros didáticos e técnicos. Para mais informação sobre o acordo MEC/USAID, consultar CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007, p. 155-187.

¹²³ Lynaldo Cavalcanti era um Diretor estratégico, e na luta incessante para o reconhecimento da “escolinha” de Campina Grande, como era chamada a Politécnica pelos estudantes de João Pessoa, Recife, Fortaleza e outras instituições de ensino de nível superior, não rejeitava ajuda viesse de quem viesse. Por isso, já em 1964, ele

programas do Governo, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB: “No final de sua conferência, o diretor da USAID prometeu colaborar com a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola Politécnica, principalmente ao que diz respeito à remessa de livros técnicos”. (DIRETOR DA USAID DISCORREU ‘ALIANÇA’ PARA OS CAMPINENSES, 23/06/1964, p. 08). Os problemas da FACE e da Politécnica não haviam sido resolvidos, por isso, elas continuavam tentando vencer os desafios que lhes eram impostos:

Face a situação instável do professorado das escolas de Ciências Econômicas e Engenharia, ambas pertencentes a Universidade da Paraíba, criou-se um clima de expectativa no seio do corpo discente daquelas Faculdades, visto não se sabe até quando os mesmos poderão contar com seus mestres. Os professores por não contarem com estabilidade, e pela inexistência de contratos poderão se afastar a qualquer momento das suas cátedras, fato que acarretará imenso prejuízo aos que ali estudam, com perspectivas de perda do ano e paralisação das aulas dos referidos estabelecimentos. (‘FACE’ E ‘POLI’ PODERÃO FECHAR SE NÃO VIER ESTABILIDADE PARA OS PROFESSORES, JORNAL DB, 20/06/1964, p. 08).

Nessa caminhada, também estava a Faculdade de Serviço Social que, devido às dificuldades financeiras, tentava vincular-se à Universidade Federal da Paraíba:

O Reitor Guilardo Martins, da Universidade Federal da Paraíba, acolheu favoravelmente o pedido da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que deseja integração parcial (agregação) naquela autarquia federal do Ensino superior.

Em sucinto memorial, a Faculdade campinense apelou ao dirigente máximo da UP, salientando em seu favor três pontos principais.

- a) o pedido que visa a “quebrar o isolamento” em que a Escola se mantém, e que é contrário ao próprio espírito universitário que se deseja para o Brasil.
- b) visa também a obter maiores recursos financeiros para expandir os serviços da Faculdade.
- c) a proibição existente no estatuto da UP contra a agregação de novas Faculdades é anti-paraibana, impedindo que o Governo da União, através das Universidades, ajude a todas as Escolas, de Ensino Superior da Paraíba a se desenvolverem. (REITOR FAVORÁVEL À PRETENSÃO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL, JORNAL DB, 16/07/1964, p. 03).

Desta forma, os discentes iniciam, primeiro, uma luta pelas instituições às quais estavam agregados, como ratifica a nossa entrevistada Ana Rita:

firma acordos com a USAID. Por outro lado, o ano de 1964 “[...] Marca a sua gestão na proteção a perseguidos políticos, dando continuidade ao processo de atração dos melhores talentos em busca de abrigo institucional, fossem do Sudeste, Argentina ou de outros países que também sofriam com as ditaduras militares”. (ROCHA NETO, 2010, p. 79).

Olhe, veja bem, a gente em primeiro lugar, a gente começava dentro da nossa casa na, ou dentro da faculdade em função das nossas necessidades em função da nossa dor, nós aqui de Serviço Social nós tínhamos uma particularidade, porque Serviço Social não era ligado a nenhuma universidade, ela vivia uma vida pela entidade, aí que na realidade não tinha um, suporte financeiro era tanto que os professores daqui, teve muita gente que passou muito tempo aqui que dava aula e não recebia nada então nós começamos a luta. A gente queria se ligar as universidades, a Universidade Federal, porque o grande sonho da gente, era ser reconhecida formalmente pela Universidade Federal¹²⁴.

A Politécnica é a instituição de ensino superior mais antiga de Campina Grande que já contava com alguns convênios e recebia verbas federais. Como a Faculdade de Serviço Social estava, até então, “isolada” e com recursos escassos, sua agregação à Politécnica era pensada pelos universitários como a “salvação” da sua instituição. Todavia, até então, a preocupação dos discentes da Politécnica não era com a Faculdade de Serviço Social, mas com a aprovação de novos projetos em benefícios dos próprios universitários, e após a criação do Código de Honra, ela criou uma cooperativa aos modos da existente no Centro Estudantil Campinense, como enfoca a matéria publicada no Jornal DB:

O Presidente do Diretorio Academico da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba acaba de adotar mais uma medida digna dos maiores encomios, em beneficio a classe estudantil de Campina Grande, atingindo principalmente os que frequentam aquela escola de nível superior. Trata-se da criação da “Cooperativa Escolar”. Cujas bases foram lançadas ontem, com o início do seu funcionamento oficial. A Cooperativa tem por finalidade fornecer para os estudantes da “Politécnica” livro e material escolar a preço de custo, conseguindo, para isto, desconto especiais junto aos fornecedores, e comprando em grande quantidade para obter vantagens de preço. A medida tem grande alcance e deveria encontrar seguidores nas demais faculdades de Campina Grande. (ESCOLA POLITÉCNICA TEM SUA COOPERATIVA ESCOLAR, 17/07/1964, p. 08).

Assim seguia o ensino superior em Campina Grande, e enquanto umas universidades ameaçavam fechar, outras lançavam projetos em seus benefícios, e algumas davam o passo inicial para a sua abertura, como ocorrera com a Faculdade de Medicina, segundo esta matéria do Jornal DB: “O Governador Pedro Gondim assinou ontem à tarde o decreto 3.574, abrindo credito especial de 50 milhões de cruzeiros para atender as despesas com obras prioritárias de interesse urbanístico as Sociedade Mantedora da Faculdade de Medicina de Campina

¹²⁴ Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

Grande”. (GOVERNADOR ASSINOU DECRETO CONCEDENDO CINQUENTA MILHÕES À FACULDADE DE MEDICINA, 04/07/1964, p. 01).

Outra Faculdade que também começou a se solidificar em Campina Grande, com a ajuda de igrejas evangélicas e do Governo do Estado, foi a de Direito, como enfatiza a reportagem do Jornal DB:

Depois de ouvir atentamente o relato dos campinenses, o Governador Pedro Gondim, mostrou-se vivamente entusiasmado com a ideia da criação de mais um estabelecimento superior em nossa cidade, - a instalação da Faculdade de Direito vem sendo edificada sob os auspícios das igrejas Evangélicas locais – de imediato comprometeu-se na próxima semana enviar Mensagem à Assembleia Legislativa, propondo a abertura de um crédito de 15 milhões de cruzeiros para ajudar a nova instituição. (GONDIM AJUDARÁ FACULDADE DE DIREITO: 15 MILHÕES, 23/07/1964, p. 02).

Campina Grande estava se destacando em relação às faculdades. No ano em que comemorava o seu centenário, duas Faculdades anunciaram-se, todavia, como pode uma cidade centenária, que planeja a abertura de novas Faculdades, consentir que, por falta de recursos financeiros, uma de suas “filhas” fechasse as portas? Nessa angústia se viam os discentes da Faculdade de Serviço Social, segundo enfatiza Stênio Lopes:

A agregação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande à Universidade da Paraíba é ato absolutamente imperioso. Ou se fará agregação ou desaparecerá aquela unidade de ensino superior da Paraíba. No momento em que uma poderosa arregimentação dos médicos campinense caminha para a criação da Faculdade de Medicina, e no instante que pouco falta para o funcionamento da Faculdade de Direito de nossa cidade, será inadmissível que venha a perecer a Faculdade de Serviço Social pelo parecer, contrário à agregação do caro e ilustre Professor Milton Paiva, um dos mais queridos e amigo do Governador Pedro Gondim. (AGREGAÇÃO DE FACULDADES DE SERVIÇO SOCIAL, JORNAL DB, 14/08/1964, p. 07).

Ressaltamos que não eram apenas as Faculdades de Direito e de Medicina que estavam recebendo incentivos dos órgãos públicos, pois, nesse mesmo período, a FACE, ansiosamente, estava aguardando a entrega de sua nova sede:

Soubemos, igualmente, que logo após seu retorno ao estado o professor Guilardo Martins tratará de acelerar os serviços de construção da nova sede da Faculdade de Ciências Econômicas, que vem sendo construída no bairro de Bodocongó nas imediações da Escola Politécnica. (REITOR GUILHARDO MARTINS CHEGARA AMANHÃ A PARAÍBA – JORNAL DB, 21/08/1964, p. 08).

Conforme elucida na reportagem acima, a FACE estava ansiosa pelo término de sua nova sede e, ao mesmo tempo, articulando-se com o projeto USAID. Representantes da educação dos Estados Unidos vinham fazer conferências em suas repartições, como enfatiza a matéria publicada pelo Jornal DB:

Amanhã, às 8 horas, o Diretorio Academico da Faculdade de Ciencias Economicas dará prosseguimento ao ciclo de conferências intitulado “TEORIA E DESENVOLVIMENTO”, com uma exposição do dr. Frederick Exton Jr., do Consulado Americano do Recife. A conferência sobre o tema “O Capital Estrangeiro e o Desenvolvimento Nacional”, estarão presentes, professores, alunos, intelectuais e homens de empresa de nossa cidade. (AMERICANO VEM FAZER CONFERÊNCIA AMANHÃ NO AUDITÓRIO DA FACE, 26/08/1964, p. 01).

A FACE continuava apoiando os projetos pensados pelos americanos que deveriam ser desenvolvidos no ensino brasileiro (para ficarmos apenas na Educação). Enquanto isso, nenhum passo era dado pela Universidade da Paraíba quanto à agregação a essa universidade da Faculdade de Serviço Social. O Jornal DB registrou esse evento, conforme matéria transcrita abaixo:

Sobre a necessidade daquela agregação, já se manifestaram a Federação das Indústrias, o Batalhão de Serviço de Engenharia, a Prefeitura Municipal, a Diocese de Campina Grande, a Associação Comercial e inúmeras outras entidades locais e estaduais que se dirigiram a Reitoria da UP, apelando para que o pedido de agregação tenha favorável deferimento.

APOIO DE AGRIPINO E ARGEMIRO

Agora é a alta representação política paraibana no Senado Federal que vem prestigiar com seu apoio o pleito da faculdade.

Em telegrama dirigido à Diretora da FSS, irmã Angela, o senador João Agripino, acaba de comunicar o seu “total apoio” à campanha pela integração da Escola Superior campinense na comunidade Universitária paraibana.

Também o Senador Argemiro de Figueiredo, em telegrama endereçado ao seu irmão advogado Manuel Figueiredo, assegurou que “tudo fará” em benefício da Faculdade.

INTERPRETAÇÃO

Tôda a dificuldade contra a agregação deriva da estrita interpretação do parágrafo 5º do artigo 4º do Estatuto da Universidade da Paraíba que veda a agregação de estabelecimentos de ensino dos quais já existam congêneres na Universidade.

Interpretado, porém, “latus sensu” o parágrafo 3º não constitui embargo definitivo a agregação. (SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE: ARGEMIRO E AGRIPINO FAVORÁVEIS, 22/08/1964, p. 08).

A partir de então, ressaltamos que a luta pela agregação da Faculdade de Serviço Social à Universidade Federal da Paraíba contagiou as autoridades governamentais,

industriais, religiosas, dentre outras entidades, mas não provocou uma manifestação pública com o apoio dos universitários campinenses à causa dos universitários de Serviço Social.

Identificamos, até o momento, uma luta individual dos universitários por suas causas, todavia, era necessária uma luta conjunta para continuar a se desenvolver a educação do município. Essa necessidade foi enfatizada pelo Professor Paulo Góis, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em uma palestra que fez na cidade sobre o tema “Um sistema integrado de Ensino superior para Campina Grande”, publicada no Jornal DB:

Durante sua palestra, proferida no Auditorio da Federação das Indústrias o professor da UB, que é também membro da Comissão de Reformulação do Ensino Universitário Brasileiro e da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, fez veemente exortação aos professores e homens de Empresa para que tomem imediatamente consciência da necessidade de implantar, sem demora, uma organização universitária mais radical, aproveitando todas as potencialidades locais. (ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA MAIS RADICAL PARA CAMPINA GRANDE, 15/10/1964, p. 05).

Até o momento, as faculdades de Campina Grande ainda estão muito ligadas às relações que mantêm com as empresas existentes na cidade e que foram de fundamental importância para as instalações de seus núcleos de ensino, que contribuíram com acordos mantidos, financiando as instituições de ensino superior da cidade. O pronunciamento do Professor Paulo Góis foi direcionado aos docentes e aos empresários da cidade para que “articulassem entre os universitários uma organização mais radical”, visto que ela era muito dispersa, como enfocamos acima, a causa de uma instituição de ensino não conta com o apoio das demais, e essa individualização era visível.

Preocupada em manter relações com países estrangeiros, a Politécnica que, em 1964, contava com os Cursos de Engenharia Civil e de Elétrica, e com, aproximadamente, 202 alunos, que habitavam os quatro mil metros quadrados de área coberta da instituição de ensino, “[...] reservou cerca de cinco vagas para estudantes estrangeiros que desejassem estudar na cidade centenária”. (REALIZAÇÃO DE CURSOS ESPECIAIS NA POLI, JORNAL DB, 19/11/1964, p. 03).

A FACE seguia o mesmo caminho da Politécnica, em relação às articulações mantidas com representantes da Educação norte-americana.

Durante a sua palestra na FACE, o educador americano fez a doação de 126 livros aquela Escola Superior, e prometeu, na oportunidade, que iria reservar bolsas de estudos para os universitários campinenses. Prometeu ainda vir a

essa cidade todos os meses, a fim de manter contato com a mocidade estudiosa da cidade centenária. (MR. EDWARD PROMETEU BOLSAS DE ESTUDANTES NA FACE, JORNAL DB, 22/11/1964, p. 03).

Por outro lado, a FACE sofria por ver a construção da sua nova sede parada e reivindicava ao reitor da Universidade da Paraíba, Guilardo Martins, o retorno das obras:

O Diretório Acadêmico da FACE telegrafou ao Reitor Guilardo Martins, dando conta da paralização das obras de construção da séde própria da Faculdade de Ciencias Economicas, no bairro de Bodocongó.

Apelou o órgão estudantil para aquela autoridade, no sentido de que fossem adotadas providencias visando ao aceleramento daquela construção no momento completamente paralizada. (DIRETÓRIO DA FACE APELA PARA O REITOR: SÉDE PRÓPRIA, JORNAL DB, 26/11/1964, p. 08).

Assim, chegava a FACE ao término de 1964 na expectativa de inaugurar a sua nova sede e com novos membros no Diretório Acadêmico¹²⁵.

Considerando os pressupostos aqui apresentados e enfatizando o pioneirismo da nossa pesquisa, defendemos a tese de que, no geral, durante o ano de 1964, o movimento estudantil universitário campinense não se revelou contra a “revolução” iniciada em 31 de março de 1964.

Falo, agora, na primeira pessoa do singular, por estar compartilhando uma surpresa. Quando pensei o projeto e antes de partir para o campo da pesquisa, admito que não esperava encontrar um depoimento de representantes de Diretório Acadêmico enaltecendo as Forças Armadas, apesar de terem considerado ilegal, já em abril, a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio da Lei de nº 4.464, mais conhecida como Lei Suplicy de Lacerda¹²⁶

¹²⁵ Conforme informa o Jornal DB: “Os novos membros do D. A. da FACE foram: Presidente: Arlindo Pereira de Almeida; vice-Presidente: Roseburgo Bezerra de Melo; secretário geral: José Jader Uchoa de Aquino; 1º secretário: Clemente de Sousa; tesoureiro geral: Orlando Florentino Gomes; 1º tesoureiro: Marinaldo Carneiro de Figueiredo; diretora social: Maria da Salete do Nascimento; Diretor cultural: José Leopoldo de Sousa; Diretor de Apostila: José Lucas Filho. [...] O Presidente Arlindo Pereira de Almeida escolheu os seguintes elementos para composição de sua assessoria: Luismar Rezende Assis: diretor do Jornal ‘Perspectivas Economicas’; Cristovão Santos: diretor da cantina; Antonio expedito Pequeno: assessoria de Imprensa; Gabriel D’Annunzio Gomes: Diretor da Associação Atletica Academica; Antonio de Almeida Sá: Diretor do Patrimonio; Valmir da Silva Chaves: Diretor do Grupo de Teatro”. (NÔVO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACE VAI SER EMPOSSADO HOJE, 12/12/1964 p. 08). Ao que tudo indica, a transição ocorreu dentro nas normalidades, já que o novo Presidente recebeu o cargo das mãos do atual Presidente, Oto Araújo, e, posteriormente, a nova diretoria foi homenageada com um baile no Clube dos Estudantes Universitários.

¹²⁶ Para substituir a UNE, a Lei Suplicy de Lacerda criou o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), que passou a ser o órgão que intermediaria as relações entre os estudantes e o Ministério da Educação. Todavia, eles apenas poderiam se reunir nos períodos de férias. Porém, as ações estudantis não poderiam desenvolver manifestações que implicassem a ausência coletiva dos alunos nas atividades escolares, nem se envolverem em acontecimentos de caráter político partidário. Como representação estudantil em nível estadual, deveria existir o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), composto por membros do Diretório Acadêmico (DA), cujo Presidente representava os discentes da instituição de ensino a que estava vinculado. Para mais esclarecimentos acerca da

(FÁVERO, 2009, p. 83). Esse fato foi publicado no Jornal DB, nos seguintes termos: “O Congresso Nacional aprovou por 126 votos contra 117 e cinco abstenções, o projeto que extingue a União Nacional dos Estudantes. Determina o projeto que é vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação, greve ou propaganda partidária”. (CONGRESSO EXTINGUE UNIÃO DOS ESTUDANTES E PROÍBE GREVE, 29/10/1964, p. 01).

Para muitos estudantes, essa lei foi mais um golpe sobre os estudantes. Ela “[...] completa o quadro da repressão à famigerada ‘Lei Suplicy’, de autoria do Ministro da Educação do mesmo nome e triste memória. Por ironia, essa lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes¹²⁷”. Essa reorganização não se dá ao mesmo instante em todo o território nacional, como bem refletimos ao longo da pesquisa, os universitários campinenses ainda não tinham saído às ruas em protestos as políticas governamentais e nem contra a repressão do governo sobre entidades que representavam os estudantes.

Surpresa igual foi quando encontramos registros da articulação dos universitários campinenses com a política educacional MEC/USAID. Quando essa era uma das principais bandeiras levantadas pelo movimento universitário brasileiro, os universitários campinenses organizavam eventos com a presença de representantes da USAID, para ministrarem palestras em suas instituições e articularem convênios, inclusive com intercâmbio.

Portanto, 1964 foi um ano em que as Forças Armadas não precisaram usar da violência para com os universitários campinenses¹²⁸, muito pelo contrário, acredito ter sido essa uma universidade modelo, conforme pensado pelas Forças Armadas. Todavia, isso não quer dizer que os estudantes não reivindicaram melhorias nas universidades de ensino, mas essas reivindicações ocorriam sem entrar em confronto com os poderes que imperavam sobre a universidade, eles procuravam resolver os problemas por intermédio de articulações que

temática, ver CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007, p. 54-62. E POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 260-261.

¹²⁷ Depoimento de Altino Dantas. In. SANTOS, Nilton. **História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento. Vol. I, 1980. Altino foi Presidente da UNE de julho de 1965 a julho de 1966.

¹²⁸ Nem todos os estudantes das universidades brasileiras, durante o ano de 1964, mantiveram articulações com o Governo como as instituições de ensino superior existentes em Campina Grande. Assim, a UnB, por se encontrar localizada no Distrito Federal, sofreu um processo árduo de violência, e foi uma das primeiras universidades a ser invadida pela polícia militar de forma inesperada, anulando, praticamente, alguma resistência. No entanto, isso não ocorreu na invasão das demais universidades das grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outras, que receberam os militares com resistência por já esperarem uma invasão. Além das universidades, a sede da UNE, logo no primeiro dia depois do golpe, foi saqueada e queimada. Mais informações, consultar POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. Ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

lhes eram favoráveis no momento. Segundo Certeau (1994): “Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos”. (p. 47). Nesse âmbito, os universitários campinenses tentam tirar proveito do próprio momento político vivenciado pelo país para solucionar problemas inerentes aos estabelecimentos de ensino, em que estão inseridos por intermédio do diálogo.

No fim de 1964, um novo ano se insurgiu, novos universitários passaram a compor o corpo discente das instituições de ensino de nível superior de Campina Grande, e os universitários campinenses, aos poucos, começaram a se inteirar do movimento estudantil que eclodia no país. A partir de então, começaram a se apropriar das causas defendidas por tais movimentos, uma vez que elas estão próximas das problemáticas vivenciadas pelos universitários campinenses. Chegamos, então, ao terceiro subtem deste caminho, que nos levará a caminhar entre os anos de 1965 a 1967 a partir da militância universitária campinense.

2.3 – Radicalização: das becas às passeatas

Como exposto acima, 1964 pode ser considerado um ano em que o movimento universitário campinense não entrou em conflito direto com a política das Forças Armadas. Essa postura não continuou no ano de 1965.

Com nova diretoria no DA, a FACE inicia o ano de 1965, assim como a Politécnica, com velhos problemas, mas com metodologias diferentes visando solucionar seus problemas. Ainda no período de recesso, começaram as reivindicações dos alunos, como expõe a matéria publicada no Jornal DB:

Os círculos universitários locais não escondem sua irritação diante do tratamento desigual que o Reitor Guilardo Martins Alves vem dispensando às escolas de nível superior de Campina Grande, ou mais precisamente, Escola Politécnica e Faculdades de Ciências Econômicas.

As unidades de ensino superior não contam com veículos suficientes para execução de seus trabalhos e cerca de quarenta professores estão sensivelmente prejudicados uns com salários atrasados e outros com contrato por renovar. Enquanto isto o novo ano letivo esta as portas, sem que a situação dos mestres esteja regularizada por culpa da direção da Reitoria.

A propósito informa-se que a UP mantém em depósito cerca de 800 milhões de cruzeiros referentes às verbas de 1964, devendo receber vários bilhões em 65. Enquanto isto as Escolas superiores de Campina Grande, conforme adiantam as mesmas fontes, não são devidamente atendidas em suas reivindicações. (TRATAMENTO DESIGUAL IRRITA UNIVERSITÁRIOS, 16/01/1965, p. 08).

Os discentes da Politécnica iniciaram o ano publicando uma nota de repúdio ao Reitor Guilardo Martins Alves, demonstrando a insatisfação com a maneira pela qual tratava a universidade, alegando que o Reitor se dedicava mais à Universidade da Paraíba do que à Politécnica. Em outras oportunidades, vimos os discentes reivindicando suas necessidades ao Reitor, mas, sem atacar o seu brio, o que passou a ser uma prática corrente a partir de então. No entanto, no próximo dia do mês em curso, o diretor da Escola Politécnica, Lynaldo Cavalcanti, foi ao Jornal DB para esclarecer o equívoco da reportagem do dia 16 do corrente mês, conforme matéria transcrita abaixo:

Informamos logo aos nossos leitores, que os comentários divulgados foram colhidos pela nossa reportagem de elementos ligados a vida universitária dessa cidade, inclusive de um professor catedrático de uma das escolas superiores locais.

Mas vamos às declarações do professor Linaldo Cavalcanti.

“Desconhecemos o tratamento desigual que o Magnífico Reitor vem dispensando às Escolas FACE e EPUP. Não existem professores com salários atrasados em Campina Grande. Existem sim professores contratados, com contratos por renovar. Mas o Reitor garantiu que os mesmos serão renovados ainda esse mês”. (LYNALDO: REITOR NÃO TEM SIDO DISCRIMINATÓRIO, 17/01/1965, p. 08).

No ano de 1964, com base em nossos estudos, podemos dizer que a maioria dos estudantes universitários da cidade viam com “bons olhos” as relações articuladas entre as Faculdades campinenses e a política educacional norte-americana, com exceção da Faculdade de Serviço Social, sobre a qual não encontramos registrado nenhum relato dos universitários em relação à inserção dessa política no Campus. Todavia, com uma nova diretoria, a FACE, logo no início do ano, não se limitou a exaltar o Reitor da Universidade da Paraíba, cujo cargo foi ocupado por indicação do atual Presidente da República, Castelo Branco, e partiu para o ataque, expondo a opinião de parte daqueles que formam a Faculdade, que se sentiam excluídos pelo “Magnífico Reitor”. Por outro lado, o Jornal, como meio de comunicação, exclui a sua responsabilidade com a matéria divulgada, em que estava apenas repassando informações colhidas dos próprios membros da instituição de ensino superior, inclusive informações transmitidas por um professor catedrático.

Enquanto a FACE estava com a situação dos seus professores irregular, por razões financeiras, o Prefeito da cidade assinava Mensagem doando um terreno para a construção da Faculdade de Medicina, como enfatiza esta reportagem:

O Prefeito Williams Arruda enviou Mensagem à Câmara de vereadores, dispondo sobre a doação de um terreno, situado no núcleo de Granjas Santo Izidro, em Bodocongó, medindo 46.800 metros quadrados, à Sociedade Mantedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande. (TERRENO PARA MEDICINA EM BODOCONGÓ, JORNAL DB, 19/01/1965, p. 02).

Em meio aos novos cursos de nível superior que estavam prestes a se instalar na cidade, o de Odontologia também se fez presente. Em viagem ao Rio de Janeiro, o Presidente da Sociedade Mantedora da Faculdade de Odontologia de Campina Grande, o odontólogo, Antônio Silveira, aproveitou para manter “[...] contato com autoridades do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de receber uma orientação mais objetiva, quanto ao encaminhamento da documentação para a criação da Faculdade de Odontologia de nossa cidade”. (FACULDADE DE ODONTOLOGIA, JORNAL DB, 13/07/1965, p. 08).

Diante da expectativa de novos cursos para a cidade, outros anunciavam a suspensão de suas atividades, mesmo que de forma temporária, como ocorreu com a Faculdade de Administração de Empresas:

Segundo colhemos junto à Diretoria da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, não haverá no corrente ano exames vestibulares para o curso de Administração de Empresas.

O diretor do estabelecimento informou à reportagem que proporá à Congregação a suspensão temporária do curso pelos seguintes motivos:

1) Precárias instalações da FACE para manutenção do curso de Administração de Empresas em grau de eficiência; 2) Falta da regulamentação da profissão de administrador de empresas; 3) Dificuldade da contratação de professores de alto nível de especialização; 4) Pequena matrícula nas duas séries em funcionamento e nos exames vestibulares de 1965. (FACE SUSPENDE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, JORNAL DB, 02/02/1965, p. 03).

Nesse sentido, constatamos que, apesar de a FACE ter cultivado boas relações com as políticas educacionais defendidas pelo Governo, seus problemas não eram sanados, e por falta de viabilidade, a instituição decidiu suspender um dos cursos que mantinha.

As dificuldades também atingiram a Faculdade de Filosofia. Sobre esse fato, veja-se a matéria publicada no Jornal DB:

E a propósito, fomos informados por um dos professores da Faculdade que o corpo docente, há 14 meses, não recebe os seus salários.

Podemos adiantar ainda, que o padre Francisco Maia e o Cônego Emídio Viana, respectivamente diretor e vice-diretor da Faculdade de Filosofia, recorreram ao Reitor Guilardo Martins Alves, mas esse lhe “negou pão e água” conforme expressão de um dos sacerdotes acima citados.

(PROFESSORES NÃO RECEBEM HÁ 14 MESES: FILOSOFIA, 02/02/1965, p. 08).

Mas, mesmo em meio às dificuldades, a Faculdade de Filosofia planejava abrir novos cursos. Assim, o diretor da FAFI, Padre Francisco Maia, junto com o Presidente da FUNDACT – Edvaldo do Ó – tomou as providências necessárias para dinamizar as atividades daquela instituição de ensino superior. “Entre as providencias adotadas, figura a criação do Curso de Ciências Naturais que funcionara a partir de 1966, tendo sido designada uma comissão de professores para sua estruturação”. (FILOSOFIA VAI CRIAR CURSO DE CIÊNCIAS NATURAIS, JORNAL DB, 12/02/1965, p. 03).

Após iniciado o ano letivo, as instituições de ensino de nível superior de Campina Grande receberam a visita do Reitor Guilardo Martins, que foi inaugurar o Gabinete de Química da Escola Politécnica, doou quarenta milhões, para acelerar as obras da sede da FACE, e aproveitou a viagem para fiscalizar as obras em andamento, como noticiou a matéria publicada no Jornal DB: “Aproveitará também a sua estada em nosso meio para visitar a séde da FACE, os trabalhos recentemente realizados no Restaurante Universitário e entregar a Poli um veículo novo, do tipo “pick-up”, da Willys”. (REITOR CHEGA PARA INAUGURAR GABINETE DE QUÍMICA, 23/04/1965, p. 05).

Prosseguindo as atividades discentes, os universitários da FACE, realizam eleições para a escolha dos novos dirigentes:

Realizou-se na manhã de ontem, no Auditório da FACE, a eleição para os cargos eletivos do Diretório Acadêmico daquela Faculdade, tendo sido eleito os seguintes universitários: Presidente – João Mendes de Lacerda, com 130 votos; vice Presidente – Cristovam Limeira de Queiroz, com 114 votos; 1º secretário – Dorothy Rêgo Azevedo, com 105 votos; 1º tesoureiro – José João Bertoldo, com 106 votos; e 2º tesoureiro – Cosme Ricardo, com 104 votos.

Entrevistado o candidato vencedor, à Presidência do D. A., declarou-nos estar sumamente agradecido por ter sido escolhido para comandar os destinos da classe, encontrando-se já elaborado o seu programa de atividades, cujos pontos principais são: 1) Aquisição de um onibus Escolar, tão logo se concretize a construção da nova escola, em Bodocongó; 2) Construção da Casa do Estudante Universitário dado o grande numero de elementos de outros municípios que se encontram integrados aos corpos discentes das Faculdades dessa cidade; 3) Bôlsas escolares para os estudantes que não podem arcar com as despesas decorrentes dos estudos; 4) encontrando-se a SUDENE em convênio com o Banco do Nordeste do Brasil, para Pesquisas de Gêneros Alimentícios na região, favorecer aos estudantes de Economia, oportunidades de promoverem essas pesquisas coordenando, assim, para melhor aproveitamento, o estudo teórico à pratica.

(CHAPA DA OPOSIÇÃO¹²⁹ DERROTADA NA ELEIÇÃO DO DIRETÓRIO: FACE, JORNAL DB, 17/08/1965, p. 08).

Logo que eleito, o atual Presidente da FACE expôs ao Jornal DB a sua carta-proposta, visando solucionar problemas inerentes aos universitários. Nas três primeiras propostas, constatamos a busca de soluções para possibilitar o estudo de discentes cuja renda familiar não seja o suficiente para custear as despesas com educação. Por fim, sua quarta proposta insere-se no desejo de ampliar o campo de conhecimento dos universitários com pesquisas realizadas na própria região. Além de conhecimento, esses estudantes também teriam a oportunidade de receber bolsas. Todavia, a luta deles não se limita mais a uma militância particular, pois, aos poucos, eles começam a interagir com a militância estudantil que vem ocorrendo no país. Portanto, estavam os universitários campinenses ganhando as ruas em busca de suas conquistas, como registrado na matéria publicada no Jornal DB:

Ontem pela manhã, cêrca das 10 horas, um grande número de alunos pertencentes a diversos estabelecimentos de ensino de nossa cidade, predominando na sua totalidade do sexo masculino¹³⁰, se prostraram, em frente ao colégio Imaculada Conceição, mais conhecido dos campinenses, por colégio das Damas, localizado na Praça da Bandeira, promovendo uma grande algazarra, inclusive dificultando o tráfego de veículos naquelas mediações.

O intuito daqueles alunos era fazer com que as mestras daquela casa de ensino liberassem as moças e meninas, suspendendo as aulas, a fim de que as mesmas pudessem participar das passeatas que os mesmos estavam realizando.

[...]

Foi quando apareceu no local o delegado Cap. Luiz Gonzaga que se postando na frente dos alunos enfurecidos, invocou a sua condição de autoridade policial e principalmente a de professores em nossos colégios procurando fazê-los compreender que os mesmos serão os responsáveis pelo

¹²⁹ “A Chapa de oposição era composta por: Presidente – Marco Aurélio Duarte, com 34 votos; vice-presidente – Antônio Humberto de Vasconcelos, com 47 votos; 1º secretário – José Anchieta da Silva, com 60 votos; 2º secretário – Adeildo Pereira da Silva, com 58 votos; 1º tesoureiro – Francisco Pinto Filho, com 55 votos e 2º tesoureiro – Divaldo Inácio da Silva, com 52 votos”. Matéria publicada na mesma reportagem.

¹³⁰ Abre-se aqui uma questão de gênero, no qual, não é nosso propósito problematizar neste momento, entretanto, gostaríamos de esclarecer que embora o noticiário chame atenção para a predominância do sexo masculino no protesto, o sexo feminino não recuava dos movimentos estudantis apenas pelo fato de serem mulheres, quando esta ausência se fazia era devido a valores tradicionais que a excluía. Quando perguntei a Amilton se nos movimentos estudantis existia a predominância de homens, ele assim se expressou: “Nas ruas você tinha mais homens do que mulheres, em função do padrão da casa, dos pais, do que do padrão dela mesmo. Por elas, elas estariam nas ruas mesmo, do mesmo jeito. Eu me lembro até que houve uma movimentação na Praça da Bandeira, e teve tanto, homens como mulheres que levaram pancadas da polícia generalizado, porque quando a mulher estava no meio apanhava do mesmo jeito”. Entrevista concedida por FRANÇA, Amilton de. Em 22/10/2007 a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007. Neste sentido, não apenas a partir do depoimento de Amilton podemos perceber a presença de mulheres nos movimentos estudantis como ao longo de nossa escrita esta será mencionada, o que nos permite enfatizar que mesmo diante dos obstáculos enfrentados por ser mulher, principalmente no seio familiar, estas não se esquivavam da militância.

Brasil de amanhã, apelando para que eles demonstrassem compreensão e debandassem saindo imediatamente em passeata por outras artérias da cidade, no que foi aliás, prontamente atendido pelos alunos.

Tudo foi finalmente sanado e a paz e o sossego restabelecido para a tranquilidade não apenas dos pais dos estudantes bem como professores e transeuntes. (ESTUDANTES APEDREJAM COLÉGIO DAS DAMAS: HOUE TIROS E CORRERIA, 08/10/1965, p. 05).

A passeata realizada pelos discentes de Campina Grande faz parte de uma série de passeatas que vinham ocorrendo no Brasil, em que os estudantes manifestaram “[...] rejeição às medidas do Governo militar que visam impedir a sua manifestação política”. (MARTINS FILHO, 1987, p. 102). Por outro lado, podemos identificar na reportagem o modo como era representado o movimento estudantil - uma algazarra - enquanto que a polícia agia como aquela que reestabelecia a tranquilidade à população. Nesse contexto, para Scott (2000): “El dominador nunca controla totalmente la escena, pero normalmente logra imponer sus deseos” (p. 04). Assim, o Governo, mais uma vez, usou o poder que exercia sobre a mídia para manipular a opinião pública contra os estudantes. Entretanto, não podemos inocentar a mídia em suas publicações, pois muitos proprietários de meios de comunicação praticavam a autocensura para agradar ao Governo e obter benefícios, uma vez que, “[...] o Poder Executivo sempre pôde, no Brasil, manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicâncias contra órgãos de imprensa, negar-lhe financiamentos através dos bancos ou, durante a ditadura, apreender toda uma tiragem. Nunca foi difícil censura no Brasil”. (FICO, 2007, p. 188). No Brasil, as autocensuras dos meios de comunicação, na maioria das vezes, versavam por interesses financeiros de seus proprietários e para angariar publicidade entre os leitores, como podemos perceber na reportagem abaixo:

Alcançou a mais antipática repercussão nos círculos sociais dessa cidade, a realização, na manhã de ontem, do trote da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, pela ostentação de cartazes impublicáveis, o que reflete a ausência de espírito da nova turma da tradicional escola. O teor de quase todas as frases com que os “feras” da “poli” mostraram-se ao público, levado de maledicência, registrou-se como violento acidente à família campinense, que assistiu ao espetáculo envergonhada sem que as autoridades policiais tomassem conhecimento. (TEMA DO TROTE DA POLI: IMORALIDADE, JORNAL DB, 04/04/1965, p. 08).



Fonte Jornal Diário da Borborema (04/04/1965, p. 08).

Nessa reportagem, identificamos o próprio Jornal praticando a autocensura,¹³¹ ao mesmo instante que se justifica diante de seus leitores, pois as frases que deixou de publicar eram um “violento acidente à família campinense”.

Analisando a ação dos universitários em um contexto amplo, parece-nos que esse trote segue uma tendência nacional, em que os estudantes também buscam quebrar valores tradicionais advindos do núcleo familiar. Contudo, isso não quer dizer que essa ruptura de padrões se iniciou com esses jovens, pois de acordo com Ventura (2008): “O sexo livre começou com Adão e Eva. As dragas são tão antigas quanto à busca da felicidade e do prazer pela humanidade (o que é novo é a proibição)”. (p. 64). Então, embora a quebra de padrões tradicionais não seja uma determinação nova, ela adota proporções amplas em relação aos estudantes, inserida em uma conjuntura de protestos e de repressão. Por outro lado, esse tipo de censura também não é novo, visto que, em 26 de dezembro de 1945, pelo Decreto-Lei de nº 8.462, foi criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), com o objetivo de censurar manifestações que violentassem os bons costumes e os valores morais familiares. (MARCELINO, 2009, p. 314).

¹³¹ Sobre a autocensura, ver também. LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: história dos, nos, e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 – Ed. – São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153. E sobre a censura do SCDP e na mídia ver . FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004b, p. 265-275.

A partir do momento em que os universitários campinenses passaram a ganhar as ruas, em seus movimentos, o corpo discente desses estabelecimentos começou a receber atenção especial da política autoritária do Governo. Logo, além de anúncios publicados pela mídia institucionalizada, que buscavam atribuir uma identidade pejorativa ao movimento estudantil, começaram as sindicâncias nos núcleos de ensino da cidade:

Estiveram ontem na direção do DIÁRIO DA BORBOREMA, o Presidente do Diretorio Estadual dos Estudantes (DEE), acadêmico José Ferreira de Andrade, o Presidente da sub-séde do DEE de Campina Grande, acadêmico Israel Fernandes, e Juvino de Souza Lima, tesoureiro do DEE.

Vieram da capital do Estado com a finalidade de fazerem um levantamento do material existente na UEEP, entidade extinta por ocasião da revolução de 31 de março. Essa comissão de Universitários encaminhará ao Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba um relatório sobre a sindicância realizada nessa cidade. Declaram os próceres da política estudantil que dentro em breve reabilitarão a sub-séde do DEE, criada o ano passado pela nova Lei 44/64 do Ministro da Educação Suplicy de Lacerda. A nova entidade máxima dos estudantes universitários da Paraíba, lutará pelos interesses dos estudantes, como também pela vigência da democracia. (ESTUDANTES REALIZAM SINDICÂNCIA NA ENTIDADE EXTINTA NA REVOLUÇÃO, JORNAL DB, 23/10/1965, p. 05).

A partir de 1965, um grande número de universitários campinenses aderiu ao movimento estudantil, que contestava a política dos militares. Todavia, existiam aqueles que continuavam apoiando a “revolução”, por intermédio do DNE e da DEES. Mas, como a UNE apenas foi extinta por lei, e não, de fato, essas entidades não ganharam força no meio estudantil, o que levou o Governo a revogar a Lei Suplicy, em fevereiro de 1967, pelo Decreto-lei 228, criado pelo ministro da Educação, Raimundo Moniz de Aragão, visto que só contavam com o apoio de 7,5% dos estudantes nacionais. Porém, esse mesmo Decreto, que extinguiu as entidades estudantis oficiais, criou a Confederação Nacional dos Estudantes (CNE), mas, esta somente “[...] deveria se reunir a partir de convocação do Ministro da Educação, estando impossibilitada de discutir assuntos de ordem política, religiosa, partidária ou radical”. (CITTADINO, 1993, p. 07).

Ressalte-se, porém, que não eram apenas alguns alunos que continuavam a apoiar a política das Forças Armadas em Campina Grande, como também e, sobretudo, o apoio a eles vinha dos Reitores que mantinham relações com técnicos da USAID, principalmente por parte do Reitor da Universidade Federal da Paraíba e do Diretor da Politécnica, o Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque:

Retorna hoje, ao Estado da Guanabara, após uma demora em Campina Grande de quarenta e oito horas, o professor Fernando Bessa Almeida, Secretário Executivo da Comissão Educacional dos Estados Unidos no Brasil (FULLBRIGHT), que veio a essa cidade em visita de intercâmbio intelectual entre aquela instituição americana e a Escola Politécnica de Campina Grande (POLI MANTÉM INTERCÂMBIO COM INSTITUIÇÃO AMERICANA, JORNAL DB, 29/05/1966, p. 08).

Chegando ao término de 1965, era hora de fazer um balanço acerca das conquistas dos universitários. A FACE se despediu de 1965 em grande estilo, com as novas instalações, segundo esta matéria publicada no Jornal DB:

Hoje às dezessete horas, como amplamente divulgado, será oficialmente inaugurada a nova instalação da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, devendo comparecer a solenidade o professor Guilardo Martins Alves, Reitor da Universidade Federal da Paraíba, além de outras autoridades do município e do Estado. (FACE INAUGURA EDIFÍCIO PRÓPRIO EM BODOCONGÓ: PRESENÇA DO REITOR, 19/12/1965, p. 08).

Por outro lado, a Faculdade de Direito tão esperada ainda luta pela autorização de suas funções e, apesar da interferência do clero, ainda não está autorizada a realizar o seu primeiro vestibular. Esse fato é confirmado:

Segundo informações do bacharel Amauri Vasconcelos a nossa reportagem, o Arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara, também se comunicou com o prof. Alceu de Amoroso Lima, solicitando um parecer favorável ao funcionamento da Faculdade de Direito de Campina Grande.

[...]

Várias outras entidades e autoridades paraibanas como a Câmara de Vereadores dessa cidade, o Presidente e Vice-Presidente do tribunal de justiça do Estado e a Assembleia Legislativa, já se dirigiram ao escritor Tristão Athayde e ao Conselho Federal de Educação, pleiteando a autorização para que a Faculdade de Direito local realize o exame vestibular no corrente ano letivo.

[...]

Conta-se, ainda, que o Prefeito Augusto Ramos e o Governador João Agripino, também telegrafaram àquele órgão do Ministério da Educação, objetivando o funcionamento da Faculdade de Direito de Campina Grande, a essa altura com mais de trezentos candidatos inscritos para o vestibular. (FACULDADE DE DIREITO: D. HÉLDER PEDE A TRISTÃO PARECER FAVORÁVEL, JORNAL DB, 16/03/1966, p. 08).

A mensagem de criação dessa universidade foi assinada pelo Prefeito Williams Arruda, em janeiro de 1967:

Resolvendo um problema importante para a classe universitária, de Campina Grande, o Prefeito Williams Arruda, assinou, ontem, às 17:30 horas, no Salão do Conselho Diretor da Fundação da Universidade Regional do Nordeste, a Mensagem e o projeto Lei a serem enviados a Câmara Municipal solicitando aprovação para a criação da Faculdade de Direito, integrante da Universidade Regional do Nordeste. (PREFEITO ASSINA MENSAGEM PARA CRIAÇÃO DA FACULDADE, JORNAL DB, 06/01/1967, p. 08).

A luta dos discentes campinenses ia ocorrendo em paralelo às bandeiras defendidas pelo movimento universitário em nível nacional. Assim, os universitários campinenses, mesmo diante das vigilâncias, não deixavam de demonstrar sua indignação com o sistema vigente:

Numa homenagem especial a um homem que vem se destacando de há muito como uma das mais atuantes personalidades da vida nacional, especialmente da Igreja Católica, os concluintes da Escola Politécnica dessa cidade elegeram D. Hélder Câmara como paraninfo da turma de 1966.

[...]

Por outro lado, numa homenagem as classes produtoras da Paraíba, e particularmente de Campina Grande, a turma concluinte da “Poli” pela unanimidade de seus componentes escolheu o banqueiro campinense Newton Rique, para seu patrono, convite igualmente aceito pelo dinâmico homem de nossa terra. (D. HELDER É PARANINFO DOS ENGENHEIROS DE 66: POLI, JORNAL DB, 04/08/1966, p. 08).

Não foi apenas a Politécnica a convidar D. Hélder Câmara para paraninfo, visto que, somente no mês de dezembro, a partir do dia 11, o Arcebispo tinha treze capitais para paraninfar universitários, fora as cidades interioranas, como Campina Grande, à qual retornaria no final do mês para paraninfar a turma de Engenheiros da Politécnica. A estadia de D. Hélder na cidade também se deveu ao fato de paraninfar as turmas de Filosofia e Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste. (JORNAL DB, 11/12/1966, p. 08).

Abrimos aqui um espaço para enfatizar o marco do convite a D. Hélder Câmara e a Newton Rique, um, como paraninfo, e o outro, como patrono das turmas de formandos de 1966. O Arcebispo de Olinda e de Recife não comungava com a repressão imposta aos estudantes pelo governo, como enfoca a matéria publicada pelo Jornal DB:

O Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, declarou hoje nessa capital, que os universitários têm uma responsabilidade importante na vida do país porque mais da metade da população tem menos de vinte anos. O prelado acentuou não entender como proibir aos jovens de participar dos acontecimentos nacionais e internacionais, e isso não é só direito, é uma obrigação deles. (DOM HÉLDER: PARTICIPAR DA VIDA NACIONAL É DEVER DOS ESTUDANTES, 20/09/1966, p. 01).

D. Hélder não se limitou a criticar a política autoritária das Forças Armadas, cujas regras excluía os estudantes das questões políticas e não permitiam sequer liberdade para as entidades estudantis atuarem. Mas, essa atitude de D. Helder não passou despercebida e lhe resultou em uma perseguição por parte do Governo autoritário, pois sua residência, em Recife, chegou a sofrer um atentado. Essa ação do Governo foi repudiada pelos membros da Igreja:

Rio 1 (M) – D. Jaime Câmara¹³², disse aos Jornalistas, após uma audiência de uma hora e meia com o Presidente Costa e Silva¹³³, que a Igreja vê com preocupação os atos terroristas, e condenou os atentados praticados por grupos extremistas contra, a residência de D. Hélder Câmara, em Recife.
[...]

As insistências dos repórteres, D. Jaime disse condenar os atentados contra a residência de D. Hélder, lembrando a posição da igreja contrária a qualquer violência. Recordou que todas as pessoas têm direito a segurança domiciliar e pessoal, e que um bispo não seria exceção.

D. Jaime reconhece a preocupação da igreja face aos atentados terroristas, e os lamenta, “porque são contrários à dignidade humana à índole cristã e pacificação do povo brasileiro”. (D. JAIME CONDENA ATENTADO À RESIDÊNCIA DE D. HÉLDER, JORNAL DB, 02/11/1968, p. 01).

Mas, mesmo com as perseguições, D. Hélder não silencia a sua posição sobre a política das Forças Armadas, e por continuar a expor sua opinião em público e a favor das causas estudantis, teve que prestar depoimento na Delegacia Especial de Ordem Política Social, mantendo sua conduta em relação às causas estudantis após o AI-5.

“PROTESTO SEM ÓDIO E APÊLO À CONSCIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS”

Como pastor da Igreja de Olinda e Recife, em união com o Governo Colegiado da arquidiocese, por um dever de consciência e no espírito da Ação, Justiça e Paz, venho levantar um protesto sem ódio e tentar um apêlo à consciência dos responsáveis a propósito da perda de direitos estudantis¹³⁴ medida que esta atingindo gravemente um número sempre maior de estudantes em todo país. (Nº prontuário 1055-1176, abertura 28/05/1969).

Considerando que D. Hélder era um membro polêmico do clero, por defender as causas estudantis, tê-lo como paraninfo, em uma universidade cujo Reitor não apoiava os movimentos estudantis, demonstrava as correlações de força no universo simbólico entre os

¹³² Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

¹³³ Costa e Silva foi eleito por um Colégio eleitoral, em 03 de outubro de 1966; assumiu o mandato em 15 de março de 1967 e Governou até agosto de 1969, quando foi vitimado por uma trombose cerebral e faleceu em 17 de dezembro do referido ano.

¹³⁴ A perda dos direitos estudantis depois do AI-5 será abordada no terceiro capítulo. Ver também as fichas catalogadas no Departamento de Ordem Policial e Social (DOPS) de Âmbito Estadual em anexo.

estudantes e o Governo autoritário. Esse fator ainda foi ratificado no convite a Newton Rique para patrono, que foi cassado no imediato pós-golpe. Nesse contexto, ambos os convites não foram meras coincidências, mas uma tática para repudiar, de forma simbólica, o Governo.

Destarte, à proporção que os estudantes iam demonstrando o seu repúdio à administração governamental, a cidade ia sendo mais “vigiada”. De acordo com a matéria publicada no Jornal DB, o prefeito da cidade faz uma visita ao major Evandro Edson Autran, comandante da 2ª Companhia do 14 RI, sediada nessa cidade. “A visita foi de cortesia e com o fim de desejar as boas vindas ao Comandante da nova unidade militar”. (COMANDANTE CONFIRMA INSTALAÇÃO DE UNIDADES MILITARES EM CAMPINA, 20/08/1966, p. 08).

Com a instalação dos novos cursos de nível superior, nas instituições de ensino campinenses, iam-se aprofundando as reivindicações dos universitários conforme as necessidades dos estudantes. Então, apenas uma instituição de ensino com salas de aula não era o suficiente para se promover uma educação de qualidade, considerando que Campina Grande, com o desenvolvimento educacional, passou a abrigar estudantes de outros municípios e estados. Dessa forma, os universitários campinenses, aos poucos, foram solucionando alguns dos seus “problemas”:

[...] o professor Guilardo Martins Alves, Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba, manteve demorado contato com os estudantes João Mendes de Lacerda e José Tarcisio Formiga, Presidentes do Diretorio Academico da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande e da Escola Politécnica da UFP, além de outros universitários, prometendo dar início até a segunda quinzena do próximo mês de agosto, a construção da casa do estudante universitário de Campina Grande.

O professor Guilardo Martins Alves, prometeu ajudar à restauração do Clube dos Estudantes Universitários, e, ainda instalar uma sub-sede da Cooperativa Escolar da Universidade da Paraíba.

Na mesma oportunidade, o Reitor comunicou aos líderes universitários que já fora designado pela Reitoria da UFP um cirurgião-dentista para dar assistência aos acadêmicos campinenses e resolver um dos problemas da classe. (REITOR SOLUCIONA PROBLEMAS DE UNIVERSITÁRIOS DE CAMPINA GRANDE, JORNAL DB, 13/07/1966, p. 08).

Campina Grande, ao se tornar uma cidade universitária e ao levarmos em consideração as dificuldades de deslocamento na época, devido à escassez dos transportes, às péssimas rodovias e à falta de recursos dos discentes para manter essas viagens, precisava de uma casa que abrigasse os estudantes nos períodos de aula, por isso eles lutavam pela própria casa, visto que a Casa Félix Araújo dos Estudantes Secundaristas mal os abrigava.

Outra conquista de Campina Grande foi a aprovação do projeto de Lei nº 74/66, que criou as Faculdades de Química e de Ciências da Administração.

Tece última receptividade nos círculos intelectuais e culturais, sobretudo o estudantil de Campina Grande, a aprovação do projeto Lei nº 74/66, dispondo sobre a criação das Faculdades de Química e Ciências da Administração, na segunda e ultima discussão da sessão extraordinária, realizada à tarde de ontem, na Casa de Felix Araujo. (CÂMARA APROVA PROJETO PARA CRIAR ADMINISTRAÇÃO E QUÍMICA, JORNAL DB 18/08/1966, p. 08).

Esses cursos foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação para funcionar em 1967:

Por unanimidade, o Conselho Estadual de Educação, em sua reunião, em João Pessoa, aprovou a autorização para o funcionamento, a partir de 1967 das Faculdades, de Ciências da Administração e Química Industrial e dos novos cursos de Estudos Sociais, Matemática, Física e Química, da Faculdade de Filosofia de Campina Grande, pronunciando-se assim favoravelmente ao pedido formulado pelo Prefeito Williams Arruda, em nome da Fundação Universidade Regional do Nordeste. (MAIS DUAS FACULDADES ASSEGURADAS PARA 1967, JORNAL DB, 24/12/1966, p. 08).

À proporção que novos cursos iam sendo criados na cidade e novos universitários iam surgindo, os estudantes campinenses se interessavam na luta por seus direitos. Nesse âmbito, veem suas relações com a militância de nível nacional se solidificando.

Em consonância com a atitude tomada pelos seus colegas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará, nos últimos dias estudantes da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, deliberaram entrar em greve, ontem, nessa cidade.

Os universitários campinenses realizaram uma passeata por volta das onze horas, percorrendo as principais artérias do centro da cidade, ostentando pequenos cartazes de protesto contra as prisões e espancamentos que sofreram os estudantes daqueles Estados da Federação.

A passeata dos estudantes de Engenharia de Campina Grande, realizou-se em clima pacífico, tendo os autores da greve encerrado o movimento mais ou menos ao meio-dia quando tomaram o ônibus da Escola e rumaram para o Restaurante universitário, onde permaneceram.

EM JOÃO PESSOA

Noticias procedentes da capital do Estado dão conta de que os estudantes universitários pessoenses hipotecaram solidariedade aos seus colegas do Sul, decidindo entrar em greve anteontem, as Escolas Superiores da Universidade Federal da Paraíba, que inauguraram o movimento no Estado são as de Serviço Social, Engenharia e Ciências Econômicas.

Outras Faculdades entrarão em greve na capital paraibana, entre as quais a de Direito e a de Filosofia (ESTUDANTES DA POLI ENTRAM EM GREVE E FAZEM PASSEATA, JORNAL DB, 22/09/1966, p. 08).

O movimento dos universitários da Paraíba foi a eclosão de uma série de movimentos desencadeados em todo o país, depois da prisão de 178 estudantes em Santo André – SP, no Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, em agosto. “Esse último incidente se constituiria na motivação inicial para a extensa série de protestos estudantis que se estenderam por dez dias, em todo o país, e passaram a ser conhecidos depois como a ‘Setembrada’”. (MARTINS FILHO, 1987, p. 101). Esses movimentos levaram às prisões outros estudantes em todo o país. Foram presos 100 estudantes, no dia 15/09/1966, no Rio de Janeiro.

Enfatizamos, todavia, que esse despertar eram causas dos discentes, e não, dos Reitores, como é o caso do Reitor da Universidade Federal da Paraíba, que mantinha suas relações com a política educacional norte-americana, segundo o Jornal DB: “Para uma permanência de 45 dias nos Estados Unidos, deverá viajar na próxima terça-feira, o professor Guilardo Martins Reitor da Universidade Federal da Paraíba”. (GUILARDO VAI OBSERVAR A UNIVERSIDADE NOS EUA, 23/03/1967, p. 02).

A partir de então, mesmo os reitores e diretores dos estabelecimentos de ensino superior da cidade não compartilhando com o posicionamento adotado pelo movimento universitário campinense, os estudantes estavam cada vez mais sendo influenciado por culturas políticas de esquerda, e, os movimentos locais passavam a acontecer com maior frequência em consonância com outros movimentos, inclusive em concordância com a Universidade de João Pessoa. Todavia, quando se tratava de causas pessoais, havia uma cisão entre os estudantes da universidade. O fragmento abaixo expõe essa assertiva:

Compareceram a redação dêste matutino, à noite de ontem, os universitários Jurandy Alcântara (FACE), Moacir Carneiro (FAFI) e Iêdo Martins (POLI), mantiveram contatos com reportagem para informar que o “Restaurante do Estudante Universitário encontra-se entregue as baratas”.

Disseram os estudantes que em fins de dezembro fecharam-se as portas do restaurante, sobre alegação de estarem os cozinheiros de férias, ficando os estudantes prejudicados durante todo êsse tempo.

Adiantaram os universitários que a sua classe esta sentindo “na própria carne o maior de todos os seus problemas, que é o da alimentação, para o que não temos sequer um fio de esperança, no que concerne a solução do problema”.

Lembraram os visitantes que o Restaurante Universitário de João Pessoa, abriu suas portas desde o dia primeiro de janeiro, num regime que contrasta com o da nossa cidade. Indagaram os estudantes: “por que os universitários da capital tem essa primazia sobre os campinenses? É uma mesma

Universidade? São todos membros dela? A resposta é positiva; daí porque não entendemos de o restaurante do Estudante Universitário desta cidade ser olhado assim, com tão pouca simpatia”. (RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO RELEGADO AO ABANDONO, JORNAL DB, 16/02/1967, p. 03).

A Universidade da Paraíba foi colocada como a “preferida” do Reitor pelos universitários campinenses, por ter sempre em primeira instância as suas necessidades atendidas em relação à Politécnica, e o Restaurante era uma necessidade comum, portanto, para os universitários campinenses, não justificava o fato de o restaurante da Universidade de João Pessoa atender aos universitários, e o de Campina Grande, não.

Até aqui, pouco falamos sobre as bandeiras da Universidade Regional do Nordeste, porque ela foi fundada em 1966 e, até então, sua luta era para se estabelecer como universidade. Entretanto, logo da integração das Faculdades existentes e da criação de novos cursos, foram realizados novos exames de vestibular. A partir de então, a Universidade passou a ter sede própria em Campina Grande, mas dispunha de poucos recursos para arcar com as suas despesas e investir em bolsas. Então, os novos universitários não eram mais apenas os filhos dos grandes empresários campinenses, mas também jovens trabalhadores. Daí surge um grande problema: como a universidade, a princípio, foi idealizada para atender aos filhos dos empresários campinenses, funcionava no período diurno, porém, na emergência desses novos estudantes, as aulas deveriam ser também ministradas no período noturno, o que causava divergências entre os próprios universitários. Sobre isso, veja-se esta matéria publicada pelo Jornal DB:

DIURNO OU NOTURNO – porque exercem atividades que praticamente requerem expedientes diurnos, diversos candidatos aprovados em vestibulares, estão reivindicando a Universidade Regional do Nordeste, que os cursos das Faculdades sejam ministrados à noite. Há, no entanto, oposição a ideia dos próprios colegas. (CAMPINENSES DIVERGEM SÔBRE TURNO DE FUNCIONAMENTO DAS FACULDADES, JORNAL DB, 05/03/1967, p. 03).

Assim, existiam aqueles que concordavam com o pedido de aulas no turno da noite e os que discordavam, provavelmente por não exercerem atividade remunerada durante o dia. No entanto, o trabalho para esses jovens não representava apenas o recebimento de um simples salário, mas uma remuneração que lhes dava possibilidade de manter os seus estudos. Além disso, algumas dessas atividades representavam a experiência colocada na prática e que,

decerto, contribuía para uma ascensão social. Nesse âmbito, uma atividade remunerada poderia representar:

A possibilidade de extrair da situação de trabalho a experiência indispensável ao reconhecimento social das responsabilidades que deve assumir, apresenta-se para o estudante sob forma de uma opção, assim proposta: ou no trabalho ele obtém a remuneração suficiente para converter-se numa unidade ativa de manutenção, assegurando a preservação da sua condição, ou então, no trabalho ele obtém a prática imprescindível à formação profissional. (FORACCHI, 1977, p. 144).

O trabalho era uma atividade de grande importância para os universitários por diferentes razões, e os universitários campinenses não queriam e/ou não podiam optar entre o estudo e o trabalho. Os estudantes da Faculdade de Administração da FURNE contam com um grande aliado, o industrial Fernando Marques de Almeida, que, em nome da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, enviou ao Reitor em exercício, Padre Emídio Viana¹³⁵, um pedido de que aceitasse a solicitação dos universitários.

Evidentemente, por tratar-se de um apelo justo necessário mesmo sobre todos os títulos visto que a quase totalidade daqueles alunos exercem atividades na indústria e no comércio campinense, onde se ocupam os dois expedientes, não lhes sendo possível, por isso mesmo, estudarem no turno do dia. (FEDERAÇÃO REFORÇA PEDIDO DOS ESTUDANTES A URN: AULAS À NOITE, JORNAL DB, 09/03/1967, p. 03).

Como sabemos, as Faculdades campinenses receberam grande incentivo financeiro do capital privado, cujos investidores apostaram na educação como um investimento que visava retorno. Por isso, na visão dos industriais, era justo que os universitários aplicassem suas teorias de forma prática nas indústrias, durante o dia, e estudassem no turno da noite.

¹³⁵ O Padre Emídio Viana, atual Diretor da Faculdade de Filosofia, assumiu a Reitoria da FURNE, porque o atual Reitor, Edvaldo Souza do Ó, estava em viagem pela Europa, por, aproximadamente, dois meses, em prol de realizar uma “Missão Cultural” visitando as principais universidades, em busca de angariar acordos para a Fundação da Universidade Regional do Nordeste. Retornou no dia 20 de abril de 1967 e convocou a imprensa para explicar a sua viagem. “Destacou o Magnífico Reitor da Universidade Regional do Nordeste, que houve contatos culturais com oito universidades: de Lisboa, Madri, Popular de Del Studi de Firense (Itália), de Frankfurt, de Berlim, e de Bochum (Alemanha Ocidental), e Sorbone (França), estabelecendo acordos para avinda de professores e alunos europeus a Campina Grande, e a ida a Europa de professores e alunos de Campina Grande. [...] Frisou o Reitor Edvaldo do Ó que entre as iniciativas concretas, decorrentes da presença da Missão na Europa, podem ser citadas: a concessão de bolsas de estudos pelo govêrno português para professores e alunos da URNE, a criação pelo govêrno alemão de um Centro de Estudos Germânicos (preparação de bolsistas na língua alemã) em Campina Grande, aumento do intercâmbio de professores e alunos com a cooperação técnica do govêrno Francês, reservas de localidades para bolsistas da URN na “Casa do Brasil”, junto a Universidade de Madri (Espanha), igual conquista junto as Universidades de Louvain, (Bélgica), de Bochum e Berlim (Alemanha Ocidental). (REITOR RECEBEU JORNALISTAS PARA EXPLICAR VIAGEM, JORNAL DB, 27/04/1967, p. 08).

Outro marco, no movimento estudantil de 1967, foi o trote realizado pelos universitários campinenses, durante o qual os estudantes demonstraram indignação contra os Reitores das Universidades existentes na cidade - já que tanto Edvaldo do Ó quanto Guilardo Martins iniciaram o ano em viagem pelo exterior - e contra a interferência norte-americana na educação e a política das Forças Armadas. Eles ainda contavam com o apoio da população campinense, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB:

O trote dos calouros universitários campinenses, esse ano, se constituiu num espetáculo que arrastou o povo à praça pública, para presenciar e apoiar-lo, ao contrario dos anos anteriores.

Seu êxito, entretanto, deve ser creditado aos diretórios acadêmicos das Faculdades e a organização que lhe imprimiu o Diretório dos Estudantes.

DISPOSIÇÃO

Na formação do trote as escolas superiores obedeceram essa disposição: Faculdade de Ciências Econômicas e Sociologia, Química Industrial, Administração, Filosofia e Serviço Social, com o carro volante puxando o desfile, sobre o comando do padre João Batista¹³⁶, o que levou um observador a comentar “A Igreja lidera a juventude”.

CARTAZES

Os cartazes exibidos lideram críticas as autoridades, federais, estaduais, municipais, e aos dirigentes de empresas e entidades ligadas a iniciativa privada, apresentando no seu computo geral numerosos restritos a política norte-americana para com os países latino-americanos, especialmente o Brasil.

Entre outro, a reportagem anotou esses dizeres: “Guerrilheiros até no Brasil se U.S.A.”; Reitor faz turismo. Estudante passa fome; Brasil-Praça dos três poderes: Exército, Marinha e Aeronáutica; Leite em pó ou talco Johnson?; O problema do latifúndio vem de Adão... A culpa foi de Deus que não aplicou a Reforma Agrária; Sonhos Frustrados: Vejo a terra livre (Castro Alves); Libertas quase serás também (Tiradentes) e Independência ou morte (Pedro I). (CAMPINA PAROU PARA VER O ‘TROTE PASSAR’, 16/04/1967, p. 01).

¹³⁶ O padre João Batista Filho entrou na FACE em 1966. Como estudante e membro do clero, estava engajado na militância universitária, segundo Cacilda: “Ah, o padre João Batista ele foi militante com a gente, ele era forte na JUC, e depois ele se casou com Raimunda. Ele era um padre atuante ele falava mesmo, fazia seminário, ele e Raimunda lideravam”. (Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012). Ainda sobre o Padre João Batista, Jorge nos informa: “Quando o padre João Batista assumiu o Diretório Acadêmico da FACE, ele conseguiu articular os movimentos estudantis”. (Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013). Por ser uma pessoa de destaque na militância universitária e membro do Clero, o Padre João Batista teve que fugir de Campina Grande. Abandonou a batina e se casou com uma companheira de luta, Raimunda de Brito Batista; hoje mora no Paraná. Entretanto os militantes campinenses não tiveram apenas o apoio do Padre João Batista Filho, mas também do Padre Cristovão Ribeiro Fonseca, que depôs como testemunha de defesa de pessoas tidas como subversivas, a exemplo de Natil de Castro e Maria Salete Agra Ramos (IPM, 1428. vol. 21. Fls. 3664). Outro padre que exercia suas funções em Campina Grande, que também se envolveu em militância, foi o Padre Alípio de Freitas. Também encontramos relatos de que o Padre Antônio Nóbrega foi um grande articulador da militância estudantil em Campina Grande. Ver depoimento de Maria Salete Van der Pöel. In. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERREIRA, Carmélio Reynaldo. (Orgs.). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. João Pessoa: Editora da UFBP, 2011, sessão. 8.



Fonte: Jornal Diário da Borborema (16 de abril de 1967).
Trote realizado pelos universitários de Campina Grande

Indícios de apoio a movimentos estudantis ocorridos no Brasil que repudiavam a política das Forças Armadas no país vinham sendo observados no meio universitário campinense desde o ano de 1965. Porém, a cidade ainda não havia despertado para um movimento de tamanha proporção, em que se encontravam unidos pela luta das bandeiras próprias das demais Faculdades e do país “universitários de todas as Faculdades em atividades na cidade”.

Outro marco desse movimento foi a presença do clero. Segundo o Jornal DB, essa presença não passou despercebida daqueles que a acompanhavam e provocou comentários do tipo “A Igreja lidera a juventude”. De certo, a Igreja, como enfatizado em outro momento desta pesquisa, no imediato golpe-civil-militar, defendeu a ação das Forças Armadas, exceção para alguns membros do baixo clero. Campina Grande mesmo realizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, e agora a membros do clero estavam unidos ao movimento universitário, denunciando em vias públicas a política instituída pelo Governo.

Podemos destacar, ainda, a “ousadia” dos universitários campinenses ao criticarem os Reitores das Universidades aos quais estavam vinculados e, em público, as Forças Armadas. Acreditamos ser esse um momento inédito dessa natureza, uma vez que, durante o desenvolvimento da pesquisa, não encontramos nenhum registro documentado que atingisse

os brios da política autoritária, como fizeram os universitários campinenses na realização desse trote.

Ainda fazendo menção à dimensão do “trote”, eles também não economizaram críticas à abertura de que o Brasil permitiu a interferência da política norte-americana no país, em especial, nas instituições de ensino, inclusive nas de Campina Grande, onde foram percebidas essas interferências e registradas em nossa pesquisa o imediato golpe-civil-militar, com a presença de representantes da USAID, aprovada pelos Reitores tanto da Escola Politécnica, quanto da Universidade Regional do Nordeste e pela maioria dos universitários.

Também não podemos deixar de enfatizar o apoio de grande parte da população campinense ao “trote” dos universitários, o que demonstra que os campinenses não tinham a mesma concepção da “revolução”, quando do golpe, e aqueles que estiveram na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” agora aplaudiam o movimento universitário campinense.

Sobre os trotes, Cacilda opinou:

Ah, os trotes eram aguerridos, a gente fazia feito um carnaval, tudo muito bem organizado, saiam as Faculdades todas organizadas. Cada uma com um tema. Nos trotes nós protestávamos contra a política, contra o acordo MEC-USAID, contra a falta de professores nas Faculdades, e tudo o que a gente era contra¹³⁷.

Nesse sentido, veteranos e feras festejavam, na forma de carnaval, a inserção de novos alunos nas Faculdades Campinenses, cujo principal objetivo era de denunciar a política das Forças Armadas e a abertura para o imperialismo norte-americano, conforme relata Jorge: “Bom, nos trotes, a gente aproveitava para denunciar o domínio do imperialismo americano¹³⁸”. Nesse contexto, os estudantes utilizaram-se dos métodos de uma festa para praticar atos políticos, pois de acordo com Balandier (1982):

A época carnavalesca é aquela em que uma sociedade inteira se mostra, se libera pela imitação e pelo divertimento, se abre aos ataques e às críticas por meio de transposições toleráveis, e se entrega parodicamente ao movimento a fim de com ele alimentar sua ordem. Tudo se diz no disfarce. [...] A inversão é o processo que permite virar o tempo no avesso, metamorfosear a escassez em abundância, o acabamento em consumo, romper as censuras e as conveniências em proveito da festa, dar lugar às contestações, dissolvendo-as na irrisão e na diversão coletiva. (p. 54).

¹³⁷ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹³⁸ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

Ora, à medida que os estudantes campinenses despertavam para uma militância que vinha ocorrendo entre os estudantes, no contexto nacional, a vigilância sobre eles ia se intensificando. Mas, como o propósito dos estudantes era de denunciar sem ser apreendidos, as táticas faziam parte do fazer política, assim, denunciar, em forma de festa carnavalesca, deu um saldo positivo para os estudantes campinenses, já que, por meio do trote, eles conseguiram expor sua mensagem e chamar a atenção da população. Além disso, não se registrou enfrentamento direto entre a polícia e eles. Entretanto, elucidamos que nem todos os estudantes aderiam à militância contra o Governo, pois, como Djalma havia ingressado no Curso de Administração em 1967, ano desse trote, perguntei-lhe sobre as denúncias da política vigente por intermédio dos trotes, e ele respondeu: “Não o meu. O meu trote foi um carnaval, não tinha essas loucuras de pegar gente e forçar a beber. Foi um desfile pelas ruas centrais de Campina Grande, quando muito, o que se fazia era raspar os cabelos, no meu tempo nem isso houve¹³⁹”. Na visão de Djalma, o seu trote foi apenas um desfile, simples, em modo de carnaval, no qual sequer houve ações comuns a eles. Segundo Bosi (2003): “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns”. (p. 31). Portanto, a representação de Djalma está relacionada à sua realidade de não militante, o que nos faz compreender o seu depoimento no contexto social em que se encontrava.

Por outro lado, mesmo os estudantes trazendo a público suas reivindicações, na maioria das vezes, os problemas não eram solucionados, como por exemplo a causa do Restaurante Universitário da Politécnica que ainda continuava servindo mal aos universitários, conforme notícia publicada pelo Jornal DB, informada pelos próprios estudantes:

Para fazer severas acusações ao Sr. Antonio Humberto, e mais dois funcionários da Universidade Federal da Paraíba que, atualmente dirigem o Restaurante Universitário da UFPB, dessa cidade, esteve, ontem, à tarde, em nossa redação, um grupo de alunos da Escola Politécnica de Campina Grande.

OS FATOS

Disseram os alunos que ao tempo em que o Restaurante era administrado pelos universitários, os quais não recebiam nenhuma remuneração, tudo vivia na mais perfeita ordem e harmonia, e “jamais faltou comida”.

Hoje, porém, a direção do Restaurante entregue a funcionários, da Universidade, recebendo polpudos ordenados, e com uma receita para as despesas bem substancial, vive “ocioso e na maior irregularidade”.

DISCUSSÃO E GREVE

¹³⁹ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Face ao desmando e a incúria administrativa da direção do Restaurante Universitário, os alunos tiveram calorosa discussão, com os três funcionários já citados quase indo a via de fato.

Para hoje no expediente da manhã haverá uma reunião-assembléia dos estudantes onde debaterão o problema surgido ultimamente havendo inclusive a possibilidade de decretar greve, só retornando as aulas e ao restaurante até que surja uma solução conciliatória. (ESTUDANTES INSATISFEITOS COM TRATAMENTOS NO RESTAURANTE, 13/05/1967, p. 03).

Mais uma vez, a questão do Restaurante Universitário é aludida em nossa escrita, porque, mesmo diante das constantes reclamações, nada era feito para a melhoria do Restaurante. Por outro lado, pelo menos os estudantes da Escola Politécnica tinham um restaurante. Caso mais crítico se fazia na URNE, em que eles não tinham restaurante universitário. Quando perguntei a Cacilda se ela militou por essa bandeira, esta foi sua resposta: “Lutamos sim, pelo restaurante universitário da Universidade Federal e da URNE¹⁴⁰”. Porém, Djalma respondeu: “Olhe, primeiro que eu morava aqui em Campina Grande, perto da escola, eu não tinha a necessidade de restaurante, não me liguei a isto, não sei lhe informa sobre essa condição, não me recordo mais se houve algum problema com relação a isto¹⁴¹”. No entanto, ratificamos que não é nossa intenção julgar memórias ou posições políticas, apenas ao trazer para este contexto o depoimento de Djalma, com a sua representação sobre a problemática do Restaurante Universitário, queremos ilustrar que, embora alguns estudantes com o desenvolvimento da política das Forças Armadas passem a militar contra ela, outros permanecem alheios à militância.

Tendo eclodido um movimento pelo Restaurante Universitário, e não mais se limitando a lutar por suas próprias causas, os discentes foram às ruas de Campina Grande dizer não ao acordo MEC/USAID, conforme nota publicada no Jornal DB:

Com o slogan “um, dois, três, americanos não tem vez...” os estudantes secundaristas de Campina Grande, iniciaram na noite de ontem, uma passeata contra o acordo MEC-USAID.

GREVE E PASSEATA

O movimento que eclodiu entre os estudantes universitários, passa agora a contar com o apoio dos estudantes secundaristas, que de imediato queriam o fechamento das escolas. (ESTUDANTES FORAM ÀS RUAS PROTESTAR ACÔRDO MEC-USAID 25/05/1967, p. 08).

¹⁴⁰ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹⁴¹ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Assim, os estudantes universitários estavam firmes em suas decisões e contavam também com o apoio dos estudantes secundaristas. Se sentindo fortalecidos estes realizaram novos movimentos contra o acordo MEC/USAID, conforme nota publicada no Jornal DB:

Continua a greve universitária deflagrada essa semana, em Campina Grande, contra o acordo MEC-USAID, e que tomou nas ultimas horas caráter mais geral, atingindo o estabelecimento de ensino secundário, e até mesmo as próprias escolas primárias.

GREVE UNIVERSITÁRIA

Às nove horas de ontem, foi convocada uma Assembleia Geral, em caráter Permanente¹⁴², sendo definitivamente homologada a greve, universitária campinense, até que seja solucionado o problema da Faculdade de Serviço Social.

ACAMPAMENTO

Um acampamento foi montado ao lado da Faculdade de Ciências Econômicas, na manhã de ontem, e os universitários, representantes de todas as Escolas Superiores de nossa cidade, permanecem em vigília executando hinos patrióticos.

Varias legendas e dísticos estão expostos naquele local, todos alusivos ao acordo MEC-USAID, e concitando os estudantes a permanecerem em greve, até uma solução definitiva ao caso. (ESTUDANTES CONTINUAM GREVE E ANUNCIAM MANIFESTAÇÕES HOJE, 27/05/1967, p. 08).

Mais uma vez, os universitários se uniram para buscar solucionar problemas de caráter geral e específico, como foi o caso da Faculdade de Serviço Social, que, como referimos, muito lutou, sem o apoio dos demais universitários. Todavia, sua luta, a partir de então, por verbas para pagar aos professores e o desligamento da FURNE contavam com o apoio, se não de todos, mas da maioria dos universitários da cidade.

Sobre isso, fiz a seguinte pergunta a Cacilda: Se a Faculdade de Serviço Social sempre quis estar vinculada à Universidade Federal e, por não lograr êxito, aceitou ser vinculada à FURNE, por que agora deseja se desvincular?, que respondeu:

Porque as verbas eram poucas, e a Furne estava usufruindo das verbas que vinham para a gente, e a gente ficava no prejuízo, a nossa parte mal dava para pagar aos professores, e muitos deram aula sem receber os seus salários. Agora quando a gente saiu melhorou um pouco. As verbas eram poucas e ter que distribuir para todos os cursos inclusive para novos cursos que foram criados como o de Administração, não dava.

Nessa militância nós também tivemos um apoio grande dos demais estudantes, porque a gente só, não tinha essa força não. Conseguimos nos desagregar da Furne devido à força da amizade entre os estudantes. Era uma amizade forte mesmo¹⁴³.

¹⁴² O primeiro Presidente da Assembleia Geral Permanente dos estudantes foi o universitário Djamil Barbosa.

¹⁴³ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Interessante ressaltar que, em um mesmo movimento, os estudantes militavam pela causa da Faculdade de Serviço Social e contra o acordo MEC-USAID¹⁴⁴ e tinham o apoio da maioria dos estudantes de todos os níveis. Porém, o ápice do repúdio ao referido acordo se manifestou com a queima da bandeira dos Estados Unidos pelos estudantes, durante a passeata realizada depois da Assembleia. Conforme enfatiza o trecho abaixo extraído do Jornal DB:

Logo após o encerramento da Assembleia, que durou cêrca de uma hora e meia, período em que foram discutidos importantes problemas do movimento grevista, os universitários campinenses apoiados pelos estudantes secundaristas, rumaram em passeata para o largo da prefeitura localizando-se a multidão em frente ao edifício da Reitoria da Universidade Regional do Nordeste. Naquele local, os estudantes, ostentavam cartazes alusivos ao acordo MEC-USAID deram início ao anunciado comício do qual fizeram parte vários oradores, todos eles concitando o povo a não aceitar o referido convenio, que, segundo os universitários, “destina-se a promover a esterilização mental da juventude estudiosa do Brasil”.

Durante o “meeting” dos universitários, falaram entre outros, Antonio Carvalho, Antonio Fernandes, José Leopoldo, João Batista, Geraldo Albuquerque, Ana Rita de Almeida, Inácio de Loyola, os secundaristas, Apolônio Cardoso, Marcio Airton Vilar.

QUEIMARAM A BANDEIRA

A concentração pública teve o seu encerramento por volta das doze horas e trinta minutos, quando os estudantes ostentaram uma bandeira norte-americana, que recebeu o repúdio da multidão, sendo logo em seguida rasgada e queimada pelos estudantes. E enquanto o símbolo dos Estados Unidos incendiava suspenso por uma vara, tôda a multidão, composta de estudantes e elementos de varias classes sociais, entoavam o Hino Nacional Brasileiro, até a bandeira queimar-se por completo.

ACAMPAMENTO

Sob uma grande tenda armada na Avenida Marechal Floriano numerosos estudantes universitários de todas as Faculdades campinenses, ficaram acampados logo após o termino do comício. (UNIVERSITÁRIOS FAZEM COMÍCIO E QUEIMAM BANDEIRA, 28/05/1967, p. 08).

Para compreender o repúdio dos estudantes ao acordo MEC/USAID, perguntei a Cacilda o motivo dessa atitude radical. Esta foi sua resposta:

Porque eles queriam fazer o que queriam com as nossas universidades, eles não queriam melhorar os cursos, eles queriam era que a gente ficasse burro para eles poderem dominar, porque dinheiro eles não davam, eles levavam mais do que traziam, porque na verdade o que eles queriam com esse acordo era impor regras na gente, o que eles queriam era tomar conta da nossa educação. Contra a esse acordo até uma bandeira dos Estados Unidos foi

¹⁴⁴ Durante o mês de maio, foi constante a ocorrência de movimentos contra o acordo MEC/USAID. Martins Filho (1987) refere que foram registradas manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Salvador. (p. 153).

queimada, e teve muita confusão, a gente chegou a parar o trânsito. Mas, existia uma propaganda contra a gente nas rádios que pediam para os pais não deixarem seus filhos fazer greves, passeatas e comícios, porque a polícia ia bater forte em cima de quem estivesse fazendo baderna nas ruas. Então a gente armou uma tática que era assim, a gente mandava cada um para um lugar, um ia para a feira, outro para o centro da cidade, outro para frente da Livraria Pedrosa¹⁴⁵. Ai, estávamos na feira e a polícia vinha então alguém já puxava para o centro da cidade, quando a polícia chegava lá, outro já puxava para a Livraria, e depois para o teatro, e tudo na hora marcada, para a polícia não pegar a gente. A polícia ficava louca, tudo isto para a gente não ser preso. Era a prática do despistamento. Mas quando o despistamento não dava certo ai lá vinha o paredão de polícia e o paredão da gente, e ia encostando, e quando ficava frente a frente, a gente cantava, - Ouviram do Ipiranga margens placitas..., é cantávamos o nosso Hino Nacional¹⁴⁶.

A partir do depoimento de Cacilda e do noticiário do Jornal DB, compreendemos que os estudantes não militavam de maneira aleatória, e as táticas sempre se faziam presentes com o propósito de burlar as regras pré-existentes. “Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula”. (CERTEAU, 1994, p. 47). Então, no universo discente, tática e militância se entrelaçavam, pois, se a militância com a tática não impediu que muitos discentes fossem presos ou perdessem suas vidas, a militância sem a tática teria elevado o percentual¹⁴⁷ de estudantes que foram parar nos cárceres do DOPS. No entanto, nem sempre, uma tática era o bastante para que os discentes vencessem as forças repressivas, e se houvesse uma falha, de imediato, outro plano era traçado, e o Hino Nacional brasileiro era invocado. Como, então, prender alguém que entoava o Hino da Pátria em vias públicas? Todavia, isso não quer dizer que estavam encerradas as correlações de forças entre a polícia e os estudantes, e uma das estratégias utilizadas pela polícia era comunicar aos pais dos estudantes, via meios de comunicação, que seus filhos estavam realizando movimentos de contra “ordem”, ao mesmo instante em que lhes anunciava que seus filhos poderiam ser presos. Dessa forma, a polícia tentava inibir os movimentos estudantis, por meio do poder simbólico, visto que, de acordo com Balandier (1982): “O poder (...) não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela

¹⁴⁵ “Em 1953, o livreiro José Pedrosa constrói moderno edifício, onde instala a sede de sua livraria”. (LIMA, R., 2010, p. 120). A livraria Pedrosa se caracteriza como um lugar de encontro para “troca de ideias” da elite intelectual campinense, que contava como uma diversidade admirável de livros na época, ficando inclusive conhecida em todo o Nordeste. O seu destaque era tanto que “inúmeros escritores de nomeada lançaram suas obras na tradicional livraria campinense, como Gilberto Freyre, Juarez Távora, Mauro Motta, José Conde, Jorge Amado. Todavia, a livraria celebrizou-se por reunir a intelectualidade da terra em saraus memoráveis”. (LIMA, R., 2010, p. 120).

¹⁴⁶ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹⁴⁷ Acerca de uma margem sobre as punições sofridas pelos estudantes, ver ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 9 ed.; Petrópolis: Vozes, 1985.

justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos”. (p. 07). Portanto, a polícia, por intermédio da mídia, ao informar aos pais sobre os riscos que os militantes corriam ao provocarem “desordem” nas ruas, almejava contar com o apoio deles na proibição de movimentos em vias públicas realizados pelos estudantes. Porém, essa apelação nem sempre lograva êxito, porque os estudantes evitavam que seus pais obtivessem conhecimento de sua militância, como a própria Cacilda, que participou do Congresso de Ibiúna sem o conhecimento da mãe. Quando lhe perguntei se a sua mãe sabia que ela viajaria para um Congresso de estudantes, ela disse: “Não, não, mamãe não sabia que eu estava lá, eu disse a ela que ia para o evento da Faculdade em São Paulo, mas não que era um Congresso de estudante, ela não entendia muito de movimento estudantil¹⁴⁸”.

O Conselho Diretor da Fundação Universidade Regional do Nordeste, ao perceber que, mesmo com os apelos nos meios de comunicação, os estudantes não recuavam, e devido à sua persistência, em reunião, decidiu intervir na greve dos estudantes, caso não fosse interrompida, prestando total apoio ao Reitor Edvaldo Souza do Ó, como podemos confirmar nesta reportagem em que o Conselho delibera:

- 1) Manter todos os atos do Presidente ligados à greve, dos estudantes em unidades de ensino integrante a FURNE;
- 2) Autorizou ao Presidente a não tratar mais do assunto com órgãos dos estudantes enquanto não retornarem às aulas;
- 3) Fazer as unidades de Ensino cumprirem o Decreto Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, em todos os seus dispositivos, no caso de persistir a ausência coletiva dos estudantes as aulas.

TÓPICOS DO DECRETO

“Art. 11 - É vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação de propaganda de caráter político partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover, ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares.

Parágrafo Único. “A inobservância desse artigo acarretará a suspensão ou dissolução do Diretório Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes”.

“Art. 12 – A fiscalização do cumprimento desse Decreto Lei caberá ao Diretor do estabelecimento de ensino ou do Reitor da universidade, respectivamente, conforme se tratar de D. A. ou D. C. E.” (REITOR FARÁ CUMPRIR LEI SUPPLY SE GREVE PERSISTIR, JORNAL DB, 31/05/1967, p. 07).

Convém registrar que, mesmo diante dessas ameaças, os universitários não desfizeram os seus acampamentos onde permaneceram até que uma solução fosse encontrada para a

¹⁴⁸ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Faculdade de Serviço Social, que foi desligada da Universidade Regional do Nordeste, no dia 02 de junho de 1967, como relata Ana Rita:

Então, nós estávamos engajados nas lutas políticas que existiam. Então a gente ia para a rua. Nós aqui do curso de Serviço Social, acampávamos ali vizinho a Catedral, aquela parte toda ali, não tinha construções, a gente fez uma greve de vários dias, montamos um acampamento ali vizinho e bancamos essa greve, cujo objetivo era para sair da universidade, a gente brigou para entrar e depois briga para sair, porque ela não estava mais respondendo aos nossos apelos, então quer dizer, existia uma efervescência, e a gente entrava nessa história de corpo e alma¹⁴⁹.

A greve terminou, após a Faculdade de Serviço Social, com o apoio dos estudantes, conseguir o seu objetivo, mas, não sem antes realizar um comício, conforme notícia o Jornal DB:

Com a desvinculação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande da Fundação Universidade Regional do Nordeste, cessou ontem, ao meio-dia o movimento grevista dos universitários campinense, deflagrado acerca de duas semanas, por deliberação do Diretório Central dos Estudantes, da Universidade Federal da Paraíba, bem como do DCE da URN. Os dois órgãos controladores da vida universitária campinense, uniram-se e daí decretou-se a 1ª Assembleia Permanente dos Estudantes Universitários de Campina Grande, que teve lugar no Teatro Municipal.

A DECISÃO

A princípio, os estudantes de nível superior encetaram um movimento protestando contra a realização do acordo MEC/USAID. Depois as escolas das duas universidades passaram a apoiar a Faculdade de Serviço Social, encampando o seu problema.

O COMÍCIO

Levando em consideração que ontem foi o Dia Nacional do Protesto¹⁵⁰, decretado pela UNE, e que avia àquela altura sido solucionado o problema, da Faculdade de Serviço Social, a mesma diretoria da Assembleia, deliberou a realização de um comício tendo a concentração começado às dez horas e terminado às doze horas.

Durante o “meeting” usaram da palavra vários universitários entre eles João Batista, Orlando Villarim Meira, Ana Rita de Almeida, José Dias, Inácio de Loyola, e o pré-universitário Edvaldo Lindolfo da Silva.

A seguir, os estudantes entoaram o Hino Nacional Brasileiro enquanto alguns deles desarmavam o acampamento no Largo da Catedral. (GREVE TERMINOU COM COMÍCIO DE PROTESTO, 03/06/1967, p. 01).

¹⁴⁹ Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

¹⁵⁰ Segundo Martins Filho (1987), devido às constantes e intensas repressões que vinham ocorrendo sobre o movimento estudantil, a UNE decretou o dia 22 de setembro, no ano de 1966, como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura Militar. (p. 101).

Nessa greve, não foi registrado nenhum conflito entre a polícia e os estudantes, todavia, o deputado Vital do Rêgo logo tratou de tornar público para o Brasil os acontecimentos que rondavam os círculos das Faculdades campinenses, e tomando a tribuna na Câmara, discursou sobre a greve dos universitários campinenses, como informa o Jornal DB:

BRASILIA – Preocupado com o movimento estudantil que está tomando proporções imprevisíveis em Campina Grande, na Paraíba, onde os universitários decidiram abrir luta contra o controvertido convênio MEC-Usaid, o Snr. Vital do Rêgo ocupou a tribuna da Câmara para dar conhecimento à nação desse acontecimento. O orador além de relatar a situação que reina em Campina Grande, deu conta a seus pares, dos entendimentos que manteve com o Ministro Tarso Dutra, a propósito do grave problema. (VITAL DO REGO COMENTA NA CÂMARA ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES NA PARAÍBA, 06/03/1967, p. 03).

De certo, os universitários campinenses estavam surpreendendo as autoridades políticas ao se levantarem tenazmente contra o acordo MEC/USAID que, no ano de 1964, foi, de certa forma, apoiado por esses mesmos estudantes. Assim, para evitar que o movimento universitário campinense atingisse proporções que outros vinham atingindo, o deputado Vital do Rêgo denunciou os estudantes campinenses cobrando das autoridades policiais e governamentais providências sobre os movimentos estudantis campinenses. Contudo, o movimento universitário campinense não se intimidou, e os estudantes não ficaram apenas nos protestos deflagrados nas ruas da cidade, pois organizaram Fóruns para debater a problemática com representantes do MEC e da USAID, segundo esta notícia do Jornal DB:

A Faculdade de Direito de Campina Grande vai inaugurar na próxima quinzena, o seu anunciado Forum de debates, trazendo a baila o mais palpitante assunto da atualidade, que é o acordo MEC/USAID, objeto do movimento grevista que se esboça em todo o país.

Isto foi decidido na manhã de ontem, tendo os coordenadores do Forum de Debates, acertado a formulação de um convite ao representante da USAID, no Recife, bem como ao representante do Ministério de Educação e Cultura, na pessoa do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Professor Guilardo Martins Alves, os quais deverão receber, logo no início dessa semana, ofícios da secretaria do Forum de Debates da Faculdade de Direito.

Além dos representantes do MEC e da USAID, os coordenadores do Forum convidarão, um representante de cada Faculdade e Colégio de Campina Grande, para debaterem o tema. Os estudantes que integrarão os debates deverão ser designados pelos Diretórios Acadêmicos.

A solenidade de abertura do Forum de Debates, da FADURN terá lugar no Teatro Municipal à noite, não estando fixada, ainda, a data do

acontecimento. (DIREITO VAI COMEÇAR FORUM DEBATENDO ACORDO MEC-UASID, 04/06/1967, p. 01).

Contudo, mesmo depois de os representantes defenderem o acordo MEC/USAID, sobre os seus projetos para a educação no Brasil e para as Faculdades de Campina Grande, os universitários campinenses que estavam contra o acordo não mais voltaram a apoiá-lo.

Diante dos frequentes movimentos liderados pelos universitários, o Presidente Costa e Silva perdeu apoio de todos os lados, inclusive das cidades de menor porte que no imediato pós-golpe os tinham apoiado, como Campina Grande, e ao perceber que tinha extinguido as entidades estudantis, e estas somente deixaram de existir legalmente, e não, de fato. O Presidente buscou outros meios para atingir os movimentos universitários e realizou uma reforma nos estatutos das Universidades, conforme lhe convinha. Seu maior interesse era de dificultar a realização de movimentos, fossem eles grevistas, de passeatas, dentre outros, dos estudantes, como mostra a matéria publicada no Jornal DB, o Presidente assinou, no dia 09 de junho de 1967, um Decreto-lei de nº 60.841, que regulamentava novas diretrizes tanto para os discentes quanto para os docentes:

ALUNOS REPROVADOS

O Presidente assinou o Decreto na tarde de sexta-feira, precisamente tornando proibida a matrícula dos alunos reprovados nos estabelecimentos de ensino superior, por mais de uma vez.

Por outro lado, o mesmo Decreto considera como reprovado, para todos os efeitos, os alunos que não compareceram ao mínimo de 180 dias de trabalhos escolares, como prevê o artigo 72 da Lei de Diretrizes de Base da Educação.

PROFESSORES FALTOSOS

Não somente aos estudantes mais ainda aos próprios professores do ensino superior, o Decreto Presidencial estendeu as suas determinações.

Para tanto regulamenta que os professores que faltarem mais de 25 por cento das aulas, ou mesmo não ministrarem $\frac{3}{4}$ do programa, da respectiva matéria, serão suspensos temporariamente de suas funções, e privados dos seus vencimentos.

ESTUDANTES GREVISTAS

O Decreto do Presidente Costa e Silva, esta recebendo a denominação de “Decreto anti-greve”, diante do fato de pela sua regulamentação não deixar margem a proliferação dos movimentos que venham a impedir a frequência dos estudantes aos estabelecimentos de ensino. (UNIVERSITÁRIO PODE SER REPROVADO UMA SÓ VEZ, 11/06/1967, p. 03).

Quanto mais o movimento universitário se articulava, mais o Presidente se preocupava com eles, e extinguir suas entidades e criar entidades sobre as suas regras não foi o suficiente, por isso tornou-se Lei a proibição das greves, e todo e qualquer ato que levasse os estudantes a não comparecerem regularmente às aulas.

As Faculdades de Campina Grande foram atingidas pelo Decreto-lei do Presidente Costa e Silva, e a Faculdade de Direito foi uma das primeiras a modificar a sua rotina em prol de que fossem cumpridos os 180 dias letivos. No mês em curso, ainda contou com uma aula à noite, e a partir de agosto, com duas, conforme informou o Diretor da Faculdade, o Professor Raul. (AULAS NOTURNAS NA FACULDADE DE DIREITO, JORNAL DB, 13/06/1967, p. 06).

Ainda no ano de 1967, o movimento estudantil da Paraíba foi surpreendido com a prisão do Presidente da “ex-UNE”, Luiz Travassos, em João Pessoa, por ordem do Coronel Firmino Aires. No momento da apreensão, a universitária de Direito, Germana¹⁵¹, cometeu um ato que admirou a todos, ao comer, de fato, a agenda do dirigente da UNE, para evitar que a polícia se apropriasse dela e obtivesse informações acerca dos estudantes e de movimentos organizados por estes. (ROGRIGUES, 2000, p. 275).

Travassos passava pela Paraíba fazendo campanha para a própria reeleição. Ao ser informado da sua prisão, o Governador João Agripino mandou soltá-lo. Esse fato foi publicado pelo Jornal DB nos seguintes termos:

JOÃO PESSOA – O estudante Luiz Travassos, Presidente da ex-UNE, aluno de Direito da Universidade Católica de São Paulo, que ontem foi preso nessa capital por policiais do DOPS, foi ontem mesmo pôsto em liberdade (23 horas), por ordem do Governador João Agripino. A ordem de soltura do estudante foi transmitida ao titular da DOPS, Coronel Firmino Aires, pelo secretário de Assuntos Extraordinários do Governo do Estado Sr. Noaldo Dantas. Informa-se que o delegado da DOPS, não gostou da medida do Governador João Agripino, e, ao receber a sua ordem ameaçou demitir-se do cargo, perguntando ao secretário Noaldo Dantas, “É assim é?”. Disse o chefe do Executivo estadual que “é contra a prisão de estudantes, porque esse precisam manter diálogos com as autoridades e esse é o melhor caminho para solução dos problemas nacional”. (PRESIDENTE DA EX-UNE SÔLTO POR ORDEM DE AGRIPINO, 07/10/1967, p. 08).

Sobre esse acontecimento, Simão assim se pronunciou:

Mas até o Ato Cinco, você tem uma atividade normal. A oposição ou as oposições se manifestavam de forma aberta, a própria UNE, era ilegal, mas se apresentava publicamente nos cantos e não era preso. Inventaram de prender o líder aqui em João Pessoa, ali onde é o cassino da Lagoa, era o

¹⁵¹ Germana Correia Lima Sevcenco nasceu em 30 de junho de 1946, em Queimadas – PB. Casada, estudante de Direito, teve o seu prontuário aberto em 29 de outubro de 1968, sob o número 978. Segundo informações do prontuário, ela era: “Líder de todos os movimentos estudantis na cidade de Campina Grande, durante o ano de 1968. Participou nessa Capital das várias greves durante o corrente ano. Possui tendências esquerdistas. [...] tendo em vista suas atividades julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária”.

Restaurante Universitário e ele foi para lá, participou de algumas reuniões em Campina, e a gente trouxe ele para cá [se refere a João Pessoa]. Chegou aqui, ele participou das Assembleias nas escolas. Nesse tempo a gente fazia Assembleia com casa cheia, à turma participava mesmo. E aí veio o almoço, e nos distraímos, ficamos batendo papo com a turma, e batendo papo, daí a pouco um soldado com umas quatro ou cinco pessoas, foram lá, e daí prenderam, mas, aí a oposição, ainda não era tão ferrenha. Então o governador era João Agripino, aí o governador imediatamente mandou soltar esse cara – vão lá na fronteira com o Rio Grande do Norte, e solta esse cara lá, eu não quero o Presidente da UNE, preso aqui na Paraíba de jeito nenhum – porque seria um caos, uma coisa de repercussão internacional, o Presidente da UNE, preso aqui e de fato soltaram, (risos) o exército veio chiar, e então o governador João Agripino terminou segurando a barra¹⁵².

Ora, se seria bom ou ruim para a Paraíba a repercussão da prisão do Presidente da UNE, na capital da Paraíba, deixemos que cada um faça a própria interpretação, mas o fato é que o Governador João Agripino deu ordem de soltura a Travassos, optando por se entender com o Presidente da República sobre sua ação a ter a responsabilidade de ter prendido o maior representante das entidades estudantis.

Por outro lado, a presença de Travassos em Campina Grande e em João Pessoa vem ratificar a união dos movimentos universitários da Paraíba com os demais movimentos estudantis brasileiros, que diziam não à política autoritária dos militares. Portanto, completamos esse subtema defendendo a tese de que o movimento universitário campinense não foi um movimento homogêneo, no sentido de que, no ano de 1964, após o golpe das Forças Armadas, em vários estados do país, o movimento estudantil começou a se articular. Todavia, durante o ano de 1964, o movimento universitário campinense não estava preocupado com os acontecimentos políticos que se deflagravam no país e na própria cidade, já que o prefeito de Campina Grande fora cassado e não houve movimentação estudantil. Outro caso que também demonstra a falta de homogeneização do movimento universitário campinense foi a ausência de união de forças na luta por suas bandeiras, o que foi demonstrado na luta da Faculdade de Serviço Social para se agregar à Universidade Federal da Paraíba, e em outros casos mencionados em nossa escrita. Todavia, a partir de 1965, o movimento universitário campinense começou a se articular. Primeiro, começou a haver diálogo entre os próprios universitários da cidade, visto que as bandeiras defendidas por uma faculdade passaram a ser também bandeiras de outras; depois, o movimento universitário campinense começou a se inteirar da militância estudantil que se deflagrava no país e a apoiá-

¹⁵² Entrevista concedida por ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

los, realizando eventos na cidade em solidariedade a eles, quando vítimas da política repressora do Governo.

Nesse sentido, muitos dos discentes campinenses alteraram sua opinião sobre a política governamental e deixaram de apoiá-la, porque conforme enfatiza Laborie (2009): “A opinião é um processo, um movimento em evolução permanente influenciado por múltiplos fatores, qual exprime uma relação com o tempo e dele decorre”. (p. 84). Nesse viés, os estudantes campinenses ressignificaram a sua posição em relação à política governamental, a partir de apropriações de uma cultura política de esquerda que, aos poucos, foi cooptando adeptos ao disseminar suas ideologias pelos mais variados métodos e instituições. Por fim, o movimento universitário campinense também não foi homogêneo, porque, como aludido ao longo da nossa escrita, mesmo quando muitos universitários campinenses passaram a criticar a política governamental, outros permaneceram a favor do Governo, por “bastante tempo”, como declarou Djalma.

Castelo Branco e Costa e Silva não ficaram parados assistindo ao movimento estudantil se articular. Então, ao longo de seus mandatos, desenvolveram projetos e leis, com o propósito de inibir os movimentos estudantis (para ficarmos apenas no movimento estudantil). Porém, seus projetos e leis não obtiveram o êxito esperado pelo Governo, e no ano de 1968, as manifestações estudantis foram mais intensas do que antes. Assunto este que será abordado agora, no terceiro caminho.

III – 1968 - A UNIVERSIDADE EM XEQUE E A DITADURA NO CAMINHO: OS ESTUDANTES ESTÃO NAS RUAS

“Campina Grande virou uma praça de guerras e a partir daí Campina começa a participar de todos os movimentos”.

Simão de Almeida Neto

3.1 – Avançando o sinal

No ano de 1964, conforme as pesquisas realizadas acerca do movimento universitário campinense, defendemos a tese de que esses universitários estavam mais preocupados com os problemas do cotidiano acadêmico do que em combater a política das Forças Armadas. Todavia, de 1965 a 1967, o movimento universitário campinense despertou para a militância, por meio de causas mais amplas, desde suas bandeiras internas, até as bandeiras apropriadas pelo movimento estudantil sobre orientação da UNE, conforme discutimos nos caminhos anteriores. Contudo, o ano de 1968 foi mais uma página na história do movimento estudantil. Assim, se entre 1964 e 1967, o movimento estudantil campinense vivenciou um período de articulação e radicalização, no ano de 1968, partiu para enfrentar a Polícia Militar e a política do Governo. Consideramos essas ações como uma culminância dos movimentos estudantis ocorridos no país. Partindo desse pressuposto, neste subtema, analisamos o movimento universitário campinense do início de 1968 até as manifestações ocorridas em repúdio à morte do estudante secundarista, Edson Luís, no estado da Guanabara.

Nesse âmbito, para os universitários campinenses, as manifestações no ano de 1968 iniciam-se por causa dos excedentes da Faculdade de Direito. Como haviam sido abertas vagas para cinquenta alunos, oitenta e quatro foram aprovados, o que representa um saldo de trinta e quatro excedentes. Todavia, os discentes se uniram e queriam vagas para todos, como informa a matéria transcrita abaixo:

Ontem á noite, até as vinte e duas horas expressivo números de vestibulandos estiveram reunidos no Diretório Acadêmico da Faculdade de

Direito, tendo o seu Presidente, o universitário Orlando Villarim Meira, prometido procurar entendimentos com a Reitoria da Universidade Regional do Nordeste, visando ao aproveitamento em massa dos candidatos aprovados.

FALA WILLIAMS

Por outro lado, em contado mantido com a reportagem do DB, à tarde, o Reitor da Universidade Regional do Nordeste, professor Williams de Souza Arruda¹⁵³, deu a entender que tudo fará para que os candidatos considerados excedentes não sejam prejudicados, levando-se em consideração o problema de cada um. (EXCEDENTES LUTAM POR MATRÍCULA EM DIREITO, JORNAL DB, 16/01/1968, p. 08).

A reportagem mostra que, mesmo em período de férias, os universitários marcavam reuniões para resolver assuntos de seu interesse. Por outro lado, existia uma relação de apoio entre eles e o prefeito da cidade, o que, de certa forma, facilitava as causas dos universitários, como informa a matéria publicada no Jornal DB:

FALA VILLARIM

Logo após a primeira discussão do assunto, pelos membros componentes da congregação da Faculdade de Direito, foi votado por unanimidade o aproveitamento dos 34 excedentes, que tem suas inscrições asseguradas naquela escola. (PROBLEMA DOS EXCEDENTES DE DIREITO FOI RESOLVIDO ONTEM, 02/02/1968, p. 08).

É importante destacar que não foram apenas os vestibulandos do Curso de Direito que conseguiram garantir suas matrículas, pois os excedentes do de Medicina também se beneficiaram, com a instalação da Faculdade de Medicina de Campina Grande, cujo objetivo era de funcionar em 68, todavia, sem vestibular, porque, assim como os excedentes de Direito lutaram para ser aproveitados, o mesmo fizeram os universitários que prestaram vestibular na Faculdade de Medicina de João Pessoa, que foram aprovados, mas não dentro do número de vagas, razão porque foram aproveitados no curso que abriria em Campina Grande, segundo a matéria do Jornal DB:

De acôrdo com o esquema organizado e submetido ao Ministro Tarso Dutra, 128 vestibulandos dos excedentes serão matriculados na Faculdade de Medicina de Campina Grande, em duas turmas de 64 estudantes cada. Segundo as informações trinta e nove dos excedentes serão aproveitados na Faculdade de Medicina de João Pessoa, resolvendo, em definitivo, o problema. (ACERTADO EM DEFINITIVO O FUNCIONAMENTO DA FACULDADE DE MEDICINA DE CAMPINA GRANDE, 22/03/1968, p. 08).

¹⁵³ Williams de Souza Arruda, neste momento não é mais reitor da URNE, pois após ser eleito reitor da instituição de ensino, renuncia ao cargo por inviabilidade de conciliá-lo com o de Prefeito de Campina Grande, assumindo a Reitoria o vise-reitor Edvaldo do Ó.

Resolver o problema dos excedentes desse ano dos cursos de Campina Grande não foi uma atividade fácil, e esse problema não atingiu apenas os universitários da Paraíba, mas também os de outros lugares do Brasil, tais como: Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Campinas-SP, São Paulo, entre outros. Isso resultou em mais uma causa para a militância universitária. Então segundo Valle (2008): “O estudantado, solidarizando-se com os ‘excedentes’, promoverá greves e manifestações reivindicando mais vagas nas universidades”. (p. 35). Todavia, embora os estudantes campinenses somente começassem a ter problemas de excedentes em 1968, no meio estudantil, isso imperava há anos.

Para quase todos os cursos havia a sempre questão jurídico-política dos “excedentes”. A legislação dos exames vestibulares dava margem a interpretar a aprovação – isto é, a nota igual ou superior a cinco – como dando direito à matrícula, apesar de a política de *numerus clausus* vigorar desde 1925. Sucessivas medidas do Governo federal, orientadas pelos ventos da conjuntura política, davam sustentação a essa interpretação. Já em 1951, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional autorizou as instituições particulares de ensino superior a matricular os candidatos aprovados naquele ano nos exames vestibulares às escolas oficiais, mas recusados por falta de vagas. (CUNHA, 2007, p. 83).

Ressalte-se, no entanto, que a Lei 1.392, de 11 de julho de 1951, não conseguiu resolver o problema dos excedentes, porque as escolas particulares também não tinham como incorporar todos os que as escolas oficiais de ensino superior não comportaram. Contudo, enquanto em algumas faculdades, nos exames de habilitação, o número de estudantes aprovados superava o de vagas, em outras, acontecia justamente o contrário, ou seja, nenhum estudante foi aprovado no processo seletivo e, em outro caso, apenas três conseguiram esse intento, conforme informa o Jornal DB:

Foram divulgados, ontem, os resultados dos Exames de Habilitação, recentemente realizados na Faculdade de Ciencias Economicas, e da Escola Politécnica dessa cidade.

Dos duzentos e quarenta e cinco candidatos escritos, nas duas escolas, apenas três conseguiram aprovação, na Escola Politécnica, sendo que nenhum obteve aprovação na Escola de Ciencias Economicas. (APENAS TRÊS APROVADOS NOS VESTIBULARES DA FACE E DA POLI¹⁵⁴, 17/04/1968, p. 08).

¹⁵⁴ Para esse ano, a Politécnica abriu 76 vagas, e a FACE, 35.

Esse caso levou os pré-universitários a se organizarem e protestarem contra o resultado divulgado pelas Escolas Superiores de ensino, conforme fragmento extraído do Jornal DB:

Na oportunidade foi formada uma comissão coordenadora composta pelos prejudicados nos vestibulares, e que se dirigirá no dia de hoje, à cidade de João Pessoa, a fim de apresentar suas reivindicações, ao Reitor Guilardo Martins Alves, e ao Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba. (VESTIBULANDO DA FACE E DA POLI NÃO ACEITARAM REPROVAÇÃO ‘EM MASSA’ E VÃO HOJE AO REITOR, 18/04/1968, p. 08).

Nessa perspectiva, enquanto alguns pré-universitários lutavam para garantir suas vagas nas faculdades da Paraíba e de outros estados brasileiros considerados excedentes, outros lutavam para preencher as vagas que sobravam nos cursos, devido a um alto índice de reprovação nos exames de habilitação. Nesse âmbito, os movimentos universitários estavam a todo vapor e ocorriam tanto nas cidades interioranas, como Campina Grande, quanto nas capitais dos estados, pois, quando os estudantes iam às ruas, as reivindicações não eram mais isoladas nem únicas, porquanto, em um mesmo movimento, denunciava-se tanto a repressão da polícia sobre eles quanto as necessidades no sistema educacional, entre outros.

Nesse contexto, aos poucos, o Presidente Costa e Silva via as mobilizações estudantis agirem de maneira articulada, mesmo diante de tamanha repressão, e a partir de 1967/68, as causas sociais também passaram a ser incorporadas à militância estudantil. Assim, no ano de 1968, o Presidente começou a tirar do papel o projeto de “modernização” da universidade “a seu modo” e, no final do primeiro semestre, fundou o Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária (GTRU), responsável pela elaboração do Relatório que propunha:

A reestruturação das universidades, visando, principalmente, à sua racionalização interna, à economia de recursos e ao melhor aproveitamento das condições já disponíveis. Reiterou a organização do aparelho universitário em unidades de ensino, divididas em departamentos, o que poria fim à antiga e irracional estrutura baseada na cátedra, onde os mesmos cursos eram repetidos em locais diferentes para cada faculdade. Surgiu à matrícula por disciplina, a criação de um ciclo básico e fragmentação do grau acadêmico (criando cursos de curta duração). Para “resolver” os problemas com os excedentes, defendeu o vestibular unificado e classificatório. (MARTINS FILHO, 1987, p. 127).

Convém enfatizar que não foi apenas com as universidades que o Presidente Costa e Silva teve que se preocupar naquele momento, mas também com as eleições. Em Campina

Grande, no imediato 1968, as reivindicações ultrapassaram os muros das universidades e invadiram o meio político. A cidade foi, portanto, atingida pelo Ato Institucional de número três (AI-3)¹⁵⁵, de 05 de fevereiro de 1965, o qual determinava que: “Os prefeitos de todas as capitais estaduais seriam nomeados pelos governadores; os demais prefeitos poderiam ser eleitos por voto popular secreto”. (ALVES, 1984, 99). Todavia, como Campina Grande, em 1968, era considerada como Zona de Segurança pelo Presidente da República a cidade é atingida pelo AI-3, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB:

Segundo informações prestadas à reportagem, ontem, pelo Prefeito Williams Arruda, o Presidente da República, teria assinado decreto considerando 236 municípios brasileiros, inclusive Campina Grande, “Zonas de Segurança Nacional”.

Segundo o decreto a designação dos prefeitos desses municípios passarão a ser feitos pelo Governador do Estado e ratificados pelo Presidente da República, o que, em termos práticos, equivale a dizer que não haverá eleições para prefeito de Campina Grande, podendo o Governador João Agripino opinar pela prorrogação do mandato do atual Chefe do Executivo, ou indicar outro nome. (NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES EM CAMPINA GRANDE: ZONA DE SEGURANÇA, 03/02/1968, p. 01).

Essa possibilidade não foi bem recebida pelos campinenses e pelo Jornal DB, que trouxe a matéria na primeira página e com a chamada em caixa alta. Os políticos campinenses logo reagiram contra a decisão do então Presidente da República. Os vereadores da cidade se reuniram, no dia 05 do corrente mês, para discutir sobre a notícia divulgada pelo referido Jornal. Entre eles, destacam-se: Argemiro Filho, Manoel Joaquim Barbosa, João Jerônimo da Costa, João Nogueira e Antônio Cabral Sobrinho.

Ainda no Jornal DB, consta o seguinte comentário do deputado Ronaldo Cunha Lima com relação a Campina Grande ser Zona de Segurança Nacional: “O jovem parlamentar campinense protestou inicialmente contra a medida, considerando-a como um golpe contra nossa autonomia e contra a liberdade de nosso povo, que não mais poderá escolher os seus dirigentes”. (É GOLPE EM CIMA DE GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA E O POVO: RONALDO, 06/02/1968, p. 08).

Outro político campinense a não concordar com a decisão do Presidente Costa e Silva foi o Deputado Federal Vital do Rêgo, segundo a matéria publicada pelo Jornal DB, em que traz esta notícia:

¹⁵⁵ O AI-3 é antecedido pelo Ato Institucional de número 2 (AI-2), que capacita o aparato repressivo a concluir a “Operação Limpeza”. Visava também controlar o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e a política, com a extinção de partidos e a burocracia para a criação de novos partidos.

Contra essa decisão o representante contrerrâneo a Baixa Câmara do Congresso Nacional, formulou incisivo pronunciamento, sábado passado, dentro do seu programa semanal, através de uma cadeia de emissoras locais, integradas pelas Rádios Borborema e Caturité, ensejo em que conclamou as classes dirigentes e o povo de Campina Grande, a unissonamente pleitearem do Presidente Costa e Silva, a revogação dessa atitude, que virá a tirar aos campinenses o direito de, livre e democraticamente, escolherem seu prefeito municipal, através do pronunciamento nas urnas, acentuando, que tão logo chegasse a Câmara dos Deputados, iria ocupar sua tribuna, para levar seu protesto, em nome da população serrana, ao Governo da República. (VITAL RETORNA A BRASÍLIA PROTESTANDO CONTRA ZONA DE SEGURANÇA EM CAMPINA GRANDE, 06/02/1968, p. 08).

A partir de então, identificamos uma mobilização dos políticos que representam a cidade de Campina Grande, em protesto contra a decisão do Presidente da República. Portanto, de forma direta ou indireta, esses políticos estão se levantando contra a política do Governo, quando contestam as medidas adotadas por Costa e Silva.

Há um ditado popular, segundo o qual, “a união faz a força”. Então, com a união dos políticos campinenses em protesto contra a não realização da eleição para prefeito da cidade por voto direto, a cidade saiu vitoriosa, pois, nesse ano, a eleição para prefeito não foi castrada, como expõe esta matéria publicada no Jornal DB: “Ontem à noite, porém, a tranquilidade voltou a reinar nos círculos políticos campinenses com a confirmação oficial de que nenhum município paraibano figurara entre os que estão por ser declarados como integrantes da faixa de interesses da Segurança Nacional”. (AUTONOMIA POLÍTICA DE CG NÃO FOI CASTRADA, 19/03/1968, p. 08).

Enfatizamos que, mesmo diante das evidentes repressões impostas pela política governamental, o golpe, ou, para empregar o termo utilizado pelas Forças Armadas, a “revolução” ainda é comemorada nas ruas de Campina Grande. Essa assertiva é confirmada nesta matéria publicada no Jornal DB:

Um vasto programa festivo assinalará domingo vindouro, em Campina Grande, a passagem do IV aniversário da revolução democrática de 31 de março de 1964, movimento que devolveu ao país o clima de tranquilidade, paz, e bem estar social.

Essa comemoração cívica será realizada concomitantemente em todo o território nacional, com a participação ativa das nossas Forças Armadas e do povo em geral. (REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO SERÁ COMEMORADA: CAMPINA GRANDE 27/03/1968, p. 08).

Esse noticiário tenta incutir aos seus leitores que, a aceitação da política desenvolvida pelas Forças Armadas, no Brasil e em Campina Grande, foi geral, porém, o próprio Jornal, em

edições anteriores, divulgou correlações de força entre o movimento universitário e a polícia, e muitas pessoas apoiaram os trotes das faculdades de Campina Grande, que criticavam a política do Governo. Assim, acreditamos em uma participação ativa das Forças Armadas, mas duvidamos de que ela se encontre em igual intensidade em relação à população, como se faz entender o noticiário.

Partindo desse pressuposto, o próprio Jornal DB, notícia um movimento universitário, que tem o apoio dos estudantes secundaristas e da própria população um dia depois dos festejos da “revolução”.

Expressando solidariedade a todos os estudantes brasileiros em resposta ao recente assassinato do estudante Edison Luiz na Guanabara, os estudantes campinenses realizaram ontem às 17:30 horas, na Praça da Bandeira, uma concentração que contou com a participação de grande número de estudantes universitários secundaristas, e do povo em geral.

[...]

GREVE

Um dos representantes da União dos Estudantes Paraibanos, anunciou uma greve de quarenta e oito horas, visando a uma definição da situação que para eles, “não pode mais continuar”. Segundo o orador caso continue indefinida a resolução governamental, a greve também continuara indefinidamente.

O representante o Centro Estudantal Campinense, fazendo uso da palavra, aderiu também ao movimento dos universitários, decretando greve geral de quarenta e oito horas, para os secundaristas campinenses, em represália a morte do companheiro, na Guanabara, visando a que se tome providências para a regularização da situação. (ESTUDANTES FAZEM COMÍCIO DE DESAGRAVO NA PRAÇA DA BANDEIRA, 02/04/1968, p. 08).

A greve foi decretada, primeiro, pelos universitários e secundaristas que se faziam presentes no velório do estudante Edson Luís de Lima Souto: “Todas as organizações estudantis decretaram uma greve geral para o dia seguinte e convocaram os alunos a participarem do enterro”. (ZAPATA e SOTO, 2008, p. 71-72). Posteriormente, à proporção que os acontecimentos iam se difundindo pelos noticiários, os universitários e os secundaristas iam aderindo à greve. Todavia, não podemos esquecer que a mídia, de um lado, divulgava os preparativos para o 4º aniversário da “revolução” e, de outro, sua repressão presente no primeiro corpo que lhe fugiu das mãos. Pois, o estudante Edson Luís não foi o primeiro nem o último corpo vitimado PM, mas esta foi a primeira morte em que os militares não conseguiram conter a repercussão do ato, nem mesmo sobre justificava¹⁵⁶, conforme enfatiza Valle (2008): “Para o Governo, a ‘agitação’, colocando em risco a manutenção da

¹⁵⁶ Ver depoimentos de membros das Forças Armadas que justificam a repressão sobre o movimento estudantil em VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ordem e a tranquilidade nacional, requer a tomada de medidas repressivas”. (p. 28). Nesse sentido, se houve uma morte entre os estudantes, a culpa não seria da PM, mas dos próprios estudantes, que a obrigavam a agir de maneira repressiva. No entanto, o movimento estudantil não reagiu apenas com greve à repressão da PM e, em vista do ocorrido no Calabouço, houve movimentos estudantis em quase todos os estados brasileiros, de acordo com esta notícia do Jornal DB:

(Rio) O arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes, denunciou ao Presidente da República, em despacho telegráfico, os nomes dos policiais que invadiram a Catedral Metropolitana, com o fim de deter vários estudantes.

Em Porto Alegre a polícia cercou todo o quarteirão em que se localiza a Reitoria da Universidade Federal.

Na cidade de Osasco, a polícia prendeu um jovem estudante, que conduzia um enorme volume nos braços.

Em Brasília, o Secretario de Segurança Pública, informou que se for constatado o acumulo de bombas “Molotov” no pátio do prédio da Associação dos estudantes, será autorizada a invasão do prédio pela polícia para recolher todo o material que lá seja encontrado. (ATÉ ONTEM: 3 MORTOS, 60 FERIDOS E MAIS DE 200 PRESOS 03/04/1968, p. 01).

Ainda nessa mesma página sobre os movimentos universitários e secundaristas ocorridos na Paraíba, o Secretário da Segurança Pública do Estado publicou nota proibindo qualquer tipo de concentração por parte dos estudantes a partir dessa divulgação:

Tendo em vista os recentes acontecimentos, ocorridos em todo o País, na área estudantil, e as últimas manifestações nesse sentido, registradas na Paraíba, o Major-Brigadeiro Firmino Aires de Araújo, Secretário de Segurança Pública do Estado, distribuiu a imprensa, às primeiras horas da noite de ontem, uma Nota oficial relativa ao problema em nosso Estado.

NOTA

Nos seus devidos termos, é a que segue a proclamação oficial do titular da Segurança Pública da Paraíba: A Secretaria de Segurança Pública, em face das comunicações recebidas do Sul do País, no sentido de que elementos estranhos à classe estudantil, aproveitam-se do seu estado emocional, decorrente da morte de um colega na Guanabara, para a prática de desordem, depredação, afronta as autoridades e atentando ao regime, faz ciente que não permitira concentração, passeata ou comícios nesse estado, a partir de hoje até novas instruções e manterá a ordem pública que permite o normal funcionamento do comercio, indústria, estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade. (FIRMINO NÃO ADMITE QUAISQUER CONCENTRAÇÃO DE ESTUDANTES, JORNAL DB, 03/04/1968, p. 01).

Nessa reportagem, está explícita a exaltação às ações dos policiais, visando manter a ordem sem atingir os estudantes, e sim, grupos estranhos (como, por exemplo, os comunistas)

que, segundo o Jornal DB, são acusados de se aproveitar das causas estudantis para atentar contra a “ordem”, como também a ocultação dos fatos, visto que a manchete faz menção ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto no dia 28 de março de 1968, pelos militares, enquanto jantava no restaurante do Calabouço na universidade do Rio de Janeiro. Sua morte provocou indignações nos brasileiros, levando a ditadura militar a enfrentar uma grave crise, pois a máscara dos militares começava a cair, e os horrores de seus Governos tornavam-se cada vez mais públicos.

Todavia, essa ocultação não ocorreu por acaso ou por falta de conhecimento, pois os universitários e demais estudantes denunciavam, mas esse procedimento corresponde a um padrão de manipulação da informação. Nesse âmbito, sobre o padrão de manipulação, Abramo (2003) enfatiza:

É o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. (p. 26-27).

Nesse contexto, de acordo com SCORT (2000): “El discurso oculto es, pues, secundario en el sentido de que está constituido por las manifestaciones lingüísticas, gestuales y prácticas que confirman, contradicen o tergiversan lo que aparece en el discurso público” (p. 04). Porém, para manipular as informações, nesse fragmento, não se faz presente apenas o padrão da ocultação, como também o padrão da inversão da relevância dos aspectos, em que “[...] o secundário é apresentado como o principal e vice-versa”. (ABRAMO, 2003, p. 29). Constatamos, então, que o movimento universitário cingia mais sentido do que o assassinato do estudante no Calabouço, que adquiriu o adjetivo de desordem (o movimento). Nessa perspectiva, os conceitos de ordem e desordem foram apropriados pelas Forças Armadas por ser importante para edificar sua política. De acordo com Balandier (1982):

A ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o anverso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como figura invertida do outro. Essa inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a “lei” com a violência apaziguada pela operação simbólica. (p. 41).

Portanto, enquanto o movimento universitário era caracterizado como desordem, a ação das Forças Armadas representava a ordem diante do caos, e a partir do outro, a política do Governo procurava se estabelecer. Estamos em uma via de mão dupla, porque, até certo ponto,

o movimento estudantil era necessário para as Forças Armadas, na legitimação do discurso da ordem. Todavia, mesmo diante da manipulação dos meios de comunicação, que buscavam inculcar valores pejorativos por meios simbólicos ao movimento estudantil, os discentes não deixaram de manifestar o seu repúdio ao acontecido no Calabouço, como refere Cacilda: “Aqui fizemos um grande movimento em frente à catedral, e os policiais vieram em cima da gente. Mas a gente saiu de um lugar para outro, como lhe falei despistando a polícia. E teve movimento depois da missa que foi celebrada em sua homenagem¹⁵⁷”.

Em nossas leituras acerca das matérias publicadas pelo Jornal DB, chamou-nos a atenção a relação existente entre os policiais que atuavam em Campina Grande e os estudantes, uma vez que eles (os estudantes) iam comunicar à polícia uma passeata ou comício que pretendiam realizar, como ilustrado nesta matéria:

Inicialmente na tarde de anteontem representantes dos estudantes secundários, de Campina Grande, estiveram pelas 15 horas na Delegacia de Polícia, a fim de comunicar ao coronel Joaquim Sinfrônio da Silva, e ao seu colega capitão João Valdevino da Silva, que irão realizar um comício às 17 horas, na Rua Maciel Pinheiro.

Por coincidência encontrava-se naquele momento com os Delegados da cidade o major-brigadeiro, Firmino Aires de Araújo Secretário da Segurança Pública do Estado, que ponderou aos estudantes que a manifestação estudantil deveria ser transferida para outro local de menos movimento. (ESTUDANTES INICIAM QUEBRA-QUEBRA E POLÍCIA REPRIME COM CACETETES, JORNAL DB, 03/04/1968, p. 03).

Até que ponto os responsáveis por manter a “ordem” na cidade de Campina Grande toleravam os movimentos estudantis ocorridos na cidade não nos cabe definir, até porque, para compreender essas relações, teríamos que dedicar nosso trabalho para a ação dos policiais na cidade, o que nos levaria para outro campo de pesquisa que, no momento, devido às limitações de tempo para uma pesquisa de dissertação, não nos é permitido. Porém, certamente, voltaremos a esse debate em uma futura pesquisa. No entanto, não poderíamos ignorar essa relação, tendo em vista que as bibliografias referentes ao movimento estudantil e a polícia sempre propagaram relações de conflitos entre eles. Contudo, segundo o nosso entrevistado Ailton,¹⁵⁸ para toda regra há exceção. Quando lhe perguntei sobre a represália da PM contra os

¹⁵⁷ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹⁵⁸ Ailton de Araújo nasceu em 04 de setembro de 1939, em Campina Grande; estudou no Colégio Anita Cabral e no Alfredo Dantas; ingressou no Curso de Economia pela Universidade Federal em 1974; em 1960, ainda como estudante secundarista, passou a militar pelo Partido Comunista. Seu nome foi mencionado pelo Professor Amilton de França, como um importante militante secundarista. Foi o próprio Amilton que transmitiu o contato

estudantes, ele disse:

Bom, a partir de 64, ela se intensificou muito, e principalmente sobre o estudante. Eu me lembro de que certa vez a gente estava fazendo um comício na Praça da Bandeira, e a polícia chegou e a gente correu, e nessa época, tinha uma cerca de arame, para o pessoal não pisar na grama e eu correndo pisei e caí, lembro que aí quando olhei para cima tinha um soldado com um cassetete, e ele olhou assim e disse “vai levanta corre, corre”, e eu sai correndo¹⁵⁹.

Porém, como diz o provérbio popular, “tudo o que é bom dura pouco”, os movimentos estudantis na cidade não desfrutaram de todo dessas “regalias” e logo começaram as repressões sobre eles. A matéria abaixo, fala da realização de outro comício que seria realizado no dia 02 do corrente mês:

Ocorre que pela madrugada de ontem, cerca das duas horas, chegava a Campina Grande, procedente da capital do Estado, o coronel João Gadelha de Oliveira, Delegado de Ordem Política e Social da Paraíba, e que na ausência do major-brigadeiro Firmino Aires de Araújo, que se encontrava ausente de João pessoa, se encontrava respondendo pela Secretaria de Segurança Pública.

Aquela autoridade havia se deslocado da Capital para essa cidade, especialmente para comunicar aos Delegados de Polícia de Campina Grande, que estava proibida, a partir daquela hora, qualquer manifestação estudantil.

[...]

Logo cedo, nas primeiras horas da manhã de ontem, grande número de estudantes começaram a se deslocar para a Rua Maciel Pinheiro.

POLÍCIA INTERVEM

Havia no local cerca de 3 mil pessoas, e os estudantes já tinham apedrejado um veículo que passava, e receberam a polícia a pedradas.

[...]

A polícia resolveu reprimir com energia e fez uso de caceteses, tendo os estudantes se dispersados, provocando correrias. (ESTUDANTES INICIAM QUEBRA-QUEBRA E POLÍCIA REPRIME COM CACETETES, JORNAL DB, 03/04/1968, p. 03).

A polícia estava fazendo de tudo para evitar manifestações estudantis, em decorrência do assassinato do estudante na Guanabara. Todavia, não conseguiu inibir os protestos deles em apoio aos colegas que enfrentavam a fúria das Forças Armadas. Assim, em Campina Grande, foi marcada a missa de sétimo dia pela alma de Edson Luís:

do Professor Ailton. A entrevista foi realizada na Faculdade de Administração. Hoje Ailton é professor aposentado pela Universidade Estadual da Paraíba.

¹⁵⁹ Entrevista concedida por ARAÚJO, Ailton José de. Em 19/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

Exceção feita ao Ginásio da Imaculada da Conceição, SENAI, e Ginásio Anita Cabral, que realizaram aulas normalmente, todos os educandários campinenses, além de todas as escolas superiores da cidade, fecharam ontem suas portas, em sinal de solidariedade ao seu colega, estudante morto na Guanabara, vítima da ação da Polícia, que a todo custo tenta dispersar os movimentos estudantis em toda a nação, desde a última semana.

Na manhã de ontem estudantes de todas as Faculdades de Campina Grande, estiveram reunidos no pátio da Faculdade de Direito, quando de comum acordo, acertaram a realização, de logo mais às 8 horas na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, de uma missa pela alma dos estudantes mortos ultimamente.

Todos os estudantes de Campina Grande estarão presentes a missa que será oficializada pelo padre João Batista.

Segundo conseguimos apurar, obteve péssima repercussão a medida tomada pelos Delegados Joaquim Sinfrônio e João Valdevino proibindo, terminantemente, a realização de qualquer manifestação estudantil. Os revoltosos achavam que “a democracia, no Brasil, estava sendo, aos poucos, castrada”. (MISSA PELO ESTUDANTE ASSASSINADO SERÁ LOGO MAIS ÀS 8 NA CATEDRAL, JORNAL DB, 03/04/1968, p. 08).

A missa foi realizada na Catedral de Campina Grande, em homenagem ao estudante, sem a interrupção da PM. No Rio de Janeiro, os estudantes pretendiam realizar uma missa campal, que logo foi proibida pela PM e realizada na Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Contudo, antes mesmo que terminasse, a cavalaria já se encontrava no exterior da igreja:

Na saída da missa, a cavalaria da Polícia Militar investiu contra as pessoas que deixavam a igreja. Os padres que participaram do ato tentaram proteger os populares usando seus próprios corpos como escudo, mas também foram agredidos. O episódio revoltou a população e atraiu a solidariedade de camadas médias até então indiferentes à luta dos estudantes. (ZAPATA e SOTO, 2008, p. 92).

Nesse momento, passa a existir uma inversão de valores, e os estudantes, que eram caracterizados como desordeiros, baderneiros, subversivos, dentre outras características, passaram a adquirir apoio da população, e a polícia, a ser repudiada.

Assim, como os estudantes e os demais participantes da missa¹⁶⁰ de sétimo dia de Edson Luís no Rio de Janeiro contaram como o apoio dos clérigos, os estudantes de Campina Grande também contaram com o apoio desses e conseguiram organizar uma passeata, desobedecendo às ordens do Delegado de Ordem Política e Social da Paraíba - João Gadelha

¹⁶⁰ A missa de sétimo dia do estudante secundarista foi, de fato celebrada, pelo estudante de Economia e padre João Batista. Segundo matéria publicada no Jornal Correio da Paraíba: “No sermão da missa, o padre João Batista fez uma análise da situação nacional, protestando contra a violência praticada contra os estudantes cariocas, que culminou na morte de Edson Luiz”. (MISSA DE EDSON LUIZ TEM MÚSICAS DE ‘VIDA E MORTE SEVERINA’ 04/04/1968, p. 08).

de Oliveira –, conforme informa o Jornal DB:

MISSA E CÂNTICOS

No decorrer da missa, um dos estudantes cantou dois números da chamada música de protesto [...].

A primeira música cantada foi “Terra de Ninguém¹⁶¹” cujas estrofes são essas: Para no final da tarde / Tombar já cansado / Cai o nordestino / Reza uma oração / Pra voltar um dia / E criar coragem pra poder lutar / Pelo que é seu”.

A segunda parte tem esse teor: “Mais um dia vai chegar / E o mundo vai saber / Não de vive sem se dar / Quem trabalha é quem tem / Direito de viver / Pois a terra é de ninguém”.

Foi cantada também há meio dia “Opinião¹⁶²”, da qual extraímos esse trecho: “Podem me bater / Podem me prender / Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do meu morro eu não saio não”.

Além dos estudantes e dos populares a missa foi igualmente assistida por: oficial do Exército a paisana, investigadores Joaquim Silvestre, Edgar Silva, Severino Monteiro e Francisco Honorato, estando presente por igual dois Agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), do Estado.

ASSEMBLEIA

Terminada a Missa, foi realizada na própria Catedral, uma assembleia, ensejo em que foram discutidos alguns temas do interesse da classe.

[...] 2 – A greve de protesto continuara, até novos acontecimentos e enquanto persistirem as perseguições e assassinatos de estudantes; 3 – Foi aprovada a seguir uma passeata ontem, logo após a Missa e dois comícios, um defronte da Catedral, e outro na Faculdade de Ciências da Administração.

O primeiro comício foi de fato realizado, fazendo-se ouvir na oportunidade, um só orador, cujo nome não conseguimos identificar.

Em seguida em que pese às determinações em contrário das autoridades federais e estaduais, os estudantes desceram em passeata de silêncio, com destino à Faculdade de Administração, seguindo o itinerário das ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira, e Praça da Bandeira.

O deslocamento estudantil, porém, não chegou ao seu final, pois, quando atingia a confluência da Rua Cardoso Vieira e Venâncio Neiva, foi obstaculado pela Polícia Militar do Estado, sob o comando do Tenente Coronel Joaquim Sinfrônio e o Capitão João Valdevino respectivamente delegados de investigações e Capturas e Vigilância e Costumes.

A essa altura o volante policial, após apreender os cartazes conduzidos por alguns manifestantes e efetuar seis prisões, impediu o prosseguimento da passeata, tendo essa deliberação sido recebido pelos estudantes com gritos e apupos, o que veio contribuir para acirrar os ânimos, de parte a parte, sem que ocorresse, entretanto, nenhuma violência. (CAMPINA: ESTUDANTES E POLÍCIA NAS RUAS, 04/04/1968, p. 08).

Em Campina Grande, os estudantes ainda conseguiram realizar um comício, apesar de ser proibido, e iniciar uma passeata, que não passou despercebida pelos órgãos de segurança que, embora tenha consentido o início dessa concentração, não permitiu que ela chegasse ao

¹⁶¹ Música composta em 1965 por Alaíde Costa.

¹⁶² Música composta em 1964 por Zé Ketí – José Flores de Jesus – para a peça teatral Opinião.

seu término, conforme planejado pelos estudantes, portanto, foi logo interrompida pela PM, o que resultou na prisão de seis estudantes por terem enfrentado os policiais.

Ainda nessa reportagem, mais uma vez, identificamos o Jornal tentando ocultar a violência da PM sobre os estudantes, visto que há uma grande contradição presente na reportagem, pois a matéria informa que os policiais apreenderam cartazes conduzidos pelos estudantes, realizaram prisões e impediram o prosseguimento da passeata. Ora, como tudo isso pode ter ocorrido sem o uso da violência, levando em consideração que a realização de manifestações públicas pelos estudantes havia sido proibida, e eles, seguindo um movimento que se deflagrava em todo o país, deram continuidade aos protestos que repudiavam a repressão policial sobre os estudantes. Como podem ocorrer repressão e prisões em atos públicos sem reação? E o que dizer dos gritos e das vaias dos estudantes sobre a ação da polícia? Se esses gestos não representam uma reação dos estudantes contra a violência dos policiais, sobre eles, o que representam então?



Fonte: Jornal Diário da Borborema, em 04/04/1968, p. 08

Imagem da missa de sétimo dia do estudante Edson Luís de Lima Souto e do cerco policial, que já se articulava no exterior da Catedral de N. S. da Conceição.

A Assembleia que foi realizada pelos estudantes não estava programada para acontecer dentro da Catedral, mas ocorrera ali devido ao cerco policial sobre os estudantes, conforme informa o nosso depoente, Simão:

Em março no assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro, realizamos muitos movimentos, em Campina Grande fizemos diversas passeatas, acampamentos em frente da Catedral de Campina Grande, a polícia veio e a gente se refugiou dentro da Catedral, fizemos Assembleia, dentro da Catedral de Campina Grande¹⁶³.

Nesse contexto, as correlações de forças existentes entre o movimento universitário campinense e a polícia passaram a angariar novos direcionamentos, por meio de uma cultura política de esquerda que influenciava muitos estudantes, em nível nacional, e a partir de então também local (Campina Grande) a enfrentarem, de fato, os cercos policiais. Sobre isso, veja-se a matéria publicada pelo Jornal DB:

Com a ameaça dos estudantes de promover manifestação na manhã de ontem, a qualquer custo, as autoridades policiais de Campina Grande, tomaram as necessárias providências, colocando nas ruas centrais da cidade vários pelotões de soldado da Polícia Militar, a maioria de baionetas caladas. Também os soldados do Serviço de Trânsito foram convocados para auxiliar a polícia naquela tarefa e trocaram seus apitos por cassetetes, na montagem a Rua Maciel Pinheiro transformada em “praça de guerra” com os soldados prontos para qualquer eventualidade de, que para felicidade geral, não foi necessário. (PRAÇA DE GUERRA, 07/04/1968, p. 03).



Fonte: Jornal Diário da Borborema, em 07/04/1968, p. 03.

¹⁶³ Entrevista concedida por ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

As imagens acima mostram as tentativas dos estudantes campinenses de realizarem um comício, para o qual foi adotada a tática do despistamento, quando da chegada da polícia, para que se evitasse a prisão deles. No entanto, a tática não obteve êxito, e três foram presos, conforme narrado na abertura da nossa escrita¹⁶⁴. Entretanto, mais uma vez, o Jornal tenta manipular as informações acerca da prisão dos estudantes da cidade como um acontecimento de ocorrência natural, pois os soldados estavam prontos para qualquer eventualidade não sendo necessária sua ação. Assim, o que dizer do jovem que enfrentou a PM por ter efetuado a prisão de três estudantes, de uma senhora e de moças que protestaram contra a prisão desse último jovem?¹⁶⁵ Como negar algo que se escreveu por meio da manipulação? Foi isso que fez o Jornal DB, pois, para Abramo (2003):

O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real. (p. 24).

O Jornal DB, como um veículo de informação, não nega as correlações de força existentes entre o movimento estudantil campinense e a PM. Porém, ele não reflete a realidade do acontecimento, ao interpretar o acontecimento como natural, sem a coexistência de violência por parte da PM sobre os estudantes, visto que isso não era necessário.

A morte do secundarista Edson Luís, mesmo com a mídia manipulada, repercutiu no Brasil, o que, talvez, as Forças Armadas não esperavam que acontecesse. Por outro lado, os estudantes, logo de imediato, perceberam que Edson era o “corpo que lhes faltava”. Seu corpo era matéria “viva”, ato que os militares não podiam negar, afinal, eles deixaram um corpo que, como dizia o slogan da época, “podia ser seu filho”, mas, apenas não “podia ser seu filho”, como Edson representava naquele momento o corpo de muitos desaparecidos, presos e perseguidos. Filhos não apenas de homens pobres, mas também de comerciários, políticos, representantes das Forças Armadas, enfim, de brasileiros que não concordavam ou não mais aceitavam a política instituída a partir de março de 1964.

Nesse sentido, o corpo de Edson Luís se tornou uma bandeira, que é a imagem da repressão policial vivenciada pelos estudantes. Essa coerção também foi noticiada na missa de

¹⁶⁴ Elucidamos, ainda, esse acontecimento com a matéria publicada no Jornal Correio da Paraíba, que nos informa os nomes dos estudantes detidos: “No final das manifestações estavam detidos os seguintes estudantes: Aderaldo Pinto, George Santos Lima e Marcos Antônio Lima da Silva que foram liberados às primeiras horas da noite”. (POLÍCIA PRENDE ESTUDANTES EM CAMPINA GRANDE, 07/04/1968, p. 08).

¹⁶⁵ Este acontecimento foi narrado no início da nossa escrita.

sétimo dia do estudante no Rio de Janeiro, cidade onde ele morreu, e em Campina Grande, território que estudamos. Esse episódio surtiu efeito contrário ao imaginado pela polícia e, ao invés de os estudantes ficarem fragilizados, fortaleceram-se. Segundo Jorge, “[...] a morte desse estudante [...] foi o grande pecado dos militares, eles deram munição aos estudantes¹⁶⁶”. Portanto, as correlações de força entre estudantes e polícia ainda tinham muita história para contar.

Partindo desse pressuposto, a morte do secundarista Edson Luís não é esquecida, mas os movimentos estudantis, passado o imediato de sua morte, voltam suas atenções ao repúdio à política das Forças Armadas e a problemas que estão inseridos no universo acadêmico. Assim, chegamos ao segundo subtema desse caminho, que parte do que aconteceu após a morte do estudante Edson Luís, ao Congresso de Ibiúna.

3.2 – As frustrações dos sonhos e as lutas intramuros: “A gente quer ter voz ativa¹⁶⁷”

Depois da morte de Edson Luís, os estudantes perceberam que não estavam mais sozinhos na luta contra a política governamental, pois parte da população brasileira os apoiava. Nesse contexto, os estudantes se sentem fortalecidos. Assim, o nosso objetivo, nesse subtema, é de refletir sobre as articulações dos estudantes com o propósito de modernizar as universidades, contra a interferência norte-americana na educação, para que o sistema viabilizasse a permanência dos estudantes nas faculdades, a partir das correlações de força com a política governamental.

Dessa forma, o primeiro registro de movimento estudantil ocorrido em Campina Grande, após a morte de Edson Luís, voltou-se contra os responsáveis pelo transporte urbano e de rodagem, posto que os estudantes queriam que se cumprisse a Lei de quatro de abril de 1968, que lhes garantia 50% de desconto nas passagens intermunicipais.

Explicaram [os estudantes] que “os encarregados pelas vendas das passagens dos coletivos não querem conceder o abatimento aos estudantes, somente o fazendo quando é solicitada a ação dos fiscais do Departamento de Estradas de Rodagens, que, quanto solicitados, estão agindo corretamente, no

¹⁶⁶ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

¹⁶⁷ O trecho “A gente quer ter voz ativa”, faz parte da canção Roda Viva do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, lançada em 1967, no seu terceiro álbum. Embora, exista uma discussão sobre se a música foi composta ou não para transmitir pensamentos políticos, o fato é que, diante do contexto da época esta foi apropriada pelos estudantes por identificarem em suas estrofes mensagens de cunho político, como por exemplo, o trecho (A gente quer ter voz ativa), a que nos apropriamos por identificarmos neste o desejo dos estudantes com relação à conjuntura política da época. Ressaltamos que, nenhum autor detém o domínio de sua produção, após a publicação, que passa a ser interpretada conforme o horizonte do leitor e não mais do autor.

cumprimento da Lei, obrigando, que seja concedido o abatimento, aos estudantes”. (ESTUDANTES QUEREM CUMPRIMENTO DA LEI: ABATIMENTO, JORNAL DB, 19/04/1968, p. 08).

O aumento do número de cursos superiores oferecidos pelas instituições de ensino existentes na cidade atraía estudantes de outras regiões, inclusive de outros estados e, até mesmo, da capital. No entanto, ao ter que se deslocar do município onde reside para estudar em outro, um estudante inflaciona os gastos com os seus estudos, pois alguns, como moravam em cidades circunvizinhas a Campina Grande, deslocavam-se, diariamente, para outros semanalmente, e até bimestralmente. Convém enfatizar que, independentemente da frequência do deslocamento, morar em uma cidade e estudar em outra requer dos estudantes que se desloquem. Nesse viés, as passagens de ônibus são uma das responsáveis por inflacionar os gastos já existentes com os estudos, uma vez que, no período que estamos estudando, os municípios não disponibilizavam ônibus gratuitos para os estudantes, como o fazem hoje. Contudo, os descontos nas passagens também eram necessários dentro do próprio município, levando em consideração que alguns estudantes moram distante das instituições de ensino.

Por outro lado, quando perguntei a Cacilda se ela militou pela meia passagem, respondeu: “Não. Quase não tinha ônibus aqui em Campina Grande, a gente andava mesmo era a pé. Íamos para a Faculdade a pé mesmo¹⁶⁸”. Quando faço essa mesma pergunta a Jorge, ele responde: “Havia, agora esse movimento foi maior entre os estudantes secundaristas. Eles iam para a rua, quebravam ônibus, faziam movimento mesmo¹⁶⁹”. Djalma fala: “A isto eu não tenho informação, eu sei que houve essa luta, mas, eu não me engajava em movimento estudantil não¹⁷⁰”.

Nas falas dos nossos depoentes, identificamos representações diferenciadas pela bandeira da meia passagem. Cacilda, mesmo sendo uma militante, informa-nos que não houve militância pela meia passagem, visto a escassez de ônibus. Jorge, universitário na época dessa reportagem, ratifica a movimentação estudantil por essa bandeira, mas enfatiza ser essa mais uma luta dos estudantes secundaristas, Djalma, mesmo sem ser militante, afirma a militância dos estudantes pela meia passagem.

Estamos diante de uma bandeira em que a representação dos estudantes da época se faz por diferentes perspectivas, Para Bosi, (2003): “A memória oral, longe da unilateralidade

¹⁶⁸ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹⁶⁹ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

¹⁷⁰ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza”. (p. 15). Portanto, a contradição existente entre as falas de Jorge e de Djalma, com Cacilda é devido à incidência do fato no cotidiano deles. Por outro viés, a contradição presente nessas falas também se faz presente ao levarmos em consideração o lugar social desses depoentes, pois Jorge e Cacilda são militantes, e Djalma, não, mas, tem conhecimento da militância pela meia passagem, embora não seja um militante, enquanto Cacilda, sendo uma militante, desconhece essa bandeira. Partindo desse pressuposto, podemos dizer que a meia passagem é mais uma bandeira da militância estudantil campinense, mas que é apropriada por diferentes maneiras pelos militantes.

Outro problema que também afligia os estudantes era a privatização das escolas superiores, que atingia os universitários dos estados brasileiros plenamente, conforme informa o noticiário publicado no Jornal DB:

De certo tempo para cá, o Governo Federal tem dado mostras de que não criará nenhuma outra Universidade Federal, em qualquer região, passando a ser sua intenção estimular a criação de fundações particulares do Ensino Superior no País.

E o que nos parece mais grave é que, além de não pretender criar mais Universidades Federais, o Governo está disposto a converter as atuais organizações de ensino superior federais, em fundações particulares.

Essa pretensão se mostra mais próxima de sua concretização, se atentarmos para as declarações do Ministro Tarso Dutra, da Educação, recentemente formuladas em São Paulo, afirmando que o Governo Revolucionário não teria desistido desse intento.

POSIÇÃO

[...]

Universitários campinenses, abordados ontem por nossa reportagem a respeito desse tema, declararam que a concretização dessa providencia faz parte do processo de privatização das classes pobres na vida universitária da nação.

Por outro lado, estudantes da Universidade Regional do Nordeste acentuam ser o intento do Governo Federal, por demais, desastroso para C. Grande, cujas forças atuantes, perfeitamente irmanadas, vinham lutando pela federalização de nossa Universidade.

MEMORIAL

Sobre outro prisma, fomos, também, cientificados de que os universitários campinenses vêm programando algumas reuniões, em que serão debatidas as teses que se referem à transformação das escolas superiores em fundações particulares.

Adiantaram [...] os alunos dos diversos cursos superiores da Paraíba, têm em meta um memorial a ser remetido ao titular da Educação e Cultura, tratando, nesse mesmo documento, da situação da Universidade Brasileira. (GOVÊRNO NÃO CRIARÁ OUTRAS UNIVERSIDADES, 21/05/1968, p. 08).

Nesse âmbito, os universitários se defrontam com mais um problema que lhes atinge diretamente, a partir das intenções do Presidente da República em privatizar as instituições federais. Por outro lado, percebemos a frustração dos universitários da URNE, que lutavam pela federalização da instituição e presenciavam a aflição daqueles que não podiam pagar para dar continuidade aos estudos caso a proposta se concretizasse. Nesse contexto, o Governo não obteve muitas dificuldades, pois o projeto de Carlos Lacerda de tendências privatistas havia sido incorporado à LDB, desde 1961. Portanto, desde 1964, o Governo procurava colocá-lo em prática, substituindo a gratuidade do ensino público por parte do Governo por bolsas de estudo, financiadas por empresas, programas do Governo, entre outras vias¹⁷¹. Esse processo foi defendido pela USAID.

Assim, a USAID, sempre que possível, transmitia sua doutrina por intermédio da educação, e entre as suas interferências na educação brasileira, ela se fazia presente também por intermédio de bolsas de estudos, em que os alunos contemplados iam estudar sua “cartilha” no próprio país, ou seja, nos Estados Unidos e em países próximos a ele, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB:

A direção do Departamento de Recursos Humanos (DRH), da SUDENE, comunicou por ofício, ao professor Evaldo Gonçalves, Coordenador da Faculdade de Ciências da Administração ter a USAID posto bolsas de estudos a disposição das Escolas de Administração do Nordeste.

CURSOS

Na distribuição dessas bolsas, a Faculdade de Administração de Campina Grande, foi contemplada com quatro, destinando duas ao Curso de Administração de Empresas, e igual número ao de Administração Pública.

Esses cursos serão efetuados, tanto nos Estados Unidos, como no México. Devendo os bolsistas indicados, pelas escolas contempladas, ser submetidos a uma seleção do Departamento de Recursos Humanos, em vista do sistema de distribuição dessas bolsas ter sido aprovado pelo convenio SUDENE/USAID. (USAID CONTEMPLA A FACA COM 4 BÔLSAS DE ESTUDOS, 26/05/1968, p. 03).

Nesse âmbito, embora alguns universitários lutassem contra o imperialismo norte-americano na educação brasileira, ele encontrava meios para se inserir, e como nem todos os universitários campinenses eram contra o Governo, sempre havia estudantes interessados em compartilhar com a abertura política do Governo brasileiro. Todavia, essas bolsas não desviavam a preocupação dos universitários com a questão da privatização, por isso estavam os universitários da URNE vivenciando um dilema em seus propósitos, pois, de um lado, a

¹⁷¹ Sobre as intenções em privatizar o ensino brasileiro e o sistema de bolsas para os estudantes ver. CUNHA, Luiz Antônio; GÖES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

instituição de ensino parecia devido à falta de investimentos, e de outro, a ameaça do Presidente da República de privatizar as instituições federais. Porém, era preciso encontrar uma solução para os problemas financeiros enfrentados pela universidade de ensino superior, e o caminho que deveriam percorrer os universitários era lutar por sua federalização, que se apresentava como solução mais viável para o momento. Sobre isso, veja-se a matéria abaixo:

Presidentes de diretorios acadêmicos e do Diretorio Central dos Estudantes da Universidade Regional do Nordeste, vieram a nossa redação à noite de ontem, para dar conhecimento ao povo de Campina Grande, da luta que estão iniciando os universitários campinenses no sentido de obterem do Governo da República a federalização e o reconhecimento, por conseguinte, das faculdades que compõem a URN.

Informaram na oportunidade, que apesar das reiteradas promessas feitas nesse sentido, até a presente data nada de concreto foi decidido. (UNIVERSITÁRIOS INICIAM LUTA PELA FEDERALIZAÇÃO DA URN, JORNAL DB, 19/06/1968, p. 08).

Ratificamos que a militância universitária campinense ora ocorria em consonância com os movimentos universitários, que se desencadeavam nas regiões metropolitanas do país, ora isolados, quando se voltavam para suas próprias causas:

Numa promoção do Diretorio Central dos Estudantes, em colaboração com os diretórios acadêmicos, das faculdades integrantes das Universidades Federal e Regional do Nordeste, os universitários campinenses realizarão, na tarde de hoje, uma concentração, tendo por local a Praça da Bandeira.

FEDERALIZAÇÃO

Segundo informação dos estudantes José Roberto Braga e Altamiro Cavalcanti, Presidentes, respectivamente, dos Diretorios Central e Academico da Faculdade de Ciencias de Administração, essa iniciativa da classe universitária local tem por finalidade uma tomada de posição, com relação ao problema da Federalização da Universidade Regional do Nordeste, bem como a liberação das verbas federais destinadas ao seu funcionamento e a ajuda do Estado também nessa tarefa. (ESTUDANTES FARÃO PASSEATA HOJE: PROBLEMA DA FEDERALIZAÇÃO, JORNAL DB, 21/06/1968, p. 01).

Nesse momento, os universitários campinenses voltaram suas atenções para os problemas inerentes pela URNE¹⁷² e levaram a público, por meio de suas manifestações, as

¹⁷² Enquanto os estudantes universitários campinenses nesse momento voltavam suas atenções para problemáticas internas às instituições de ensino superior da cidade, no Rio de Janeiro, no dia 20 de junho de 1968, “[...] dois mil alunos reúnem-se na praia Vermelha para debater os resultados do movimento contra a política educacional do Governo. A assembleia geral universitária acaba em tragédia”. (VALLE, 2008, p. 108). Segundo depoimento de José Roberto Arantes: “A polícia não se contentou em espancar, insultar, prender. Chegou ao sadismo e à agressão sexual contra as moças. Resultaram 311 presos e essa agressão foi quase a convocação para as manifestações do dia seguinte, a sexta-feira do sangue”. (apud SANTOS, N. 1980). A sexta-feira sangrenta, como ficou conhecida a data de 21 de junho de 1968, resultou de uma intensa repressão policial

dificuldades que vivenciava a URNE para manter o seu funcionamento. Como os poderes públicos não adotavam nenhuma providência, após a movimentação do dia 21/06/1968, para viabilizar os problemas financeiros da instituição de ensino, um novo comício foi realizado, mas, dessa vez, os estudantes conseguiram sensibilizar autoridades políticas a participarem da luta pela URNE, conforme informa a matéria publicada pelo Jornal DB:

CONCENTRAÇÃO

Os universitários realizaram às 16:00 horas de ontem, do Largo da Florida, uma concentração que contou, entre outras autoridades, com a presença do Governador João Agripino.

Abrindo o comício falou o acadêmico Antonio Fernando Neto, representante dos corpos discentes das escolas federais localizadas, nessa cidade, trazendo a solidariedade dos seus colegas aos alunos da Universidade Regional, na luta por sua federalização.

Como Vice-Reitor e representante, na ocasião, o titular da reitoria da Universidade, se fez ouvir, em seguida, o Cônego Emídio Viana, destacando a crise por que passa, presentemente, aquela organização de ensino superior. Ressaltou que, diante desse estado de coisas, a solução para a Universidade será a sua federalização, apelando, nesse sentido, que o Governador, pelo alto conceito de que desfruta, perante a Nação, assumisse a liderança dessa cruzada, que, ora, empolga a comunidade campinense.

O orador seguinte foi o professor Raimundo Gadelha, que trouxe a palavra do corpo docente da Universidade [...].

Em conclusão disse o professor Gadelha que a luta pela federalização era um apostolado no qual, todos deviam participar apelando, na ocasião fosse o Governador João Agripino o seu defensor junto ao Povo Central.

O estudante José Roberto Braga, Presidente do Diretorio Central, reportou-se, por igual, ao problema, explanando, em suas linhas gerais, as reivindicações da mocidade estudiosa serrana, no que tange ao futuro da nossa Universidade, o mesmo ocorrendo por parte do seu colega Simão Neto, pela União Universitária Campinense.

Encerrando a concentração o Governador João Agripino, relatou, preliminarmente, sua luta pelo aproveitamento dos excedentes, de Medicina, o que foi resolvido satisfatoriamente.

[...]

sobre o movimento estudantil que protestava a violência exercida sobre os estudantes no dia anterior, e como resposta do Governo nessa passeata, a violência policial se fez mais intensa do que a do dia anterior. “O balanço de alguns hospitais – nem todos divulgaram os totais – registrou: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Néelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e quinze espancados pela polícia. No DOPS, à noite, amontoava-se cerca de mil presos”. (VENTURA, 1988, p. 126). Todavia, os estudantes não recuaram e organizaram uma passeata que marcou a história do movimento estudantil, colando nas ruas do Rio de Janeiro mais de cem mil pessoas. A adesão a ela não foi feita apenas pelos estudantes. Assim, “[...] os estudantes recebem a declaração de solidariedade de vários setores da sociedade civil – mães de alunos, artistas, professores, Jornalistas, servidores, populares, advogados pela OAB, e o clero – [...]”. (VALLE, 2008, p. 123). Ora, com tamanha adesão prol causas estudantis, uma reação policial contra eles, nesse evento, de certo não apenas as represálias sobrecairiam apenas nos estudantes, mas também sobre diversos membros da sociedade civil. E o Governo não foi ingênuo em atacar sem ser atacado. Segundo a matéria publicada no Jornal DB, a passeata seguiu sem a interferência policial. “O governador Negrão de Lima declarou após terminada a passeata, que estava feliz por ter a mesma transcorrido sem qualquer incidente e em seguida pelo telefone, fez um relato ao Presidente da República que se encontrava em Brasília”. (ESTUDANTES E POVO FAZEM PASSEATA: RIO, 28/06/1968, p. 01).

Esclareceu que, na sua próxima viagem a Brasília, irá solicitar que sejam revogados os cortes determinados nas dotações destinadas à nossa Universidade e que seu reconhecimento sairá ainda esse ano, comprometendo-se também, a cuidar de verbas que permitam seu tranquilo funcionamento, em 1969.

Em referência à federalização, frisou ser necessário, que fossem vencidas essas primeiras etapas, principalmente a do seu reconhecimento, após o que o problema poderá ser cuidado com maior evidencia. (JOÃO AOS ESTUDANTES: URN SERÁ RECONHECIDA EM 1968, 23/06/1968, p. 01).



Fonte: Jornal Diário da Borborema

A imagem acima faz referência ao discurso do Governador João Agripino.

A partir da citação acima, percebemos as articulações do movimento universitário campinense, tanto com representantes da Universidade Federal, quanto com políticos, pois apelam para Agripino que faça algo pela instituição de ensino, uma vez que o governador mantém boas relações com o Governo federal. Ora os universitários da URNE ainda não tinham os seus cursos reconhecidos, mas pretendiam ser federalizados, e não era projeto do Governo federalizar instituições de ensino, mas privatizar até mesmo as federalizadas. Mesmo assim, os estudantes não recuavam, e outros políticos, como o deputado Vital do Rêgo e Plínio Lemos, abraçavam a causa da federalização da URNE, como vemos nesta matéria publicada no Jornal DB:

Uma das grandes preocupações do deputado Vital do Rêgo é a universidade Regional do Nordeste, com sede em Campina Grande. Ele e o senhor Plínio Lemos, têm desenvolvido uma campanha intensa em favor dessa Universidade, mas até agora não encontraram maior receptividade no

Ministério da Educação. Não desanimando, contudo, continuam a lutar. (DEPUTADOS LUTAM PELA UNIVERSIDADE REGIONAL, 02/07/1968, p. 01).

Não sejamos, porém, ingênuos, a ponto de pensar que os políticos que abraçaram a causa da URNE o fizeram desinteressados, pois 1968 era ano de eleição para prefeito, e cada político aqui mencionado tinha suas pretensões nas urnas campinenses. No entanto, sem dispor de muitas opções, os universitários da URNE seguem o caminho indicado pelo Governador João Agripino e, por não ser uma instituição de ensino federalizada, a universidade consegue avançar em suas propostas em um período, que, o Presidente da República tem como meta privatizar as instituições existentes, e a URNE¹⁷³, por meio do governador, conseguiu verbas para a instituição e o seu sonhado registro. Conforme matéria abaixo:

Em audiência que manteve com o Ministro da Educação, sr. Tarso Dutra, o Governador João Agripino, conseguiu o compromisso da remessa, urgente, ao Presidente da República, do decreto autorizando o registro da Universidade Regional do Nordeste, de Campina Grande.

O governador ainda conseguiu evitar o corte de 60 por cento na dotação orçamentária da URN, e uma verba de 250 mil cruzeiros novos para a universidade campinense.

O governador já deixou a minuta do decreto de reconhecimento da Universidade Regional do Nordeste, e o expediente referente à manutenção integral de sua dotação recebeu parecer favorável da Diretoria do Ensino Superior. (AGRIPINO CONSEGUIU O REGISTRO DA UNIVERSIDADE, JORNAL DB, 02/07/1968, p. 01).

Depois de conseguir o registro da URNE, evitar cortes no orçamento da instituição e investimentos sobre ela, os estudantes dirigiram sua atenção para a questão das anuidades. Segundo Cacilda, a militância contra as anuidades aconteciam: “Porque tinham muitas pessoas que queriam estudar, mas não tinham condições de pagar, e a gente queria que todo mundo tivesse oportunidades, essa era a nossa luta¹⁷⁴”. Nesse âmbito, a FASES promoveu o I Seminário de Didática do Ensino Superior, entre os dias 18 e 22 de junho de 1968. Entre os problemas enfrentados pelos universitários, destaca-se o da anuidade, devido à falta de recursos dos universitários para pagarem esse investimento e se manterem nas Faculdades,

¹⁷³ Embora a URNE tenha conseguido alguns subsídios, não conseguiu a tão sonhada federalização, e é estadualizada em 05 de setembro de 1987, no Governo de Tarcísio Burity. Sobre o processo de estadualização da URNE, consultar PORFÍRIO, Waldir. **Anos de Luta:** da intervenção no DCE da URNE à estadualização da universidade – 1981 a 1987. Campina Grande: UEPB, 2008.

¹⁷⁴ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

visto que a renda per capita da cidade era inferior à de outros estados, como consta no artigo de Lopes de Andrade:

No caso do pagamento das anuidades escolares, que analisei em relação à Faculdade de Química da URN de Campina Grande, o problema fundamental não é pagar ou deixar de pagar, mas, sim, como pagar as anuidades.

Salvo as regiões de São Paulo (Capital) e Guanabara, onde a renda “per capita” brasileira já ascende, numa moeda mais ou menos estável, a 1000 dolares por ano, em todo o resto do Brasil não há condições objetivas que autorizem o pagamento de coisa alguma, em termos de Povo.

No Nordeste, só a partir dos últimos três anos a renda “per capita” atingiu 150 dolares por ano.

Em relação ao caso particular da Faculdade de Química da URN, o que é justo pedir, aos estudantes é mais compreensão do problema das anuidades escolares, e não que eles se considerem maus pagadores ou que se julguem obrigados a pagar o que a renda global da região não permite.

As resoluções 7 e 8 do I Seminário enfatizam o “boicote à Política Educacional do Governo”, com a denuncia do “plano de dominação cultural do imperialismo contra a cultura nacional, alienando o estudante da realidade”.

A política Educacional do Governo é coisa que não sei se existe. (ESTUDANTES TÊM RAZÃO, JORNAL DB, 22/06/1968, p. 02).

Para Cacilda, a questão das anuidades está ligada meramente a um problema financeiro dos estudantes. Ao interpretar a reportagem do Jornal DB, concluímos que os três primeiros parágrafos também tentam transmitir essa mesma informação aos seus leitores, mas, nos dois últimos parágrafos, o próprio Lopes de Andrade, mesmo que, de certa forma, abdicando de prestar informações sobre a política educacional do Governo, via influência norte-americana, menciona uma luta dos estudantes contra ao imperialismo norte-americano em nossa educação. Nessa perspectiva, lutar contra as anuidades, para Jorge, era também lutar contra:

[...] uma tendência a se privatizar o ensino público, então lutar contra as anuidades era evitar que a ditadura conseguisse privatizar a educação. E de fato ela não conseguiu privatizar o ensino público. Agora esse foi um movimento nacional, contra a privatização do ensino público e contra o imperialismo norte-americano em nossa educação¹⁷⁵.

Ao refletir sobre os depoimentos de Cacilda e de Jorge, observamos que ambos mencionam o problema das anuidades por representações diferenciadas. Essas representações são possíveis, porque, segundo Rioux (1998): “O peso da história nas memórias coletivas é

¹⁷⁵ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

muito variável, desde a ausência até à obsessão, numa gama muito larga. E os acontecimentos coletivos são desigualmente interiorizados”. (p. 319). Portanto, a representação feita por Cacilda, com base em sua memória acerca dos problemas da anuidade, parte de uma representação não semelhante à de Jorge. Porém, isso não implica que uma anule a outra, apenas as representações partem de campos diferentes.

Mas, não era apenas o movimento estudantil que ocupava as páginas do Jornal DB, pois, se aproximavam as eleições para prefeito da cidade, e os políticos iniciavam as articulações no propósito de garantir a vitória. Assim, alguns industriais, empresários e políticos da cidade, apresentam um projeto de pacificação. Esse projeto tinha por objetivo lançar um único nome representante da ARENA¹⁷⁶ na cidade. Nessa eleição, Campina Grande tinha como possibilidades a candidatos Vital do Rêgo e Severino Cabral, pela ARENA, e Ronaldo Cunha Lima, pelo MDB. Nessa perspectiva, a cidade vivenciou uma articulação política, em que o Governador do Estado, João Agripino, e o Senador Argemiro de Figueiredo se empenharam nessa missão. A matéria publicada pelo Jornal DB, ratificar essa reflexão:

Paralelamente a êsse panorama de definição, passou a medrar em alguns círculos a ideia de pacificação, notadamente no âmbito das classes produtoras locais, cujos principais líderes, formularam apêlo, nêsse sentido, ao Governador João Agripino.

O chefe do Executivo Estadual acatou, com satisfação, a sugestão que lhe era formulada, delegando, porém, na mesma ocasião, numa atitude para muitos, imprevisível, todos e plenos poderes ao Senador Argemiro de Figueiredo, para que se incumbisse êle de coordenar as conversações relativas ao alcança do pretendido congraçamento político da família campinense, tendo essa delicada missão sido aceita pelo representante campinense, na Alta Câmara do Congresso Nacional. (ARGEMIRO: PACIFICAÇÃO É DIFÍCIL, MAS NÃO IMPOSSÍVEL, 02/07/1968, p. 08).

Essa missão também recebeu o apoio dos Deputados Plínio Lemos, Pedro Gondim e Wilson Braga, mas não, de toda a classe política paraibana, com a qual não concordavam os deputados Luiz de Barros, Augusto Ramos e Osmar de Aquino que, em entrevista ao Jornal DB, deixaram claro ser contrários a essa articulação:

¹⁷⁶ No dia 20 de novembro de 1965, é baixado o Ato Complementar nº 4, que extinguiu os partidos existentes e criava novas regras para a criação de novos partidos, a saber: os novos partidos deveriam constituir-se de, no mínimo, 120 deputados e 20 senadores, o que tornava praticamente impossível a criação de partidos, a não ser que os antigos se unissem para atender aos novos critérios do Governo. No entanto, o Governo ainda corria o risco de que essa estratégia dos partidos ainda não atendesse aos critérios exigidos, e diante da possibilidade de o Governo não ter um partido de oposição, o que poderia pôr em risco a sua própria legitimação, de acordo com Alves (1984): “Passaram então as normas a exigir apenas que o partido a ser formado reunisse tantos membros do Congresso quanto possível. Os vários partidos de oposição associaram-se para formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O partido de apoio ao Governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA)”. (p. 94). Porém, para que as eleições não ficassem em uma disputa entre apenas dois candidatos, os partidos poderiam criar sublegendas.

PACIFICAÇÃO

Relativamente à êsse assunto, argumentou o representante de Guarabira que “políticos pacificados entre si e com o poder não significa paz na comunidade. Significa, isto sim, marginalização do povo”.

“Campina foi incluída na lista dos chamados municípios cassados, por recente lei imposta ao Congresso Nacional, escapando juntamente com outras comunas. E eis que, agora, forceja-se cassar-lhe, de fato, o direito de escolher o seu prefeito. (OSMAR: PACIFICAÇÃO EM CAMPINA É EMBUSTE, 31/07/1968, p. 08).

Ora, o deputado Osmar de Aquino compara a pacificação política da cidade de Campina Grande, pretendida por alguns políticos paraibanos, com a própria ação do Governo Federal em tornar a cidade como Zona de Segurança Nacional. Esse projeto foi criticado por esses mesmos políticos que, para garantir sua vitória, pretendiam induzir a população campinense a votar em um candidato escolhido pelo grupo político que defendia a pacificação política. Nessa feita, o mais importante para a articulação política seria a desistência de Vital do Rêgo e de Severino Cabral. Porém, o primeiro aceitou retirar o seu nome da candidatura, mas Severino Cabral rejeitou a negociação e se declarou candidato a prefeito da cidade, como mostra a matéria publicada no Jornal DB:

Tão logo concluiu seu entendimento com o Governador, o sr. Severino Cabral veio até o saguão lateral de sua casa, declarando, aos que ali se achavam – “Sou candidato a Prefeito Municipal”. – Estava, pois, liquidada a pacificação política proposta pelas classes produtoras campinenses. (CABRAL DÁ O ‘GRITO DO YPIRANGA’ E ROMPE A PACIFICAÇÃO POLÍTICA, 02/08/1986, p. 08).

Severino Cabral saiu candidato a prefeito da cidade pela ARENA, com o apoio de João Agripino e de Argemiro de Figueiredo, que justificaram sua posição, porquanto lutaram pela pacificação, argumentando que o primeiro a romper com esse projeto foi o povo, por intermédio da imprensa, e não, Severino Cabral:

Prosseguiu Agripino em seu discurso afirmando: “Tanto eu como o senador Argemiro de Figueiredo entendemos que seria uma violação dos princípios democráticos, se nós usássemos o poder que a Lei nos conferia, de organização dos diretórios ceifar a cabeça de quantos aspiravam ser candidatos a prefeito”.

“Nós só poderíamos fazer a pacificação se todos os candidatos concordassem, mas lembre-se de que quem primeiro se insurgiu contra a pacificação não foi Severino Cabral, foi à imprensa falada e escrita de Campina Grande, que representava o pensamento do Povo campinense”.

VITAL QUERIA DINHEIRO DO ESTADO

Prosseguindo, esclareceu o Governador da Paraíba que aquele deputado lhe pedira 70 milhões de cruzeiros velhos, sob a alegação de que Severino

Cabral passara 36 anos fazendo benefícios ao Povo de Campina Grande e que sômente poderia combatê-lo se pudesse fazer os mesmos favores em apenas 36 dias, sendo que para isto precisaria de muito dinheiro.

Após detalhar mais êsse episódio envolvendo o deputado renunciante¹⁷⁷, arrematou João Agripino, no seu discurso em tom de revolta: “Dinheiro do Estado arrecadado de vocês, nem êle, nem Cabral, nem ninguém, verá em sua campanha”. (AGRIPINO APOIA CABRAL E DENUNCIA COMPLÔ, JORNAL DB, 01/10/1968, p. 08).

As eleições¹⁷⁸ para prefeito de Campina Grande começaram conturbadas desde o instante em que a cidade foi declarada como Zona de Segurança Nacional. No entanto, não era uma prática fora do comum, em tempos de eleição, políticos da situação pretenderem eleger candidatos de sua indicação, assim como quem estava à margem do Governo ambicionar fazer parte dele. Contudo, o fato de Campina Grande vivenciar conflitos meramente políticos não quer dizer que os movimentos estudantis davam trégua, muito pelo contrário, aproveitavam para angariar o apoio de políticos. Nesse sentido, quando o líder estudantil, Vladimir Palmeira, foi preso no Rio de Janeiro, no dia 02 de agosto de 1968, em Campina Grande, os universitários realizavam passeatas em protesto à prisão de Vladimir:

Os estudantes universitários e secundaristas foram às ruas, na manhã de ontem, em movimento pacífico, realizando passeatas e comícios de solidariedade ao líder estudantil Wladimir Palmeira, preso recentemente na Guanabara.

Em virtude da proibição de realização desses movimentos constante de recente Portaria do Ministério da Justiça, o Govêrno do Estado através da Sua Secretaria de Segurança Pública, resolveu impedir a efetivação dessas manifestações estudantis, pondo na rua dispositivo policial ostensivo.

CONCENTRAÇÃO

Após percorrer algumas artérias, logo, no primeiro ponto da concentração, estudantil, no Largo da Florida, em face da chegada da polícia, registrou-se um corre-corre, tendo um soldado empurrado violentamente uma jovem manifestante, o que acirrou ainda mais os ânimos estudantis.

Em decorrência disso, graves incidentes, de decorrências imprevisíveis poderiam ter ocorrido, não fora a pronta e decidida atuação do deputado Vital do Rêgo.

[...]

NOVO INCIDENTE

Serenados os ânimos, os estudantes começaram a se afastar do Largo da Florida, iniciando um novo comício-relâmpago, à altura do Café São Braz. Nesse íterim, novo incidente surgiu quando um sargento, guiando uma camionete da Polícia e conduzindo o Tenente Alencar, tentou passar com seu veículo pelo meio dos estudantes ali reunidos.

¹⁷⁷ Como a pacificação não obteve êxito, Vital do Rêgo rompeu com a ARENA e passou a ser candidato pelo MDB.

¹⁷⁸ Em 1968, a ARENA lançou três sublegendas: ARENA-I com Severino Cabral; A Arena-II, com Plínio Lemos; e a Arena-III, com Stênio Lopes. O MDB lançou o: MDB-I, com Ronaldo Cunha Lima; O MDB-II, com Osmar Aquino; e o MDB III, com Antônio Vital do Rêgo.

Nesse instante, o deputado Vital do Rêgo, voltou a intervir ponderando ao militar-motorista, da inconveniência do seu gesto, em face do acirramento de ânimos decorrente ainda do incidente anterior.

[...]

Os manifestantes rumaram, em seguida até o Largo da Prefeitura, onde efetuaram outra ligeira concentração. Da li seguiram até a porta central do Centro de Saúde, na Venâncio Neiva, local em que foi dispersa a manifestação, com a polícia acompanhando a distancia o movimento estudantil.

À noite, os principais pontos da cidade foram ocupados pela polícia, que distribuiu volantes, por medida, de segurança já que haviam surgido rumores de que nesse horário os estudantes voltariam à carga, com novas passeatas e concentrações, o que não se verificou até à hora em que encerrávamos a redação. (SOLIDARIEDADE A WLADIMIR LEVA ESTUDANTES À RUA, JORNAL DB, 14/08/1968, p. 08).



Fonte: Jornal Diário da Borborema (14/08/1968, p. 01)

Na primeira imagem, temos o deputado Vital do Rêgo se dirigindo aos policiais presentes para intervir pró-estudantes; na segunda, o cerco policial para impedir as manifestações estudantis.

Não tinha jeito, o movimento universitário campinense se apropriara de posicionamentos políticos de esquerda e estavam dispostos a enfrentar a polícia. As correlações de forças eram aguerridas, e a polícia vinha, dispersava, mas, no outro dia, os estudantes estavam nas ruas da cidade, contando com a proteção de alguns políticos, como o deputado Vital do Rêgo, pois, de acordo com Balandier (1982): “O grande ator político comanda o real através do imaginário. Ele pode aliás, manter-se em uma ou outra dessas cenas, separá-las, governar e produzir um espetáculo”. (p. 08). Assim fez Vital do Rêgo, que havia denunciado o movimento estudantil campinense, em março de 1967, na Câmara dos

Deputados, em Brasília. Porém, como era tempo de eleição, defendia-os. Portanto, Vital do Rêgo transitava entre uma cena e outra, entre estar a favor e contra os movimentos estudantis, visto que, na política, ele havia perdido o apoio de João Agripino e de Argemiro de Figueiredo e apenas lhe restava lutar para ganhar a confiança da população, porque devido ter rompido com tais políticos, ele não disporia de dinheiro público.

Mas, nem tudo era tristeza, no meio universitário, e em meio às turbulências enfrentadas pelos estudantes, eles receberam a notícia de autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina, conforme informa esta matéria publicada pelo Jornal DB: “O vereador Edvan Pereira Leite em pronunciamento feito ontem a CM, disse que o Governo Federal, através do Conselho Federal de Educação, havia concedido licença para o funcionamento da Faculdade de Medicina de C. Grande”. (GOVÊRNO AUTORIZOU FUNCIONAMENTO DA FACULDADE DE MEDICINA DE C. GRANDE, 14/08/1968, p. 08). Essa informação acalorou os ânimos dos universitários excedentes que ainda aguardavam para regularizar suas matrículas.

Contudo, a luta dos excedentes de Medicina ainda não chegara ao seu desfecho, pois foi anunciada a matrícula de sessenta e quatro estudantes, em um universo de duzentos e quarenta e um excedentes. Esse informe movimentou não apenas os excedentes, mas também outros universitários, em apoio a eles:

Esta previsto para a próxima sexta – feira a matrícula dos primeiros sessenta e quatro excedentes da Faculdade de Medicina de João Pessoa, da Universidade Federal da Paraíba, e que irão compor a primeira turma da Faculdade de Medicina de Campina Grande.

[...]

Enquanto a Reitoria da UFPB anuncia o início da matrícula para a próxima sexta – feira as lideranças estudantis anunciam que abriram mandato de segurança contra a Universidade que, “não só devem ser matriculados os sessenta e quatro, mas todos os excedentes que somam duzentos e quarenta e um”.

O movimento em prol da matrícula de todos os excedentes, conta com adesão não só dos excedentes, como de todos os líderes universitários dessa capital. (EXCEDENTES DE MEDICINA QUEREM MATRICULAS PARA TODOS, JORNAL DB, 15/08/1968, p. 03).

No entanto, estava se aproximando o término de 1968, e os excedentes que não conseguiram matrícula para a Faculdade de Campina Grande ainda continuavam sem ter uma solução para o seu problema, de acordo com esta matéria publicada no Jornal DB:

Dos duzentos e quarenta e um excedentes, apenas cento e vinte e oito foram aproveitados pela Faculdade de Medicina dessa cidade, encontrando-se os

outros cento e treze restantes à espera de que as autoridades educacionais autorizem o seu aproveitamento.

[...]

Enquanto isto, os estudantes¹⁷⁹, prejudicados por não obterem a oportunidade que conseguiram, com a aprovação no vestibular, de ingressar na escola superior, anunciam o início de um novo movimento visando sensibilizar as autoridades e a opinião pública, fazendo-os despertar para a gravidade da situação. (EXCEDENTES DA FACULDADE DE MEDICINA DE JOÃO PESSOA VÃO INICIAR NOVA CAMPANHA PELO APROVEITAMENTO, 04/10/1968, p. 08).

Em via dos acontecimentos, os universitários campinenses organizavam comícios e passeatas para dar continuidade as suas reivindicações e protestos:

Serão escolhidos hoje, a exemplo das demais cidades brasileiras, os dirigentes dos Diretorios Academicos das escolas superiores dessa cidade.

MANIFESTAÇÕES

As manifestações estudantis que foram feitas nessa cidade na ultima terça feira segundo se anunciou ontem nos meios estudantis, deverão ser reiniciadas hoje, com a realização de passeatas e comícios relâmpagos nos principais pontos da cidade.

Os estudantes protestarão ainda contra a prisão do estudante guanabario Vladimir Palmeira e contra a decretação de prisão preventiva para sete estudantes paraibanos, entre eles a líder universitária campinense, Germana Correia Lima.

INCIDENTES

Esperam os estudantes que a polícia não interfira em suas reivindicações prevendo-se que não ocorreram nenhum incidente, principalmente depois das afirmações feitas pelo Governador João Agripino, quando do diálogo com os estudantes do colégio Estadual¹⁸⁰, reafirmando suas determinações, proibindo que os policiais saíssem armados para combater os estudantes (UNIVERSITÁRIOS FAZEM ELEIÇÕES DE DIRETÓRIOS, JORNAL DB, 16/08/1968, p. 08).

Como a polícia não deu ordem de soltura a Vladimir e não revogou o pedido de prisão dos estudantes paraibanos, os estudantes continuaram expressando o seu repúdio à repressão do Governo contra eles, o que resultou em novas prisões de estudantes paraibanos.

Quanto às eleições para os Diretórios Acadêmicos da cidade, foram realizadas em clima de harmonia, conforme registrado no Jornal DB:

A realização das eleições para escolha dos dirigentes dos Diretórios Acadêmicos movimentou os meios universitários campinenses, por todo o

¹⁷⁹ Os demais excedentes conseguiram garantir as suas matriculas para o ano de 1969, na Faculdade de Medicina de João Pessoa.

¹⁸⁰ No dia 13 de agosto de 1968, o Governador João Agripino se fez presente na cidade de Campina Grande, para inaugurar obras que foram realizadas no edifício da escola José Américo de Almeida, mais conhecida como Estadual da Prata. Nesse evento, o governador dialogou com os estudantes que lá estavam.

dia de ontem, num clima de mais completa cordialidade, sem que se registrasse qualquer ato que pudesse empanar o entusiasmo dos jovens estudantes¹⁸¹. (HARMONIA E ENTUSIASMO MARCARAM AS ELEIÇÕES DOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS EM CAMPINA GRANDE, 17/08/1968, p. 08).

Depois da eleição dos novos membros que constituíram os Diretórios Acadêmicos das instituições de ensino de nível superior existentes na cidade, os universitários convidaram o Reitor da Universidade Federal para dialogar com eles. O convite foi aceito, mas não colocado em prática. Vejamos:

Juntamente com a União Estadual dos Estudantes, a União Universitária Campinense e o DCE da URN, estiveram reunidos ontem à noite os Diretórios Acadêmicos da cidade analisando os últimos acontecimentos estudantis. Um dos pontos principais da reunião foi a mobilização que os alunos da POLI e da FACE realizaram ontem em torno da propalada vinda do Reitor da Universidade Federal a Campina Grande e as consequências de sua ausência, que os estudantes consideraram como “mais uma mostra de desinteresse do Reitor aos problemas dessas escolas”.

Os estudantes da POLI e da FACE estavam mobilizados e concentrados nessa escola na manhã de ontem aguardando a chegada do Reitor da UFPB para apresentarem as reivindicações de mais um ônibus, conclusão da Casa universitária, ampliação do Restaurante, contratação de novos professores e curso de aperfeiçoamento para os atuais, para ambas as Escolas, Expansão dos Laboratórios, material de expediente e construção de mais salas de aulas para a POLI; Construção do 3º Bloco, Escritório de Projeto, ampliação da Biblioteca para a FACE. Exigiram também a imediata extinção das

¹⁸¹ Segundo essa mesma matéria, nas eleições dos Diretórios, foram eleitos os seguintes representantes: FASES: A nova Diretoria do DA da FASES foi assim constituída: Presidente: Ana Maria de Farias Lira – vice-Presidente: Lêda Maria Cantalice de Queiroz – Secretária: Maria Eliete Cavalcante de Farias – 2ª Secretária: Cacilda Filomena de Castro – Tesoureira: Eliete Nascimento Belô e 2ª Tesoureira: Maria José Rocha. FACE: O Diretório da FACE ficou assim distribuído: Claudio Américo Pôrto (Presidente) – Paulo Henrique Sobreira (Vice-presidente) – José Borges Sobrinho (Secretário) – Wandony Dantas (2º Secretário) – Oracio Mendes (Tesoureiro) e Salete Cavalcante (2ª Tesoureira). POLI: A nova Diretoria do Diretório Acadêmico da POLI ficou formada pelo: Presidente: Darlam Nobrega de Farias – Vice-presidente: Williams Capim de Miranda – Secretário: Faelante Holanda Cavalcante Neto – 2º Secretário: Clidemberg Ribeiro de Vasconcelos – Tesoureiro: João Batista Meira Braga – 2º Tesoureiro: Carlos Alberto Porto. FACA: A Faculdade de Administração realizou também a eleição para a escolha dos membros diretores do seu Diretorio Academico. Depois de apurados os votos foram eleitos os seguintes alunos: Presidente: Ubirajara de Uraey – Vice-presidente: Ronaldo Peixoto – Secretária: Maria do Socorro Vasconcelos – 2º Secretária: Tâmara Bezerra de Melo – Tesoureiro: Omar Matos – 2º Tesoureiro: José Jacomo e Carlos Alberto de Lima, representantes juntos do DCE. DIREITO: Na Faculdade de Direito também houve eleição, sendo os nomes vitoriosos: Presidente: Antonio Augusto de Arrochelas Macedo – vice-Presidente: Romulo de Brito Lira – Secretária: João Ferreira de Farias – 2º Secretária: Maria do Socorro Ribeiro – Tesoureiro: Manoel Meireles. Como representante junto ao DCE foi escolhido o universitário Orlando Vilarim Meira. LETRAS E EDUCAÇÃO: Para o Instituto Central de Letras e Faculdade de Educação foi eleita a chapa: Presidente: Maura Pires Ramos – vice-Presidente: Luzia Limeira de Carvalho – Secretária: Elionea de Almeida Japiassú – 2º Secretária: Sônia Maria Guedes – Tesoureiro: Amélia Maria Coutinho – vice-Tesoureiro: Albanita Guerra Araújo. Como delegada junto ao DCE foi escolhida a universitária Marta Maria Marques Japiassu. CIENCIAS HUMANAS: No Instituto Central de Ciencias Humanas foram eleitos os seguintes novos membros do seu DA. Presidente: Maria da Guia Leite – Vice-presidente: Terezinha Delfino de Carvalho – Secretária: Maria Rosana de Albuquerque – 2º Secretária: Gloria Maria Sobral – Tesoureiro: Maria Auxiliadora Cartaxo – Vice-tesoureiro: Mércia Meira Braga – Delegado do DCE: Hermano Caldas Lins.

Anuidades. “A vinda do Reitor, inclusive sua saída de João Pessoa, foi confirmada. A sua chegada à FACE onde o esperávamos, todavia, não se verificou, pois temendo o diálogo com os estudantes resolveu o Reitor regressar a João Pessoa sem se quer ir as Escolas”.

Para hoje, estão previstas Assembleias Gerais e Assembleias Conjuntas na Escola Politécnica e Faculdade de Economia, visando o aprofundamento dos problemas e discussão de formas de prosseguirmos na luta. Na URN e escolas independentes, o apoio também será dado na pratica, a partir da intensificação de suas lutas especificas e no avanço de suas exigências, segundo nos declararam os participantes da reunião estudantil. (LIDERANÇAS DISCUTIRAM A AUSÊNCIA DO REITOR, JORNAL DB, 17/09/1968, p. 08).

Como podemos perceber, as propostas de intenção dos universitários campinenses foram mencionadas repetidas vezes, com algumas ressalvas, visto que algumas bandeiras haviam sido conquistadas, mas isso não era o suficiente, enquanto que, em relação às outras, nada havia se modificado, como o caso das anuidades. No entanto, outro problema se insurgia, com a falta de diálogo entre os universitários e o Reitor da Universidade Federal da Paraíba.

Convém lembrar que estávamos em ano de eleição para prefeito, em que disputavam o cargo políticos representantes da ARENA, partido que contava com o apoio do Governo Federal, e o MDB, partido de oposição. Entretanto, como os estudantes tinham muito com o que se preocupar, decidiram não adotar partido – embora fosse um ano importante em relação às eleições. Porém, essa posição não foi compartilhada por todos os universitários, porquanto havia aqueles que defendiam uma posição política no pleito eleitoral. Esses estudantes que expressaram a sua opinião em público a generalizavam como opção de todos os universitários. Por essa razão, a UUC julgou necessário esclarecer que não era causa dos universitários defenderem partidos políticos, e o estudante que o fizesse não generalizasse sua posição aos demais. O Jornal DB registrou esse fato, como mostra este fragmento de reportagem:

Com a finalidade de analisar a atitude de alguns universitários campinenses, que estão usando o nome da Classe, em comícios políticos partidários, apoiando candidatos e comungando de seus ideais, reuniu-se, ontem, o Conselho Deliberativo da UNIÃO UNIVERSITÁRIA CAMPINENSE.

Na ocasião, a entidade que coordena a classe universitária campinense resolveu expedir Nota Oficial, aprovada por unanimidade, pelos representantes dos Diretórios Acadêmicos, na qual “repudiam e desautorizam que qualquer universitário use o nome da classe para apoiar políticos, pretendendo atrelar o movimento estudantil a causas personalistas e profissionais”.

Alega a nota que “atitudes como essas não passam de um oportunismo vulgar e barato que merece total repulsa da grande maioria dos universitários

campinenses” esclarecendo ainda que “somente as entidades estudantis: DAs, em nível de escolas; DCEs, em nível de universidade; UUC, em nível da cidade e UEEP, em nível do Estado, é que têm autoridade e podem falar em nome da classe”. (UNIÃO UNIVERSITÁRIA CAMPINENSE REPUDIA AÇÃO DE ALGUNS UNIVERSITÁRIOS, JORNAL DB, 22/09/1968, p. 08).

Diante de um momento tão importante para a cidade, os estudantes não eram inocentes em relação ao seu posicionamento político, mas definir por partido A ou B poderia prejudicar o movimento, uma vez que eles estavam sendo beneficiados com o apoio de candidatos que pleiteavam votos. Assim, a opção dos representantes universitários por não declarar o seu voto pode ser entendida como mais uma tática, pois a tática também é uma “[...] ação calculada, que é determinada pela ausência de um próprio”. (CERTEAU, 1994, p. 100). Portanto, a tática entre os estudantes foi uma ação praticada com o propósito de burlar o sistema, porém, a ausência de uma ação também pode ser entendida como uma expressão tática, desde que, esta beneficie aquele que decide não se posicionar. Todavia, entre os universitários, inclusive os campinenses, não estavam em pauta apenas as eleições para prefeito das cidades, mas também para Presidente da UNE. Então, foi realizado o XXX Congresso da UNE.

Segundo Cacilda, os organizadores do Congresso pensaram em métodos de despistar a polícia, desde a saída dos estudantes de sua cidade até a chegada ao evento:

A coisa começou logo na ida. Primeiro a gente viajou como se fôssemos casados, fizeram certidão de casamento para a gente, não mudaram os nossos nomes, mas a gente viajou como se fôssemos casados. Para evitar suspeitas, compramos alianças e tudo, porque eram muitos estudantes seguindo para lá, e a gente tinha que disfarçar, para não ser pego. De todo o lugar do Brasil foi estudante para lá.

Eu cheguei por Taubaté.

A gente foi lá para uma igreja, e lá sabíamos que ia ter alguém nos aguardando com uma régua T, aí a gente ia perto dele e dizia algo que não recordo qual foi à frase, mas era uma frase já combinada desde daqui (Campina Grande), e tinha que chegar na hora acordada, se a gente não chegasse já perdia o contato, ninguém podia se atrasar, tinha que ser na hora certa. Quando a gente dizia a frase o rapaz respondia outra coisa, que também já era combinado, então quando viu que era a gente mesmo, ele nos levou lá para dentro da igreja, deu novas instruções e nos levou para um lugar que vendia café, lá nos entregou a outra pessoa, e sumiu. Tomamos café, e depois, aquele do café, nos pegou e nos levou para outro lugar. Nos levou para uma mata, minha filha os mosquitos picando a gente pense em uma agonia, e não era só a gente não, quando a gente chegou nessa mata, já tinha muitos outros estudantes, e foi anoitecendo e os mosquitos mordendo, (bate na perna), aí ficou tarde da noite, então foi quando apareceu alguém para nos pegar. Levaram-nos e nos soltaram lá dentro do sítio de Ibiúna, mas, não foi todo mundo de uma vez não, fomos aos poucos, porque nos

carros não cabia todo mundo de uma vez. Ai foi quando eu pensei – ai meu Deus, que a coisa estava séria mesmo -.

Quando a gente chegou ao sítio, logo na frente estavam muitos estudantes todos armados, e começaram a dizer coisas com a gente, focaram lanternas em nossos olhos, e perguntavam se nós éramos dedo duro, e colocavam até o revolver em cima da gente, ai quando viam que éramos de confiança nos deixavam entrar.

Foi tudo muito organizado, agora tinha muita lama (marca o meio da perna)¹⁸².

Na fala de Cacilda, percebemos o cuidado dos organizadores do Congresso com a segurança dos estudantes que se direcionavam para o evento. Essa preocupação começava desde a saída do estudante da cidade até sua chegada ao local escolhido pelos organizadores, porque era comum agentes do Governo se infiltrarem disfarçados de militantes entre os estudantes. Por outro lado, talvez a excessiva preocupação com a locomoção dos estudantes tenha deixado falhas no local escolhido para acomodá-los. Por isso esse aparato de precauções não foi o bastante para evitar que a polícia descobrisse o evento e efetuasse a prisão daqueles que estavam presentes ali. Sobre isso, vejamos o que diz Cacilda:

Eu passei duas noites lá, e quando já ia encerrar, a gente ia fazer a votação do Presidente da UNE, e eu já estava pensando – Meu Deus como vamos sair daqui? - estamos todos sentados, eu me lembro que estava sentada de costas, tudo fechado, quando só escutei os gritos – se levantem daí bandos de filhos da puta – chamaram muitos nomes feios com a gente, e quando eu olhei para trás, nós já estávamos todos cercados pela polícia, então eu só fiz pegar minha bolsinha. Estávamos todos de pé no chão, porque os sapatos já tinham ficado dentro da lama, e o outro que eu tinha era para a viagem, então o deixei dentro da bolsa. Porque a lama vinha até aqui (marca com o dedo perto do joelho). Ai eles gritaram, - vamos todos logo, fazendo uma fila ai, logo -. E fomos todos, um atrás do outro, andamos nem sei quantos quilômetros para ir pegar o ônibus. Quando a gente veio... viemos de carro, carro entrava, mas ônibus não.

Quando a gente pegou as bolsas. As bolsas estavam todas cheias de folhetos, que a gente ia levar, então era todo mundo tirando os folhetos das bolsas e eles gritando – deixem os folhetos dentro das bolsas, não é para tirar nada, coloca, coloca os folhetos dentro das bolsas -. Eu sei é que eu consegui jogar os meus no chão, e só fiz pegar a minha bolsa e sai. Coloquei a bolsa na cabeça e sai. Ainda bem que nesse dia tinha até um solzinho, que o lugar era frio, no pé de uma serra, e fazia muito frio, tinha até neve lá.

Bom ai a gente pegou o ônibus e fomos para São Paulo. Minha filha, quando a gente chegou a São Paulo era tanta gente no mundo, esperando a gente chegar que foi apertado para a gente passar, e a gente passando de cabeça baixa, e entrando na prisão. Agora as prisões estavam todas bem limpinhas para nos receber, limpavam tudo, e deixaram a prisão sem ninguém, só para

¹⁸² Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro, Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

colocar a gente. Agora as mulheres eram em um lugar e os homens em outro¹⁸³.



Fonte: Projeto Compartilhando Memórias
 Foto de Cacilda Filomena de Castro e sua ficha, produzida pelo DOPS, quando foi apreendida em Ibiúna¹⁸⁴.

A partir das duas representações narradas por Cacilda acerca de sua viagem, podemos perceber a angústia e o medo que ela vivenciou como também a veemência do seu rememorar, visto que, quando ela narra o percurso da sua viagem, rememora a tal intensidade, que chega a bater em sua perna ao mencionar as picadas de mosquito que sofreu há mais de quatro décadas, o que nos permite sentir as suas sensibilidades, pois, segundo Delgado (2006): “As narrativas têm a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem da narrativa”. (p. 43). Por outro lado, parece que os militares sabiam que estavam prestes a realizar a maior prisão de estudantes em uma só vez, visto que, segundo Cacilda, ela encontrou celas vazias, como estivessem esperando por ela – limpas – pois os militares sabiam que a prisão seria divulgada pela mídia e para manter a moral, espaços reservados para homens e mulheres. Os militares também sabiam que a repercussão desse ato se daria em rede nacional, mas mesmo assim o fez. Porém, no jogo político, as coisas não acontecem por

¹⁸³ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹⁸⁴ Ver anexo das fotos e das fichas de outras paraibanas presas por terem participado do Congresso de Ibiúna.

acaso, Balandier (1982), enfatiza que: “Os laços sociais estabelecidos com encenação rigorosa faziam de cada encontro público uma representação”. (p. 18). Por essa via, os estudantes representavam a desordem contra o sistema, e agora, o Governo obtinha provas da desobediência deles, de sua má intenção com o sistema, pois, em Ibiúna, estavam reunidos representantes de estudantes de todo o país para “tramar” contra o Governo, e a ação triunfante do sistema também se estabelecia com as centenas de fichas que passavam a fazer parte do acervo do DOPS, o que facilitavam a vigilância sobre eles.

Mas, mesmo longe, os estudantes paraibanos não estavam sozinhos, e a prisão deles acarretou uma série de protestos em Campina Grande:

Os estudantes campinenses voltaram, mais uma vez, à rua, na noite de ontem, protestando contra a prisão, pela Polícia paulista, dos seus colegas participantes do Congresso proibido da extinta União Nacional dos Estudantes (UNE), que se realizava na pequena cidade de Ibiúna, no interior do estado de São Paulo.

CONCENTRAÇÃO

Para formalizar, de publico, seu protesto, a classe estudantil Serrana, promoveu na Rua Marquês do Herval uma bem concorrida concentração, em cujo transcorrer se fizeram ouvir diversos líderes universitários.

A tonica predominante em todos os pronunciamentos constituiu na dissolução do referido Congresso, bem como no que tange a prisão dos seus inúmeros participantes, frisando um dos oradores que, “entre os detentos, se encontrava vinte e quatro estudantes, paraibanos, sendo nove campinenses dos quais três universitárias”.

Afora esse prisma abordaram ainda, entre outros temas, reformas universitárias e agrárias, violência e repressão policiais contra as manifestações estudantis, em diversos pontos do território nacional, acordo MEC/USAID e o imperialismo.

PASSEATA

Concluída a concentração, os manifestantes se deslocaram, em passeata, pela Praça da Bandeira, Ruas Floriano Peixoto, Maciel Pinheiro, e Cardoso Vieira, realizando como ato final um comício relâmpago no Largo da Flórida.

Um verdadeiro cotejo automobilístico acompanhou o deslocamento estudantil, sendo que ao entrar na Maciel Pinheiro, todos os veículos tiveram acionadas suas respectivas buzinas.

A manifestação decorreu pacificamente, sem que a polícia a impedisse, registrando-se, tão somente, a presença de um pequeno contingente policial, sob o comando do Tenente Batista, que, a distancia, acompanhou a passeata, transportado, para tanto, no jeep de placa 80.561, do chamado Policiamento Ostensivo, valendo ressaltar, contudo, que o referido veículo não percorreu todo o percurso acima mencionado, tendo, entretanto, permanecido estacionado, na Rua Venâncio Neiva, de frente a sede da Companhia de Habitação Popular de Campina Grande (COHAB – CG), cerca de cem metros do comício relâmpago, que se efetuava no Largo da Flórida, só retirando-se quando foi anunciado o termino da manifestação. (ESTUDANTES CONDENAM PRISÃO DE COLEGAS EM SP, JORNAL DB, 16/10/1968, p. 08).

Ressaltamos que não foram apenas os estudantes que saíram às ruas em nome de seus companheiros presos em Ibiúna. A esse respeito, veja-se este depoimento de Cacilda:

As mães de São Paulo¹⁸⁵ foram umas mães para a gente, foi um movimento muito lindo, quando nós fomos soltas elas carregaram a gente, cada grupo ficou em um lugar, elas nos abasteceram de tudo, nos deram comida, dinheiro, roupa, tudo o que a gente precisava elas nos deram, e sempre estavam perguntando se a gente estava precisando de alguma coisa. Quando nós saímos da prisão me levaram para uma casa cheia de comida, eu pelo menos fui para lá, não sei se todo mundo foi levado para lá, mas eu fui, porque eles separaram por grupo, por exemplo, o pessoal da Paraíba ficava junto, o de São Paulo em outro lugar, assim foi¹⁸⁶.

Como resultado positivo das manifestações que se solidarizavam com os estudantes presos em Ibiúna, o Governador João Agripino conseguiu que todos os estudantes paraibanos presos no XXX Congresso da UNE regressassem à Paraíba, como mostra esta matéria publicada no Jornal DB:

O Governador João Agripino conseguiu, ontem, do Governador Abreu Sodré, de São Paulo, a libertação de todos os estudantes paraibanos, prêso na capital paulista, após o malôgro do Congresso da UNE. O governador paraibano, ainda, em São Paulo, determinou que os estudantes viajassem ao nosso Estado, em ônibus especial, às expensas do Govêrno paraibano.
[...]

NOMES

Os estudantes paraibanos que foram libertados, em São Paulo, por interferência do governador paraibano, são os seguintes: Everardo Nóbrega de Queiroz, Aluizio Muniz de Aquino, Eluisio Jerônimo Leite, Rubens Pinto Lira, José Ferreira da Silva, José de Arimatéia Pereira Lima, Heraldo Fernandes dos Santos, Higino Brito Marinho, Jurandir Machado Bettencourt, Maria do Socorro Pereira, Cacilda Filomena de Castro, Silvio Roberto Teixeira Barreiro, João Roberto Borges de Souza, Ademir Alves de Melo, Antonio Batista da Silva, Cláudio Américo de Figueiredo Pôrto, Vicente Antonio da Silva, Getúlio Bezerra Castro, Luiz Sergio Gomes de Matos Figueira, Williams Capim de Miranda, Maria Nazareth Coelho, Maria do Socorro Moraes, Maria de Fátima Mendes, Lêda Rejane P. do Amaral e Maura Pires Ramos. (GOVERNADOR AGRIPINO LIBERTA ESTUDANTES, 17/10/1968, p. 01).

¹⁸⁵ Quando Cacilda faz referência às mães de São Paulo, ela esta aludindo às mães de estudantes residentes na cidade de São Paulo, estudantes estes que foram presos, devido estarem participando do Congresso de Ibiúna. Entretanto, estas mães não prestaram assistência apenas aos filhos consanguíneos, e na ausência das mães de inúmeros estudantes que pertenciam a outros estados, representaram o papel de mãe, com aqueles estudantes, que se encontravam distantes de seus familiares.

¹⁸⁶ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Embora se tenha divulgado que os estudantes paraibanos presos em Ibiúna seriam trazidos para a Paraíba à custa do Estado, isto não se concretizou, e eles voltaram por conta própria. A matéria publicada no Jornal DB ilustra essa afirmativa:

Na última sexta – feira à noite [18], o Governador João Agripino, que se encontrava naquele dia na Guanabara, enviou ao Jornalista Noaldo Dantas seu Secretário de Assuntos Extraordinários, o seguinte rádio, que foi recebido em João Pessoa nas últimas horas da noite, e cujo teor ontem foi comunicado a imprensa de Campina Grande:

Peço transmitir aos pais dos estudantes prêos em São Paulo, bem como aos diretores das Faculdades e órgãos clássicos estudantis, que os estudantes paraibanos foram postos em liberdade, em São Paulo, hoje pela manhã (sexta – feira).

Viajaram por conta própria para Campina Grande e João Pessoa.

O Secretário de Segurança tinha instruções de recebê-los em liberdade, mas ao chegarem ao presídio para essa finalidade, os mesmos já tinham sido libertados esquecendo o diretor do presídio de comunicar que o nosso Estado (a Paraíba) forneceria o transporte.

Os únicos libertados até agora, foram os estudantes dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Brasília.

Enquanto isso os estudantes da Guanabara estão sendo libertados, à medida que são interrogados. (TELEGRAMA CONFIRMOU ATUAÇÃO DE JA EM FAVOR DOS ESTUDANTES PRESOS NO SUL, 20/10/1968, p. 08).

Há que se enfatizar que, se o diretor do presídio se esqueceu, ou não, de informar que o governador da Paraíba havia providenciado um ônibus para conduzir de volta os estudantes paraibanos, não temos como responder. O fato é que os estudantes estavam libertos dos cárceres a que foram levados devido à sua participação do Congresso de Ibiúna. Mas, sem dinheiro, sem conhecer a cidade, aparentemente jogados à própria sorte, apenas aparentemente, porque, segundo Cacilda, as mães de São Paulo estavam lá esperando por cada um deles, que iam sendo colocados em liberdade.

As mães de São Paulo estavam sempre com a gente, providenciaram carros e nos levaram para as suas casas, nós dormimos em suas casas e elas não soltavam a gente, com medo da gente depois que fosse solto alguém viesse e nos matássemos, então elas tiveram muito cuidado com a gente. Elas compraram até as passagens da gente e foram nos levar na rodoviária, elas tiveram muito cuidado na gente, e nos deram dinheiro e não foi pouco não, eu ainda voltei com dinheiro para casa. Então graças a elas voltamos todos juntos para casa¹⁸⁷.

Não somente os estudantes paraibanos e dos Estados acima citados, presos nesse Congresso, conseguiram retornar ao seu estado, graças às mães de São Paulo, uma vez que, se

¹⁸⁷ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

pretendia mandar cada estudante para o seu respectivo Estado de Origem, permanecendo no presídio paulista apenas os estudantes daquele estado. Isso levou inúmeros pais a fazerem vigília em frente ao presídio de São Paulo, como podemos confirmar a partir do trecho extraído do Jornal DB:

ENDURECIMENTO

Um oficial que tem parente preso no Presídio Tiradentes informou que houve endurecimento da situação por imposição de altas patentes militares, e oficiais do Exército, os quais, estão interrogando os estudantes. Segundo ainda esse oficial, os presos de outros Estados serão transferidos para as respectivas capitais, onde ficaram a disposição das autoridades federais.

Por outro lado, grupos de pais e mães pretendem, iniciar, hoje, uma vigília cívica diante do presídio. (PAIS E MÃES FARÃO VIGÍLIA FRENTE AO PRESÍDIO DE SÃO PAULO, 17/10/1968, p. 01).

A vigília apresentou resultado, mas nem todos os estudantes presos em Ibiúna foram soltos, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB: “Com exceção dos que estão com prisão preventiva decretada e os que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, todos os estudantes presos em Ibiúna foram postos em liberdade, por determinação do governador Abreu Sodré”. (LIBERTADOS ESTUDANTES PRESOS EM SÃO PAULO, 20/10/1968, p. 01). Todavia, como referimos, essa liberdade não beneficiou todos os estudantes presos nem desfez o ato repressivo da polícia sobre eles que, em via desses últimos acontecimentos, os estudantes que se encontravam em liberdade organizaram outra passeata de repúdio à repressão infligida sobre os estudantes em Ibiúna. A matéria, abaixo confirma essa assertiva:

Anunciou-se por todo o dia de ontem, nos ciclos estudantis dessa cidade, a exemplo do que se propalava na capital do Estado, a realização de uma passeata monstro para o dia de hoje, contando com a participação dos estudantes universitários e secundaristas campinenses.

A passeata segundo afirmam os estudantes, servirá de protesto as atitudes do Governo, principalmente pelo ocorrido durante a realização do XXX Congresso da ex-UNE.

[...]

Os estudantes deveram percorrer as principais artérias da cidade, conduzindo faixas e cartazes realizando comícios relâmpagos nos pontos mais centrais, onde os oradores deverão conscientizar o Povo acerca das ocorrências que culminaram com a prisão dos estudantes em São Paulo, e da atual situação nacional. (ESTUDANTES CAMPINENSES ANUNCIAM PASSEATA-PROTESTO, JORNAL DB, 23/10/1968, p. 08).

Sobre a realização dessa passeata, não encontramos nenhum registro no Jornal DB, no entanto, o comício realizado em João Pessoa pelos universitários, no dia 24 de outubro de 1968, ganhou destaque na oitava página do Jornal, devido aos conflitos que ocorreram entre

os estudantes e os policiais na capital paraibana, que chegaram, inclusive, a invadir uma casa que abrigava estudantes que fugiam da polícia e levaram alguns presos. O Jornal publicou o nome do estudante do 2º ano de Engenharia – Antônio Augusto Sales Fontes – e um comerciante cujo nome não foi revelado, mas, eles não ficaram detidos por muito tempo e, logo que interrogados, foram libertados.

Em via dos acontecimentos no meio estudantil - tanto o ocorrente em Ibiúna quanto o de João Pessoa - os estudantes campinense foram às ruas prestar solidariedade aos que sofreram as repressões policiais:

Dando curso a Semana Nacional de Protesto, os estudantes campinenses voltaram à rua na noite de ontem, promovendo na Rua Marquês do Herval, concorrida concentração, em que se pronunciaram vários oradores. A iniciativa teve por objetivo reivindicar das autoridades competentes a imediata liberdade dos estudantes presos ainda em São Paulo, como hipotecar solidariedade a seus colegas pessoenses. Em todos os pronunciamentos efetuados foram feitas críticas aos Governos federal e estadual. Fato interessante consistiu em que todos os oradores se preocuparam em desvincular o movimento estudantil de qualquer coloração político-partidária, tendo um deles afirmado, sob aplausos gerais, que “ARENA e MDB, eram uma mesma coisa sem nenhum valor”. Encerrado o encontro, os manifestantes, seguindo pela Praça da Bandeira e Rua Irineu Jofili, rumando até a Praça Coronel Antonio Pessoa, onde foi efetuado novo comício, após o que foi dada por encerrada a manifestação, com os estudantes sendo convocados para uma Assembleia Geral, hoje, na Faculdade de Administração. (DA ORDEM NASCE À PAZ, JORNAL DB, 25/10/1968, p. 08).



Fonte: Jornal Diário da Borborema (25/10/1968, p. 08)

A primeira imagem retrata a concentração dos estudantes na Rua Marquês do Herval; a segunda retrata a passeata desfilando pela Rua Irineu Joffily.

Estavam os estudantes sofrendo repressão por todos os lados, mas, a cada ação repressiva, mais articulado ficava o movimento estudantil, como identificamos na reportagem acima, visto que os movimentos de estudantes ocorridos na cidade denunciavam acontecimentos de nível nacional, estadual e local. E, embora, para os estudantes, tanto a ARENA quanto o MDB não merecessem a sua confiança, a ação de alguns políticos se faziam presentes em prol dos estudantes. Assim, o Deputado Léo Neves – MDB/SP – lançou, na Câmara dos deputados, um projeto que visava reabrir a UNE, o qual foi negado pelo Ministério da Educação, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB:

BRASILIA, 28 (M) – Projeto do Deputado Léo Neves (MDB-SP), que visa, segundo a assessoria, parlamentar do Ministério da Educação e Cultura, a reestabelecer a extinta União Nacional dos Estudantes, - foi impugnado, por inconveniente, pelo Ministro interino sr. Favorino Bastos Mércio, que enviou a Câmara um parecer da Divisão de Educação Extra-Escolar, naquele sentido. (PROJETO QUE REABRE A UNE IMPUGNADO PELO MINISTRO INTERINO DA EDUCAÇÃO 29/10/1968, p. 01).

Ora, confiável ou não, um projeto político em prol dos estudantes representava uma ameaça para o Governo, que presenciava, a cada dia, eles ganharem mais adeptos em meio à população, o que foi demonstrado no assassinato do estudante secundarista, Edson Luís, que sensibilizou boa parte da população brasileira, e na prisão de Ibiúna, em que as mães de São Paulo não deixaram desamparados os estudantes que participaram do evento, inclusive acamparam nas dependências onde eles estavam encarcerados. E como se todo esse aparato não fosse o bastante, surgiam projetos que visavam reestabelecer o que, para o Governo, não mais existia há tempos, ou seja, a UNE. Por outro lado, ao reprimir os movimentos estudantis, os militares estavam se caracterizando como um regime repressor, enquanto que os estudantes como uma entidade de luta contra os projetos autoritários do Governo, como uma força que se somava a outros movimentos existentes que culminavam forças contra o Governo. Nessa correlação de forças, tanto das Forças Armadas, para colocar um ponto final na militância estudantil, quanto dos estudantes, para conseguirem vencer a repressão que imperava sobre eles, incorporada a essa militância, havia o problema das universidades, que necessitavam de uma reforma. Chegamos, então, ao terceiro subtema desse caminho.

3.3 – O sinal fechou

Caminhamos, até esse momento de nossa pesquisa, trilhando pelas correlações de forças entre o movimento universitário campinense e o Governo das Forças Armadas. No percurso dessa caminhada, identificamos que o movimento universitário campinense ressignifica os seus métodos de militância a partir de culturas políticas que interagem no cotidiano desses universitários. No entanto, até o momento, tanto o movimento estudantil de abrangência nacional quanto o de nível local não obtiveram o êxito esperado em relação à política governamental e às universidades, porém, tinham alcançado determinado avanço, pois a população vinha demonstrando sinais de apoio ao movimento estudantil. Partindo desse pressuposto, o nosso objetivo, neste subtema, é de analisar as medidas adotadas pelo Governo para inibir o movimento estudantil e apreender as táticas adotadas pelos estudantes campinenses, nas correlações de força com o sistema, com o propósito de alcançar uma reforma universitária que atenda aos anseios dos estudantes e iniba a repressão sobre eles.

Desde o início do ano de 1968, o Governo em gestão vem enfrentando alguns desafios, entre eles, as eleições para prefeito, marcada para o dia 15 de novembro do referido ano - uma disputa entre a ARENA e o MDB. Em Campina Grande, venceu o pleito o deputado Ronaldo

José da Cunha Lima¹⁸⁸ pelo MDB. No entanto, a ARENA tenta impedir a sua diplomação e posse por considerar o uso de práticas não autorizadas durante as campanhas realizadas pelo deputado Vital do Rêgo, conforme informa o Jornal DB:

Quando faltavam apenas três urnas a serem apuradas, a população campinense, na tarde de ontem, foi surpreendida com a divulgação, em primeira mão pela Rádio Borborema, da integra de um recurso interposto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), perante a presidência das juntas, apurado nas das 16ª e 17ª Zonas Eleitorais, numa iniciativa de suas três sublegendas, solicitando, entre outras coisas, a suspensão da proclamação dos resultados finais do pleito realizado sexta-feira ultima, e a decretação da nulidade dos votos atribuídos ao candidato Antonio Vital do Rêgo.

O fato, como era de se esperar, colocou, a cidade, de imediato em verdadeira polvorosa.

Por sua vez, os partidários do deputado Ronaldo Cunha Lima, concorrente eleito a sucessão municipal, reagiram ao impacto da noticia, promovendo diversas manifestações, de rua que culminara com passeatas e uma concentração popular no Largo da Flórida, local em que também se fez ouvir aquele postulante, verberando, energeticamente, o procedimento das forças arenistas.

[...]

RECURSO

Na integra foi esse o recurso encaminhado pela Aliança Renovadora Nacional:

A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA), por seus delegados infra-assinados, tendo concorridos às eleições para Prefeito desse Município, realizadas a 15 do corrente, com as sub-legendas ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3, vem expor e requerer a Vossa Excelência – nos termos dos art. 222¹⁸⁹ do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.65) – o seguinte:

1. Na data de hoje, chegaram ao conhecimento da ARENA fatos de extrema gravidade que sem lugar a dúvida, deformaram substancialmente os resultados do pleito de 15 do corrente. A documentação anexada a presente representação e a prova testemunhal que a ARENA requer, desde logo, irão demonstrar que o candidato ANTONIO VITAL DO RÊGO, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), utilizou em sua campanha meios de propagandas e aliciamentos de votos expressamente proibidos em lei.

2. De fato, o candidato em apreço organizou, promoveu e comandou pessoalmente o sorteio de máquinas de costura, e outros produtos nas concentrações da sub-legenda MDB-2 pela qual concorreu ao pleito contrariando flagrantemente, o disposto no art. 243, inciso V, do Código Eleitoral. (ARENA PEDE ANULAÇÃO DO PLEITO CAMPINENSE, 20/11/1968, p. 08).

¹⁸⁸ A Arena I obteve 17.568 votos; a Arena II, 635; e a Arena III, 241. Votação total da Arena: 18.444 votos. O MDB I conseguiu 13.429; O MDB II, 312 votos; e o MDB III, 8.415. Votação total do MDB: 22.156 votos. Na época, somava-se o total de votos para se obter o partido vencedor, do qual sairia vencedor aquele que obtivesse maior número de votos na legenda. Observa-se, assim, que o candidato que venceria por votos seria Severino Cabral – ARENA I, mas a soma dos votos da legenda deu a vitória a Ronaldo Cunha Lima, o que demonstra o rompimento de Vital do Rêgo com a ARENA ter terminantemente prejudicado o partido.

¹⁸⁹ O artigo 222 do Código Eleitoral prescreve a nulidade da votação do candidato que violar o dispositivo no artigo 243, inciso V. O artigo 243 diz que “Não será tolerada propaganda que: Inciso V – implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza”.



Fonte: Jornal Diário da Borborema (20/11/1968, p. 08).
Imagem da concentração popular, realizada no Largo da Flórida por Ronaldo Cunha Lima.

Ora, já era intenção do Governo não permitir eleições diretas para prefeito em Campina Grande. E como foi convencido a autorizar as eleições, obter um resultado negativo em prol do Governo, talvez não fosse o esperado, visto que a ARENA tinha, entre os candidatos ao pleito eleitoral, Severino Cabral, ex-prefeito da cidade, que ainda detinha a simpatia de muitos campinenses. De fato, se não prevalecesse a soma das legendas, ganharia o pleito eleitoral com uma diferença acima de quatro mil votos sobre Ronaldo Cunha Lima. Portanto, a ARENA, não se conformando com os resultados das urnas, o próximo passo a ser empreendido, seria buscar instrumentos que viabilizassem a anulação do pleito eleitoral, ou a anulação dos votos do Candidato Vital do Rêgo, o que daria a vitória automaticamente a Severino Cabral. Por outro lado, embora a ARENA tenha perdido a prefeitura da cidade, conseguiu eleger, na Casa Félix Araújo, oito vereadores - Ary Rodrigues, Rafael Manuel dos Santos, Everaldo Agra, Hélio Cavalcanti, Genésio Soares, Gumercindo Dunda, Hermes Ramos, Antônio Pimentel – e um suplente - Edvan Pereira Leite. O MDB elegeu sete vereadores - Vital Maria, Manoel Barbosa, Argemiro Filho, Lindacy Medeiros, Eraldo César, Rildo Fernandes e Nestor Filho - e um suplente - Raul Pequeno. No entanto, embora o MDB fosse minoria, somente o foi por representação de um único membro.

Como nenhuma decisão da Justiça Eleitoral cassara o prefeito eleito, Ronaldo José da Cunha Lima, a ARENA resolveu entrar com novos embargos, conforme nos informa o fragmento abaixo:

Os delegados da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entraram ontem, perante o Juiz Presidente da 17ª Zona Eleitoral (dr. João Sérgio Maia), com um novo protesto contra a proclamação e diplomação do sr. Ronaldo Cunha Lima, no cargo de prefeito, que esta marcada para às 10 horas de hoje.

A nova impugnação feita pelos delegados do partido governista, diz-se baseada em dispositivos constitucionais, sendo um dos argumentos invocados o fato de Ronaldo Cunha Lima ser promotor público na Câmara de Juazeirinho, nesse Estado e, conseqüentemente, membro do Ministério Público Eleitoral.

Outro argumento invocado, também considerado de ordem constitucional, é o fato do sr. Antonio Vital do Rêgo, do MDB ser sobrinho por afinidade do sr. José Ribeiro, prefeito de Queimadas.

ARGUMENTAÇÃO

Quanto à primeira argumentação, conforme os delegados da ARENA, “todo e qualquer membro do Ministério Público Eleitoral, para se candidatar de Prefeito à Presidente da República, tem que estar com suas funções definitivamente cessadas pelo menos até seis meses antes das eleições”.

Segundo os autores da impugnação “a Lei não se conforma com um simples afastamento temporário, que seria apenas uma licença a qualquer título, e o sr. Ronaldo Cunha Lima não se afastou em caráter definitivo de suas funções de promotor, mas sim temporariamente. Sendo em decorrência de tal fato constitucionalmente inelegível e, conseqüentemente, nula a sua eleição.

CABRAL – ORLANDO

Em contato com os delegados que firmaram o protesto, a reportagem tomou ainda conhecimento quando argumentaram que sendo a maior votação obtida pelo sr. Severino Bezerra Cabral, da ARENA – 1, esse é o que terá que ser proclamado e empossado.

Disseram, ainda, “que um fato curioso poderá ocorrer, é que na hipótese da inelegibilidade do sr. Ronaldo Cunha Lima, o vice prefeito a ser proclamado e diplomado será o sr. Orlando Almeida, do MDB – 1, uma vez que segundo eles, as nulidades que atingem o prefeito, não alcançam seu colega de chapa, cuja votação permanecerá válida”. (ARENA PROTESTA E ADMITE POSSE DE CABRAL-ORLANDO, JORNAL DB, 27/11/1968, p. 08).

O fato é que o Governo não conseguiu impedir a diplomação e a posse de Ronaldo Cunha Lima, porém, isso não quer dizer que o MDB tinha vencido em Campina Grande, pois o Governo não desistiu de seu intento de depor o prefeito eleito e conseguiu cassar o mandato do prefeito em 14 de março de 1969, por dez anos, que foi assumido pelo vice-prefeito, Orlando Almeida, que Governou a cidade de março a maio do referido ano, e foi substituído pelo interventor federal, Manoel Paz de Lima.

Em paralelo às querelas políticas, o Governo não podia deixar de lado o movimento estudantil e, ao perceber, que mesmo diante da repressão, os estudantes não recuavam,

resolveu concretizar a Reforma Universitária¹⁹⁰, por intermédio da Lei 5.540, de novembro de 1968, a qual visava modernizar as universidades brasileiras. Essa bandeira foi muito defendida pelos estudantes, no entanto, embora tenha atendido a algumas reivindicações do movimento estudantil, ela foi pensada como uma via para o Governo não perder mais apoio da sociedade, além dos que havia perdido. Nessa perspectiva, entre os problemas que a Reforma Universitária tentou resolver, podemos destacar o dos excedentes, cuja maioria pertencia à classe média. E como a maior parte deles apoiara o golpe-civil-militar, em 1964, agora engrossavam as passeatas em protesto às políticas do Governo, a quem “[...] cumpria oferecer um aumento de oportunidades de ingresso no ensino superior para essas camadas, de modo que se não ganhasse mais apoio político para o Governo em crise, pelo menos não perdesse o remanescente”. (CUNHA, 2007, p. 233).

Nesse âmbito, o Grupo de Trabalho¹⁹¹ (GT) contratado por Costa e Silva propôs algumas sugestões para viabilizar o problema dos excedentes. Entre eles, podemos citar: contratar outro grupo de trabalho, com o propósito de elaborar um programa para expandir as matrículas; enfatizar modalidades profissionais da saúde vistas como prioritárias, como, por exemplo, os Cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem e Farmácia; incentivar os discentes a optarem por cursos menos priorizados por eles, como os agrícolas; aumentar o valor das verbas destinadas às instituições de ensino superior para a contratação de professores; contratar monitores e criar um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Além disso, propôs que fossem destinados ao Fundo 20% dos recursos não distribuídos pela loteria esportiva; modificou a nomenclatura do vestibular que, antes, era chamado de exame, visto que exames aprovam e reprovam, para concursos vestibulares, por considerar que concurso classifica conforme uma ordem de colocação de notas. A partir dessas medidas, pretendia o Governo conseguir aumentar o número de vagas nas universidades, mas sem perder a qualidade do ensino.

¹⁹⁰ Sobre a Reforma Universitária, enfocaremos apenas pontos relevantes às problemáticas levantadas pelo movimento universitário campinense, porque várias pesquisas já foram realizadas com essa temática em nível nacional, e como opção de leitura, indicamos CUNHA, Luiz Antônio **A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007, e as demais referências que mencionamos em nossa escrita quando nos referimos à temática.

¹⁹¹ Fizeram parte do Grupo de Trabalho: Tarso Dutra, Antônio Moreira Couseiro, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Veloso, Fernando Ribeiro do Val, Roque Spencer Maciel de Barros, Newton Sucupira, Valnir Chagas, João Carlos Moreira Bessa, Paulo Possas e Aureliano Chaves. (CUNHA, 2010, p. 220). Uma problemática que se abre com a contratação deste GT, e as medidas defendidas por eles seria uma pesquisa acerca dos seus resultados, entretanto, não nos cabe, nesta pesquisa, refletir acerca destes, pois, para isso, teríamos que realizar uma pesquisa voltada para essa temática pós 1969. Assim, deixamos mais uma via para futuras pesquisas e ressaltamos que algumas dessas medidas permanecem até os dias atuais, a exemplo de monitores nas instituições de ensino; do vestibular, que é classificatório a partir da soma das notas obtidas nas provas; de programas do FNDE, em que o Governo desenvolveu programas que direcionam verbas direto para as instituições de ensino, administradas por conselhos escolares etc.

Ressalte-se, porém, que os excedentes não eram o único problema do Governo relacionado à militância universitária, porque ainda havia a questão das anuidades. Para tentar solucionar esse problema, o GT dividiu os estudantes em três níveis: o de renda familiar acima de 35 salários mínimos, que pagariam as anuidades; os com renda familiar entre 35 e 15 salários mínimos, cujas despesas universitárias seriam financiadas em até 15 anos, com dois anos de carência após a conclusão do curso, e por fim, a gratuidade para aqueles cuja renda familiar era abaixo de 15 salários mínimos. Dessa forma, os estudos daqueles com renda familiar mais baixa seria custeado pelo Governo, por instituições privadas que ofereciam bolsas e por aqueles de renda familiar mais alta. Porém, esse programa só beneficiaria os discentes que ingressassem nas universidades depois de 1969. (CUNHA, 2010, p. 226).

Outro ponto da reforma que também foi bandeira no movimento universitário campinense refere-se ao professor catedrático¹⁹². Para solucionar esse problema, o GT propôs o fim das regalias do professor catedrático, o que ocasionou o término desse sistema e instituiu o regime departamental. Por outro lado, o sistema departamental extinguiu o regime de séries e instituiu o sistema de créditos. Sobre essa mudança, Cacilda enfatiza: “Separaram as cadeiras para separar as turmas, era muito bom começar o curso e terminar com a mesma turma, mas isto dava mais força aos estudantes, então inventaram esse sistema de créditos para separar a gente¹⁹³”. Para Simão:

O sistema de créditos foi imposto nas universidades a partir de 69. [...] a gente entrava no primeiro ano e essa turma concluía o curso no quinto ano, sexto ano, então criava realmente um ambiente de grande debate e etc. Então, essa participação efetiva, o sistema de créditos quebrou essa estrutura, aliás, o sistema de créditos foi implantado com essa intenção¹⁹⁴.

Partindo desse pressuposto, identificamos, nessa manobra do Governo, uma possibilidade de separar os estudantes com o propósito de inviabilizar suas articulações uma vez que a convivência não seria permanente durante o curso. No entanto, alguns aprovaram o

¹⁹² Em relação ao professor catedrático, a Constituição de 1967 revogou o privilegio da vitaliciedade da cátedra, substituindo-a nas universidades federais pela carreira docente, com ocupação por meio de concursos de títulos e provas para os níveis inicial e final. (CUNHA, 2010, p 230).

¹⁹³ Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

¹⁹⁴ Entrevista concedida por ALMEIDA, Simão. Em 25/03/2010. In. Projeto Compartilhando Memórias: Repressão e Resistência na Paraíba. 2010.

projeto de créditos porque podiam planejar o seu currículo¹⁹⁵, e diante da disponibilidade de cursar os créditos, os discentes poderiam diminuir os anos de vida acadêmica.

Diante do naufrágio do XXX Congresso e da Reforma Universitária anunciada pelo Governo, em que alguns requisitos beneficiavam os estudantes, mas a maioria não, e, em alguns casos, suas bandeiras sequer foram atendidas, pois o Governo procurou solucionar o problema das anuidades, mas não apresentou projetos para tornar o ensino superior gratuito¹⁹⁶, os estudantes logo organizaram o prosseguimento do Congresso, conforme informa a matéria publicada pelo Jornal DB:

RIO – O Conselho da U. N. dos Estudantes – UNE – anunciou ainda que o 30º Congresso da UNE, ainda não acabou sendo somente suprimida sua fase, quando da prisão das lideranças em Ibiúna São Paulo. Em nota oficial, o Conselho assinala que o “Congresso continuará simultaneamente, em todo o Brasil e, para destruí-lo, será necessário à invasão de tôdas as salas de aula, em virtude da nova política do movimento estudantil”.

PARTICIPAÇÃO

Durante essa fase, os estudantes estarão reunidos nas próprias salas de aula, para a escolha do seu representante, através de votação dos novos líderes distribuídos por diferentes turmas escolares.

Discutirão ainda a política educacional do Govêrno Federal e as reivindicações estudantis, dentro de sua ligação com os problemas nacionais de acordo com a deliberação do Conselho Nacional da ex-UNE ao enfatizar que “dessa vez haverá uma diretoria autêntica além de representativa e democrática”. (UNE DIZ QUE 30º CONGRESSO CONTINUARÁ EM TODO O PAÍS, 07/12/1968, p. 01).

Os estudantes universitários se articulavam para dar continuidade ao Congresso, que foi interrompido em Ibiúna, e para resolver questões que precisavam de resoluções imediatas, como o pagamento das anuidades para se concluir o ano letivo. Todavia, nem todos eles dispunham desse capital, e os benefícios oferecidos pelo Governo em relação às anuidades não eram destinados a eles. Em via disso, um novo movimento foi organizado pelos estudantes universitários de Campina Grande, segundo informa a matéria publicada no Jornal DB, que diz:

Na tarde de ontem, estive em nossa redação uma turma de universitários representando as Faculdade de Administração (FACA) e Educação (Institutos Centrais de Letras e Ciências Humanas) integradas pelo

¹⁹⁵ Nas entrevistas que realizamos, os nossos depoentes quando perguntado sobre o currículo das instituições de ensino, em que, estavam inseridos, alegaram que esse não era problema para eles, inclusive Ana Rita diz ter assistido aula versando sobre o Marxismo.

¹⁹⁶ Segundo Cunha (2007), nos locais em que o movimento estudantil era mais intenso, o ensino passou a ser praticamente gratuito, como em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Todavia, nos lugares onde o movimento era menos intenso, o ensino continuava a ser pago. (p. 227).

academico Pedro José Dias, Maura Pires Ramos, Presidente do Diretorio Acadêmico do Instituto de Letras, Berta Villar Dantas, Maria Aldino de França, e Daura Torrão, ensejo em que fizeram um relato dos fatos ocorridos anteontem na FACA, envolvendo estudantes e funcionários da Universidade Regional do Nordeste.

Primeiramente disse a estudante Maura Pires que, naquele dia pela manhã, um grupo de universitários compareceu à FACA, no sentido de conseguir a transferência da realização das provas marcadas para aquela data, tendo em vista que os alunos em débitos para com as anuidades não haviam obtido, ainda, o pretendido parcelamento de suas dividas, relativamente às anuidades em atraso.

Esclareceu que, nesse intento, não buscava impedir a entrada de nenhum colega ao local dos exames, mas tão somente conseguir, parcialmente, a solidariedade dos que estavam quites à causa dos que ainda não tinham pago suas mensalidades, o que só teriam condições de fazer se fosse concedido o aludido parcelamento.

INTERFERENCIA

Continuando suas declarações adiantou que, “nesse momento chegaram ao local os funcionários da Universidade Regional do Nordeste José Luiz Júnior, Rildo Menezes, Genival, José Barbosa Guerra, Paulo Donato e José Pereira Neto, os quais, usando de violência, buscaram afastar do local os manifestantes assacando contra os mesmos agressões físicas e morais, como murros, empurrões e palavrões, acrescentando que deles somente o sr. Rildo se achava armado, na oportunidade, portando, para tanto, um revolver”.

Acrescentou também a declarante que “chamada pelo Reitor, à polícia compareceu ao local, tendo, porem, os milicianos se portado bem diante da situação, embora sua presença tenha se constituído uma pressão psicológica prejudicial aos que estavam prestando exames”.

Passada essa fase, continuou, “os estudantes compareceram a Delegacia de Polícia, prestando queixa contra o procedimento dos funcionários da Universidade Regional do Nordeste”.

SOLUÇÃO

Sequenciando suas declarações afirmou que, “cessadas essas escaramuças, os manifestantes se reuniram em Assembleia, no auditório da FACA, quando, por intermédio do professor Berilo Borba Ramos, foi mantido um entendimento com o Reitor Edvaldo do Ó, pelo telefone e através daquele mesmo educador”.

Decorrida as discussões de propostas e contrapropostas, finalizou, “ficou estabelecido o parcelamento solicitado, mediante o pagamento imediato de uma prestação e duas outras, respectivamente, em 31 de janeiro e 28 de fevereiro vindouros, através de notas provisórias devidamente avalizadas, pelo que puderam, então, os manifestantes fazer suas provas finais, o que começou a ocorrer logo naquele mesmo dia”. (SOLUCIONADA CRISE DOS ESTUDANTES: REITORIA CONCEDEU PARCELAMENTO, 11/12/1968, p. 01).

No depoimento de Maura, dado ao Jornal DB, percebemos que, mesmo depois da reforma universitária, antigos problemas continuaram a ser denunciados pelos estudantes. A partir de então, logo que se anunciava um movimento, mesmo nas dependências institucionais de ensino, a polícia de imediato era convocada a repreender os estudantes. No entanto, apesar de os resultados do movimento não terem sido completamente satisfatórios para os

estudantes, ele procurou amenizar a situação daqueles que viam a possibilidade de perder o ano letivo por não poderem quitar suas anuidades. Assim, seu parcelamento e a autorização para que os estudantes realizassem os exames finais não resolveram, mais uma vez, o problema das anuidades, apenas prorrogou a militância contra ela.

Enquanto os estudantes se manifestavam e aguardavam medidas provenientes do Governo em seus benefícios, o Governo também aguardava uma decisão da Câmara dos deputados para processar o deputado Márcio Moreira Alves, devido a um pronunciamento que fez na Câmara dos Deputados, no dia 02 de setembro de 1968, concitando a população a boicotar as comemorações do dia 07 de setembro, e as moças e demais civis a não manterem relações afetivas com membros das Forças Armadas, enquanto a repressão aos movimentos prevalecesse. Todavia, o Governo obteve uma “surpresa” no resultado da votação ocorrida em 12 de dezembro de 1968, quando votaram contra a suspensão da imunidade parlamentar 216 parlamentares contra 141 votos a favor. (VENTURA, 1988, p. 244). E o que, aparentemente, representava a vitória dos que se opunham ao regime, na realidade, culminou com a derrota deles:

Documentos recentemente revelados indicam que o Ato Institucional Nº 5 já estava pronto em julho de 1968. Ele fora elaborado em resposta ao crescente apoio da classe média às manifestações estudantis e à militância dos trabalhadores, demonstrada nas greves de Contagem e Osasco. Confirma-se isto pela rapidez com que agiu o Estado de Segurança Nacional. Menos de 24 horas depois da votação no Congresso Nacional, o texto do Ato Institucional Nº 5 foi publicado no Congresso por tempo indefinido. Suspendiam-se todas as garantias constitucionais e individuais. Em todo o país, o Exército procedeu a manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todas as matrizes ideológicas eram presos aos milhares. (ALVES, 1984, p. 130-131).

De certo, o AI-5 não foi preparado da noite para o dia, pois, segundo Ventura (1988), no dia da votação do deputado Márcio Moreira, o Presidente leu para o general Jayme Portella anotações que fez nesse dia, em complementação a outro texto de que dispunha, caso o Governo fosse derrotado na Câmara dos deputados. Depois do resultado, falou para Portella: “Eles vão ter a resposta. Você é testemunha de que fiz tudo para que atendessem aos apelos para desagrar as Forças Armadas. Agora vão ver”. (VENTURA, 1988, p. 244). Nesse contexto, percebemos que o AI-5¹⁹⁷ foi um ato raciocinado para executar, na forma de sua

¹⁹⁷ Na época da publicação do AI-5, o Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, que apoiou o golpe-civil-militar em 1964 e, então, fazia oposição ao Governo, conseguiu driblar os censores instalados em sua redação e colocar na primeira página a previsão meteorológica, no dia 14 de dezembro de 1968, com a seguinte expressão: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 356). Ora, quando Alberto Dines se referiu ao

própria lei, anseios do Governo, e pensado para não deixar brechas para a resistência advinda de qualquer setor da sociedade, visto que concentrava nas mãos das Forças Armadas domínios para intervir nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, uma vez que eles passavam a ter o poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; cassar e suspender mandatos em todas as estâncias; demitir ou transferir juízes e suspender garantias do Judiciário; julgar crimes políticos por meio de tribunais militares; invalidar recursos impetrados por pessoas acusadas pelo AI-5 e julgadas por tribunais militares; suspender a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes contra a Segurança Nacional, entre outros.

Para Costa e Silva, o AI-5 foi necessário para reativar a “Revolução” de 1964, que foi atingida, ao ser negado o pedido de cassação do deputado Márcio Moreira Alves, conforme informa matéria publicada pelo Jornal DB:

Na opinião do segundo Presidente Revolucionário, Marechal Costa e Silva, expressa em recente discurso na Escola de Estado Maior do Exército, a Revolução retomar-se-á sempre os seus temas fundamentais quando esses se tornarem indispensáveis ao funcionamento das instituições e a grandeza da Pátria brasileira.

O Chefe do Executivo declarou, explicitamente que “o Governo foi obrigado a intervir e tomar as medidas fortes que reativassem a Revolução”, atingida pelo ato da Câmara Federal ao negar licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

[...]

Alusões claras foram feitas à subversão em diferentes setores da sociedade. Não se desconhece tudo que o Governo vem fazendo para atender aos reclamos da classe estudantil, sobretudo de nível universitário, sem contar, entretanto, com a compreensão e colaboração da sua grande maioria, minada pela propaganda subversiva de agitadores. (CONTRA A SUBVERSÃO E A CORRUPÇÃO, 20/12/1968, p. 02).

O Governo encena o seu ato como uma ação necessária devido ao fato de a Câmara apoiar o deputado Márcio Moreira, em um discurso que procurava desmoralizar as Forças Armadas, e diante da omissão de uma ação da Câmara, tiveram que fazer o próprio Governo Federal. Esse foi o discurso propagado pelo Governo na época, porém, de acordo com Silva, J. S. (2011): “El discurso público del dominador es una síntesis de sus relaciones explícitas

tempo com os adjetivos negro e sufocante, quis fazer menção à política brasileira - 38º faz referência ao número do Ato Complementar que fechou o congresso, e 5º, ao “truculento” Ato Institucional de número cinco. Sobre outros jornais que denunciavam a política das Forças Armadas, ver KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 249-274. E sobre os bastidores e os benefícios trazidos pelo AI-5 para as Forças Armadas, ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 112-137. GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. VENTURA, Zuenir Carlos. **1968: O Ano que não Terminou**. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

con los dominados”. (p. 15). Com esse discurso, o Governo objetivava ocultar¹⁹⁸ os verdadeiros motivos pelos quais editou o AI-5, pois, se soube, anos depois, que o projeto do AI-5, há tempos, estava esperando uma brecha para vir à tona, devido à insatisfação do Governo, que não era apenas com os políticos, mas também com a própria população, visto que, como menciona a reportagem do Jornal DB, na visão do Governo, na medida do possível, ele vinha tentando resolver os problemas dos estudantes, sobretudo dos universitários, ainda que eles não reconhecessem. Nesse contexto: “O poder *das Forças Armadas*¹⁹⁹ aparece progressivamente em cena, inclusive debaixo de sua forma repressiva, no momento das execuções capitais, no curso das quais a hierarquização social é exposta”. (BALANDIER, 1982, p. 18). Então, ao perceber que, se não adotassem uma ação radical, poderiam perder o controle do Governo, as Forças Armadas fizeram isso, mesmo sabendo que, ao adotar ações radicais, precisariam justificar seu ato. Para isso, nada mais coerente do que se colocar como vítima dos movimentos imperados contra o Governo. Assim, para Djalma:

O AI-5 é essa questão [...], os militares perderam a cabeça, e começaram a torturar e vem à reação dos militares, o que acontece na minha cabeça, no meu entender é que está provado, mais uma vez, a lei da física, a cada ação corresponde uma reação, em sentido contrário e com maior intensidade.

Nessa linha de pensamento, Djalma entende que o AI-5 é uma resposta do Governo à intensificação dos movimentos, como o próprio Costa e Silva procurou justificá-lo. Entretanto, apesar de ser um estudante nacionalista, ele não concorda com a violência a que o Ato fez uso e continua expressando sua visão ao dizer: “[...] eu acho um ato execrável, pegar uma pessoa em uma sala com três, quatro batendo em um, isto é abominável, isto não se concebe, serviu apenas para desmoralizar a própria Forças Armadas, e eu digo isto a eles, quando eu tenho a oportunidade de encontrar com um deles²⁰⁰”. Ana Rita expressa assim sua

¹⁹⁸ No universo da política, o discurso é uma manifestação comum dos políticos. No entanto, dentre os diversos tipos de discurso, podemos definir o discurso público como aquele “[...] marcado por la generosidad, altanería, fuerza, nobleza, superioridad, firmeza, osadía, promesas, auto-elogio, etc”. (SILVA, J. S., 2011, p. 16). Enquanto que: “El discurso oculto es contextual. Es específico de un lugar, de un cierto espacio social y de un conjunto particular de actores. Es construido de forma clandestina, en espacios de la intimidad privada. Contiene actos de lenguaje y una extensa gama de prácticas que contradicen el discurso público, razón por la cual se les mantiene fuera de la vista y en secreto. (SILVA, J. S., 2011, p. 15). Nessa perspectiva, as Forças Armadas fazem uso de um discurso público, para legitimar um discurso oculto. Sobre essa temática, ver também SCOTT, James C. Detrás de la historia oficial. In. Revista Fractal. Ano 4, n° 16, Vol. 5. Jan/Maço. 2000, p. 69-92.

¹⁹⁹ Grifos meus.

²⁰⁰ Entrevista concedida por DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012. Em seu depoimento, Djalma nos traz uma reflexão pertinente, ao analisar, em dias atuais, a política das Forças Armadas. Todavia, embora tentados a enveredar nessa discussão, mais uma vez, devido às

opinião sobre o AI5:

Esse Ato-5 foi um famigerado, ele chegou e os militares sabe o que eles fizeram? Eles tiraram os direitos estudantis da gente. Você sabe o que é você esta na universidade e chegar um militar para você e dizer agora você não faz mais parte da universidade, seu futuro agora acabou²⁰¹.

Para Jorge: “O AI-5 foi uma tristeza. Movimento de rua não houve mais não. Os estudantes não podiam mais ganhar as ruas, a repressão era intensa em cima da gente. E logo depois veio o 477, em que eu e muitos amigos fomos atingidos²⁰²”. O AI-5 trouxe instrumentos para serem utilizados pelas Forças Armadas, que lhes abonavam respaldo para punirem, conforme julgassem adequado, todo e qualquer cidadão que fosse considerado subversivo. Em outras palavras, que se expressasse contra a política adotada pelo Governo. Nesse sentido, o projeto do Governo não foi pensado apenas para representantes de poderes, mas também para os civis, em especial, estudantes e professores. Então, visando inibir e retirar do cenário acadêmico professores e estudantes que não comungavam com a política vigente, em fevereiro de 1969, o Governo lança o Decreto-lei 477.

Essa norma repressiva dizia que cometeria “infração disciplinar” o professor, o aluno ou o funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenham por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados á organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar confeccionar, imprimir, ter em depósito, distribuir material subversivo de qualquer natureza.

Se o infrator fosse professor ou funcionário, seria demitido (ou dispensado), e proibido de ser nomeado (ou admitido ou contratado) por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de cinco anos. Se fosse estudante, seria desligado do curso, e proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos. (CUNHA; GÓES; 1989, p. 38-39).

Esse Decreto-lei²⁰³ punia professores, funcionários e alunos. Quanto a estes últimos, sua matrícula poderia ser suspensa por tempo determinado ou serem atingidos com a pena

limitações de tempo, não nos é possível problematizar a representação que hoje Djalma infere às Forças Armadas.

²⁰¹ Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 31/03/2011. In. Projeto Compartilhando Memórias: Repressão e Resistência na Paraíba. 2011.

²⁰² Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

²⁰³ Muitas matrículas de estudantes foram cassadas, antes do Decreto-lei 477, por diretores e reitores das instituições de nível superior e outros foram desvinculados de suas atividades profissionais, segundo o Governo,

máxima, que seria a suspensão definitiva de sua matrícula nas instituições de ensino de nível superior. Ao longo de nossa pesquisa, enfatizamos inúmeros movimentos realizados pelos universitários campinenses, que reivindicavam soluções para problemas inerentes às suas realidades e uma aliança com diretrizes advindas da UNE e de movimentos de apoio contra as repressões incutidas sobre estudantes de outras regiões. Todavia, os discentes identificados como mentores, organizadores, que atuaram em algum protesto contra a política vigente, ou participaram de algum congresso de entidades estudantis considerados proibidos pelas Forças repressivas, não tiveram seus nomes apagados dos arquivos do DOPS, nessa perspectiva, quando visitamos o arquivo do DOPS localizado na Universidade Federal da Paraíba, no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), encontramos algumas fichas de militantes campinenses que tiveram problemas em suas matrículas devido terem ao longo da sua vida acadêmica denunciado de alguma maneira a repressão do Governo vigente ou por terem simplesmente participado de algum congresso considerado ilegal pelo Governo²⁰⁴.

Os estudantes sofreram punições e ficaram decepcionados. Muitos deles, para não ser presos, abandonaram seus familiares e tentaram recomeçar, o que não foi fácil. Vejamos o depoimento de Cacilda a respeito desse fato:

Nós que militamos aqui fomos embora, eu quando terminei o curso, não quis ficar aqui não, nós éramos rejeitados, não valíamos nada, era como se fossemos um câncer, uma coisa podre²⁰⁵ (demonstra tristeza em sua fala). Fui embora para Recife refazer a minha vida, lá ninguém me conhecia, foram dez anos maravilhosos, mas também sofri muito.

por terem ligações com movimentos, como Cacilda, que, ao retornar de Ibiúna, foi dispensada do seu estágio no SESI, e Simão, cuja matrícula foi cassada pelo Reitor da Universidade Federal.

²⁰⁴ No terceiro anexo, compartilhamos com aqueles que nos acompanharam, até esse momento, as punições infligidas sobre alguns estudantes campinenses, por lutarem pelos seus ideais, que se confrontava com os limites impostos pela política das Forças Armadas. Entretanto, não é nossa intenção que seja compreendido que os únicos militantes campinenses a lutarem contra a política das Forças Armadas e por melhorias nas instituições de ensino foram aqueles que mencionamos em nossa pesquisa. Apenas procuramos mencionar os nomes daqueles que encontramos registrados nos arquivos que visitamos e nas falas dos depoentes. Porém, outros nomes podem existir, apesar de não terem chegado ao nosso conhecimento, pois era uma tática dos estudantes, principalmente quando a repressão sobre eles se abateu com mais intensidade, evitar que a mídia divulgasse seus nomes ou imagens, e ainda que companheiros soubessem do nome de batismo de um militante, isto porque, quando alguém “caía”, muitas vezes, não suportavam as torturas e acabavam por dar informações de companheiros de militância, que eram utilizadas pelos militares para identificar os estudantes.

²⁰⁵ Em nossa escrita, demonstramos como aos poucos o movimento estudantil foi ganhando o apoio de vários setores da população brasileira, até o ano de 1968, porém, após o AI-5, o governo desenvolve novos métodos de repressão para com aqueles que não aceitam a política governamental e/ou que apoiam pessoas tidas como subversivas. O país, também passava a vivenciar uma “falsa” sensação de estabilidade econômica, o que de certa forma, propiciava ao governo apoio de vários setores da sociedade civil, ao mesmo instante em que começavam a desprezar movimentos e militantes que contestavam a política vigente, neste contexto, tanto Cacilda como outros militantes passaram a ser rejeitados por parte dos civis, devido ao seu histórico de militância. Entretanto, pesquisar estas relações dos jovens militantes pós 1968 com os populares, não faz parte dos propósitos deste estudo, para este momento, assim, deixamos mais uma problemática para ser garimpada em outra oportunidade.

Lá em Recife ainda me chamaram, para saber onde a gente estava, e eu não disse que estava no INSS, eu era bolsista, não tinha carteira assinada, então eu não disse onde estava. Na entrevista, eu perguntei por que estava ali, se eu não estava fazendo nada, estava apenas trabalhando, não tinha mais movimento estudantil, destruíram tudo e eu também ia ser destruída? Eu perguntei, para que estavam me entrevistando, já tinha acabado tudo, e eles disseram: - Não é porque veio uma ordem de São Paulo para saber onde você estava. – E eu disse: - Pois diga a eles que eu estou trabalhando, quero apenas viver a minha vida e ser feliz, ou será que a gente não tem mais direito de ser feliz? -. Mas eu ficava assombrada no trabalho, quando alguém dizia Cacilda vem aqui, eu já tinha medo²⁰⁶.

Assim, Cacilda²⁰⁷, Simão e Ana Rita²⁰⁸ deixaram Campina Grande e foram morar em Recife. Sobre isso, Ana Rita relata:

Eles prepararam o famoso Ato Cinco e, nessa época, eu tinha casado. Eu casei em setembro de 68. Logo depois que eu casei meu marido estava na casa dos pais dele, que era bem no centro da cidade de Campina, ali na Tiradentes, apareceu alguém e chegou para ele e disse: “galego vá embora, desapareça que a polícia vai lhe pegar, vai vim aqui atrás de você entendeu”. Isso era novembro. Ele estava acabando o curso de Engenharia e eu terminava o de Serviço Social. Ai ele foi embora para o Recife. E foi tanto que ele abandonou o curso. E eu fiquei aqui, porque eu disse – não eu não vou não, eu vou terminar o meu curso – e nesse tempo a gente já estava com envolvimento político maior. Éramos de AP. Ele montou uma casa e ficou morando lá. Só que eu não passei muito tempo aqui não, então ele foi em novembro e eu já fui no começo de dezembro. Também abandonei o meu curso²⁰⁹.

Deixar a cidade, todavia, não significava ficar em segurança, pois, apesar de estar em Recife, depois de ter abandonado a família, o curso, enfim, de ter deixado toda uma vida para trás, Ana Rita foi presa em fevereiro de 1969. Segundo relata, Simão não estava em casa e foi avisado por vizinhos que agentes do DOPS o aguardavam em sua residência, e a esposa havia sido levada. Simão foge mais uma vez. Ana Rita teve a primeira filha nas dependências do DOPS e foi libertada em 01 de abril de 1969. Segundo a própria depoente, não sofreu torturas físicas graças a sua família, que conseguiu localizá-la.

Amilton também optou por sair da cidade, mas não conseguiu fugir dos agentes do DOPS e foi preso em Recife, pós-1968. Mas, nem todos os estudantes que militaram em

²⁰⁶ Entrevista concedida por, CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

²⁰⁷ Cacilda deixou Campina Grande em 1970 e somente voltou em 1980.

²⁰⁸ Simão e Ana Rita se casaram em 28 de setembro de 1968. Saíram de Campina Grande em 1968 e apenas retornaram em 1980.

²⁰⁹ Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

Campina Grande resolveram deixar a cidade, alguns preferiram correr o risco de ser preso e continuaram na cidade, como Ailton, que optou por permanecer na cidade e foi preso por várias vezes, como afirma: “E no final de 69, eu fui processado e passei dois anos presos. Ah sim, quando, eu sai da prisão eu fui preso novamente dois anos depois, fui preso, fui torturado²¹⁰”.

Jorge também optou por não deixar a cidade: “Eu tive muita vontade de fugir como Simão, que pegou a sua esposa e foi embora, e tantos outros. [...] Mas eu pensava na minha família, e se eu saísse daqui lá fora eu teria que entrar de forma intensa no movimento de contestação armada, então fiquei por aqui mesmo²¹¹”. Para Jorge, não fazia diferença ficar na cidade ou sair de lá, pois, se saísse, onde estivesse, teria que se engajar e, talvez, longe de sua cidade, fosse ainda pior. Jorge foi sequestrado por agentes do DOPS, em janeiro de 1973, e libertado em março do mesmo ano. Na prisão, sofreu e presenciou a tortura de vários companheiros, como enfatiza neste relato:

Eu também fui preso por ter cedido a minha fazenda para a realização de Congressos da AP nos anos de 69, 70, e 71, foram três anos seguidos, fizemos um Congresso de AP em plena repressão. Eu e meu irmão organizamos tudo. Nesse tempo eu tinha um jipe e me encarregaram de transportar o pessoal, vieram pessoas de vários lugares, sabíamos devido aos sotaques que eram diferentes, isto aconteceu no mês de julho em pleno inverno, chovia muito aqui, mas eu não assisti nenhuma das reuniões. A minha função era ceder o local e transportar as pessoas. Depois foi que eu fiquei sabendo que naquele Congresso que ocorreu na minha fazenda, foi para discutir a absolvição da AP pelo PCdoB, e foi justamente esse pessoal que depois caiu.

Então eu fiz esse Congresso na minha fazenda e por conta disto eles me ameaçavam, - Se a gente te pegar, a gente vai te matar -, e eu sabia que não era uma ameaça de blasfêmia, aí o meu emocional ficou abalado, eu fiquei parecendo um louco, não colocava nem a cabeça na porta, quando colocava ia me escondendo (faz o gesto), minha família queria até me internar em um hospital de doentes mentais, mas eu não tinha doença nenhuma, eu sabia o que era, mas não podia dizer, porque tudo era em segredo absoluto, mas não teve jeito, um ano e meio depois do Congresso me pegaram²¹².

O depoimento de Jorge apregoa a pressão vivenciada pelos militantes, no convívio social, pois em alguns casos os familiares por não terem conhecimento do engajamento político destes militantes, logo não compreendiam a fobia que alguns destes passavam a ter

²¹⁰ Entrevista concedida por ARAÚJO, Ailton José de. Em 19/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

²¹¹ Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

²¹² Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

dos espaços públicos, como um simples caminhar nas ruas centrais da cidade, e ao identificar comportamentos não comuns nesses se preocuparam com a saúde mental desses. Por outro lado, o seu depoimento denota que, mesmo com o seu aparato repressor, o Governo não conseguiu extinguir o movimento estudantil, inclusive, aqueles que ocorriam em cidades interioranas:

De fato, ao contrário do que se pode supor, os primeiros anos da década de 1970 - marcados pela presença do Ato Institucional nº 5 e pela atuação do Governo Médici -, não foram de paralisia e “vazio” no universo das chamadas esquerdas brasileiras. Na verdade, foram nesses anos que se ensaiaram os primeiros passos de uma *trajetória de recomposição organizada* que, em poucos anos, acabaria por exercer papel estratégico na eclosão de movimentos sociais focados na defesa dos direitos humanos e anistia, na defesa das liberdades de expressão e livre organização partidária, na reconquista e alargamento das liberdades democráticas, pelo fim da ditadura e instauração de uma “assembleia constituinte soberana e democrática”, entre tantas outras reivindicações. (PELLICCIOTTA, 2011, p. 31).

Todavia, as limitações de uma pesquisa de Mestrado não nos permitem ir mais além, devido às limitações de tempo, uma vez que, no percurso que escolhemos trilhar, percebemos que muito ainda temos para pesquisar acerca dos movimentos estudantis campinenses. Assim, neste subtema, não finalizamos nossa caminhada, apenas daremos uma pausa para continuar em outro momento, pois, a partir das falas dos depoentes que compartilharam com esse estudo e das experiências vivenciadas no período em que nos dedicamos a essa pesquisa, compreendemos que as correlações de força entre os estudantes e o Governo não cessaram em 1968, pelo contrário, aguçaram novas táticas aos estudantes, com o propósito de vencer as forças repressoras a partir de uma cultura política de esquerda que se fortalecia no meio estudantil.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu lhe agradeço por poder contribuir com a sua pesquisa por meio de uma história que vivi. Contribui para a nossa democracia, embora, uns quisessem a democracia e outros o socialismo como eu. Eu não queria nada com o capitalismo não, mas veio à democracia, dos males o menor. E a minha ideologia daquele tempo é a mesma que eu mantenho hoje com coerência, e seriedade, e até hoje só voto na esquerda, em qualquer ato de votação procuro o meu lado canhoto, e faço questão de exercer a minha cidadania. Nessa eleição disseram – O senhor não precisa votar, já tem mais de 70 anos -, mas é claro que fui votar e votei nulo, não tinha ninguém da esquerda, mas votei, exerci o meu direito. Mas, hoje, muitos dos companheiros, não pensam mais assim.

Jorge de Aguiar Leite

Caminho foi o termo escolhido para denominarmos o que conhecemos como capítulo, porque nossa escrita se apresenta como um caminho que escolhemos percorrer, diante das possibilidades que se apresentam a um pesquisador. E como todo *caminho* é um desvendar para o historiador, conosco não foi diferente, visto que, em nossa caminhada, inúmeros desafios foram enfrentados e vencidos. Existiram dias ensolarados, em que cada passo nos levava a uma descoberta, mas também enfrentamos tempestades e tivemos que interromper a caminhada, devido a uma escoliose que não permitia que dedicássemos o tempo desejado à pesquisa e à escrita; angústia por não conseguir entrar em contato com alguém cujo nome havíamos identificado no Jornal; o Jornal Diário da Borborema, que fechou suas portas quando estávamos pesquisando em seus arquivos, entre outros ventos, que contornamos e, portanto, conseguimos chegar até aqui. Entretanto, nosso ponto de chegada não é um ponto final, apenas representa um objetivo alcançado, que compartilhamos com aqueles que caminharam conosco até esse momento, pois, se as trilhas são infinitas, a caminhada também o é.

Nesse contexto, nossa dissertação é alvitre de uma caminhada iniciada com a hipótese de que o movimento universitário campinense não esteve completamente à margem das bandeiras defendidas pela UNE, durante a primeira fase da ditadura militar, como também

articulavam a luta por bandeiras de nível nacional com as suas próprias bandeiras. Mas não podíamos adentrar nossa problemática “despidos”, por isso, arquitetamos o primeiro caminho, cujo o subtema inicial teve por objetivo nos abastecermos de instrumentos teóricos e metodológicos. Para isso, dialogamos com autores que nos possibilitaram compreender os conceitos e as discussões essenciais a nossa escrita e nos apropriarmos deles, como o de cultura política, a partir de Sirinelli, Bernstein, Gomes e Motta. Também foram importantes as discussões acerca do uso da história oral, pois essa metodologia foi indispensável para adentrarmos o cotidiano dos militantes campinenses. E para compreendermos bem mais os desafios da memória, dialogamos com Verena, Delgado, Bosi, Mudrovcic, Pollak, Ricoeur, Rioux e outros, pois de acordo com Bosi (2003): “A história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. (p. 15). Entretanto, os documentos oficiais também nos foram imprescindíveis, com as leituras realizadas em Abramo e Luca, que nos auxiliaram em nossa apropriação. Portanto, esse subtema nos abasteceu com ferramentas que foram sendo diluídas ao longo da pesquisa e contribuiu para que aqueles que iniciaram uma caminhada conosco compreendessem o direcionamento da nossa escrita.

Ainda nesse primeiro caminho, considerando que não somos donos da nossa escrita, tampouco, a dominamos, e ela pode ser apropriada não apenas por historiadores, mas também por leigos na história, tivemos o cuidado de apresentar a esse leitor os sujeitos e o contexto da nossa história. Nesse viés, iniciamos esse subtema contextualizando a transição política ocorrida em 1964 e, simultaneamente, problematizamos algumas teses referentes a essa mudança, partindo dos pressupostos teóricos de autores como Fico, Ferreira e outros, além de uma garimpagem de alguns movimentos estudantis, por intermédio de autores como Fávero, Martins Filho, Poerner e outros. Por último, refletimos sobre as influências apropriadas pelos estudantes por meio de entidades políticas, religiosas e culturais. Com essas discussões, compreendemos que a militância estudantil não emergiu fora de um contexto nem durante a ditadura militar e não se fez “da noite para o dia”, mas a partir de um amadurecimento militante, que culminou em um contexto de contrarrepressão e luta por um ensino de melhor qualidade.

No terceiro subtema deste caminho, sabendo que são poucos os que conhecem o contexto político do lugar e o momento histórico ao qual dedicamos nossa pesquisa, julgamos importante fazer uma breve reflexão sobre ele. Por fim, convidamos os depoentes com quem tivemos a oportunidade de dialogar, para colaborarem com a nossa pesquisa com seus relatos, focalizando as influências de que se apropriaram e que os levaram ao despertar militante. Esse

ponto marca o nascedouro da nossa hipótese e nos permitiu quebrar paradigmas, pois, por intermédio de nossos entrevistados, percebemos que nem todos os estudantes eram militantes e, muito menos, as influências emergiam sempre do seio familiar que, embora seja significativa entre os militantes que entrevistamos, não é uma regra. Entretanto, entidades que influenciam a militância estudantil, em nível nacional, são mencionadas por nossos militantes, como membros com diferentes níveis de engajamento.

Seguindo nossa peregrinação, o segundo caminho se inicia com uma discussão acerca das primeiras universidades instaladas na cidade e das articulações dos estudantes que residem nesta, mas que iniciaram a sua vida acadêmica em outros estados ou na capital, devido à inexistência de cursos de nível superior em Campina Grande até 1952, porque eles pretendiam continuar seus estudos na cidade onde residiam. A partir dessa discussão, adquirimos e compartilhamos conhecimentos a respeito do nascedouro do ensino superior em Campina Grande.

Em um segundo momento, ainda no segundo caminho, pesquisamos sobre a receptividade da política introduzida no Brasil, no imediato pós-golpe pelos universitários campinenses. Assim, outro paradigma foi quebrado, porquanto estar a favor do golpe ou ser omissos a movimentos universitários que ocorriam no país que contestava a política vigente não era um caso isolado em Campina Grande, ao contrário, isolado foram os casos de universitários campinenses que a contestaram no imediato. Então, os estudantes campinenses não somente foram omissos com seus companheiros de militância, em nível nacional, como também andaram de “braços dados” com projetos defendidos pelo Governo, como o acordo MEC/USAID, por exemplo.

Esse corporativismo por parte dos universitários campinenses com o Governo não continuou a partir de 1965. Essa temática foi elucidada no terceiro subtema desse caminho. Destarte, no âmbito dessa discussão, pudemos acompanhar o amadurecimento da militância universitária campinense, através de alianças firmadas tanto com bandeiras defendidas por causas específicas das instituições de nível superior existentes na cidade, quanto com as causas de nível nacional. Entretanto, embora o movimento universitário campinense tenha despertado para a militância, nem todos os universitários concordavam com ela, e sempre havia aqueles estudantes que eram omissos por temerem ao Governo ou por acreditar em seus projetos.

No terceiro e “último” caminho, iniciamos a pesquisa enveredando para a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro. Por meio desse acontecimento, visamos identificar a receptividade dos estudantes

campinenses a essa tragédia e percebemos que eles partiram para enfrentar diretamente a polícia, quando ela proibia as manifestações estudantis, neste momento ocorreram, em público, as primeiras prisões de estudantes campinenses. Todavia, mesmo diante da repressão introduzida sobre os estudantes por parte do Governo, eles não desistiram dos seus objetivos e partiram para organizar o XXX Congresso da UNE, com o propósito de eleger um novo representante e definir as diretrizes na militância estudantil. Esse assunto foi abordado no segundo subtema desse terceiro caminho. A partir das discussões tecidas nesse subtema, percebemos que os estudantes articulavam uma militância contra a repressão governamental e pelas reformas universitárias. Identificamos, ainda, o envolvimento de políticos paraibanos em “prol” dos estudantes, quando do enfrentamento deles com a polícia, inclusive do governador João Agripino, quando da prisão de paraibanos no Congresso de Ibiúna. Todavia, não esqueçamos que, em 1968, tivemos eleições para prefeito e vereadores de municípios, e no caso de Campina Grande, o voto para eles foi por vias diretas.

Por fim, chegamos ao terceiro e “último” subtema desse caminho, no qual analisamos as medidas adotadas pelo Governo para inibir o movimento estudantil e apreendemos as táticas adotadas pelos estudantes campinenses, nas correlações de força com o sistema, com o propósito de alcançar uma reforma universitária que atendesse aos anseios dos estudantes e inibisse a repressão do Governo sobre eles. Entretanto, percebendo que o movimento estudantil se fortalecia com a adesão de grupos importantes da sociedade, o Governo logo trabalhou em um projeto que visava inibir a militância estudantil. Assim, foi editado o AI-5, em dezembro de 1968, e o Decreto-lei 477, em fevereiro de 1969. O primeiro era estendido a toda a população brasileira, e o segundo era voltado para atingir as instituições de ensino brasileiras - funcionários, professores e estudantes. Desse modo, a partir do depoimento dos entrevistados e das fichas do DOPS²¹³, compartilhado com aqueles que nos acompanharam até esse momento, percebemos que os direcionamentos do caminhar dos militantes aqui mencionados, pós esses atos, foram diversos. Alguns preferiram sair da cidade, outros permaneceram lá, e uns optaram por recomeçar a vida em outros estados, tentando deixar o passado para trás. Porém isso não foi possível, porque, uma vez fichados no DOPS, a vigilância sobre eles por parte do Governo era constante. Outros, além de ficar na cidade, continuaram na militância por outras vias, pois, como as histórias são múltiplas, múltiplos também foram o caminhar desses militantes e as penalidades aplicadas a eles pelos decretos do Governo.

²¹³ Ver anexo.

De modo geral, podemos compreender que a militância estudantil emergiu a partir de culturas políticas disseminadas entre os estudantes pelas mais diversas instituições. Essas culturas foram sendo compartilhadas entre os estudantes e lhes proporcionou um amadurecimento alocado na prática, a partir da culminância de movimentos estudantis realizados principalmente em 1968. Por outro lado, esse ano não representa o término do movimento estudantil - nem o de nível nacional nem o campinense. Por essa razão, poderemos continuar a desenvolver esta pesquisa em outro momento. Outra possibilidade que também se abre, refere-se a uma pesquisa acerca do movimento secundarista durante a ditadura militar.

Enfim, aqueles que nos acompanharam no processo de escritura deste trabalho, puderam perceber as possibilidades de pesquisas que não nos foi possível enveredar durante a nossa garimpagem, mas que deixamos vestígios para serem seguidos em outras oportunidades, e por quem assim desejar. Entretanto, nos sentimos realizados, porque acreditamos ter contribuído com a abordagem do tema de maneira técnica e científica, tanto em nível nacional quanto e, principalmente, local, pois, no início da pesquisa, levantamos a hipótese de que o movimento universitário campinense não esteve completamente à margem das bandeiras defendidas pela UNE, durante a primeira fase da ditadura militar, como também articulavam a luta por bandeiras de nível nacional com as suas próprias bandeiras. Essa agora se concretiza, pois no caminhar dessa pesquisa nos preocupamos em trilhar o caminho percorrido pelos estudantes campinenses durante os anos de 1964-1968 e constatamos que, apesar de uns serem omissos à militância, outros a abraçaram e incorporaram as bandeiras nacionais com as locais. Também encontramos estudantes cujos sonhos os motivaram a militar. Acreditamos que, com esta pesquisa, contribuímos com o debate acerca da militância universitária campinense, ao mesmo tempo em que deixamos múltiplas possibilidades para novas pesquisas, visto que não é nosso propósito finalizar esse debate, mas apresentar aqueles que nos acompanharam até esse momento, o caminho escolhido por nós, o que não implica dizer que outros caminhos não existem, pois eles apenas precisavam ser trilhados.

REFERÊNCIAS E FONTES

“Deus providencia tudo para quem é dele, na hora certa ele me trouxe de volta para cá, para eu viver uma vida tranquila”.

Cacilda Filomena Castro Cavalcante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da Cidade de Pedra à Cidade de Papel: projetos de educação, projetos de cidade** – Campina Grande (1959). Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea-CPDOC/FGV, 1989.

_____. Fontes Oraís: história dentro da história. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

AMORIM, Leite Rômulo. **A Câmara Municipal de Campina Grande nos Anos de 1964 a 1974: o Minotauro dos Militares**. 2007. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964). 1985. 212 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

_____. A ciranda da Política Campinense: (1945-1964). In. GURJÃO, Eliete Queiroz. **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000, p. 79-100.

_____. Tempos de crise e decadência na economia paraibana. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz Gurjão; LIMA, Damião de. (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba**. 3ª ed. – Campina Grande: EDUEP, 2004, p. 113-117.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 9. ed.; Petrópolis: Vozes, 1985.

BALANDIER, George. **O Poder em Cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

BARROS, Edgard Luiz de; FARIA, Antonio Augusto da Costa. **Getúlio Vargas e Sua Época**. 2. ed.; São Paulo: Global 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (direção). **Para uma História Cultural**. 1ª Ed. Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In. AZEVEDO, Cecília; [et al.]. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v. 2.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 13-42, v. 4.

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In. _____. **O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 13-77.

BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: Elementos Para Uma Teoria do Campo Político. In: _____. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 162-207.

BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad. De Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a constituição da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAMURÇA, A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia: 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007, p. 387- 408.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a Política que não foi**. São Paulo: companhia das letras, 1987.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: contexto, 2002.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. **A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB – Editora Universitária, 2005.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão**. São Paulo: Senac, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. A operação historiográfica. In. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. In. _____. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. RAMOS, Patrícia Chittoni. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002, p. 61-79.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da ação popular. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia: 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007, p. 99-129.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o Golpe de 1964**. Cadernos da ADUFPB-JP/SSIND. Ano 15, nº 10, 1993.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: O ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989a.

_____. **Qual universidade?**. São Paulo: Cortez, 1989b.

_____; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. **A Universidade Reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DANTAS, Robson Diniz. **Bate Papo no Calçadão: representações dos velhos de Campina Grande – PB sobre o regime militar brasileiro (1964-1985)**. Monografia. (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2008.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partido político e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In. FERRIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p.129-154, v. 3.

_____. **História Oral: Memória, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo**

da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 93-131, v. 4.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **História da Universidade Regional do Nordeste**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Educação e Cultura, 1994, vol. II.

_____. **Politécnica**: primeira escola superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande, [1991].

FARIA, Regina Helena Martins de. **As Fontes Orais e a História**. Mimeo. 2005.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Cátedra e o Departamento nas Universidades Brasileiras**. Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Depoimentos, Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB/CFCH/PROEDES, 1992, v. 5.

_____. **A UNE em Tempos de Autoritarismo**. 2. ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERNANDES, Florestan. O legado de Florestan Fernandes. In. BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In. FERRIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da Experiência Democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 345-404, v. 3.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

_____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004b, p. 265-275.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p 167-205, v. 4.

FORACCHI, Marialice (Mencarini). **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 2. ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. (Orgs.) **Cultura Política**: ensaios de história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Michael M. História oral: os Riscos da inocência. In. CUNHA, Maria Clementina Periera. (Org.). **O Direito à Memória:** Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 157-160.

JULLIARD, Jacques. A política. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novas abordagens. Rio de Janeiro: 1995, p. 180-196.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In. MAAS, Wilma Patrícia; PEREIRA, Carlos Almeida. (Trad.). **Futuro Passado:** Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: ed. Puc-Rio, 2006, p. 97- 118.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 249-274.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In. AZEVEDO, Cecília; [et al.]. **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 79-97.

LIMA, Damião de. Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz Gurjão; LIMA, Damião de. (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba.** 3ª ed. – Campina Grande: EDUEP, 2004.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A Luz que não se Apaga:** Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LINS, Erica da Silva. **1964-1968:** Teriam os estudantes campinenses feito parte desta história?. 2008. 123 p. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

_____. O jornal Diário da Borborema na (des)caracterização do movimento estudantil campinense. 2009. 16 p. Artigo (curso de especialização em História do Brasil/Paraíba). Fundação Francisco Mascarenhas – Faculdades Integradas de Patos.

LOPES, José Stênio de Lucena. **Campina, Luzes e Sombras.** Campina Grande: Edições Grafset, 1989.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande:** Uma Experiência de desenvolvimento tecnológico no nordeste. A União, João Pessoa. S/n.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia:** 1964... .Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos, e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

LUIZ, Janailson Macêdo. **Luz para sua Gente e para sua Terra:** notas sobre a história da UEPB. Campina Grande: EDUEPB. 2010.

MAIA, Agaciel da Silva. **Dados Biográficos dos Senadores da Paraíba: 1826-2000**. Brasília; Senado Federal, Secretaria de documentação e informação, 2000.

MARCELINO, Douglas Atila. O passado recente em disputa: memória, historiografia e censuras da ditadura militar. In. SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a Ditadura: Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 312-333, vol. I.

MARQUES, Thiago Trindade. **O Desenvolvimento Campinense e a Administração Municipal de Williams Arruda (1964-1969)**. 2006. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

_____. **Do Desenvolvimentismo ao Alinhamento à Conduta Militar: as peripécias da política campinense (1963-69)**. 2012. 129 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

_____. O movimento estudantil dos anos 1960. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia: 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007, p. 185-198.

MELO, Luís Gonzaga de. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba: 1966-2003**. 2. ed. Campina Grande: Editora..., 2003.

MEYHI, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. Petrópolis, Loyola 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. 5. ed.; São Paulo: Contexto, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia. In. _____. (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

MUDROVCIC, María Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine. In. AZEVEDO, Cecília; [et al.]. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 101-116.

MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: Como o herói camponês**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração Engajada: Busca de espaços na velha estrutura de poder (um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense – 1955 – 1960)**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PELLICCIOTTA, Mirza M. B. Mobilizações estudantis nos anos 1970. In. GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. **Juventude e Movimento Estudantil: ontem e hoje**. Editora Universitária UFPE, p. 179-213, v. 1.

_____. **Liberdade... e luta: considerações sobre uma trajetória política (anos 70)**. 2011. 494 p. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39-62.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 2. Ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PORFÍRIO, Waldir. **Anos de Luta: Da intervenção no DCE da URNE à estadualização da universidade – 1981 a 1987**. Campina Grande: UEPB, 2008.

PRESTES, Anita Leocadia. **Os Militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

PROST, Antonie. Social e cultural indissociavelmente. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (direção). **Para uma História Cultural**. 1. ed. Editorial Estampa, 1998, p. 123-137.

REMOND, René. Uma história presente. In. ROCHA, Dora (Trad.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 13-36.

_____. Do político. In. ROCHA, Dora (Trad.) **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 442-450.

RICOEUR, Paul. O Esquecimento. In. _____. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007, p. 423-466.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 133-166, v. 4.

RIOUX, Jean-Pierre. A memória colectiva. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (direção). **Para uma História Cultural**. 1. ed. Editorial Estampa, 1998, p. 307-334.

ROCHA NETO, Ivan, **Lynaldo Cavalcanti Além das palavras**: Brasília: Paralelo 15, 2010.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos: a aventura estudantil (1950-1999)**. João Pessoa: Idéia, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSSI, Paolo. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa**. Bauru, São Paulo, Edusc, 2001, p. 29-64.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia**: 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In. SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002, p. 15-20.

SANTOS, Nilton. **História da UNE**: Depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980 v. 1.

SILVA, Itan Pereira da. **Da Universidade**: tópicos da trajetória da universidade brasileira. Campina Grande, 1994.

SILVA, José de Souza. Hacia el ‘Día Después del Desarrollo’: Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Doc. In. **Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica** – ALER. 2011, p. 01-106.

SILVA, José Maria Rodrigues da. **O Homem e o Poder**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (direção). **Para uma História Cultural**. 1ª ed. Editorial Estampa, 1998, pp. 409-418.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gilbergues Santos. **Heróis de uma Revolução Anunciada ou Aventureiros de um Tempo Perdido?** A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande – 1968/1972”. 2000. 149 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalidade & Coronelismo** – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande. In. SILVA, Pontes da. et all. (Orgs.). **Poder e Política na Paraíba** – uma análise das lideranças (1960-1990). João Pessoa: API/UNIÃO, 1993, p. 241-258.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

VENTURA, Zuenir Carlos. **1968**: O Ano que não Terminou. São Paulo: Circulo do livro, 1988.

_____. **1968**: O que fizemos de nós. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-72.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O Golpe contra as reformas e a democracia**. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 67-77.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar.

ARTIGOS

a) Publicados em periódicos científicos

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, n. 23/24, set., 1991/ago., 1992, p. 7-18, v. 12.

CITTADINO, Monique. Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba 1966-1971). In. **Saeculum – Revista de História**. Ano 13, nº 16. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História. Jan./Jun. 2007.

MELLO, José Otavio de Arruda. Diário da Borborema – um jornal às vésperas do golpe. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, nº 40 – setembro – 2007, p. 37-42.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. **Revista Perspectiva Histórica**. Dossiê: Ditadura Militar. Vol. 2, nº 3, jul.-dez. 2012. pp. 37-62.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. **Revista de Estudos Históricos**. Nº 3, 1989, v. 02, p. 3-15.

SCOTT, James C. Detrás de la historia oficial. In. **Revista Fractal**. Ano 4, nº 16, Vol. 5. Jan/Maç. 2000, p. 69-92.

SILVA, Fábio Ronaldo da; MONTENEGRO, Rosilene Dias. A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema: Uma análise de discurso. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 01 nov. 2011 18:05h.

b) Publicados em jornais

ANDRADE, Lopes de. **Jornal Diário da Borborema**, Campina Grande, 22 de jun. 1968, p. 02.

MADRUGA, J. Soares. **Jornal Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 de jan.1968, p. 03.

FONTES

ACERVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA: HISTÓRIA E MEMÓRIA. CENTRO DE EDUCAÇÃO/UFPB.

Inquérito Policial Militar – 1426. Vol. 1.18. Fls. 1-2, 31/05/1965.

Inquérito Policial Militar – 1426. Vol. 1.18. Fls. 31, s/d.

Inquérito Policial Militar – 1426. Vol. 7.18. Fls. 697, 17/05/1964.

Inquérito Policial Militar – 1427. Vol. 15. Fls. 1459, 18/06/1964.

Inquérito Policial Militar – 1427. Vol. 15. Fls. 1473 s/d.

Inquérito Policial Militar – 1427. Vol. 15. Fls. 1496, 19/06/1964.

Inquérito Policial Militar – 1428. Vol. 21. Fls. 3664.

ARQUIVO DO ESTADO. FUNDO DOPS-PB/DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

Nº do Prontuário – 978 29/10/1968.

Nº do Prontuário – 1032 – de 25/02/1969.

Nº do Prontuário²¹⁴ – 1055-1176 de 28/05/1969.

PERIÓDICOS

Jornal Correio da Paraíba 09/04/1964.

Jornal Correio da Paraíba 10/04/1964.

Jornal Correio da Paraíba 24/01/1968.

Jornal Correio da Paraíba 04/04/1968.

Jornal Correio da Paraíba 07/04/1968.

Jornal Diário da Borborema Janeiro de 1964 a Dezembro de 1968²¹⁵.

Jornal Formação – Outubro de 1953.

MARTINELLI JR, Antonio et al. **Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, nº.19, 40 p. 2005.

²¹⁴ Vejam outros prontuários em nosso anexo.

²¹⁵ Optamos por não datar em notas de referência bibliográfica as datas que citamos o jornal Diário da Borborema em nossa pesquisa, porque muitas informações nos trouxe este jornal acerca do movimento estudantil campinense, no qual, tivemos o cuidado que registrar em nossa pesquisa cada movimento universitário registrado pelo jornal, e como quando fizemos referência a estes informes, informamos dia, mês e ano julgamos não ser necessário alongarmos as referências aqui mencionadas com estas.

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

ARAÚJO, Ailton José de. Em 19/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

DO Ó, Djalma de Souza. Em 13/11/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

FRANÇA, Amilton de. Em 22/10/2007 a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

SITES ELETRÔNICOS

Acordo Ortográfico de 1990. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortograf%C3%A1fico_de_1990>. Acesso em 16 fev. 2013.

Relação dos que atingiram à ditadura militar - 1964 a 1985 - na Paraíba. Disponível em: <<http://perseguidospoliticos.blogspot.com.br/2009/06/relacao-dos-que-atingiram-ditadura.html>> Acesso em 04 nov. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. UEPB: 45 anos de História. Disponível em: <www.uepb.edu.br>. Acesso em: 01 nov. 2011.

_____. UEPB promove lançamento de selo personalizado em comemoração aos 45 anos da Instituição. Disponível em: <www.uepb.edu.br>. Acesso em: 01 nov. 2011.

VIDEOGRÁFICA

ALMEIDA, Ana Rita de Castro. In. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERREIRA, Carmélio Reynaldo. (Orgs.). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. João Pessoa: Editora da UFBP, 2011, sessão. 8.

ALMEIDA, Simão. In. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERREIRA, Carmélio Reynaldo. (Orgs.). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. João Pessoa: Editora da UFBP, 2010, sessão. 2.

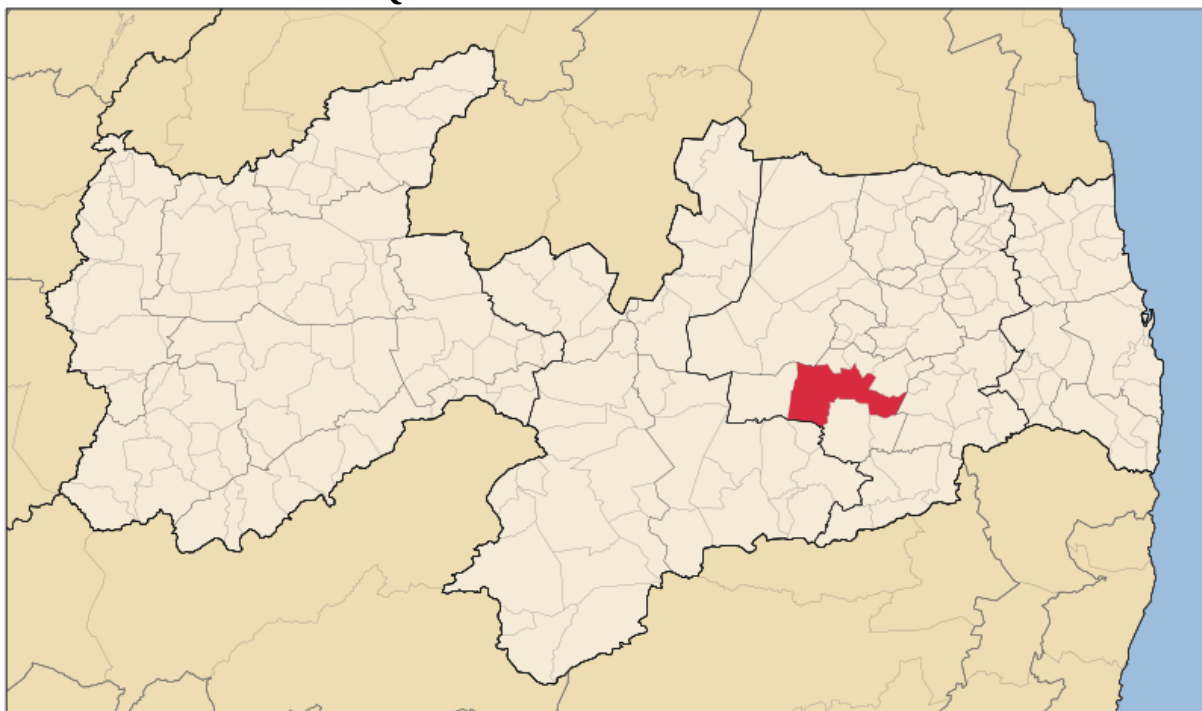
PÖEL, Maria Salete Van der. In. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERREIRA, Carmélio Reynaldo. (Orgs.). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. João Pessoa: Editora da UFBP, 2011, sessão. 8.

TEIXEIRA, Elizabeth. In. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERREIRA, Carmélio Reynaldo. (Orgs.). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. João Pessoa: Editora da UFBP, 2011, sessão. 9.

Anexo A

MAPA 1

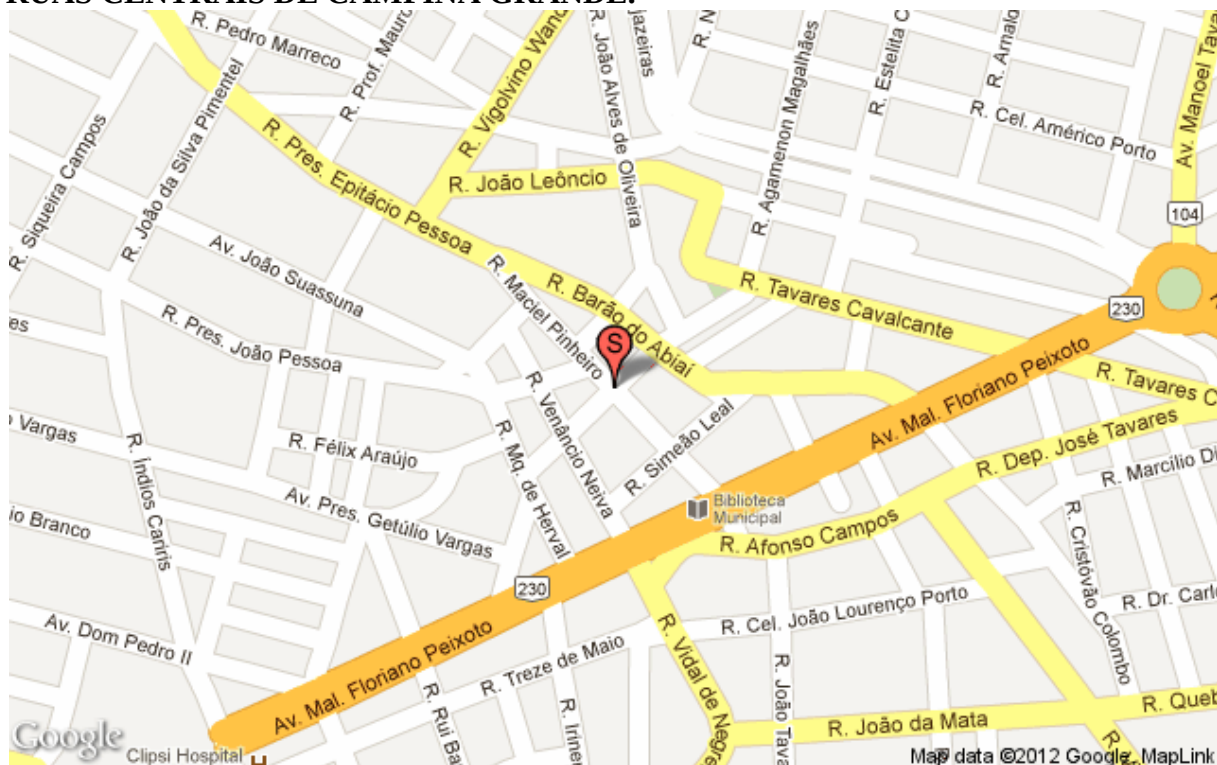
A PARAÍBA COM DESTAQUE PARA A CIDADE DE CAMPINA GRANDE.



http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_CampinaGrande.svg

MAPA 2

RUAS CENTRAIS DE CAMPINA GRANDE.



www.consultarcep.com.br

Anexo B

TABELA Nº. 01

**ORGANIZAÇÃO CRONOLÓGICA DOS CURSOS SUPERIORES EXISTENTES
EM CAMPINA GRANDE ATÉ 1968.**

Ano de criação	Denominação	Unidade de Ensino	Natureza
1952	Engenharia Civil	Politécnica	Estadual
1952	Faculdade Católica de Filosofia	Faculdade Católica de Filosofia	Privada
1955	Letras	Faculdade Católica de Filosofia	Privada
1955	Economia	Faculdade de Ciências Econômicas	Municipal
1960	Engenharia Elétrica	Politécnica	Estadual
1960	Serviço Social	Serviço Social	Particular
1962	Administração de Empresas	Faculdade de Ciências Econômicas	Federal ²¹⁶
1962	Sociologia e Política	Faculdade de Ciências Econômicas	Federal
1965	Ciências Naturais	Faculdade Católica de Filosofia	Privada
1966	Ciências da Administração	URNE	Municipal
1966	Química Industrial	URNE	Municipal
1966	Estudos Sociais	URNE	Municipal
1966	Lic. Matemática	URNE	Municipal
1966	Lic. Física	URNE	Municipal
1966	Lic. Química	URNE	Municipal
1966	Estatística	URNE	Municipal
1967	Direito	URNE	Municipal
1968	Medicina	URNE	Municipal

²¹⁶ A FACE nasce por iniciativa municipal em 1960, sendo federalizada em 1962.

Anexo C

CÓPIA AUTÊNTICA DO DECRETO-LEI DE Nº 60.841 DE JUNHO DE 1967, QUE REGULAMENTAVA NOVAS DIRETRIZES TANTO PARA OS DISCENTES QUANTO PARA OS DOCENTES.

CÓPIA AUTÊNTICA (Diário Oficial de 15/6/67).

DECRETO Nº 60.841 - de 9 de junho de 1967.

Provê sobre a duração mínima do trabalho escolar nos estabelecimentos de ensino superior e dá outras providências.

O Presidente da República:

Considerando que o período letivo não poderá ter duração inferior a 180 dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando que movimentos coletivos, expressamente vedados pelo artigo 11 do Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, visando à suspensão ou paralisação dos trabalhos escolares, vêm frustrando a observância do calendário escolar, com o mínimo de aulas legalmente exigido;

Considerando os prejuízos gerais para os alunos, para o ensino e para o erário público, com a reprovação compulsória de quantos não satisfaçam o mínimo de frequência estabelecido em lei;

Considerando que duas reprovações sucessivas ocasionam a jubilação automática do aluno (art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), decreta;

Art. 1º O ano letivo corresponde a um período irredutível mínimo de 180 dias de trabalho escolar efetivo não computado o tempo reservado a provas e exames.

Art. 2º Em caso de suspensão ou paralisação de aulas por tempo inferior ao das férias escolares, o período letivo será obrigatoriamente prorrogado, até se satisfazer a exigência prevista no artigo anterior.

Art. 3º Na hipótese da interrupção do período de aulas ser superior ao de férias, considerar-se-á perdido o ano, com relação aos alunos faltosos, pelo não cumprimento da exigência do art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 4º O professor que, sem motivo procedente, faltar a mais de 25% das aulas e exercícios ou não ministrar pelo menos 3/4 do programa da respectiva disciplina, será suspenso temporariamente de suas funções e privado dos respectivos von-

(continua)

- fls. 2 -

DECRETO Nº 60.841 - de 9 de junho de 1967.

cimentos, por ato da Congregação.

Art. 5º Não se admitirá a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez.

Parágrafo único. Será considerada reprovação, para todos os efeitos, o não cumprimento da exigência de 180 dias mínimos de trabalho escolar.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

Ass) A. COSTA E SILVA
Tasso Dutra.

Está de acordo com o original.

Em 13.07.67

Rosilda Cunha
Rosilda Cunha

VISTO:

José Ferreira Ramos
José Ferreira Ramos
Secretário Geral Substituto.

Anexo D

NOMES E INFORMES DE UNIVERSITARIOS CAMPINENSES REGISTRADOS E POR NÓS LOCALIZADOS NO ARQUIVO DO ESTADO. FUNDO DOPS-PB/DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

Discente: Antonio Humberto de Vasconcelos.

Motivo: Estudante de Campina Grande visto em ligação com os articuladores da greve de 21 a 27 de setembro de 1966.

Curso: n/c²¹⁷.

Instituição: n/c

Nº do Prontuário: 139

Data de abertura: s/d²¹⁸

Punição: n/c

Discente: Antonio Gomes da Silva

Motivo: Elemento comprometido com a subversão no meio universitário, na área da Paraíba.

Curso: Faculdade de Ciências Econômicas

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: Impedido de matricular-se por um ano.

Discente: Aluizio Muniz de Aquino

Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE, e atuante nos movimentos subversivos.

Curso: Administração

Instituição: Fundação Universidade Regional do Nordeste

Nº do Prontuário: 01-1102-976

Data de abertura: 1968

Punição: Impedido de matricular-se por um ano

Discente: Darlan Nóbrega de Farias

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Engenharia Elétrica

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: Impedido de matricular-se por um ano.

Discente: Maria do Socorro Ramos Loureiro

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Faculdade de Ciências Econômicas

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

²¹⁷ Não consta.

²¹⁸ Sem data

Punição: Impedida de matricular-se por um ano.

Discente: Maria Gilca de Oliveira Pinto

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Faculdade de Ciências Econômicas

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: Impedida de matricular-se por um ano.

Discente: Maria Egilda Pereira Saraiva

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Faculdade de Ciências Econômicas

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: Impedida de matricular-se por um ano.

Discente: Maria Nazareth Coelho

Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE; suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: n/c

Instituição: Fundação Universidade Regional do Nordeste

Nº do Prontuário: 976-1032-1102

Data de abertura: 14/11/1968

Punição: Impedida de matricular-se por um ano.

Discente: Cacilda Filomena de Castro

Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE;

Curso: Faculdade de Serviço Social

Instituição: Fundação Universidade Regional do Nordeste

Nº do Prontuário: 1102

Data de abertura: 14/11/1968

Punição: Presa

Discente: Cláudio Américo de Figueiredo Pôrto (presidente do DA – FACE)

Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE; suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Faculdade de Ciências Econômicas

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1102-976-1032

Data de abertura: 14/11/1968

Punição: Impedido de matricular-se por dois anos

Discente: Edite Maria de Oliveira

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Faculdade de Ciências Econômicas

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: Impedida de matricular-se por tempo indeterminado.

Discente: Marcos Nogueira

Motivo: Seu nome consta na relação dos elementos pichadores e distribuidores de panfletos na cidade de Patos/PB.

Curso: n/c

Instituição: Consta apenas universitário em Campina Grande

Nº do Prontuário: 1099

Data de abertura: 1969

Punição: n/c

Discente: Marconi Muzzio Pires de Paiva

Motivo: Elemento audacioso – inclusive anda armado de revolver, prega atividades de subversão ostensivamente tachando os militares e políticos de venais e irresponsáveis, dizendo abertamente que em breve isto melhora, pois a nação vive entregue a indivíduos capitalistas e ladrões do povo. A sua turma no convite de formatura em 1968, prestou homenagem a Karl Max, Celso Furtado, oprimidos do Brasil e ao Povo Vietnamita.

Curso: Engenharia Civil

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: Ilegível

Data de abertura: 19/03/1969

Punição: n/c

Discente: Iêda Martins Marcondes da Silveira²¹⁹

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: n/c

Instituição: Escola Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: Impedido definitivamente de ser matriculado.

Discente: Inácio de Lóiola Monteiro Souza

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

²¹⁹ Segundo Waldir Porfírio o verdadeiro nome de Iêda Martins Marcondes da Silveira é Iêdo Martins Morini da Silveira. Segundo Pórfiro, no ato da cassação Morini foi trocado por Marcondes, sendo o sobrenome verdadeiro Morine. Informação disponibilizada no site (<http://perseguidospoliticos.blogspot.com.br/2009/06/relacao-dos-que-atingiram-ditadura.html>). Outro equívoco no nome deste estudante se fez no próprio nome. Em nossa pesquisa no DOPS, a ficha traz o referido nome no sentido Feminino (Iêda). Assim, mencionamos o nome conforme a ficha que dispomos, entretanto, também encontramos o seu nome citado como estudante da Politécnica no masculino. Portanto, acreditamos ser este um erro de escrita na ficha do DOPS e o real nome é Iêdo Martins Morini da Silveira.

Curso: Ciências Econômicas
Instituição: Escola Politécnica
Nº do Prontuário: 1032
Data de abertura: 25/02/1969
Punição: Impedido definitivamente de ser matriculado.

Discente: Iraci Faustino de Melo
Motivo: Envolvida em atuação política
Curso: Consta apenas Estudante
Instituição: n/c
Nº do Prontuário: 1121
Data de abertura: 16/12/1969
Punição: n/c

Discente: Hélio do Nascimento Melo
Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.
Curso: Faculdade de Ciências Econômica
Instituição: Escola Politécnica
Nº do Prontuário: 1032
Data de abertura: 25/02/1969
Punição: impedido de matricular-se por um ano.

Discente: Germana Correia Lima Sevcenco
Motivo: Líder de todos os movimentos estudantis durante o ano de 1968. Participou na capital de várias greves durante o corrente ano. Possui tendência esquerdista.
Curso: Direito
Instituição: Fundação Universidade Regional do Nordeste
Nº do Prontuário: 978
Data de abertura: 29/10/1968
Punição: Impedida definitivamente de ser matriculada.

Discente: José Tarcisio de Alencar Formiga
Motivo: Assinou manifestação subversiva
Curso: n/c
Instituição: Politécnica
Nº do Prontuário: 959-139
Data de abertura: 17/03/1967
Punição: Fichado

Discente: José Urânio das Neves
Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.
Curso: Ciências Econômicas
Instituição: Politécnica
Nº do Prontuário: 1032
Data de abertura: 25/02/1969
Punição: impedida de matricular-se por um ano.

Discente: Pe. João Batista Filho
 Motivo: n/c
 Curso: Ciências Econômicas
 Instituição: Escola Politécnica
 Nº do Prontuário: 041-1032
 Data de abertura: n/c
 Punição: Impedido de matricular-se por dois anos

Discente: Jurandir Cardoso de Alcântara
 Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.
 Curso: Ciências Econômicas
 Instituição: Politécnica
 Nº do Prontuário: 1032
 Data de abertura: 25/02/1969
 Punição: Impedido de ser matriculado definitivamente.

Discente: Maura Pires Ramos
 Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE
 Curso: n/c
 Instituição: n/c
 Nº do Prontuário: 976-1102
 Data de abertura: 14/11/1968
 Punição: presa.

Discente: Williams Capim de Miranda²²⁰
 Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE; Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.
 Curso: Engenharia Mecânica
 Instituição: Politécnica
 Nº do Prontuário: 976-1032-1102
 Data de abertura: 14/11/1968
 Punição: impedido de matricular-se por um ano.

Discente: Vicente Antônio da Silva (presidente do DA)
 Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE; Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.
 Curso: Engenharia
 Instituição: UFP
 Nº do Prontuário: 976-1032-1102
 Data de abertura: 14/11/1968
 Punição: Impedido de matricular-se por um ano.

²²⁰ Williams Capim de Miranda consegue terminar o curso de Engenharia Mecânica, tornando-se chefe do Departamento de Mecânica do Centro de Ciências e Tecnologia/UFPB, todavia, não deixa de ser militante, neste sentido, registramos o prontuário nº 025/1981, com abertura em 04/08/1981, em que ele é acusado de estar vinculado com o PCB/PB, e manter contato com Luiz Carlos Prestes. Não Consta sua punição.

Discente: Silvio Roberto Teixeira²²¹

Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE; líder estudantil atuante.

Curso: Química

Instituição: Universidade Regional do Nordeste

Nº do Prontuário: 976-1032

Data de abertura: 14/11/1968

Punição: Suspenso pelo Reitor da Universidade²²² por um ano.

Discente: Risalva Bandeira Machado

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Ciências Econômicas

Instituição: Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: impedida de matricular-se por um ano.

Discente: Paulo Henrique Sobreira Lopes

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Ciências Econômicas

Instituição: Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: impedido de matricular-se por um.

Discente: Raimunda das Neves Brito

Motivo: Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Ciências Econômicas

Instituição: Politécnica

Nº do Prontuário: 1032

Data de abertura: 25/02/1969

Punição: impedida de matricular-se por um.

Discente: Luiz Sérgio Gomes de Matos Figueiras

Motivo: Participou do XXX Congresso da UNE; Suas atividades foram julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária.

Curso: Engenharia Mecânica

Instituição: Politécnica

Nº do Prontuário: 976-1032-1102

Data de abertura: 14/11/1968

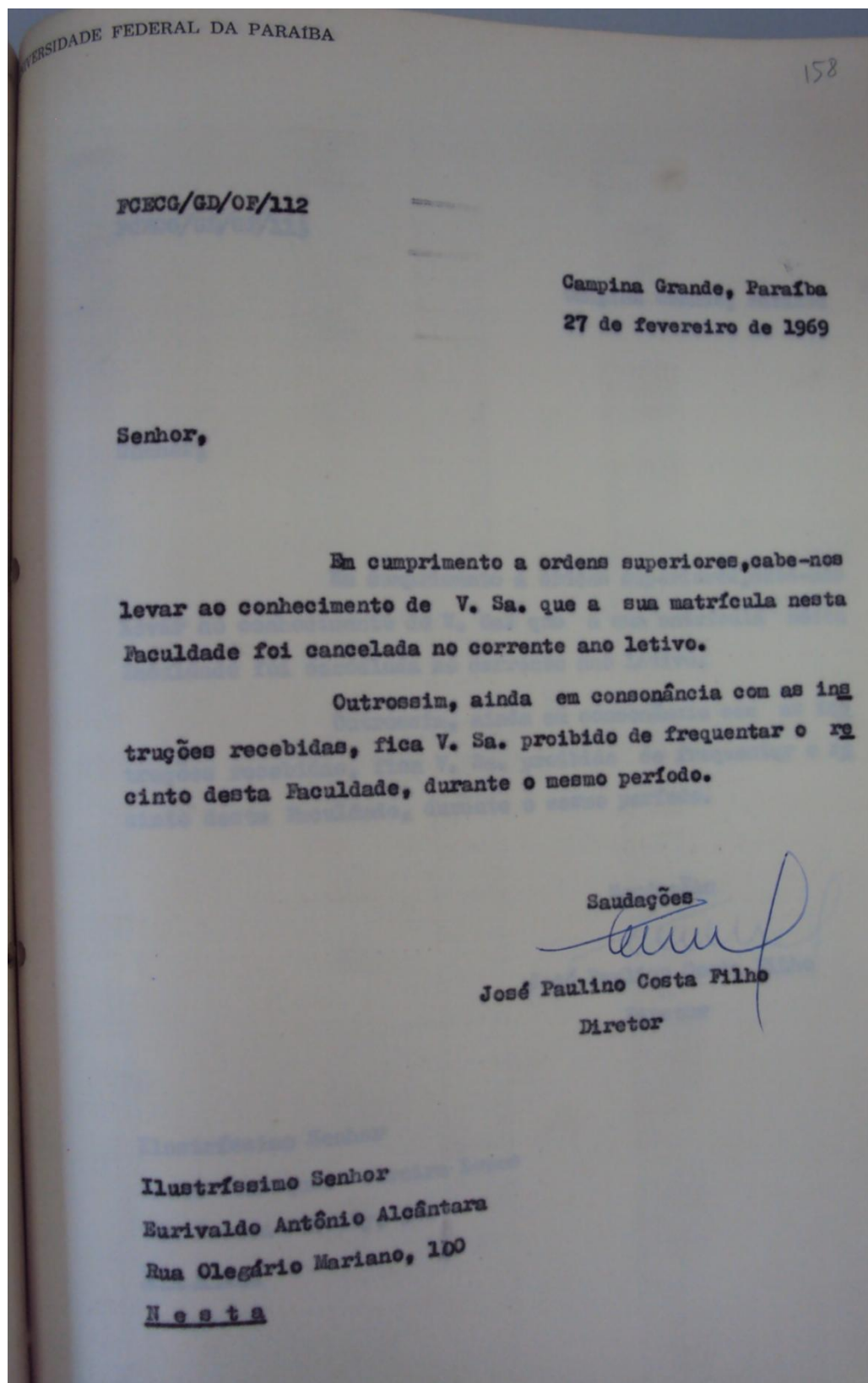
Punição: impedido de matricular-se por dois anos.

²²¹ Professor do Colégio Estadual da Prata.

²²² Edvaldo Souza do Ó.

Anexo E

DOCUMENTOS EMITIDOS PELO DIRETOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA, COMUNICANDO A ALGUNS UNIVERSITÁRIOS DO
CANCELAMENTO DE SUAS MATRÍCULAS. ARQUIVO GERAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.



FCECG/GD/OF/113

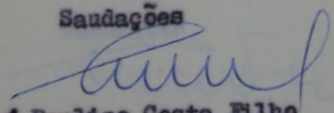
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as instruções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o recinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho

Diretor

Ilustríssimo Senhor
Paulo Henriques Sobreira Lopes
Rua Irineu Joffily, 162
Nesta

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

161

FCECG/GD/OF/115

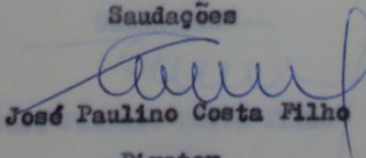
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as instruções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o recinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho

Diretor

Ilustríssimo Senhor
Hélio do Nascimento Melo
Rua Getúlio Vargas, 781

Nesta

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

162

FCECG/GD/OF/116

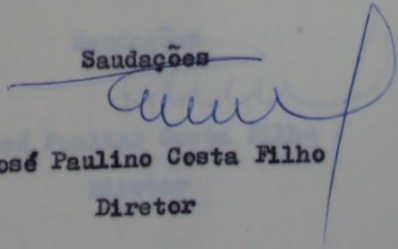
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhorita,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos
levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta
Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as ins-
truções recebidas, fica V. Sa. proibida de frequentar o re-
cinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho
Diretor

Senhorita Maria Egilda Pereira Saraiva
Rua João Alves de Oliveira, 71
N e s t a

FCECG/GD/OE/117

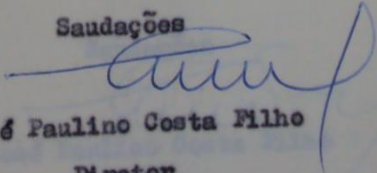
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhorita,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos
levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta
Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as ing
truções recebidas, fica V. Sa. proibida de frequentar o re
cinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações



José Paulino Costa Filho
Diretor

Senhorita Maria Gilca de Oliveira Pinto
Rua Miguel Couto, 260

Nesta

FCECG/GD/OF/118

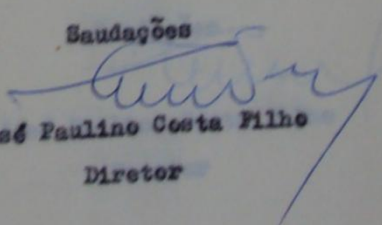
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos
levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta
Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as ins-
truções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o re-
cinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho
Diretor

Ilustríssimo Senhor
Jorge de Aguiar Leite
Rua Getúlio Vargas, 1319
Nesta

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FCEGG/GD/OF/119

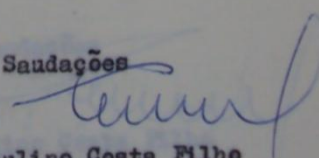
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhorita,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos
levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta
Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as ins
truções recebidas, fica V. Sa. proibida de frequentar o re
cinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho

Diretor

Senhorita Risalva Bandeira Machado

Rua Tiradentes, 239

N e s t a

FCECG/GD/OF/120

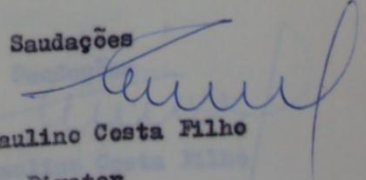
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos
levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta
Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as ins-
truções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o re-
cinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho
Diretor

Ilustríssimo Senhor
Tercino Marcelino Filho
Rua 13 de Maio, 135
Nesta

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PCECG/GD/OF/121

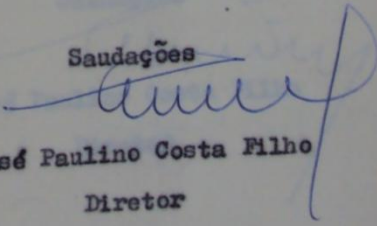
166
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo.

Outrossim, ainda em consonância com as instruções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o recinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho
Diretor

Ilustríssimo Senhor
José Urânio das Neves
Rua João Pessoa, 210
N e s t a

FCECG/GD/OF/122

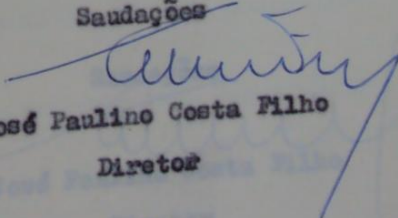
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo e impedida em 1970.

Outrossim, ainda em consonância com as instruções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o recinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho
Diretor

Ilustríssimo Senhor
Sebastião Borges Sobrinho
Rua João Alves de Oliveira, 67
Nesta

FCECG/GD/OF/123

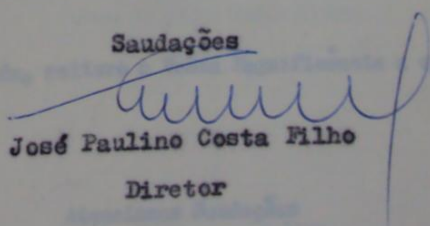
Campina Grande, Paraíba
27 de fevereiro de 1969

Senhor,

Em cumprimento a ordens superiores, cabe-nos levar ao conhecimento de V. Sa. que a sua matrícula nesta Faculdade foi cancelada no corrente ano letivo e impedida em 1970.

Outrossim, ainda em consonância com as instruções recebidas, fica V. Sa. proibido de frequentar o recinto desta Faculdade, durante o mesmo período.

Saudações


José Paulino Costa Filho

Diretor

Ilustríssimo Senhor
Cláudio Américo Figueiredo Pôrto
Rua João Leôncio, 166
Nesta

Anexo F

FOTOS E FICHAS DE PARAÍBANAS QUE PARTICIPARAM DO CONGRESSO DE IBIÚNA



Gerusa Jenner Rosas
filha de Mario Souto Mayor
Rosas e Iracema Jenner
Rosas, com 22 anos de idade,
brasileira, natural de João
Pessoa - PB, residente à rua
Conde de Boa Vista, 307 -
apto. 1010 - PE, estudante da
Faculdade de Biblioteconomia
da Universidade Federal de
Pernambuco.



**Maria de Fatima Mendes da
Rocha**
filha de Antonio Mendes
da Rocha e Maria Eunice
Mendes, brasileira, natural
de João Pessoa-PB, residente
à Av. Princesa Izabel, 302 - J.
Pessoa. Estudante de Filosofia
da Faculdade de João Pessoa.



Maria do Socorro Pessôa
filha de Antonio Elias Pessôa
e Celina Xavier Pessôa, com
22 anos de idade, brasileira,
residente à rua Duque de
Caxias, 152 - J. Pessôa -
PB. Estudante da Fac. de
Educação da Univ. Fed. da
Paraíba.



Maria do Socorro Moraes
filha de Agripino J. Moraes e
Felicidade das Neves Costa,
com 22 anos, brasileira,
natural de Cabedelo-PB,
Estudante da FAc. de Serv.
Social de J.Pessôa - PB.



Maria Nazareth Coelho
filha de Manoel C. de
Carvalho e Augusta Coelho
de Almeida, com 29 anos
de idade, brasileira, natural
de Alagoas - PB., residente
à rua Napoleão Laureano,
376 - Campina Grande -
PB. Estudante de Ciencias
Humanas da Univ. Reg. do
Nordeste - Campina Grande -
PB.



Maura Pires Ramos
filha de Severino Ildelfonso
Ramos e Genuina Pessôa
Ramos, com 32 anos de idade,
brasileira, nat. de São João
do Cariri - J. Pessôa, digo
PB., residente à rua José
de Alencar, 215 - Campina
Grande - PB., Estudante do
Inst, Centr. de Letras da Univ.
Reg. do Nordeste.

Anexo G

LISTA DE NOMES DE ESTUDANTES UNIVERSITARIOS CITADOS PELO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA POR ANO²²³

1964

AMENAIDE SANTOS – 1ª vice-Presidente para assuntos culturais do DA de Filosofia; faz parte da chapa que tem por presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

ANTONIO DE ALMEIDA SÁ – Eleito Diretor do Patrimônio da FACE para o ano 1965.

ANTONIO EXPEDITO PEQUENO – Eleito para Assessoria de imprensa da FACE para 1965.

ARLINDO PEREIRA DE ALMEIDA – Presidente da FACE para 1965.

CLENEIDE CLEMENTE DE SOUZA – 1ª secretária da FACE para 1965.

CRISTOVÃO SANTOS – Diretor da cantina da FACE para 1965.

EDNALDO DOS SANTOS – Presidente do DA Politécnica.

GABRIEL D'ANNUZIO GOMES – Diretor da Associação Atlética Acadêmica da FACE para o ano de 1965.

GERALDO GOMES ALBUQUERQUE – Estudante da FACE.

GERALDO SANTOS MACEDO - Estudante da FACE.

HELENA PASSOS - 3ª vice para assistência universitária; faz parte da chapa que tem por Presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

JOÃO EDVALDO ALVES DOS SANTOS – Politécnica, ex-presidente do DA.

JOSÉ CARNEIRO JUNIOR - Estudante da FACE.

JOSÉ JADER UCHOA DE AQUINO – Secretário Geral da FACE para 1965.

JOSÉ LEOPOLDO DE SOUZA - Diretor Cultural da FACE para 1965.

JOSÉ LUCAS FILHO – Diretor de apostila da FACE para 1965.

Lúcia Maranhão – Secretária Geral;

LUISMAR REZENDE ASSIS – Diretor do Jornal Perspectivas Econômicas da FACE para 1965.

MARIA SALETE DO NASCIMENTO – Diretora Geral da FACE para 1965.

MARINALDO CARNEIRO DE FIGUEIREDO – 1º tesoureiro FACE para 1965.

NADJA MIRANDA – Vice tesoureira; faz parte da chapa que tem por presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

NADJA ROCHA – Tesoureira; faz parte da chapa que tem por presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

ORLANDO FLORENTINO GOMES – Tesoureiro da FACE para 1965.

OTO ARAUJO – Presidente do DA da FACE até dezembro de 1964.

PAULO ROCHA – 1º Secretário; faz parte da chapa que tem por presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

RONALDO NUNES CORREIA – Presidente do DA da FACE.

ROSÉLIA PACHU – 4ª vice para assuntos municipais; faz parte da chapa que tem por presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

ROSEMBURGO BEZERRA DE MELO – Vice – presidente da FACE para 1965.

VALMIR DA SILVA CHAVES – Diretor do grupo de teatro FACE para 1965.

VIOLETA DE LOURDES CASTRO DANTAS – Presidente do DA de Filosofia, na cerimônia de posse discursa a favor do golpe-civil-militar.

WILMA XIMENES – Eleita 2ª vice para assuntos nacionais e estaduais; faz parte da chapa que tem por presidente Violeta de Lourdes Castro Dantas.

²²³ Algum nome que não se encontre nesta lista pode ser identificado no texto da dissertação.

1965

ADEILDO PEREIRA DA SILVA – Estudante da FACE.
 ADELINO PEREIRA – Estudante da FACE – Jogador.
 ANTONIO EXPEDITO PEQUENO – Estudante da FACE.
 ANTÔNIO HUMBERTO DE VASCONCELOS – Estudante da FACE.
 COSME RICARDO – Eleito 2º tesoureiro do DA da FACE em agosto de 1965.
 CRISTOVAM LIMEIRA DE QUEIROZ – Eleito vice-presidente do DA da FACE em agosto de 1965.
 DIVALDO INÁCIO DA SILVA – Estudante da FACE.
 DOROTHY RÊGO AZEVEDO – Eleito 1º secretario do DA da FACE em agosto de 1965.
 FRANCISCO PINTO FILHO – Estudante da FACE.
 GERALDO SANTOS MACEDO – Estudante da FACE.
 ISRAEL FERNANDES - o Presidente da sub-séde do DEE de Campina Grande; propósito - sindicância na UEEP.
 JOSÉ ANCHIETA DA SILVA – Estudante da FACE.
 JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE - Presidente do Diretório Estadual dos Estudantes; vem à Campina Grande fazer sindicância na UEEP.
 JOSÉ JOÃO BERTOLDO – Eleito 1º tesoureiro do DA da FACE em agosto de 1965.
 JOÃO MENDES DE LACERDA – Eleito Presidente do DA da FACE em agosto de 1965.
 JUVINO DE SOUZA LIMA – Tesoureiro do DEE; vem à Campina Grande fazer sindicância na UEEP.
 MARCO AURÉLIO DUARTE – Estudante da FACE.
 NEY ROBSON – Estudante da FACE.

1966

DEUZARINA RICARTE DA SILVA - Vestibular²²⁴ 2ª fase Economia.
 DINALVA HERCULANO RIBEIRO - Vestibular 2ª fase Economia.
 FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA - Vestibular 2ª fase Economia.
 GERSON PORTELA LIMA - Vestibular 2ª fase Economia.
 IRENILDA CARVALHO DA SILVA - Vestibular 2ª fase Economia.
 JOÃO MENDES LACERDA – Presidente DA da FACE.
 JOÃO PEREIRA DE LUCENA FILHO - Vestibular 2ª fase Economia.
 JORGE ALBERTO FREITAS MOTTA – Vestibular 2ª fase da FACE – Sociologia e Política.
 JOSÉ ADELINO DA MOTTA - Vestibular 2ª fase Economia.
 JOSÉ LOPES DE FIGUEIREDO - Vestibular 2ª fase da FACE – Sociologia e Política.
 JOSÉ NETO BRASILEIRO - Vestibular 2ª fase Economia.
 JURANDI PEREIRA DE SOUZA - Vestibular 2ª fase Economia.
 LAURA DE AGUIAR LEITE - Vestibular 2ª fase Economia.
 LEVI LEITE - Vestibular 2ª fase Economia.
 LUIZ CARLOS DA MOTTA SILVEIRA Vestibular 2ª fase Economia – representante do DA e secretario.
 MANOEL JOSÉ DA SILVA NETO - Vestibular 2ª fase Economia.
 MANOELITA COELHO DE OLIVEIRA - Vestibular 2ª fase Economia.
 MANUEL TELES DE OLIVEIRA - Vestibular 2ª fase Economia.
 MARIA EZILDA PEREIRA - Vestibular 2ª fase Economia – vice-presidente do DA.

²²⁴ Ingressou no curso superior no referido ano.

MARIA HUDES DE OLIVEIRA - Vestibular 2ª fase Economia.
 MARIA ZÉLIA JORDÃO DA SILVA - Vestibular 2ª fase Economia.
 MARIZARDO BEZERRA DE MEDEIROS - Vestibular 2ª fase Economia – Presidente do DA.
 MAXIMINO PINTO GADELHA - Vestibular 2ª fase Economia.
 NATHANAEL LOURENÇO DA SILVA - Vestibular 2ª fase Economia.
 LUZINETE DANTAS DE VASCONCELOS - Vestibular 2ª fase da FACE – Sociologia e Política.
 RAIMUNDO BARBOSA - Vestibular 2ª fase Economia.
 ROSSENI LEOPOLDINO DE OLIVEIRA - Vestibular 2ª fase Economia.
 SARAIVA GERMANO ARAUJO DE SOUZA - Vestibular 2ª fase Economia.
 SEVERINA DE SOUZA - Vestibular 2ª fase Economia.
 SILZOCLECIA VILANOVA DE CARVALHO - Vestibular 2ª fase Economia.
 ZULEICA BRITO DOS SANTOS - Vestibular 2ª fase Economia.
 WELLINGTON BARBOSA DE LUCENA - Vestibular 2ª fase Economia.

1967

ABELARDO VIEIRA DE LUCENA – Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 ADALBERTO MARQUES DE ALMEIDA – Vestibular de Direito.
 ADHEMAR MARTINS LEITE – Vestibular de Direito.
 AGAR SUASSUNA – Vestibular de Administração.
 AICIDES ALBUQUERQUE DO Ó - Vestibular de Direito.
 ALUIZIO MONIZ DE AQUINO – Vestibular de Administração.
 ÁLVARO JOSÉ PAES MOREIRA – Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 AMAURYR DE SOUZA BEZERRA - Vestibular de Direito.
 AMAURY DE FARIAS SOARES - Vestibular de Direito.
 ANA RITA DE ALMEIDA – Estudante da Faculdade de Serviço Social; Grevista; Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 ANTONIO DE CARVALHO SOUZA – Vestibular de Direito; Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 ANTONIO DA SILVA NEVES - Vestibular de Direito.
 ANTONIO FERNANDES – Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 ANTONIO LELES NETO - Vestibular de Direito.
 ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS – Vestibular de Administração.
 ANTONIO JACSON TAVARES BORGES – Vestibular de Administração.
 ALCINDO LIMA FILHO – Vestibular de Administração.
 A'LVARÓ TEIXEIRA FILHO – Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 ARGEMIRO FIGUEREDO FILHO - Vestibular de Direito.
 ARI DA COSTA AGRA - Vestibular de Direito.
 ARLENE MARQUES COSTA - Vestibular de Direito.
 AUDEMIR CESAR BORÍS BARROS - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 AUDSON VIANA SALGADO - Vestibular de Direito.
 BALTAZAR CAVALCANTI DE FARIAS - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 BRAS CARMELITO DE SOUZA – Vestibular para Economia (UFPB).
 BRENO CORREIA DA NÓBREGA QUEIROZ - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 CARLOS ALBERTO DE LIMA – Vestibular de Administração.
 CÉLIO GUIMARÃES VEGAS – Vestibular de Administração.

CLAUDIO AMÉRICO DE FIGUEREDO PORTO – Vestibular de Administração.
 CLIDENORA LOPEZ LUCAS - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 DINIVAL DANTAS DE FRANÇA – Vestibular de Administração.
 DIMÁS ROGRIGUES DE SOUZA – Vestibular de Administração.
 DJALMA SOUZA DO Ó – Vestibular de Administração.
 DJAMIL BARBOSA – Presidente da 1ª Assembleia dos estudantes de Campina Grande e da União Universitária Campinense. Grevista.
 EDNALDO PERREIRA DA SILVA – Vestibular de Administração.
 EDNILSON PEREIRA DE ARAUJO – Vestibular de Administração.
 EDVANDRO PASSOS DE LUCENA – Vestibular de Administração.
 EVANDRO SOARES DA SILVA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 EDVAN PEREIRA LEITE - Vestibular de Direito.
 EDSON RAMOS GAUDENCIO - Vestibular de Direito.
 ELISABEL CLEMENTE DINIZ - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 ERALDO VIEIRA CESAR - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 EULINAMARIA MARQUES DE LACERDA - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 EUGÊNIO SMITH NETO - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 EUGÊNIO RUBENS CARDOSO BRAS - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 FILGUEIRAS - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 FLÁVIO JOAQUIM SALES DE CASTRO E SILVA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 FERNANDO DE FEIGA PESSOA - Vestibular de Direito.
 FRANCISCO DAS CHAGAS CRUZ – Vestibular de Administração.
 FRANCISCO DAS CHAGAS BANDEIRA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 FRANCISCO NELÍ LEAL – Vestibular de Administração.
 FRANCISCO NEY MACIEL VILLALOBOS - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 FRANCISCO MOACIR MENDES DE SOUZA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 FRANCISCO VITAL DUARTE - Vestibular de Direito.
 GERALDO ALBUQUERQUE LIRA - Vestibular de Direito; Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 GILBERTO DE QUEIROZ - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 GIOSENE FERREIRA RODRIGUES - Vestibular de Direito.
 GLEDES EMERENCIANDO DDE MELO - Vestibular de Direito.
 GULOMAR NOBAIS DE LUNA - Vestibular de Direito.
 HEIDE PAZ BARRETO DE PAIVA - Vestibular de Direito.
 IARA JERONIMO RAMOS DA COSTA - Vestibular de Direito.
 IÊDO MARTINS – Estudante da Escola Politécnica denuncia o descaso com o Restaurante Universitário.
 ILZA MARIA VIEIRA SOARES - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 INÁCIO DE LOYOLA – Grevista; Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 IONE RÉGIS D' ANGELO - Vestibular de Direito.
 IONI DE ARAUJO - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 IRACIR MACEDO DE LIRA – Vestibular de Administração.
 IRECE DIAS CAVANCANTE - Vestibular de Direito.
 ISABEL BORGES FONSECA - Vestibular de Direito.
 IVAN NAZARINO DE ARRUDA - Vestibular de Direito.
 IVO ARAGÃO FILHO - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 IVONETE IZIDRO DOS SANTOS - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).

JAILDO AZEVEDO DANTAS - Vestibular de Direito.
 JANETE NEURY - Vestibular de Direito.
 JOÃO ALVES DE LIMA - Vestibular de Direito.
 JOÃO BOSCO BORBA - Vestibular de Direito.
 JOÃO BATISTA – Grevista; Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 JOÃO CAMELO DA SILVA - Vestibular de Direito.
 JOÃO CAMILO DA SILVA – Vestibular para Economia (UFPB).
 JOAQUIM DE ARAUJO – Vestibular de Administração.
 JOAQUIM GENIVAL DE LINS DE SÁ - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 JOEL ERMOGENES DE MEDEIROS – Vestibular de Administração.
 JONAS ABRANTES GADELHA - Vestibular de Direito.
 JOSÉ ANCHIETE SOARES - Vestibular de Direito.
 JOSÉ DE ARIMATEIA DAS NEVES – Vestibular de Administração.
 JOSÉ LEOPOLDO - Participa de movimento que queima a bandeira dos Estados Unidos.
 JOSÉ RUBENS DE ANDRADE RIBEIRO - Vestibular de Direito.
 JOSÉ SOBREIRA TARGINO - Vestibular de Direito.
 JOSÉ DIAS – Grevista.
 JOSÉ EDONS FURTADO DE MENDONÇA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 JOSÉ GOTARDO MERCIANO - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 JOSÉ MARIA DA SILVA FILHO - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 JOSÉ ABELARDO BRITO DA ROCHA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 JOSÉ XAVIER DE OLIVEIRA LIMA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 JOSÉ DE ANDRADE MORAIS - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 JOSÉ JACSON BELO (BETO) - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 JOSÉ ARIMATÉIA DAS NEVES - Vestibular de Direito.
 JOSEMAR FERREIRA DE LIMA - Vestibular de Direito.
 JORGE ALBERTO DE FREITAS MOTTA - Vestibular de Direito.
 JOSUÉ ROQUE FERNANDES - Vestibular de Direito.
 JOSUÉ SILVESTRE DA SILVA - Vestibular de Direito.
 JOSUEL DE ARAUJO LUZ - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 JURANDIR MACHADO BITENCOURT - Vestibular de Direito.
 JURANDY ALCÂNTARA – Estudante da FACE denuncia o descaso com o Restaurante Universitário.
 JUVÊNCIO JOSÉ DE ARRUDA NETO - Vestibular de Direito.
 LEIDECLEIDE MACIEL – Vestibular de Administração.
 LEOPOLDO DA SILVA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Vestibular de Direito.
 LUIZ CARLOS DA SILVA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 LUIZ CARLOS CRISPIN PIMENTEL - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 LUIZ SERGIO GOMES DE MATOS - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 LUIZ GONZAGA PESSOA - Vestibular de Direito.
 LUIZ JORGE CAVALCANTI - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 MACARIO ANDRADE DE MORAIS - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 MARCILIO BATISTA DE ALMEIDA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 MANOEL SOUTO NETO – Vestibular de Administração.
 MARIA EDITE PEREIRA DOS SANTOS - Vestibular de Direito.
 MARIA ELISSE CAVALCANTI - Vestibular de Direito.
 MARIA SALETE PATRIOTA – Vestibular de Administração.
 MARIA SÔNIA CAVALCANTE DE QUEIROZ - Vestibular de Direito.

MARIA DO SOCORRO VIRGINIO DA - Vestibular de Direito.
 MARIA APARECIDA BEZERRA - Vestibular de Direito.
 MARIA IRIS GOMES - Vestibular de Direito.
 MARIA DA LUZ ISMAEL PEREIRA DE MELO - Vestibular de Direito.
 MARIA DULCE BARBOSA - Vestibular de Direito.
 MARIA DE LOURDES BARROS - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 MARIA DE LOURDES NEVES DE FARIAS - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 MANUEL TELES DE OLIVEIRA - Vestibular de Direito.
 MARIVARDO BEZERRA DE MEDEIROS - Vestibular de Direito.
 MARQUES PEREIRA RIBEIRO – Vestibular de Administração.
 MAURILIO BATISTA DE SOUZA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 MERCIANO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 MERCIDIA COSTA TAVARES - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 MÉRCIA MARISIA NOBREGA - Vestibular de Direito.
 MILTON LINS DE BRITO - Vestibular de Direito.
 MIRIAM ASFORA - Vestibular de Direito.
 MOACIR ALVES CARNEIRO - Vestibular de Direito.
 MOACIR CARNEIRO – Estudante da FAFI denuncia o descaso com Restaurante Universitário.
 NAUGLITON ROCHA DE ARAUJO FRANÇA – Vestibular de Administração.
 NEMIZA (ZE) MACIEL DE SOUZA - Vestibular de Direito.
 NELSOMARIA PALETÓ - Vestibular de Direito.
 NILZA CHAVES DO AMARAL - Vestibular de Direito.
 ORLANDO VILLARIM MEIRA - Vestibular de Direito. Grevista.
 ORLANDO MEIRA TEJO - Vestibular de Direito.
 OSCAR RIBEIRO SOARES FILHO - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 OTÁVIO AUGUSTO SITONIO PINTO – Vestibular de Administração.
 OTÁVIO AUGUSTO SITÓNIO - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 OTAVIANO JAPIASSÚ DE QUEIROZ - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 PAULO NEIVE MONTEIRO - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 PEDRO JOÃO DE ABREU - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 PROTÁZIO FERREIRA DE CASTRO - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 RENATO DE CASTRO DINO A - Vestibular de Direito.
 RICARDO JOSÉ DOWSLOY GUERRERE - Vestibular de Direito.
 RICARDO RABAY CHEHAB - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 ROBERTO CORREIA DO MONTE - Vestibular de Direito.
 ROBERTO SANTOS LUZ - Vestibular de Direito.
 ROBERTO BORBOREMA DE SOUSA - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 ROBERVAL CORREIA DE MELO SILVA - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 ROSELENE MEDEIROS DE ARAUJO - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 ROMERO BORBOREMA DE SOUZA – Vestibular de Administração.
 RUI DA JUSTIA FEIJÃO - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 SALETE MARIA DE SOUZA DO Ó - Vestibular de Direito.
 SAKAÉ MISHINA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 SAUVINO SOUTO DE OLIVEIRA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 SEVERINO MACHADO DE OLIVEIRA - Vestibular de Direito.
 SEVERINO HERCULANO DOS SANTOS - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 SEVERINO TOMÁS DOS SANTOS - Vestibular de Direito.
 TARCISIO TELINO LACERDA - Vestibular de Direito.

TERCINO MARCELINO FILHO – Vestibular para Economia (UFPB).
 TEREZINHA DE JESUS MAIA - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 UBIRAJARA DE MELO - Vestibular de Direito.
 UBIRAJARA DE MORAIS – Vestibular de Administração.
 VALDEZ DE OLIVEIRA CAVALCANTE - Vestibular de Direito.
 VALDETE RIBEIRO - Vestibular para Sociologia Política (UFPB).
 VANDE ARAUJO DE LUCENA – Vestibular de Administração.
 VANDETH ELOY DE ALMEIDA - Vestibular de Direito.
 WALDEVINOR CABRAL FILHO - Vestibular da Politécnica Engenharia Mecânica.
 WALTER MARTINS FERREIRA FILHO - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 WILSON QUEIROZ GUIMARÃES - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 ZÉLIA MARIA SOUTO BARBOSA – Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.
 ZOROASTRO DE SOUZA GAMA - Vestibular da Politécnica Engenharia Civil.

1968

ADAIR ARAUJO COSTA – Vestibular da FASES.
 ADEMIR ALVES DE MELO – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 ADERALDO PINTO – Preso por participar de manifestações de protesto da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto.
 ADMILSON OLIVEIRA VILARIM – Vestibular de Direito.
 ANTONIO BATISTA DA SILVA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 AÉCIO DINIZ ALMEIDA – Vestibular de Direito.
 ALCIDES DE ALBUQUERQUE DO Ó - Vestibular da FASES.
 ALICE FERNANDES DE MENDONÇA - Vestibular da FASES.
 ALUIZIO MUNIZ DE AQUINO – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 ALTAMIRO CAVALCANTI – Presidente do DA da FACA.
 AMARILIA SALES – Vestibular de Direito.
 ANA FARIAS – Vestibular da FASES.
 ANA DE QUEIROGA BORGES – Vestibular de Direito.
 ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACEDO – Presidente do DA da Faculdade de Direito.
 ANTONIO FERNANDO NETO – Milita pela Federalização da URNe
 ANTONIO NUNES GONÇALVES – Vestibular de Direito.
 APOLONIO CARDOSO – Vestibular de Direito.
 AUGUSTO FERREIRA RAMOS – Vestibular de Direito.
 BERTA VILLAR DANTAS – Denuncia no Jornal Diário da Borborema, agressão de policiais, sobre os estudantes, que reivindicavam ao Reitor Edvaldo do Ó, solução para as anuidades atrasadas.
 CACILDA FILOMENA DE CASTRO – Presa no Congresso de Ibiúna – SP.
 CARLOS ALBERTO DE LIMA – Representante DC dos estudantes.
 CIELDSON MEIRA TEJÓ - Vestibular de Direito.
 CLÁUDIO AMÉRICO DE FIGUEIREDO PÔRTO
 CLEIDE GOMES DA SILVA - Vestibular da FASES.
 DAURA TORRÃO – Denuncia no Jornal Diário da Borborema, agressão de policiais, sobre os estudantes, que reivindicavam ao Reitor Edvaldo do Ó, solução para as anuidades atrasadas.
 DEMILTON PEQUENO – Vestibular de Direito.
 ELAINE ARRUDA – Vestibular de Direito.

ELOISA HELENE ALBUQUERQUE – Vestibular de Direito.
 ELUISIO JERÔNIMO LEITE – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 ERIANA ALMEIDA ARAUJO – Vestibular de Direito.
 EVERALDO DA COSTA AGRA – Vestibular de Direito.
 EVERARDO NÓBREGA DE QUEIROZ – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 FLÁVIO NUNES SEVINI – Vestibular de Direito.
 FRANCISCA S. DE MORAIS - Vestibular da FASES.
 GEORGE SANTOS LIMA – Preso por participar de manifestações de protesto da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto.
 GERARDA XAVIER NUNES - Vestibular da FASES.
 GERMANA CORREIA LIMA – Estudante da Faculdade de Direito; líder de movimentos estudantis realizados em Campina Grande.
 GETÚLIO BEZERRA CASTRO – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 HERALDO FERNANDES DOS SANTOS – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 HIGINO BRITO MARINHO – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 HUMBERTO BEZERRA DE CAMPOS – Vestibular de Direito.
 ILSA MARIA MONLHA – Vestibular de Direito.
 IVONE DA COSTA VILAR – Vestibular de Direito.
 IVANETE DA SILVEIRA PAZ – Vestibular de Administração.
 IVONETE ALVES MARINHO - Vestibular da FASES.
 JOLY ARRUDA CÂMARA – Vestibular de Direito.
 JOÃO JOSÉ NOURI – Vestibular de Direito.
 JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 JOSÉ DE ARIMATÉIA PEREIRA LIMA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 JOSÉ FERREIRA DA SILVA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 JOSÉ ROBERTO BRAGA – Presidente do DC dos estudantes da URNe.
 JOSÉ LACOINO DE SOUZA – Tesoureiro DA FACA.
 JOSÉ SOBREIRA TARGINO – Estudante preso em 12-07-68.
 JOSÉ DE FARIAS TAVARES – Vestibular de Direito.
 JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO – Vestibular de Direito.
 JOSÉ LUCIANO GADER – Vestibular de Direito.
 JOSÉ DOMINGOS GABRIEL – Vestibular de Direito.
 JOSÉ FRANCISCO VALÉRIO – Vestibular de Direito.
 JOSÉ RAMALHO – Vestibular de Direito.
 JOSÉ NORMANDO CAMELO – Vestibular de Direito.
 JOSELMA CORDEIRO – Vestibular de Direito.
 JOVINO BATISTA LEITE – Vestibular de Direito.
 JOSÉ ARAUJO AGRA – Vestibular de Direito.
 JOSE FRANCISCO ROLIM CARTAXO – Vestibular de Direito.
 JURANDIR MACHADO BETTENCOURT – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 LÊDA MARIA CANTALICE DE QUEIROZ - Vestibular da FASES.
 LÊDA REJANE P. DO AMARAL – Presa no Congresso de Ibiúna – SP.
 LUCIA FERREIRA FEITOSA – Vestibular de Direito
 LUIZ SERGIO GOMES DE MATOS FIGUEIRA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.
 LUIZ TEIRO – Vestibular de Direito.
 LUCIA FERREIRA FEITOSA – Vestibular de Direito.
 MARAJÚ MIRANDA – Vestibular de Direito.
 MÁRCIA B. SILVA - Vestibular da FASES.
 MÁRCIA CÉSAR - Vestibular da FASES.

MARCOS ANTÔNIO LIMA DA SILVA – Preso por participar de manifestações de protesto da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto.

MARCOS WILLIAMS ARRUDA – Vestibular de Direito.

MARCONE PINTO – Vestibular de Direito.

MARTA HELENA HOLMES BORBA – Vestibular de Direito.

MARIA AUDITA CAVALCANTI – Vestibular de Direito.

MARIA ALDINO DE FRANÇA – Denuncia no Jornal Diário da Borborema, agressão de policiais, sobre os estudantes, que reivindicavam ao Reitor Edvaldo do Ó, solução para as anuidades atrasadas.

MARIA DA CONCEIÇÃO AGRA – Vestibular de Direito.

MARIA DAS GRAÇAS BUARQUE – Vestibular de Direito.

MARIA DE FÁTIMA MENDES – Presa no Congresso de Ibiúna – SP.

MARIA DIVA SOARES – Vestibular da FASES.

MARIA DO SOCORRO – Secretario DA FACA.

MARIA DO SOCORRO BRASILEIRO SOBREIRA - Vestibular da FASES.

MARIA LUCIA DE SOUZA - Vestibular da FASES.

MARIA JOSÉ ROCHA - Vestibular da FASES.

MARIA DO SOCORRO MORAIS – Presa no Congresso de Ibiúna – SP.

MARIA DO SOCORRO NOBREGA – Vestibular de Direito.

MARIA DO SOCORRO PEREIRA – Presa no Congresso de Ibiúna – SP.

MARIA DE LOURDES RAMALHO – Vestibular de Direito.

MARIA HELENA MEIRA – Vestibular de Direito.

MARIA NAZARETH COELHO – Presa no Congresso de Ibiúna – SP.

MAURA PIRES RAMOS – Presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Letras. Presa no Congresso de Ibiúna – SP.

NAUGLITON ROCHA DE ARAUJO FRANÇA – Vestibular de Administração.

NIUREIDE FEITOSA – Vestibular de Direito.

NORMA BORBOREMA – Vestibular de Direito.

OLACIR CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Vestibular de Direito.

OMAR MENTOR DE ARAUJO – Tesoureiro DA FACA.

ORLANDO VILLARIM MEIRA – Presidente dos universitários.

PEDRO JOSÉ DIAS – Denuncia no Jornal Diário da Borborema, agressão de policiais, sobre os estudantes, que reivindicavam ao Reitor Edvaldo do Ó, solução para as anuidades atrasadas.

RONALDO PEIXOTO – Vice-presidente do DA da FACA;

ROSA MARIA C. DINÓIA - Vestibular da FASES.

ROMULO DE BRITO LIRA – Vestibular de Direito.

RUBENS PINTO LIRA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.

SEVERINO DIAS – Vestibular de Direito.

SEVERINO RAMOS HONÓRIO – Vestibular de Direito.

SILVIO RAMALHO – Vestibular de Direito.

SILVIO ROBERTO TEIXEIRA BARREIRO – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.

SIMÃO DE ALMEIDA NETO – Representante da União Universitária Campinense.

TÂMARA BEZERRA DE MELO – 2ª secretario do DA da FACA;

UBIRAJARA DE ... MORAIS – Presidente do DA da FACA.

VÂNIA DA COSTA VILAR – Vestibular de Direito.

VICENTE ANTONIO DA SILVA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.

VICENTE GONÇALVES – Vestibular de Direito.

WILLIAMS CAPIM DE MIRANDA – Preso no Congresso de Ibiúna – SP.

ZÉLIA MARIA GAUDÊNCIO ASFORA – Vestibular de Direito.

Anexo H

LETRA DA MÚSICA QUE INSPIROU O SUBTÍTULO DO SEGUNDO SUBTEMA DO TERCEIRO CAMINHO

RODA VIVA

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu...

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá ...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira prá lá...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

A roda da saia mulata
Não quer mais rodar não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou...

A gente toma a iniciativa
Viola na rua a cantar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a viola prá lá...
Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

O samba, a viola, a roseira
Que um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou...

No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a saudade prá lá ...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas rodas do meu coração... (4x).

Chico Buarque de Holanda

**LETRAS DAS MÚSICAS CANTADAS NA MISSA PELA ALMA DO ESTUDANTE
EDSON LUÍS NA CATEDRAL N. S. DA CONCEIÇÃO.**

TERRA DE NINGUÉM

Segue nessa marcha triste
Seu caminho aflito
Leva só saudade
E a injustiça que só lhe foi feita
Desde que nasceu
Pelo mundo inteiro
Que nada lhe deu

Anda, teu caminho é longo
Cheio de incerteza
Tudo é só pobreza
Tudo é só tristeza
Tudo é terra morta
Onde a terra é boa
O senhor é dono
Não deixa passar.

Para no final da tarde
Tomba já cansado
Cai um nordestino
Reza uma oração
Prá voltar um dia
E criar coragem
Prá poder lutar
Pelo que é seu.

Mas...
O dia vai chegar
Que o mundo vai saber
Não se vive sem se dar
Quem trabalha é que tem
Direito de viver
Pois a terra é de ninguém.

Alaíde Costa

OPINIÃO

Podem me prender
Podem me bater
Podem, até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro
Eu não saio, não

Se não tem água
Eu furo um poço
Se não tem carne
Eu compro um osso
E ponho na sopa
E deixa andar
Fale de mim quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã, seu doutor
Estou pertinho do céu.

Zé Ketí – José Flores de Jesus